

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR

**O Cavalo de Troia da Nação: tempo, erudição, crítica e método em
Capistrano de Abreu (1878-1927).**

Porto Alegre
2015.

CIP - Catalogação na Publicação

C. Batalhone Jr., Vitor

O Cavalo de Troia da Nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927). / Vitor

C. Batalhone Jr.. -- 2015.

175 f.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Teoria da história. 2. História da historiografia. 3. Método, Crítica e Erudição. 4. Capistrano de Abreu. 5. Tempo, experiência e historicidade. I. Cezar, Prof. Dr. Temístocles, orient. II. Título.

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR

**O Cavalo de Troia da Nação: tempo, erudição, crítica e método em
Capistrano de Abreu (1878-1927).**

*Tese de doutorado realizada para a obtenção do grau de Doutor pelo curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.*

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Temístocles Cezar (Orientador) – UFRGS

Prof. Dr. Álvaro Antonio Klafke – FEE

Prof. Dr. Itamar Freitas – UnB

Prof. Dr. Evandro Santos – EEEM/CNEC

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina Rodrigues – UFRGS

Porto Alegre

2015.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que me foi concedido ao longo dos últimos seis anos dedicados aos cursos de mestrado e doutorado possibilitando que eu me dedicasse plenamente ao desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas. À CAPES e à Comissão Fulbright, agradeço pela inestimável oportunidade de terem financiado meus estudos de estágio de doutoramento nos EUA entre setembro de 2013 e maio de 2014. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e ao Departamento de História da Princeton University por terem me oferecido excelentes condições de pesquisa e formação.

À Firestone Library da Princeton University, a todas as bibliotecas representadas pelo sistema *BorrowDirect* e àquelas da UFRGS, lugares nos quais tive o privilégio de conviver com grandes pessoas e livros. A todas essas instituições sou plenamente grato.

Gostaria de registrar agradecimento a Gabriel Focking, colega, amigo companheiro de aventuras goianas e secretário do Programa de Pós-graduação. A todos os professores que me muito me ensinaram ao longo desses anos de doutoramento. Especialmente a Fernando Nicolazzi, José Avancini, Anderson Vargas e Benito Schmidt, reitero meu profundo agradecimento por essa longa trajetória de estudos avançados. Aos professores Raul Rojo e Pedro Fonseca, agradeço pelas contribuições fundamentais e pela avaliação “externa”, precisa e valiosa. A Eduardo Sinkevisque, agradeço não somente pela enorme contribuição para o desenvolvimento desta tese, como também pela partilha de seu bom humor sempre agudo e engenhoso. Agradeço aos professores Fernando Nicolazzi e Fábio Kühn pela decisiva contribuição oferecida no exame de qualificação de tese. Sou imensamente grato aos professores membros da banca: Álvaro Klafke, Itamar Freitas, Evandro Santos e Mara Cristina.

A Kristy Novak, secretária do Departamento de História da Princeton University, por toda disponibilidade e colaboração sempre atenciosa em relação aos meus assuntos acadêmicos. Sou incomensuravelmente grato ao professor Anthony Grafton por ter muito gentilmente aceito trabalhar com este jovem historiador brasileiro que lhe seguia por notas de rodapé. Com o professor Grafton aprendi que mais belo do que pesquisar histórias é contá-las. Espero ansiosamente pela oportunidade de compartilhar um bom single malt com o professor.

É difícil representar linguisticamente tudo aquilo que eu experimento como uma enorme dívida intelectual e existencial em relação ao professor Temístocles Cezar. Talvez as

designações de amigo, professor e modelo a seguir não dêem conta de toda essa relação plena de respeito, autonomia e amizade. Há alguns anos, lendo um dos muitos livros de Hobsbawm, li algumas de suas palavras sobre Marx que representavam muito mais do que uma mera relação de emulação ou doutrinação. Segundo Hobsbawm, sua relação para com Marx seria melhor definida por “aquilo que os japoneses chamam de um sensei, um mestre intelectual para quem se deve algo que não pode ser retribuído”. Muito obrigado por tudo, Temístocles.

À Lancheria do Parque por ter cuidado da minha nutrição ao longo de muitos anos. Ao Small World Coffee por ter me suprido com cafeína de altíssima qualidade.

A todos os meus amigos e “fellows” da The Fulbright Program, especialmente a Michael Sampson, Alfred Cheuong, Attila Szabó, Dan Octavian Balica, Olesya Bondarenko, Iryna Shuvalova, Marcos Arraes, Ana Paula Bianconcini Anjos, Christian Schallenmueller, José Ribeiro Júnior, Michele Louise Schiocchet, Carlos Daniel Reichel e Guilherme Foscolo. A vocês devo minutos e horas que se transformaram em séculos. Agradeço também a todos os meus amigos. Imensamente a Rodrigo Garcia Garay. Aos amigos Lucas Marcell, Florian Plum, Guilherme Lobo, Pedro Prikladnitzky, Germano Penello, Arash Sadeghi, Loan Le, Victoria Kostina, Taylor Builee, Daniel Starr, Marcos Paulo, Marcos Schulz, Guilherme Galvão, Denis Correa, Fábio Bicca, Lucas e Raphael Mello, Pedro Telles, Vicente Burzlaff, Renata Dal Sasso, Rodrigo Bonaldo, Eliete Tiburski, Juliano Antonioli, Marina Araújo e Evandro dos Santos. A Carolina Sinhorelli. A Silas Alves e Nino Prestes pelos jogos de Mario Kart, pela comunhão do mesmo teto, por terem se tornado meus irmãos, pela incalculável amizade forjada sincera e deliberadamente.

A toda minha família. Por fim, reiterarei os agradecimentos a seguir: “A Matilde Mãe, Vitor Pai e Venâncio ‘Lazim’ (meu alterego, meu grande amigo e companheiro) por terem tornado tudo isso possível, pelo suporte infinito e inestimável, pelo amor indescritível”.

A Janaina⁽²⁾.

Chaos was the law of nature; order was the dream of man.

Henry Adams.

*La solidaridad entre pasado, presente y futuro no implica, en fin
una sustancialidad del devenir.*

Elías José Palti.

And ruminates the walls up with ghosts.

Purity Ring.

RESUMO

Esta tese de doutorado apresenta um estudo sobre história da historiografia brasileira assim algumas reflexões sobre teoria e epistemologia da história. Interessa-nos discutir o discurso histórico e as prescrições metodológicas afirmadas pelo historiador brasileiro João Capistrano de Abreu a partir de fins do século XIX e início do XX. A hipótese a ser considerada se refere a como Capistrano construiu um tão persuasivo discurso a respeito do método histórico que, se por um lado trouxe mais segurança sobre a veracidade dos documentos do passado colonial, por outro lado ocasionou a naturalização de noções prévias e conceitos referentes à história e à identidade nacionais. O discurso construído e ofertado por Capistrano de Abreu pode ser verificado tanto em seus principais escritos quanto pelas notas de rodapé, prefácios e introduções que ele adicionava a documentos oriundos do passado colonial brasileiro. Apesar de não ter escrito uma nova história geral do Brasil ou tampouco um manual de estudos históricos que prescrevesse as normas e os códigos do ofício, Capistrano difundiu suas ideias acerca de como deveria ser verdadeiramente escrita a história do Brasil por meio de artigos, edições de documentos ou estudos monográficos. Protegido pela segurança advinda do método e da crítica historiográficos, o astucioso historiador logrou formular uma intrigante e persistente representação do ser nacional.

Palavras-chave: método; historiografia; crítica; história; Capistrano; epistemologia.

ABSTRACT

This doctoral thesis presents a study regarding the Brazilian history of historiography as well as some concerns on theory and epistemology of history. It aims to discuss the historical discourse and the methodological guidelines stated by the Brazilian historian João Capistrano de Abreu along late nineteenth and early twentieth centuries. The hypothesis to be considered refers to how Capistrano built such a persuasive discourse on historical method which, whether on one hand brought more reliability to the documents from colonial past, on the other hand, made some prejudices and concepts regarding national history and identity seem as natural facts. The discourse built and offered by Capistrano de Abreu can be verified in his major writings as well as on footnotes, prefaces, and introductions that he added to documents from the Brazilian colonial past. In spite of not have written a new general history of Brazil or even a guidebook on the rules and codes of the historian's work, Capistrano spread out ideas about how should be truly written the history of Brazil publishing them through some articles in journals and newspapers, edition of documents or monographies. Protected under the reliability assured by the means of historiographical method and criticism, the cunning historian achieved to devise an appealing and lasting representation of the national been.

Keywords: method; historiography; criticism; history; Capistrano; epistemology.

SUMÁRIO

Introdução: Capistrano o astucioso.....	11.
I. O sentido colonial da história do Brasil.....	30.
1. Índices de realidades pretéritas.....	43.
2. O método como caminho e prescrição.....	58.
II. O Cavalo de Troia da Nação.....	82.
1. Os labirínticos <i>Tratados</i> de Fernão Cardim.....	104.
2. Os Bretonautas e o canto da sereia.....	122.
Epílogo.....	147.
Fontes.....	157.
Bibliografia.....	160.

Introdução: Capistrano o astucioso

Independentemente da realidade empírica do autor Homero, dois poemas épicos de enorme importância para a cultura ocidental nos foram legados ao redor de seu nome: *Iliada* e *Odisseia*. O primeiro narra a guerra entre gregos e troianos iniciada pelo rapto de Helena, esposa do grego Menelau, por parte Paris, filho do rei troiano Príamo. Agamemnon, irmão de Menelau e líder dos gregos, não conseguia obter sucessos nos combates. A causa de tamanha má fortuna estava relacionada ao aprisionamento de Criseis, uma sacerdotisa de Apolo mantida sob o cativeiro de Agamemnon. Para melhorar sua sorte, o chefe grego decide trocar Criseis por Briseis, escrava de Aquiles, o maior dos heróis gregos. Ultrajado, Aquiles se retira dos combates causando contínuas derrotas por parte dos gregos. Entretanto, após seu companheiro Pátroclo ser morto pelo príncipe troiano Heitor, Aquiles, tomado por ira, cega-se desejoso de vingança. Depois de matar e profanar o cadáver de Heitor impedindo o seu sepultamento, Aquiles finalmente aceita o humilde pedido de Príamo, concedendo-lhe o direito de prover as devidas honras ao falecido príncipe troiano. Aquiles evitava assim as nefastas consequências da *híbris*, ou seja, da punição por seus excessos. Portanto, uma vez que em última instância os homens seriam sempre peças submetidas às vontades dos deuses, caberia aos heróis evitar a ira, a *híbris*, enfim, as ações desmedidas de forma a assegurar a glória eterna. Assim se encerra a *Iliada*.

Entre os heróis gregos contava porém, um em especial cujo epíteto evidenciava a natureza radicalmente diversa de suas faculdades. Diferentemente de seus companheiros, caracterizados majoritariamente por suas virtudes guerreiras e de força, Odisseu era apelidado de “o astucioso”. Foi dele a ideia de criar o famoso artifício que dá título a este estudo. O Cavalo de Troia era uma gigantesca construção de madeira e em forma de cavalo dentro da qual soldados gregos se esconderam para conseguir atravessar as muralhas de Troia. Os helenos ofertaram o Cavalo como reconhecimento de sua derrota para os troianos, deixando-o às portas da cidade e simulando sua retirada do palco da guerra. Uma vez dentro das fortificações, o exército grego deu início ao ataque que colocou fim aos combates. Todavia, não é esse o conteúdo narrativo da *Odisseia*, poema homérico que trata antes do longo retorno de Odisseu a seu reino de Ítaca.

Durante o desenvolvimento das aventuras enfrentadas pelo astucioso herói, sua esposa Penélope permanece em seu palácio cercada de pretendentes desejosos por desposá-la e conseqüentemente adquirir o reino de Odisseu. Mas Penélope permanecia resoluta acreditando no retorno de Odisseu, enquanto seus inúmeros pretendentes não cessavam as

pressões para que a rainha enfim contraísse segundas núpcias após escolher um novo rei. Igualmente astuciosa, Penélope desenvolveu uma série de artifícios para evitar um segundo matrimônio, um dos quais consistia em tecer ao longo do dia um manto para o ancião Laertes, pai de Odisseu, enquanto de noite ela desfazia aquilo que havia tecido sob as luzes do sol. Porém, com a descoberta de seus artifícios, tornava-se cada vez mais iminente escolher um dos inúmeros pretendentes. Eis que a fortuna haveria de alterar a sortes de todas as personagens.

Após enfrentar o temível ciclope Polifemo, a tribo dos gigantes canibais Lestrigões e sobreviver aos sedutores cantos das sereias que induziam seus marinheiros a se jogar nas profundezas dos oceanos revoltos, Odisseu finalmente retorna a Ítaca. Em seu lar e disfarçado como um velho pedinte, o herói adentra as instalações reais para investigar a situação na qual se encontrava não somente seu reino mas principalmente sua esposa. No palácio, sua serva Euricleia lhe reconhece devido a uma cicatriz familiar num dos pés do herói. A pedido de Odisseu então guiado por Atena, Euricleia mantém segredo de seu retorno, esperando o momento mais apropriado para agir. Enquanto isso, igualmente guiada pela deusa, Penélope anuncia uma competição cujo vencedor adquiriria o direito de esposá-la. Tratava-se de uma prova de tiro utilizando o arco de Odisseu, artefato que apenas ele era capaz de armar e disparar. No dia do pleito, nenhum dos pretendentes foi capaz de preparar e utilizar o arco. Ainda disfarçado de velho mendigante, Odisseu armou e disparou um tiro certo que percorreu os doze orifícios dos machados alinhados conforme proposto no desafio. Assim se revelava Odisseu, dando início ao extermínio dos ignóbeis invasores de seu reino: um grupo de poucos, mas que apesar disso, desejavam avidamente a tudo consumir.¹

No *Vocabulario portuguez & latino* de Raphael Bluteau de 1728, a palavra método era grafada “Methodo, ou Metodo” e possuía como significado fundamental um “modo industrioso, ordem, & arte de obrar, discursar, ou ensinar com mais brevidade, & facilidade”. Mas “segundo a arte médica, é um caminho universal, que se pode aplicar a qualquer indivíduo, passando de uma coisa a outra, não de qualquer modo, senão por ordem determinada, procedendo do universal para o particular”. Desta forma, o “método curativo” seria aquele que “por meio das indicações acha os remédios, com que se restitui a saúde aos

¹ HOMERO. *Iliada*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; _____. *Odisseia*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

homens”. A partir do final do século XVIII, mais especificamente do ano de 1789, quando foi publicado o *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio Moraes Silva, “método” era definido de maneira similar à efetuada no dicionário de Bluteau: “ordem na disposição dos pensamentos, palavras, raciocínios, partes de algum tratado, ou discurso”. Ou ainda como “*método curativo*; a ordem de tratar o doente, que o Médico levou de princípio”, ou seja, um tipo de receita simultaneamente prescritiva e autoritativa. E nas primeiras décadas do século XIX encontramos a breve referência de “método” como “ordem especial, ou modo de fazer alguma coisa” no *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto.²

Ao longo da modernidade, os métodos humanistas de pesquisa do passado se difundiram entre os estudos antiquários, a erudição, a crítica filológica e a filologia, assim como nas prescrições discursivas de origem retórica. Mesmo o mundo humano intersubjetivo no tempo parecia pedir a aplicação de regras estáveis e impessoais para ser conhecido. Além disso, o advento da imprensa possibilitou que as bibliotecas e livrarias europeias dos primeiros séculos da modernidade sofressem uma inflação de volumes e manuscritos disponíveis, de forma que se tornou necessário desenvolver “novas formas de controle bibliográfico e interpretativo”.³

As práticas e discursos constituintes do que denominamos método histórico moderno são técnicas e prescrições que normatizam tanto as maneiras de se julgar o conteúdo de verdade e realidade de um objeto tornado documento histórico, quanto os procedimentos e vetos reguladores da produção de representações especialmente narrativas de certo aspecto do passado. E, assim como as noções modernas de método científico, seu símile histórico também surgiu simultaneamente aos eventos limites nos quais os Estados europeus encontravam-se envolvidos. O desenvolvimento da imprensa, as guerras religiosas dos séculos XVI e XVII, os difíceis processos de apropriação cultural mútua entre europeus e habitantes do Novo Mundo, os próprios conflitos dos reinos europeus entre si, além do choque com as civilizações asiáticas nas regiões leste do continente europeu constituíram problemas políticos, culturais e religiosos cujos acordos possíveis pareciam longe de possuir solução consensual.

² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p.467; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p.296; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, s/p.

³ GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007, p.23.

Segundo Reinhart Koselleck, foi justamente como resposta ao caos experimentado por tais sociedades modernas que os diversos absolutismos europeus surgiram a partir do século XVII, tornando a dimensão pública da vida uma espécie de efeito das prerrogativas privadas dos reis. Diante de tal situação, restara à aristocracia domesticada nas cortes o fomento de reuniões literárias, disputas letradas e demais atividades intelectuais através das quais a crítica podia ser exercitada de forma moral porém não politicamente fundamentada. A internalização do âmbito público como foro interno da consciência e, portanto, livre apenas enquanto interno, foi a resposta política histórica para superar as guerras religiosas e demais crises do espírito europeu nos primeiros séculos da modernidade. A moralização do mundo político absolutista teria atuado no sentido de promover a destruição das próprias estruturas socioculturais do Antigo Regime, e assim, tal mundo de ordenação jurídica determinada a partir de fundamentos absolutos, pois natural e emanada de um deus criador, deu lugar a um mundo novo no qual o foro interno da consciência passou a ser o próprio fundamento do mundo político-cultural intersubjetivo das sociedades modernas.⁴

Um dos problemas principais foi que a transição das concepções de mundo sustentadas por princípios heterônomos para outras cujo fundamento deveria ser sustentado na autonomia do ser humano. O modelo das sociedades liberais democráticas que se seguiu à crise do Antigo Regime não se processou sem negociações, apropriações e amálgamas. Nenhum ser temporal e político dotado de linguagem e, portanto, também de cultura, experimenta transições catastróficas de realidades. Certamente os indivíduos de então experimentavam-se simultânea e antagonicamente como súditos e cidadãos, cultivando suas tradições e pensando majoritariamente como pensavam na noite anterior às sequências de eventos conturbados ocorridos ao redor do 14 de julho de 1789. O mesmo é válido para as consequências da descoberta do Novo Mundo e o recebimento de notícias fabulosas sobre cidades, povos e escritas surpreendentemente análogos aos indícios de tempos antigos. “As controvérsias do início do século XVI sobre o humanismo nas universidades e da Reforma, nas ruas e nas igrejas fez a interpretação de todos os textos parecer difícil de uma nova maneira”.⁵

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge: The MIT Press, 1988; HAZARD, Paul. *The Crisis of the European Mind: 1680-1715*. New York: New York Review Books Classics. Kindle Edition; D'ALLONNES, Myriam Revault. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

⁵ “Early-sixteenth-century controversies over humanism in the universities and the Reformation in the streets and churches made the interpretation of all texts seem newly difficult”, GRAFTON, Anthony. *What was history?*, op. cit., 2007, p.22; Ver também: RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007; D'ALLONNES, Myriam Revault, op. cit., 2008; FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009; _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2008; _____. *As palavras e*

Tudo leva a crer que a função primordial do método nas operações filosóficas, humanísticas, científicas e historiográficas tenha se concretizado após tais fenômenos modernos de mudanças ontológicas e epistemológicas. O mundo anteriormente assegurado por noções transcendentais e absolutas cedia lugar a outro cujas relações internas terminavam por constituir concomitantemente sua própria natureza e fundamento. Não sem razão a ciência e a filosofia genericamente denominadas “mecanicistas” ou “newtonianas” mesclavam-se difusamente com substratos culturais mágicos, alquímicos, místicos, religiosos. O fundamento transcendente aceito e validado por tais formas de compreensão da realidade dava lugar a relações imanentes e processos internos. A secularização progressiva advinda dos conflitos religiosos endêmicos do início do mundo moderno e os choques culturais advindos da experiência no Novo Mundo tornaram ainda mais insustentáveis certas concepções de mundo já em conflito com suas remotas origens antigas.⁶

Segundo a filósofa Myriam Revault D’altonnes, esse seria o problema fundamental das sociedades modernas, ou seja, teríamos perdido os parâmetros gerais mínimos através dos quais as diferentes e sucessivas sociedades humanas poderiam se reproduzir e se reconhecer ao longo do tempo. Por isso nos primeiros séculos da modernidade “muitos deles [humanistas, eruditos e cientistas] não entendiam os textos ou o conteúdo dos autores clássicos que atacavam” com as armas da crítica. Posteriormente, as formas de vida camponesa e aristocrática foram se transformando conforme as novas formas e normas das sociedades urbanas, industriais, liberais, democráticas ou ao menos reguladas constitucionalmente se impunham. Todavia, tais mudanças afetavam apenas parte das populações, uma vez que maior parte das pessoas ainda viviam nos interiores rurais e pauperizados se comparados com as regiões industriais. Basta recordar que o Brasil permaneceu um império escravocrata até o limiar do século XIX, e ainda majoritariamente rural, não alfabetizado e cristão ao longo de grande parte do século XX. Há indícios de que Capistrano de Abreu estivesse em alguma medida atento sobre a ocorrência de tais fenômenos

as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007; CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

⁶ CATROGA, Fernando. *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Edições Almedina, 2010; KOSELLECK, Reinhart. *Critique and Crisis*, op. cit., 1988; HAZARD, Paul, op. cit.; CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001; _____. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of The History of Science in the Iberian World*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

de reprodução social. Em sua mais importante obra, isto é, os *Capítulos de história colonial*, o historiador sugeria algumas reflexões acerca destes processos históricos.⁷

Estes primeiros habitantes – desertores e degradados – têm uma importância especial na história de nossa pátria que ainda não foi bem apontada. Para compreendê-la basta lembrar que, quando começaram as tentativas seguidas de colonização, estes homens já se tinham adaptado à terra; que eram por conseguinte um modelo; que este modelo foi imitado, nem podia deixar de sê-lo; pois eles já tinham chegado ao ponto a que os outros deviam tender.

Como no comércio de 1501 a 1532 está quase todo o comércio brasileiro do século XVI, assim nestes povoadores acha-se em estado difuso quase toda a sociedade posterior.⁸

Portanto, retornando à noção de método, podemos afirmar que ela implicaria a forma maximamente apropriada e em correta ordem de se proceder num dado momento em relação a alguma ação ou processo. Por isso procedimentos metódicos são operações de controle, comunicabilidade e avaliação crítico-reflexiva por princípio. Quando recorremos a alguma estrutura intelectual cuja função é constituir um método estamos de fato operando um constructo de ideias, práticas e instrumentos que nos permite simultaneamente assegurar a verdade de uma representação da realidade, sua comunicação intersubjetiva e reprodução correta. Em minha opinião, métodos seriam como salas de espelhos subjetivas destinadas a refletirem não somente a si próprias como também suas análogas, de maneira que a persistência de um núcleo imagético comum nas reflexões pudesse garantir uma realidade externa para além de suas imagens.

Capistrano de Abreu foi considerado um exímio praticante do método histórico por muitos historiadores contemporâneos seus ou mesmo posteriores, talvez seu maior proponente no Brasil de sua época. Todavia, o autor não legou nenhum grande manual de introdução aos

⁷ D'ALLONNES, Myriam Revault, op. cit., 2008; RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; BERSTEIN, Serge. *Cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-364. GRAFTON, Anthony. *What was history?*, op. cit., 2007, p.14; BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890 = précis du recensement du 31 décembre 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898; REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900 : = précis du recensement du 31 décembre 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905; Ver também as tabelas seguintes, especialmente os dados referentes aos períodos de 01/08/1872, 31/12/1890, 31/12/1900, 01/09/1920: Tabela 2.1 - População presente, segundo o sexo, os grupos de idade, o estado conjugal, a religião, a nacionalidade e a alfabetização - 1872/1991; Tabela 2.3 - População residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1872/1991; Tabela 2.5 - População residente, segundo os Municípios das Capitais - 1872/1991; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro, IBGE, v. 56, 1996, p.194-200. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2013.

⁸ ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883, p.58-59.

estudos históricos ou livros sobre método, teoria e crítica historiográficos. Apesar disso, Capistrano de Abreu possuía considerável conhecimento de lógica e princípios de ciência moderna para aplicá-los na fundamentação de suas práticas metódicas, possuindo consciência de seus limites e potencialidades. Ele possuía pleno conhecimento de que, no que tange o ofício do historiador, a dimensão real-atual dos vestígios do passado, isto é, os documentos, controlavam nossas relações interpretativas em relação à dimensão pretérita do tempo. Além disso, sabia que do passado somente é necessário que tenha ocorrido e não ocorra mais, tampouco de outra forma: contra os fatos nada seria possível. E que historiar era fundamentalmente uma atividade de investigação, um inquérito.

Além disso o autor sabe que há três espécies de leis: empíricas, derivativas e finais ou irredutíveis. As leis geológicas, como os “*achados da crítica moderna*”, são generalizações empíricas, por conseguinte provisórias: significam uma coincidência, um bamburro, não denotam uma necessidade. São um inquérito e não uma sentença: não podem ser opostas aos fatos, mas devem adaptar-se a eles.⁹

Sobre método assim como de história, Capistrano deve ter aprendido alguma coisa nas escolas primárias onde a cartilha de origem escolástica era seguida de modo estrito e amplamente difundido. Lógica, retórica, aritmética, gramática, literatura e história luso-brasileiras eram ensinadas com pouquíssimas variações. O ensino em estabelecimentos de origem religiosa predominavam por todo o país, especialmente os colégios jesuítas existentes em solo brasileiro pelo menos desde o século XVII. Segundo o próprio historiador:

O regime formulado nestes documentos mostra em mais de um ponto os efeitos decorrentes da resurreição do direito romano, da porfia secular dos leistas [*sic.*] e regalistas, mas no conjunto predomina o espírito medieval. A igreja continua dona de suas posições pela preponderância exercida na família, que sem ela se não pôde constituir, e pela missão de ensinar, de definir o que é verdade e de condenar o erro. Daí não advieram complicações durante os tempos coloniais. Que à igreja competia casar e baptisar nunca padeceu dúvidas em país exclusivamente católico. Só depois de avultar a imigração heterodoxa modificou-se ligeiramente a legislação: registo civil figura quase no testamento da monarquia, casamento civil é obra da República. O privilégio de ensinar tão pouco foi disputado à igreja pelo Estado, que só a partir da administração pombalina abriu escolas. O ensino mesmo nas escolas régias estava de acordo com as doutrinas ortodoxas. Quando com a Independência começou a instrução pública a

⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Civilização Brasileira/INL, 1976, p.9-10.

figurar entre os deveres da governança, poder civil e poder eclesiástico evitaram tacitamente causas de conflito.¹⁰

Porém, foi no artigo intitulado *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, publicado originalmente entre 16 e 20 de dezembro de 1878 no *Jornal do Comércio*, que o historiador João Capistrano de Abreu escreveu possivelmente um de seus principais estudos teóricos e de crítica historiográfica. Segundo o historiador José Honório Rodrigues, esse artigo marcou o início da “reabilitação de Varnhagen” rumo ao status de “maior historiador brasileiro”. Já em 1882, Capistrano de Abreu publicou outro artigo dedicado a Varnhagen, dessa vez na *Gazeta de Notícias* entre os dias 21 e 23 de novembro sob o título de *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, dotado de conteúdo similar ao artigo anterior. A importância fundamental de tais artigos não está necessariamente no fato de terem sido dedicados a Varnhagen, mas no de que Capistrano já havia posto em prática um longo processo de conformação das práticas e do discurso historiográficos já no Brasil das últimas décadas do século XIX.¹¹

A verdadeira compreensão das tarefas da historiografia brasileira cumpridas ou a cumprir, de seus feitos e achados, do estado atual das questões, ninguém revelou tão cedo, num descortínio [sic.] claro, lógico e exato, como este jovem em seus ensaios de 1878 e 1882, os melhores que até hoje [1953] se escreveram. Capistrano aí define as contribuições de Varnhagen, aponta suas realizações, compara-as com as de seus predecessores e contemporâneos e conclui que nenhum brasileiro se lhe podia comparar naquela época. Mas não se limita a indicar o que fizera o mestre, o guia, o senhor da geração do século XIX; examina as deficiências, aponta as lacunas, resume o estado da historiografia brasileira, nomeia os estudiosos e enumera os trabalhos que iam adiantando os estudos históricos no Brasil depois da passagem de Varnhagen.¹²

Ambos os textos registram as considerações de João Capistrano de Abreu acerca da situação do desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil à sua época. Para além de um discurso laudatório sobre a obra do Visconde, Capistrano evidencia tanto seus méritos quanto suas limitações. A importante herança legada por Varnhagen se referia acima de tudo ao viés

¹⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938, p.34.

¹¹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p.126, 194; RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.221, p.120-138, Out. 1953, p.121.

¹² Idem. Ver também: OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006, p.42, 67, 104-105.

nacional implicado à construção de sua narrativa e ao conjunto documental relacionado ao passado colonial por ele coligido, criticado, estabelecido e manipulado habilmente. Além da necessidade imperativa de pesquisa documental postulada por Capistrano de Abreu para que uma história do Brasil mais completa e “mais verdadeira” fosse escrita posteriormente, seria fundamental a produção de estudos monográficos que preparassem o patamar básico da historiografia nacional. O próprio Varnhagen havia sido um precursor dessa espécie de operação. “Na *Revista do Instituto* pululam as memórias que envia, como os documentos que oferece, e quase não há sessão em que seu nome não apareça”. Aparentemente, a maior falha de Varnhagen havia sido a não adoção “do corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos [do século XIX] se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”. Para Capistrano, aproximar a disciplina história do modelo científico pautado pelas ciências naturais então vigentes implicaria não somente uma maior objetividade e proximidade com o real e a verdade pretéritos, mas também a possibilidade de enfim ser possível “generalizar as ações e formular lhes teoria”, “representá-las como consequências e demonstrações de duas ou três leis basilares” acerca da história do Brasil, “o *rationale* de nossa civilização”.¹³

De acordo com os registros de suas correspondências e estudos, Capistrano provavelmente lera Stuart Mill, Comte, Spencer, Buckle, Taine, Ratzel, Humboldt e Ranke entre tantos outros autores cujos discursos históricos enunciavam pretensões mínimas de cientificidade que variavam desde a afirmação da existência de leis históricas universais à afirmação do caráter imperativo da crítica documental metodicamente regulada. Concordando com José Honório Rodrigues, sua forma de interpretar a história do Brasil mudou progressivamente de uma interpretação positivista da história, segundo a qual a história deveria obedecer a leis e constantes universais, para uma interpretação da história dedicada especificamente à crítica metódica dos documentos e à busca do sentido fundamental da história nacional. Em *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, encontramos ainda referências aos “modernos estudos craniológicos” do Dr. J. R. Peixoto em seu *Novos Estudos craneológicos sobre os botocudos* e a indicação de que o autor

¹³ Quando me refiro ao viés nacionalista da historiografia produzida por Varnhagen capaz de ser percebido por seus interlocutores, apoio-me na noção de *perspectiva orientadora* proposta pelo historiador alemão Jörn Rüsen. Tal noção deve ser compreendida como “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” e adquire sentido em relação à experiência e à práxis da vida humana, direcionando-as, RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001, p.31-32; Como bem afirma Temístocles Cezar, na obra de Varnhagen “a ideia de nação funciona como um conceito organizador e como um recurso narrativo”, CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002, p.576; ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série., op. cit., 1931, p.127-143, 195-217.

acompanhava o estado “atual da antropologia brasileira” e seus “antropologistas”. Para esse jovem historiador interessado nas mais atuais teorias científicas, a Biblioteca Nacional (BN) se tornaria uma espécie de laboratório.¹⁴

Como argumentaremos ao longo deste estudo, esse almejado caráter científico foi atualizado sob a função fundamental do método e da crítica histórico-documental, ocasionando determinações substanciais para a produção do discurso historiográfico no Brasil e sobre a história brasileira. Através desse processo, determinadas ideias de identidade nacional ganhavam corpo, substancializavam-se. Mas isso ocorreu justamente porque a difusão das ideias contidas nos artigos *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* de 1878 e *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, de 1882, não ficaram restritas àquelas páginas.

Originalmente marcada para inaugurar no dia 7 de setembro de 1881, mas adiada para o dia 2 de dezembro, data do 56º aniversário do imperador D. Pedro II, a Exposição de História e Geografia do Brasil da Biblioteca Nacional foi inaugurada devendo durar até o dia 2 de janeiro do ano seguinte. A exposição, realizada por Ramiz Galvão, então diretor da referida instituição, auxiliado por Alfredo do Vale Cabral, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Menezes Brum tinha como meta expor a maior coleção de documentos históricos sobre a história do Brasil existente até então. Além de expor o acervo documental da instituição, era prevista a publicação de um catálogo sobre esse material. Desde os primeiros dias já haviam sido distribuídos dois volumes que arrolaram 19288 itens ao longo de 1612 páginas posteriormente aumentados para aproximadamente 20337 itens e mais de 1800 páginas quando do lançamento de um suplemento. Todavia, esses dois volumes ainda eram apenas, nas palavras de Capistrano de Abreu, um “mero pretexto da obra verdadeira”, ou seja, o *Catálogo da exposição de história do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*, do qual derivou ainda o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* sob a responsabilidade do Barão de Ramiz Galvão.¹⁵

Das atividades desenvolvidas por Capistrano de Abreu ao longo da preparação da Exposição e do *Catálogo* de 1881 resultaram publicações parciais da *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador que posteriormente resultaram na primeira edição completa de 1888.

¹⁴ RODRIGUES, José Honório, op. cit., 1953, p.122-126. ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883, p.92-97.

¹⁵ Segundo Rodrigues, “o Catálogo compreende todo e qualquer livro que trate do Brasil, em qualquer língua, de 1500 a 1881, ou sejam [sic.] 381 anos de bibliografia brasileira”. RODRIGUES, José Honório. *Introdução*. In: CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Edição fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, 1 v., p.VIII, X, XV, XVII; ABREU, J. Capistrano de. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931], p.III.

A edição de 1918 acabou por ser considerada definitiva. Nela, Capistrano adicionou uma *Nota preliminar*, espécie de prefácio apresentado logo no início do volume, na qual podemos ler suas considerações e as histórias tanto sobre a obra quanto do próprio frei Salvador. Acontece que antes do trabalho de crítica realizado por Capistrano de Abreu, a *História do Brasil* de Vicente do Salvador constituía antes um conjunto difuso, mais ou menos homogêneo de manuscritos singulares do que um *corpus* documental único, consolidado, capaz de ser reunido em torno de uma identidade maior caracterizável pela unidade do título de uma obra ou do nome de um autor. Algo instigante ocorre também com o próprio frei Vicente, o qual, de figura praticamente desconhecida, passando pelo status de colono luso-brasileiro súdito do império português, é paulatinamente transformado ao longo das referidas páginas num patriota brasileiro e autor da *História do Brasil* em função de seu “amor à terra natal”. Para estabelecer tal juízo com solidez, Capistrano nos ofereceu o contraponto de Sebastião da Rocha Pita autor de uma *História da América Portuguesa* publicada muito depois dos escritos de frei Salvador. Além disso, Vicente do Salvador foi inserido na narrativa maior da história do Brasil que Capistrano estava em vias de escrever. Nessa *Nota preliminar*, encontramos não somente um ensaio de crítica documental, mas também fragmentos de uma história e da historiografia brasileiras produzidas conforme os parâmetros estabelecidos por seu autor.¹⁶

Sediada no Rio de Janeiro, a famosa Tipografia Laemmert encomendou no ano de 1900 um hercúleo projeto de anotação crítica da *História geral* de Varnhagen ao historiador cearense João Capistrano de Abreu. Essa edição revista e anotada constituiria a terceira edição da *História geral*, uma vez que as duas primeiras edições foram publicadas por Varnhagen ainda em vida como nos referimos anteriormente. Todavia, a terceira edição somente foi publicada alguns anos depois da realização da encomenda pela Tipografia Laemmert, pois em 1906 um incêndio na casa de edição destruiu boa parte dos materiais. De qualquer forma, o primeiro volume da terceira edição acabou sendo publicado em 1907. Após o incidente, tudo indica que Capistrano tenha se desmotivado a seguir a sós com o imenso trabalho de anotação da *História geral do Brasil*. Pouco tempo depois Rodolfo Garcia tomou parte no projeto da terceira edição. Quando Capistrano de Abreu faleceu no dia 13 de agosto de 1927, Garcia se

¹⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, op. cit., [1931], p.III-XX; “O Diário Oficial publicaria os dois primeiros livros da *História do Brasil* em 1886, mas a obra completa só viria à luz no fim de 1888, no volume 13 dos Anais da Biblioteca Nacional, precedida de uma introdução na qual Capistrano – que planejava editar a história seiscentista desde o final da exposição – esclarece o itinerário percorrido pelo manuscrito até a doação para a biblioteca, discorre sobre outras cópias existentes na Torre do Tombo, em Lisboa, e, finalmente, tece alguns comentários sobre a biografia do frade”, ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c.1630)*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof.^a Andréa Daher. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-graduação em história social, 2004, p.55.

tornou seu herdeiro legítimo, terminando de publicar nos anos seguintes o que ficou conhecido como a terceira/quarta edição integral da obra de Varnhagen. Além disso, editou também o *Florilégio da poesia brasileira* do Visconde. Assim, a maior parte dos volumes foi anotada e revisada especialmente por Rodolfo Garcia.¹⁷

Enquanto trabalharam juntos, Rodolfo Garcia também acompanhou Capistrano em outros importantes empreendimentos, principalmente no que tange a publicação de documentos que os autores consideravam fundamentais para a constituição da historiografia nacional. A maioria absoluta desses documentos era referente ao período colonial. Tanto nos artigos de 1878 e 1882, como em suas correspondências, Capistrano evidenciava sempre a importância de serem feitas mais pesquisas sobre o período, por exemplo, o caso das bandeiras, da expansão para o sertão ou da produção do café ao longo do período colonial. Acima de tudo, Capistrano alegava constantemente a necessidade da descoberta de documentos para realizar essa tarefa. Ao mesmo tempo em que trabalhavam na anotação da *História geral do Brasil*, os autores também prefaciavam e anotavam um grande *corpus* de documentos do período colonial.

Dentre tais edições, podemos destacar os emblemáticos volumes dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão; os *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim; a *História da Província Santa Cruz*; *Tratado da terra do Brasil* de Pêro de Magalhães Gândavo; a série da *Primeira visitaçã do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça* composta pelas partes das *Confissões e Denunciações da Bahia*, assim como do volume das *Denunciações de Pernambuco*; as *Cartas* de José de Anchieta; o *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*; a *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão* do francês Claude D'Abbeville; e a já referida *Historia do Brasil* do frei Vicente do Salvador entre outros.

Importante ressaltar que todas essas atividades de editoração de documentos se coadunavam a um projeto maior, não necessariamente contínuo, de descoberta, coleta, crítica e edição de documentos históricos referentes ao passado colonial luso-brasileiro. A origem desse projeto historiográfico poderia ser remontada, no mínimo, ao IHGB, passando por Varnhagen, pela Biblioteca Nacional, a Academia Brasileira de Letras (ABL) até Capistrano de Abreu. No caso de Varnhagen, como já mencionado, a pesquisa e mesmo a edição de tais

¹⁷ CEZAR, Temístocles, op. cit., 2002, p. 540-541; GONTIJO, Rebeca. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v.14, n.26, p.41-76, dez., 2007, p.42; Ver também: RODRIGUES, José Honório. *Rodolfo Garcia e Afonso Taunay*. In: *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970, p.150-154; RODRIGUES, José Honório. *Rodolfo Garcia*. In: *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970, p.155-162.

documentos foi algumas vezes financiada pelo próprio historiador e legaram-lhe o status de fundador da historiografia nacional. Conforme Capistrano, quase não havia sessão do IHGB em que Varnhagen não oferecesse um documento para publicação. No caso da Biblioteca Nacional, houve não apenas a iniciativa do *Catálogo* da exposição de 1881, como também um trabalho constante de edição de documentos através dos *Anais da Biblioteca Nacional* no qual o próprio *Catálogo* foi primeiramente publicado na edição de número IX. Segundo Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional à época, a exposição motivada pelo conselheiro Barão Homem de Mello, carregada de “zelo e patriotismo” apesar das dificuldades, permitiria que futuramente fosse levantada “à história da pátria o monumento que ela reclama”.¹⁸

Em 1923, Afrânio Peixoto, então presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), iniciou um projeto destinado à “publicação de duas séries de obras raras e preciosas” referentes aos “clássicos nacionais”. Tais volumes constituiriam a coleção Biblioteca de Cultura Nacional, que deveria abranger obras e documentos classificados dentro das seguintes especificações: história, literatura, “dispersos” e “bio-bibliografia”. Posteriormente, o empreendimento foi renomeado como *Coleção Afrânio Peixoto*. Segundo Peixoto, tais edições deveriam ser “enriquecidas de introdução bibliográfica, e de notas elucidativas, das quais serão encarregados os nossos confrades que tiveram pendor por esse gênero de estudos”. Os escolhidos entre seus pares em função do “pendor por esse gênero de estudos” foram Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. A proposta da ABL foi o coroamento de uma série de iniciativas relacionadas à tarefa de edição e publicação de documentos históricos considerados essenciais para a constituição da história e da historiografia brasileiras. Se n’*O Brasil no Século XVI*, Capistrano havia caracterizado Varnhagen como “o mais ardente e o mais persistente” dos “campeões”, a partir da morte do Visconde, suas armas e sua missão perante Clio seriam herdadas pelo próprio Capistrano.¹⁹

No caso do IHGB, não somente os estatutos de 1838 previam a coleta e a publicação de documentos, como houve a publicação de memórias destinadas a orientar tal esforço. Além disso, praticamente não houve edição da *Revista* que não publicasse ao menos um documento, uma carta ou regimento que fosse. Os estatutos do Instituto eram bastante claros quanto à necessidade desse esforço de compilação documental e, já na proposta de fundação do IHGB

¹⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série., op. cit., 1931, p.129-133; ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Volume IX. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881; GALVÃO, Ramiz. *Apresentação*. In: CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Edição fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, 1 v., p.XIX.

¹⁹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Afrânio Peixoto – Biografia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.; GARCIA, Rodolfo. *Introdução Geral*. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.7-8; ABREU, J. Capistrano de. *O Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1880, p.19.

datada de 16 de agosto de 1838, assinada pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, estavam registradas as orientações fundamentais acerca de como deveriam proceder em relação aos documentos da história do Brasil:

3ª O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à historia do Brasil.

9ª O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remeterá todos os documentos da sua instalação; e assim também com outros da mesma natureza em nações estrangeiras; e procurará ramificar-se nas províncias do Império, para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil.²⁰

Na mesma edição em que foi publicado o rudimento de estatuto de 1838, consta também uma *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro* datada de 17 de dezembro do mesmo ano e dividida em orientações relativas à história e à geografia nacionais na qual consta, por exemplo, o item “2º Cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna; e extratos de notícias extraídas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis, como eclesiásticos”. Dado instigante é o fato de que as orientações quanto à geografia se reduzem basicamente a questões agrícolas, sendo que o único ponto não necessariamente vinculado à agricultura é o 7º item referente à extensão das províncias, aos recursos naturais (rios, montanhas e potencial mineral) e à “história geográfica do país”. Não bastando, tal item é curiosamente desdobrável em outros itens constantes na parte relativa à história do Brasil.²¹

Exemplar sobre o projeto institucional referente à descoberta, coleta e publicação de documentos pelo IHGB é a memória redigida pelo desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, intitulada *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?* e publicada na edição de 1841 da *Revista* do IHGB. Citando o estatuto do Instituto, a proposição de abertura da memória é explícita quanto à urgência de seus objetivos primeiros, ou seja, “coligir e preparar os materiais necessários para a história e a geografia do Brasil”, “expondo o que entende acerca da autenticidade e da importância dos documentos”. Além da escassez documental,

²⁰ Breve Notícia sobre a Creação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-8, 1839 [1908], p.6-7.

²¹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Lembrança do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remeterem á sociedade central do Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.1, p.109-110, 1839 [1908].

Rodrigo Pontes diz também reconhecer “que poucos são na verdade os monumentos históricos do Brasil”. Não havia ruínas suficientes ou mesmo vestígios de antigas civilizações. Por isso as viagens eram fundamentais para se determinar questões históricas e suas coordenadas geográficas “segundo os princípios da ciência”.²² Uma vez mais a geografia surgia intrinsecamente associada à história.

De certa forma, a função central que o processo de pesquisa, coleta, crítica e publicação de documentos ocupava no período em questão sugere que as possibilidades de se contar a história do Brasil eram restritas e apenas aumentavam à medida que monografias e novos estudos eram realizados concomitantemente à expansão do *corpus* documental relativo à história nacional. Todavia, não acredito que se tratasse apenas de uma questão prática, material. Uma das hipóteses deste estudo é que a aplicação do método histórico e crítico de estabelecimento documental constituía no que tange o referido período, ou seja, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, uma espécie de “espada de dois gumes”: se por um lado possibilitava a apuração e a verificação dos registros presentes nos suportes materiais dos documentos traduzindo-lhes em informações pertinentes e seguras capazes de serem instrumentalizadas ao longo da prática historiográfica; por outro, sob o manto do caráter compulsoriamente imperativo do discurso científico e das noções de crítica e método, certos pressupostos arbitrários foram progressivamente naturalizados ao ponto de associarem *a priori* a questão da autenticidade dos documentos à sua importância segundo a perspectiva nacional. Era preciso acreditar ser verdadeiro um documento que também informasse algo sobre a “História Pátria”.

Este estudo pretende elucidar os procedimentos crítico-metódicos operados por Capistrano de Abreu com vistas a melhor compreender não apenas como o historiador realizava tais operações, mas também perceber a estruturação histórica na qual ele estava inserido, de forma que a efetuação de determinadas possibilidades político-intelectuais surgiam e colocavam-se sobre disputadas variadas.

Capistrano nasceu na pequena comunidade de Columinjuba, próxima da pequena cidade de Maranguape no interior do estado do Ceará no dia 23 de outubro de 1853. Seu pai

²² PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.3, p.149-157, 1841 [1860], p.149-151.

João Honório de Abreu era um pequeno proprietário de terras da região e, em 1869, havia se tornado Primeiro Tenente de Cavalaria da Guarda Nacional. Capistrano estudou em escolas confessionais quando jovem, tentou sem sucesso se inserir na prestigiosa Escola de Direito do Recife, de maneira que em 25 de abril de 1875 decidira tentar seu destino na Corte Imperial, na época, já a cidade do Rio de Janeiro.²³

Além de sua trajetória do interior do país rumo aos grandes centros, posteriormente Capistrano também viajou muito, refazendo caminhos múltiplos entre sertões diversos e cidades que então se modernizavam, como podemos atestar através do volume gigantesco de suas correspondências datadas frequentemente de regiões distintas. Acreditamos que seu contato com o interior de seu país oferecia elementos suficientes para que suas realidades se mostrassem demasiadamente próximas daquelas descritas nos registros documentais com os quais trabalhava. Ao longo da edição dos documentos do passado colonial, Capistrano pode perceber a fusão entre horizontes históricos simultaneamente tão próximos e distantes. Séculos atualizavam-se em quilômetros dando forma ao sentido colonial da história brasileira.²⁴

Mas se de fato o Brasil Estado independente não era idêntico à antiga colônia portuguesa na América atestada pelos documentos, suas similaridades eram alarmantes. Oligarquias oriundas de “nobrezas da terra” do período colonial persistiam controlando os aparatos estatais regionais e centrais, as propriedades fundiárias e operando mecanismos de transferência de renda como o Encilhamento. Suas estruturas eram reproduzidas fundamentalmente pelo sistema de ensino conservador, de matriz religiosa e bacharelesca. Nesse sistema, o ensino da “História Pátria” desenvolvia função essencial: dizer o que e quem eram os brasileiros, se um amontoado de indivíduos díspares associados apenas por uma

²³ Sobre a vida de Capistrano de Abreu, ver: AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006; _____. “Atravessar o oceano para verificar uma vírgula”: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927). Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba. São Paulo: USP, FFLCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007; GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010; _____. O “cruzado da inteligência”, op. cit., 2007; _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927). Memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013; SILVA, Ítala Byanca M. da. *Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011; VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

²⁴ Sobre sua correspondência, ver: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1977. 3 v.; AMED, Fernando, *As cartas de Capistrano de Abreu...*, op. cit., 2006; GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

identidade temporal assegurada pelos enquadramentos jurídicos e geográficos; ou se um todo orgânico, articulado e composto de substância singular.²⁵

Tudo indica que essa questão ainda estava em aberto e sob disputa naquele Brasil de Capistrano. Uma solução encontrada pelo historiador foi atuar definindo o que deveria ser a substância nacional através do controle de suas próprias possibilidades de efetivação. Capistrano de Abreu visou atestar aquilo que os brasileiros deveriam ser no passado para poder afirmar o que eles eram no seu presente e deveriam ser no futuro. Astucioso, Capistrano mirava o futuro enquanto narrava as formidáveis histórias do que eram e deveriam ser o Brasil e os brasileiros.

Dividido em duas partes igualmente organizadas em dois capítulos, este estudo propõem portanto, fechar o arco armado por Capistrano de Abreu dando alguns passos na direção do Brasil no qual o historiador cearense viveu e escreveu história. Assim como Odisseu retornou a Ítaca e desfechou um golpe certo contra aquele grupo de poucos que dilapidavam seu reino, recuperemos os esforços de Capistrano no sentido de pensar uma Nação organizada, coesa, mesmo apesar de seus prováveis recuos, dúvidas ou excessos. O sentido colonial da história do Brasil, assunto de nosso primeiro capítulo, tratará justamente de demonstrar como o historiador trabalhou para representar o sentido do desenvolvimento temporal, diacrônico do ser nacional brasileiro.

Para realizar esse trabalho, Capistrano de Abreu sagazmente optou por controlar o substrato material, os pontos de contato mais diretos possíveis em relação ao passado, ou seja, os documentos referentes ao período colonial. No primeiro capítulo da primeira parte, argumentaremos que os documentos funcionavam como *índices de realidades pretéritas*, indicando um vínculo temporal privilegiado por princípio, através do qual se pode verdadeiramente dizer o que foi o passado. Mas não basta ao historiador dizer a verdade de outros tempos se ele não pode controlar, garantir intersubjetivamente os conteúdos de verdade sobre realidades pretéritas sobre as quais constrói suas representações historiográficas. Desta forma, no segundo capítulo deste estudo, discutiremos a função, as características gerais e os efeitos do método enunciado e praticado por Capistrano de Abreu.

²⁵ Sobre as elites brasileiras, suas origens coloniais e seus sistemas de reprodução, ver: ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Anpocs: Paz e terra, 2002; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; MATTOS, Ilmar Rohloff de *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987; MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000; RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

Na segunda parte deste estudo, trataremos especificamente do artifício intelectual crítico-metodológico realizado por Capistrano cujos efeitos foram a consolidação de certas concepções de história, historiografia e identidade nacional, o que denominei como Cavalo de Troia da Nação. Através de um conjunto bastante heterogêneo de formulações descritivas, normativas e/ou prescritivas de seu discurso historiográfico, o autor logrou controladamente justificar suas concepções e experiências da realidade histórica brasileira. O sistema educacional e as estruturas político-econômicas pareciam combater avidamente as alterações sócio-jurídicas desencadeadas pela transformação de um Império do Brasil ainda pleno de características do período colonial na direção de uma República plenamente brasileira.

Se o método articulado por Capistrano devia muito às concepções científicas oriundas de suas leituras de autores das ciências sociais de sua época, especialmente de geógrafos, sua prática esteve mais intimamente ligada a uma tradição longínqua, sustentada por estudos filológicos comparativos. Analisaremos especialmente a edição dos *Tratados da terra e gente do Brasil*, ou, mais especificamente, a reprodução *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Ceremonias*, de Fernão Cardim, 1881. Ao estudar o processo de edição crítica do referido documento por parte de Capistrano de Abreu, veremos como o trabalho crítico-metódico que devia assegurar a veracidade dos manuscritos e a correspondente verdade de suas informações esteve intimamente relacionado a um processo maior de escolhas e renúncias não exclusivamente historiográficas.

No segundo capítulo, fecharemos o arco do astucioso Capistrano, argumentando sobre suas escolhas, interdições e concepções historiográficas implícitas não somente em seus discursos historiográficos, conforme analisado nos capítulos anteriores, como também em seus discursos teórico-metodológicos publicados esparsamente por edições de documentos e artigos de periódicos. Estudaremos como suas críticas à obra de João Francisco Lisboa em comparação com a de Francisco Adolfo de Varnhagen refletem seus referidos pressupostos teórico-metodológicos indiciando uma espécie de achatamento da experiência espaço-temporal que o condicionava a experimentar de maneira singular o Brasil de sua própria época em relação à sua projeção sobre o passado colonial.

Distribuídos por um grande volume de edições de documentos, discursos historiográficos, críticos e teórico-metodológicos não necessariamente publicados sob essas classificações, Capistrano foi incrivelmente astucioso ao conceber, independentemente do caráter consciente ou não desse empreendimento, um artifício intelectual capaz de projetar para o futuro maiores e mais seguras possibilidades de efetivar o sentimento de nacionalidade orgânica tão caro ao historiador, identidade nacional que projetada fortemente do passado

deveria algum dia concentrar-se num ponto focal ideal. A esse mecanismo intelectual de subsumir um conteúdo ideal sob prerrogativas controladamente verdadeiras e reais é que denomino o Cavalo de Troia da Nação. Assim, creio que Capistrano de Abreu realizou uma brilhante história *a priori* conforme sugerido por Immanuel Kant: projetou e consolidou os preceitos sobre os quais acreditava ser possível consolidar a unidade articulada entre o Estado e a Nação brasileiros ainda em disputa no horizonte histórico que experimentara, direcionando os processos de sua realização futura.

I. O sentido colonial da história do Brasil

O discurso historiográfico estabelecido por Francisco Adolfo de Varnhagen sobre a “História Pátria” foi autorizado por seus críticos acima de tudo em função do trabalho documental que realizou o Visconde. Como muito bem registrou Capistrano de Abreu, praticamente não houve seção do IHGB ou edição da *Revista do Instituto* em que Varnhagen não oferecesse um documento para avaliação ou publicação. Desde a fundação do Instituto, passando pelas iniciativas da Biblioteca Nacional, da Academia Brasileira de Letras até a publicação da *História geral do Brasil* é possível perceber um processo contínuo de estabelecimento documental operado por historiadores e letrados de diferentes períodos que visava definir uma estrutura mínima de fatos e fenômenos para a história nacional. Esse *corpus* documental estava em progressiva expansão, como podemos perceber pelo consequente aumento de coleções publicadas na virada do século XIX para o XX. Mesmo que não intencionalmente articulado em cada uma de suas etapas, esse fenômeno de investigação documental representa um projeto historiográfico e político-institucional.²⁶

Em sua tese sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, intitulada *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial*, assim como em seus artigos sobre os congressos de história nacional ocorridos no início do século XX, a historiadora Lúcia Paschoal Guimarães nos fornece dados importantes para avaliarmos o desenvolvimento desse projeto documental. Uma de suas constatações foi que não somente os documentos publicados no seio do Instituto eram majoritariamente referentes ao passado colonial luso-brasileiro, como também muitos dos estudos monográficos publicados até as décadas iniciais do século

²⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série., op. cit., 1931, p.129-133; ver também: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005; FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010; SANTOS, Pedro Afonso C. dos. As notas de rodapé de Capistrano de Abreu: as edições da coleção Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil (1886-1887). *Revista de História*, São Paulo, n.163, p.15-52, jul./dez. 2010; _____. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo: USP, FFLCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009; _____. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *História*, Franca, n.1, v.29, p.418-441, 2010; SILVA, Ítala Byanca M. da. Anotar e prefaciá-la obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, n.3, p.83-105, set., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/55/35>. Acessado em 04/01/2011; _____. Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o “Caminho do Mar”. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: 2006. Texto disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf>. Acessado em 18/05/2010; _____. *Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

XX privilegiavam assuntos e recorriam a documentos relativos a essa configuração do passado.²⁷

Uma hipótese possível seria pensar que o conjunto de documentos pertinentes para o desenvolvimento da historiografia brasileira disponível até o início do século XX encontrava-se de alguma forma ainda restrito em torno dos documentos de origem colonial. Todavia, não podemos negar que questões políticas contemporâneas ao fenômeno estudado possam ter condicionado a atenção especial dada a esses documentos. O IHGB chegou mesmo a aprovar o projeto de uma arca do sigilo na qual seriam guardados por período determinado documentos que por motivos políticos não deveriam ser publicados naquele presente.²⁸ De toda forma, os dados registrados nos documentos e na referida historiografia nos permitem pensar que o passado colonial funcionava, antes de tudo, como lastro de realidade da representação da substância nacional ao longo do tempo. Podemos observar a caracterização de personagens luso-brasileiros da história colonial como “primeiros patricios”, espécie de preconfiguração de correlatos ainda em gestação dos cidadãos do Brasil Estado-nação independente. Isso pode ser compreendido como uma possível forma de estabelecer uma relação de identidade histórica persistente e duradoura que abrangesse desde o século das primeiras explorações europeias por solos americanos até o presente histórico delimitado aproximadamente entre 1870 e 1930.

Para compreendermos melhor como operava cognitivamente a concepção de história comungada por Capistrano de Abreu, recorreremos aos estudos acerca do desenvolvimento do conceito de história tal qual proposto por Reinhart Koselleck em seus estudos sobre a evolução do referido conceito ao longo da modernidade. Apesar das modulações semânticas antigas e medievais das noções conceituais de história, e das especificidades do vocabulário alemão estudado por Koselleck, argumentaremos que a transformação semântica sofrida pelo vocábulo ao longo da modernidade provavelmente diz respeito a fenômenos de caráter ocidental mais amplo, de maneira que tais limitações não impossibilitariam que o estudo apresentado pelo historiador pudesse servir de parâmetro para o processo específico do

²⁷ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.156, v.1, n.388, p.459-613, jul./set., 1995, p.509-516, 520-522, 527-531; _____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; _____. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.48, p.145-170, 2004; _____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.147-170, jan., 2005.

²⁸ Extracto das actas das sessões do 4º trimestre de 1847. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.9, 1847 [1869], p.567.

qual os trabalhos de Capistrano é sintomático. O recurso ao método da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) e o estudo específico das palavras alemãs *Historie* – originalmente referente à história enquanto discurso e disciplina – e *geschichte* – história enquanto realidade e conjunto de eventos que posteriormente assumiu também o conteúdo semântico da construção representativa –, não impedem que Reinhart Koselleck investigue autores franceses, tais como Fénelon e Diderot, e os insira em sua argumentação sobre o processo de evolução do conceito em língua alemã. O próprio fato de o autor recorrer a eventos e fenômenos referentes ao Sacro Império Romano-Germânico ou, ainda mais sintomático, à Revolução Francesa como um dos marcos do processo de evolução do conceito de história na modernidade denota o caráter amplo e não especificamente germânico do fenômeno.²⁹

Uma das características do conceito antigo de história, ou melhor, do *topos* da história na Antiguidade era que “somente podia escrever histórias quem as tivesse visto por si mesmo ou tivesse tomado parte nelas”, de forma que a função ocupada pelos documentos segundo o conceito moderno de história não possuía correspondente no modelo antigo. Isso não significa que a historiografia antiga não possuísse lastros na realidade, mas que sua fundamentação referencial estava antes no testemunho daqueles que experimentavam determinados eventos ou fatos do que na existência e no recurso a registros documentais. Pelo menos até as décadas iniciais do século XVIII, a história foi considerada fundamentalmente como a narração verdadeira da ocorrência de eventos. De acordo com Arnaldo Momigliano, os historiadores antigos preferiam a evidência pretérita imediata possível de ser apreendida seguramente pelo próprio historiador ou oriunda de testemunhos qualificados do que os registros de passados distantes e, portanto, mais difíceis de serem verificados. Desde a historiografia de Heródoto já existia “uma seleção determinada primeiramente pelo valor intrínseco dos eventos e, em segundo lugar, pela informação disponível”.³⁰

Este duplo critério de escolha está presente, em diferentes proporções e mais ou menos conscientemente, em todas as obras históricas dos gregos e dos romanos que vieram depois de Heródoto até, digamos, Procópio e Cassiodoro. Cada historiador estava preocupado acima de tudo com a

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri, Editorial Trotta, 2004, p.38-39, 50-52, 58; _____. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006, p.28-37; _____. *Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge: The MIT Press, 1988; _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001; _____. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n.57, p.27-38, Fev. 2005.

³⁰ KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, op. cit., 2004, p.37, 40; MOMIGLIANO, Arnaldo. *Time in Ancient Historiography*. In: *Essays in Ancient and Modern Historiography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p.190.

importância do que ele estava registrando; em segundo lugar, ele estava preocupado com a natureza de sua evidência e sabe mais ou menos de forma clara que algumas partes da evidência são melhores que outras. De fato, mesmo antes de Heródoto, Hecateu escolheu recontar as genealogias dos gregos, não tanto porque elas fossem obviamente importantes para os gregos, mas também porque ele estava melhor informado sobre elas do que o resto dos gregos. Poucos ou nenhum dos historiadores gregos e romanos formularam esses dois critérios com a severidade de Tucídides, que preferiu a Guerra do Peloponeso a tudo o que aconteceu antes, tanto porque ela era mais importante quanto porque ela poderia ser narrada mais confiavelmente. Mas todo historiador, mais ou menos, levou ambos os critérios em consideração. Assim temos, de acordo com o exemplo de Tucídides, a recorrente preferência pela história contemporânea, a qual era obviamente importante para aqueles que viviam nela, e que ao mesmo tempo podia ser narrada de forma mais confiável. Aqueles que diziam o passado tinham que sacrificar suas histórias simplesmente porque a evidência não era confiável. [. . .] Mas a ênfase claramente não estava na repetição e eternos retornos, mas no valor único do que estava sendo contado: história oferecia exemplos, não padrões para eventos futuros.³¹

Essa característica do conceito antigo estava relacionada a uma dimensão menos dinâmica de evolução histórica, pois as sociedades antigas mudavam pouco e de forma lenta, mantendo suas estruturas consideravelmente inalteradas, possibilitando uma crença bastante justificada na existência de uma natureza humana persistente de maneira que se acreditava possível aprender diretamente com exemplos históricos pedagogicamente definidos. Isso não implicava em concepções de tempo cíclicas ou na negação da temporalidade, tal como bem argumentou Arnaldo Momigliano. Essa concepção de história tornou-se célebre sob a expressão latina proferida por Marco Túlio Cícero, a saber, *historia magistra vitae*. Mas além de poder ser percebida no discurso de inúmeros historiadores gregos e romanos antigos,

³¹ “In other words, his history [Herodotus’ one] is founded upon a selection determined primarily by the intrinsic value of the events and secondarily by the information available. This double criterion of choice is present, in different proportions and with different degrees of awareness, in all the historical works of the Greeks and of the Romans who came after Herodotus until, say, Procopius and Cassiodorus. Each historian is concerned first of all with the importance of what he is going to put on record; in the second place he is concerned with the nature of his evidence and knows more or less clearly that some pieces of evidence are better than others. Indeed, even before Herodotus Hecataeus had chosen to recount the genealogies of the Greeks, not so much because they were obviously important to the Greeks, but also because he was better informed about them than the rest of the Greeks. Few or none of the Greek and Roman historians formulated the two criteria with the severity of Thucydides, who preferred the Peloponnesian War to all that had happened before both because it was more important and because it could be told more reliably. But every historian, more or less, took both criteria into consideration. Hence, according to Thucydides’ example, the frequent preference for contemporary history which was obviously important to those who have lived it and which at the same time could be narrated more reliably. Those who told of the past had to sacrifice stories simply because the evidence was not trustworthy. [. . .] But the emphasis was clearly not on repetition and eternal returns, but on the unique value of what was being told: history provided examples, not patterns of future events”, MOMIGLIANO, Arnaldo. *Time in Ancient Historiography*, op. cit., 2012, p.190-191.

persistiu durante muito tempo ao longo da modernidade, quando paulatinamente começou a sofrer modulações.³²

A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. [. . .] A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível.³³

Ao longo de todo o período em que os grupos sociais e as estruturas político-culturais permaneceram relativamente estáveis, considerando desde o longo período conhecido como Idade Média até o autoproclamado Renascimento, a historiografia pôde oferecer algum aprendizado direto, exemplos a seguir, códigos de ação e conduta, ou mesmo a codificação de preceitos técnicos e teóricos referentes ao conjunto então disponível de práticas historiográficas. A partir do século XVII, humanistas passaram a formular protocolos com vistas a melhor permitir a leitura e a compreensão dos vestígios historiográficos legados pelos antigos. Essas normas deveriam permitir o discernimento entre verdadeiros e falsos textos ou demais inscrições da Antiguidade, compondo aquilo que ficou conhecido como *artes historicae*. Já como um reflexo da aurora da modernidade, o historiador deveria iluminar criticamente as evidências do passado, ponderá-las, examinar suas fontes determinando sua maior ou menor credibilidade, sua verdade ou sua falsidade.³⁴

Desde o desafio lançado pela crítica cartesiana e pelo pirronismo dos séculos XVI e XVII, a pretensão historiográfica de enunciar o verdadeiro foi progressivamente lastreada não mais sobre protocolos das doutrinas dos gêneros do discurso de origem antiga, mas antes, na pressuposta relação de adequação entre verdade e realidade dos vestígios documentais e as demais representações do passado. Sustentada pela crença na unidade de sentido transcendental da história como dimensão totalizadora das experiências humanas possíveis, a história moderna se apresentava simultaneamente como discurso sobre a realidade e sua própria condição de possibilidade. Na expressão de Koselleck, este seria “o giro transcendental” da história e da historiografia fundamentalmente característico da história moderna: parecia evidente que a soma de todos os fatos implicasse na realidade efetiva da totalidade da história enquanto estrutura única que tornava possível a si própria como unidade

³² KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, op. cit., 2004, p.40, 42-43, 119; _____, *Futuro Passado*, op. cit., 2006, p.43-51; MOMIGLIANO, Arnaldo, *Time in Ancient Historiography*, op. cit., 2012; COLISH, Marcia L., Cicero's De Officiis and Machiavelli's Prince. *The Sixteenth Century Journal*, v.9, n.4, Central Renaissance Conference, p.80-93, Dec.-Mar., 1978.

³³ KOSELLECK, Reinhart, *Futuro Passado*, op. cit., 2006, p.43-44.

³⁴ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, op. cit., 2007.

totalizadora de sentido. Ao mesmo tempo objeto e sujeito de si, a história compreendida como fenômeno transcendental da experiência humana era progressivamente construída a partir de eventos singulares registrados em objetos remanescentes do passado que preenchiam tal estrutura transcendente. A história deixava de ser compreendida conforme a classificação de gênero narrativo dos sucessos humanos, passando a buscar uma pretensão própria de verdade, tornando a mera coleção narrativa de eventos um objeto da cronologia enquanto ciência auxiliar. A história como forma de conhecimento autônoma se arrogou a prerrogativa de explicar a natureza intrínseca das relações dos fenômenos e eventos humanos, dotando-lhes de sentido para além da experiência individual. História transcendental pois coletiva e temporalmente limitada apenas pela Criação e o fim dos tempos.³⁵

A “história” adquiriu uma significação que transcendia os achados ou os eventos individuais [. . .] No início, era chocante que se denominasse “história” tais processos globais e suas análises. [. . .] A “história”, como tópico ou nova expressão da moda, era indício de um grau superior de abstração, capaz de caracterizar unidades do movimento histórico que se sobrepunham entre si.³⁶

Desta forma, não é sem razão que Capistrano de Abreu concebesse como fundamental o processo de lastrear narrativas historiográficas sobre um *corpus* documental metódica e criticamente estabelecido, pois se acreditava que a verdade garantida pelos documentos conduziria a uma aproximação interpretativa verdadeira da totalidade das realidades pretéritas até então esparsas na documentação que se desejava resgatar. Como corolário dessa epistemologia, emergiu a afirmação constante de que seria possível escrever uma história mais completa e verdadeira à medida que mais documentos fossem descobertos, criticados e publicados. Essa concepção já fundamentava o projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde seus primeiros anos de atividades. Suas missões aos arquivos estrangeiros e, principalmente, o trabalho previamente realizado por Francisco

³⁵ KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, op. cit., 2004, p.31-32, 37-38, 46-60; ENGELS, O.; GÜNTHER, H.; KOSELLECK, R.; MEIER, C.. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; GRAFTON, Anthony *Bring out Your Dead: The Past as Revelation*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.250-255; D'ALLONNES, Myriam Revault, op. cit., 2008, p.13-14, 76-80, 241-249; ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.111, 128, 180-187.

³⁶ KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, op. cit., 2004, p.29-30.

Adolfo de Varnhagen como emissário especial do Instituto e diplomata a serviço do Império.³⁷

Além disso, lhes parecia óbvio que a história do Brasil constituísse uma unidade dentro do conjunto total das histórias possíveis, de forma que os eventos caracterizados como pertencentes à “História Pátria” pudessem ser sistematicamente inseridos na estrutura maior não somente da própria história brasileira, mas também na estrutura geral da história enquanto unidade de sentido transcendental. Assim, por exemplo, através da configuração de parte da história portuguesa como “história medieval” e da constatação de que “ao começar o século XVI, Portugal labutava na transição da idade média para a era moderna”, Capistrano construía sua argumentação dedicada a convencer seus interlocutores que o Brasil haveria herdado “legados onerosos do regime medieval” através do processo de colonização lusa. Ou ainda, a assimilação das tribos indígenas do Xingu aos hominídeos da “idade de pedra”.³⁸

Considerando o processo de formação do conceito moderno de história e suas consequências tal qual exposto por Reinhart Koselleck, investigaremos os fundamentos de um tipo de experiência de perturbação da ordem do tempo registrada não somente nos escritos de Capistrano de Abreu, como também por muitos de seus contemporâneos. A questão surgia da constatação frequente da inadequação entre as realidades das sociedades americanas e aquelas de suas metrópoles originárias no Velho Mundo. Como fundamentar uma história do Brasil de longa duração inserida na estrutura maior da história universal de matriz europeia, história esta caracterizada por um desenvolvimento processual potencialmente qualitativo, através da qual fosse possível observar e compreender a formação da identidade nacional, se se tratava de um país que se tornara membro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves apenas em 1815 e independente em 1822?

A aposta do grupo de letrados reunidos em torno das ideias românticas foi investir na ideia da mistura hierarquizada de raças cuja dissertação de Martius representava ícone maior. Se a proposta do naturalista bávaro não foi seguida de maneira estrita pelos membros do IHGB, os quais deram maior destaque ora ao componente luso da formação nacional ora ao nativo americano, é possível percebê-la nos discursos de Varnhagen e Capistrano de Abreu.

³⁷ CEZAR, Temístocles, op. cit., 2002; _____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). *História em revista*, Pelotas, v.6, p.37-58, Dez./2000; _____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 159-207, Jul.-Dez./2007; GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit.,1995; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011; _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

³⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907, p.5, 13-14, 37, 45-46.

Se para eles a questão da formação nacional oscilava entre o predomínio do pólo português e suas combinações possíveis com o nativo indígena, uma vez que os negros eram praticamente excluídos da possibilidade de preponderância positiva nesse processo, isso não significou que discordassem da importância destes contingentes étnicos e suas variações miscigenadas ao longo da formação da identidade nacional.

Em artigo intitulado *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, datado de 21 de janeiro de 1876, publicado no periódico *O Globo*, Capistrano discutiu as ideias de Sílvio Romero sobre a função do português, do negro e do nativo-americano na formação do “caráter”, ou seja, da identidade nacional para além da influência da natureza. Se para Sílvio Romero o “brasileiro ficou um quase retrato do português”, retrato este que teria sido deturpado pela influência dos escravos africanos, para Capistrano as influências indígena e negra não poderiam ser jamais negligenciadas ou diminuídas. Para além dos posicionamentos específicos de cada autor sobre essa questão, interessa-nos o fato de que o debate entre os autores pouco apresentou em termos de reflexão teórica sobre o assunto abordado. Redigido sob a forma de polêmica, conforme prática estudada por Roberto Ventura em seu livro *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, os autores muitas vezes deixaram escapar as injunções teóricas do debate, se detendo mesmo em questões de cunho pessoal.³⁹ Ainda sobre a questão da relação dos elementos formadores da nacionalidade, Capistrano respondera a Romero:

Outra singularidade é atribuir o que há de diverso entre português e brasileiro ao preto. Não me ocuparei porém deste ponto, porque o autor não oferece provas e não me compete procurá-las. Notarei apenas que o cruzamento elaborou-se em maiores proporções no sul do que no norte do Brasil e não consta que aquele esteja mais atrasado do que este.⁴⁰

Ou anteriormente, sobre a influência da natureza na formação do caráter nacional:

A estas palavras não tenho contestação, mas uma observação a opor. Sem dúvida a natureza, com as suas forças e seus aspectos e a raça, que admitimo-la como produto daquela, quer a consideremos como fator originário e irredutível, são dois motores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e por conseguinte na estrutura da sociedade. Entretanto não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser

³⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Civilização Brasileira/INL, 1976, p.3-24; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; ALONSO, Angela, op. cit., 2002.

⁴⁰ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série, op. cit., 1976, p.13.

componente. No Brasil é este justamente o caso, e a influência esquecida é a mais poderosa e ativa. Não é aqui o lugar próprio para demonstrá-lo, mas devo desde já chamar a atenção para esta falácia que vicia a composição do Sr. Silvío Romero.
Em lógica o seu nome é enumeratio incompleta.⁴¹

Denegação após denegação, a reflexão prossegue através de sua própria negação, uma vez que Capistrano realmente muito pouco acrescenta ao assunto, voltando a citar e a comentar trechos de Romero. Aquilo que Capistrano de Abreu considerava em 1876 como “natureza” nada mais era do que uma soma de propriedades de um ser maior enumeradas por ele mesmo como a conjunção de “matas, distância, estações”, que “são partes da natureza e sua influência é patente”. Aqui cabe ressaltar a importância de uma forma de pensamento intrinsecamente característica dos registros cognitivos de Capistrano referente às décadas finais do século XIX: o “jovem” Capistrano questionava ironicamente a “pobre filosofia” e alegava que “as teorias só servem para se descobrir os fatos” validados pelos “achados de crítica moderna”. Seu pensamento era determinado por um raciocínio lógico indutivo simples, instrumento básico de qualquer pensamento filosófico digno de nota, ao mesmo tempo em que informado por concepções igualmente filosóficas sobre a realidade, tais como aquelas proferidas pelo “grande sociólogo inglês” Henry Buckle, o advogado indeciso da causa determinista receoso de negar o livre arbítrio e a ética na história, que o próprio Capistrano cita no estudo em questão. Capistrano pensava em leis, em “causas” e “efeitos”, em “*enumeratio incompleta*” e na definição de um ente como soma de partes ou propriedades. Diante da natureza fugidia dos argumentos e concepções teóricas desenvolvidas por ambos os autores, restou a Capistrano interpor aos argumentos o poder de veto, de controle, dos documentos.⁴²

Esse poder de veto dos documentos tal como instrumentalizado por Capistrano de Abreu não é uma espécie de potência neutra como pode parecer de imediato ao avaliarmos tal fenômeno segundo a argumentação adjacente proposta por Reinhart Koselleck. O historiador

⁴¹ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série, op. cit., 1976, p.5.

⁴² ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série, op. cit., 1976, p.4, 5, 7, 14; Sobre a apropriação que Silvío Romero e demais contemporâneos realizaram da literatura filosófica que buscava interpretar a dimensão humana da realidade, recorrendo a autores como Buckle, Taine ou Comte para posteriormente aplicá-los criticamente à realidade nacional, ver: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre azul, 2007; _____. *O Método Crítico de Silvío Romero*. São Paulo: FFCLUSP, 1963; ALONSO, Angela, op. cit., 2002; PRADO, Antônio Arnoni. Silvío Romero (a Crítica e o Método). *Literatura e Sociedade (USP)*, n.11, p.96-110, 2009; TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvío Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2005; _____. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

alemão nos diz que “uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto”. Com isso Koselleck sugere que um documento permite que sejam feitas afirmações determinadas sobre a realidade da qual é oriundo ou sobre os processos sucessivos que os eventos registrados em seu suporte possibilitam que compreendamos, mas nunca possibilitará que façamos quaisquer afirmações independentemente das informações potencialmente traduzíveis registradas no suporte.⁴³

Apesar dos equívocos, dúvidas e incoerências do conjunto discursivo historiográfico do autor, Capistrano de Abreu sempre recorreu à segurança irradiada pelos documentos balizados pelo método e pela crítica historiográficos. O princípio era que assim se garantia a veracidade de suas representações da história do Brasil, uma vez que adequadas ao que permitiam saber os documentos. Não estou afirmando que os documentos não possuam tal poder de veto sobre a narrativa historiográfica. O fato é que para que o veto seja exercido adequadamente é necessário que o historiador, ao formular o questionário a ser aplicado aos documentos, tenha não somente a capacidade de distinguir e traduzir as informações registradas no suporte documental conforme um quadro cultural original possivelmente distinto de seu próprio, como também ser capaz de realizar a crítica de seus pressupostos teórico-epistemológicos, os quais representariam já de início, uma primeira determinação coercitiva sobre os dados das realidades pretéritas objetivadas.

Koselleck expõe melhor suas concepções sobre a evolução e as funções do método e da crítica historiográficos em seu estudo *Mudança de experiência e mudança de método: um aporte histórico-antropológico*. Para o autor, ainda estaríamos longe de ter uma narrativa antropológica fundamentada e ampla acerca da evolução metódica da disciplina através da qual poderíamos compreender os limites práticos desse processo. O problema seria que tanto a experiência da realidade quanto a experiência enquanto prática investigativa estão constantemente condicionadas pelos conceitos e noções previamente apropriados pelo sujeito. A experiência receptiva da realidade e sua investigação mais ou menos sistemática (experiência no sentido laboratorial, por exemplo) são separações analíticas de um processo mutuamente condicionado.⁴⁴

O aparente caráter imediato das informações contidas nos documentos não é tão plenamente imediato quanto possa parecer. A insistência no recurso ao método e à crítica é indício de que Abreu tinha conhecimento da importância desses recursos para a prática da

⁴³ KOSELLECK, Reinhart, *Futuro Passado...*, op. cit., 2006, p.188.

⁴⁴ KOSELLECK, Reinhart, *Los estratos del tiempo...*, op. cit., 2001, p.43-49.

historiografia. O que não se questionava de forma mais radical era o próprio condicionamento do método e da crítica, propondo como necessários os resultados singulares da aplicação desses procedimentos sobre os documentos especificamente trabalhados pelo historiador.

Como observado em relação ao caso da polêmica com Sílvio Romero, a empiria básica de Capistrano regida pelo recurso à lógica permitia-lhe pensar que a soma das partes, ou seja, cada um dos documentos coloniais apropriados pelo historiador, principalmente os “cronistas”, resultaria no todo representado como o processo da formação do caráter nacional. Os “forais e doações das primeiras capitânicas”, Gabriel Soares através “da edição do Sr. Varnhagen”, além de Antonil, permitiam a Capistrano negar a possibilidade da discussão teórica com Sílvio Romero porque tais documentos deveriam atestar a verdade das questões em disputa.⁴⁵ Para controlar o discurso sobre a “História Pátria”, nada melhor do que a realidade passada materialmente registrada e representada pelos documentos históricos. Processada a crítica, como discordar do testemunho de indivíduos que haveriam vivido naquela época?

Um dos problemas foi sugerido há pouco quando comentamos o possível confronto entre os quadros culturais que por um lado conformariam a construção do discurso de um documento qualquer e por outro a percepção do historiador que deste documento se serve para compor sua narrativa sobre a referida realidade pretérita. Alguns historiadores da história nacional não pensavam ser sério problema inserir a “História Pátria” na história europeia e portuguesa, muito pelo contrário, a relação genética entre o Império do Brasil e o português se apresentava natural em demasia para que fosse questionada radicalmente. Este foi o caso de Varnhagen, para quem a história, o Estado e a nação brasileiros eram obviamente herdeiros de Portugal.

Para outros historiadores, entretanto, parecia mais pertinente validar a identidade e a história nacionais a partir e sobre o passado dos povos nativos. A opção adotada por Varnhagen pode ser racional e historicamente compreendida como mais pertinente para sua época em relação àquela que caracterizava o passado das populações indígenas como uma espécie de primeira etapa da história do Estado e da nação brasileiros, na medida em que consideramos que a afirmação do ser nacional dependeria fundamentalmente da própria existência de um Estado nacional, ou seja, da fundação do Império do Brasil pela dinastia de Bragança. No núcleo desta questão encontra-se não somente a função da historiografia em relação às questões político-institucionais da consolidação do Império brasileiro, mas também

⁴⁵ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série, op. cit., 1976, p.5-14.

a dificuldade de pensar uma ontologia histórica única e processual capaz de englobar todas as diferentes experiências históricas em uma única e singular estrutura cognitiva representada narrativamente. A contenda sobre a ordem dos capítulos da primeira edição da *História geral do Brasil* travada entre Varnhagen e D’Avezac tocava justamente nesta questão, assim como a insistência de alguns letrados e membros do IHGB em fundamentar a história do Brasil sobre fantasiosas ruínas de civilizações americanas antigas. Tudo indica que o passado colonial foi eleito a melhor e mais lógica opção de fundamentação da história e da identidade nacionais.⁴⁶

A grande questão era que não possuíamos nem uma Idade Média da tradição cronológica de matriz europeia muito menos uma Antiguidade repleta de louros prontos a serem colhidos tais quais se encontravam ao dispor dos Estados-nacionais no Velho Mundo. Todavia, a educação recebida pela elite intelectual brasileira era conformada amplamente por noções e discursos europeus. No que tange a educação formal, tanto na época da colônia quanto na do Império, grassavam as instituições de caráter jesuítico cujos currículos ofereciam um ensino humanista, de fundo retórico e neoescolástico. Nestes colégios, aprendia-se sobre gramática, retórica, poética, eloquência, religião católica, grego e latim normatizados desde 1594 pela promulgação da *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Essa matriz de ensino mudou consideravelmente a partir do último quartel do século XVIII, principalmente após o ataque efetuado pelo Marquês de Pombal contra os jesuítas e seu alastramento pelas diversas camadas do Império luso e suas colônias. Mas a estrutura do ensino jesuítico continuou exercendo efeito nos currículos dos colégios brasileiros mesmo após o advento da independência e posteriormente da República. As antigas disciplinas de retórica ou humanidades em sentido geral foram se transformando em disciplinas de literatura, história da literatura, história e língua marcadamente caracterizadas como nacionais ou de tradição portuguesa absorvida pelo matiz nacional brasileiro.⁴⁷

Desta forma, um primeiro problema refere-se ao choque de estruturas culturais díspares, porém derivadas uma da outra, em razão do qual o historiador frequentemente tem dificuldade de compreender a alteridade radical de um passado qualquer aparentemente

⁴⁶ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, *Debaixo da Imediata Proteção...*, op. cit., 1995; _____. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.155, v.1, n.384, p.479-498, jul./set., 1994; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, *Nação e civilização nos trópicos...*, op. cit., 1988; _____. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*, op. cit., 2011; MATTOS, Ilmar Rohloff de *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.

⁴⁷ SOUZA, Roberto Acizelo de. *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999, p.21-37, 83-94; ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v.13, n.25/26, p.193-221, Set./1992, Ago./1993.

familiar. Isso não significa dizer que tal alteridade seja intransponível, mas antes que a identificação de um elemento ou estrutura do passado com análogos do presente não é uma operação evidente e muito menos necessária. Para estudar uma estrutura cultural, precisamos partir sempre de outra estrutura cultural a partir da qual a operação de tradução será realizada.⁴⁸

Por exemplo, o humanista François Baudouin notara que as tradições romanas mais antigas haviam sido preservadas antes pelas canções entoadas durante os banquetes do que preservadas em registros oficiais. Deste fato Baudouin derivara a possibilidade de “usar as canções dos povos do Novo Mundo para reconstruir também suas histórias”. Culturas alienígenas de um passado longínquo permitiam por analogia não somente o esclarecimento de sua própria cultura moderna como também o de culturas espacialmente distantes.⁴⁹ No referido artigo criticando Silvio Romero, Capistrano recorreu a procedimento análogo ao afirmar que se os tupis não possuíam história, ao menos haveriam de possuir poesia pela qual seria possível conhecê-los melhor. A questão para o caso dos documentos coloniais editados por Capistrano de Abreu era que a relação de diferença que fundamentava a própria identidade nacional brasileira frente às identidades portuguesa e luso-brasileira dos indivíduos do período colonial era diminuída a ponto de tornar insignificante tais distinções.⁵⁰

Encontramos em inúmeros autores do final do século XIX e início do século XX, a constatação da persistência de um Brasil interiorano de aspecto frequentemente definido como colonial face ao país “moderno”, civilizado, sincronizado com as últimas tendências de Paris ou Londres. No choque do Brasil colonial com o Brasil moderno, os documentos, ruínas e monumentos coloniais possibilitavam o surgimento de um constrangimento da experiência do tempo: como não acreditar na relação de similitude entre o passado colonial e o Brasil independente, assim como na existência de uma substância meta-histórica da nacionalidade, se estruturas socioculturais e indícios materiais indicavam uma aparente evidência aos olhos e à cognição dos observadores em questão?

⁴⁸ SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.9-19.

⁴⁹ GRAFTON, A.; MOST, G.; SETTIS, S. (Eds.). *Historiography*. In: *The classical tradition*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 2010, p.446.

⁵⁰ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 4. série, op. cit., 1976, p.9.

1. Índices de realidades pretéritas

Capistrano de Abreu foi considerado por muitos historiadores e letrados, contemporâneos seus ou não, como o “maior historiador brasileiro”. Além disso, também foi tomado como sendo o historiador brasileiro mais apto a escrever uma nova história do Brasil, melhor e mais completa do que aquelas até então escritas. Dentre tais histórias a se superar, o grande modelo era sem margem para dúvidas, a *História geral do Brasil* de Varnhagen. Todavia, como salientaram muitos de seus críticos, mas também muitos de seus companheiros, amigos e admiradores, Capistrano nunca escrevera tal história. Aparentemente, nem mesmo os seus maiores herdeiros intelectuais o fizeram, como foram os casos de Afonso de Taunay, Eduardo Prado e Rodolfo Garcia. Na verdade, apenas aparentemente essa tão esperada mais completa história do Brasil não foi escrita. Muito provavelmente ela não o tenha sido feita da forma como esperavam seus interlocutores. A produção historiográfica de Capistrano de Abreu desdobrou-se de maneira heterodoxa a partir de seus estudos monográficos, através de artigos e apêndices textuais escritos pelo historiador, permitindo pensar sua obra para além dos formatos tradicionais da prática historiográfica e editorial. Suas notas, prefácios e introduções são manifestações típicas de tal prática.⁵¹

Segundo Michel Foucault, as concepções das unidades tradicionais de “obra” e “autor” seriam problemáticas porque elas carregariam em si a ideia de uma espécie de transparência dos parâmetros que possibilitariam a coesão dos enunciados registrados ao longo de um determinado conjunto discursivo. Além disso, a função de autoria não necessariamente é identificável ao sujeito empírico das formulações discursivas. Os nomes que denotam as funções de título da obra ou autor não são meramente descritivos de um estado de realidade, mas antes, alteram a recepção e a compreensão do referido conjunto de enunciados. Poderemos avaliar esse fenômeno não somente no caso da constituição fragmentar do tipo de obra conjunta definida ao longo da historiografia escrita por Capistrano de Abreu, mas

⁵¹ Em razão de seu centenário de morte, foi realizado no IHGB em outubro de 1953, um curso sobre a vida e a obra de João Capistrano de Abreu que reuniu grandes nomes da historiografia brasileira. Nesses estudos, podemos perceber a grande recorrência com que o historiador cearense era caracterizado ao mesmo tempo como o maior historiador brasileiro e como o prodígio irrealizado, uma vez que nunca escrevera uma grande história geral do Brasil análoga àquela escrita por Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.221, Out. 1953; Fernando Amed, em estudo sobre a correspondência de Capistrano, elabora uma importante avaliação bibliográfica na qual podemos perceber como inúmeros historiadores creditavam a Capistrano de Abreu a função e a capacidade de ter escrito uma nova história geral do Brasil, AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu...*, op. cit., 2006, p.26-38.

também quando analisarmos o próprio processo de edição de documentos coloniais empreendido pelo historiador.⁵²

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos.⁵³

Ao longo dos séculos XIV e XV, a função autor foi se delineando em torno da outorga de uma identidade ao objeto livro. Se ao longo da modernidade a função autor deixou progressivamente de ser simples enunciação da relação de identidade entre um conjunto de escritos e aquele que os realizou, ao mesmo tempo em que assumiu grande importância face às questões de responsabilidade jurídica tangente aos direitos autorais, não podemos negar que a partir de meados do século XVIII desenvolveu-se uma alteração na função de autoria segundo a qual os nomes do autor e do editor passaram a constituir forte fundamento fiduciário. Os nomes do autor e do editor passaram a garantir os discursos registrados nos textos dos livros. Curiosamente, ao mesmo tempo em que o nome do autor passou a garantir a verdade das informações contidas num volume qualquer, a função autor também serviu “como uma arma essencial na luta levada a termo contra a difusão de textos tidos como heterodoxos”. Nesse momento, os gêneros literários tradicionais começaram a sucumbir progressivamente aos efeitos do surgimento do autor tal como o compreendemos e da noção de uma expressão individual-original.⁵⁴

A trajetória do autor pode ser pensada como a progressiva atribuição aos textos em língua vulgar de um princípio de designação e de eleição que, durante muito tempo, só caracterizou as obras referidas a uma *auctoritas* antiga, transformadas em *corpus* insistentemente citados [*sic.*], glosados e comentados.⁵⁵

Não foi em vão que Capistrano de Abreu, mas antes dele Varnhagen, dedicasse tanto tempo de seu trabalho crítico documental à tarefa de determinação de autoria dos textos por

⁵² Foucault argumenta que a função autor “não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar”, FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega Editora, 1997, p.56; GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2007, p.41-106.

⁵³ FOUCAULT, Michel, op. cit., 1997, p.44.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed.UnB, 1999, p.38-57; LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle: O controle do imaginário: Sociedade e discurso ficcional: O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p.83-123.

⁵⁵ CHARTIER, Roger, op. cit., 1999, p.57.

eles coligidos, reunidos e posteriormente editados sob os nomes singulares de um autor e de uma obra. Quando a *auctoritas* tradicional de origem antiga, depois sustentada difusamente pela Idade Média latina e reforçada pelo Renascimento da primeira modernidade perderam sua força face ao impacto do racionalismo e do novo tipo de ciência que então surgia, tornou-se necessário garantir um mínimo de potencial de autoridade na enunciação de discursos registrados num conjunto de textos quaisquer. Foi justamente nesse período que o método crítico conheceu seu alvorecer moderno, pois apesar da necessidade de designação de um nome próprio a um conjunto textual fundado num conteúdo pretensamente verdadeiro e referente à realidade, restava, face aos desafios propostos pelas revoluções intelectuais então desencadeadas e para além dos partidarismos reinóis ou confessionais, garantir as informações dos documentos históricos assegurados por um parâmetro superior reconhecidamente verdadeiro e referente à realidade.⁵⁶

Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer ‘isto foi escrito por fulano’ ou ‘tal indivíduo é o autor’, indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber certo estatuto. [. . .] “Hipócrates disse”, “Plínio conta”, não eram, em rigor, fórmulas de um argumento de autoridade; eram indícios que assinalavam os discursos destinados a ser recebidos como provados. No século XVII ou no XVIII produziu-se um quiasma; começou-se a receber os discursos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhe confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu.⁵⁷

O fundamento principal da prática historiográfica foi progressivamente solidificandose em torno do princípio de que um maior e melhor controle de *corpora* documentais acarretaria a consequência de que quanto mais documentos fossem metodicamente “purificados” pela crítica, mais verdadeira e completa seria a representação narrativa dos fenômenos do passado. Porém, diferentemente das ciências naturais, as disciplinas humanas não possuem a propriedade de “pertença a um conjunto sistemático que lhe confere garantias”, mas antes depende fundamentalmente da “referência ao indivíduo que os produziu”, sejam os indivíduos que registraram informações em suportes potencialmente

⁵⁶ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, op. cit., 2006, p.14-19, 24-29; GRAFTON, Anthony. *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1994, p.23-46; _____, *Bring out Your Dead...*, op. cit., 2001, p.97-117, 250-252.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel, op. cit., 1997, p.45-49.

caracterizáveis como documentos históricos, sejam os indivíduos que processam tais objetos cognitivamente com vistas a produzir conhecimento sobre eles.

O problema subjacente é que o caráter necessário do passado, ou seja, o fato de que coisas ocorreram de uma forma e não podem mais ocorrer de outra, ou ainda não mais ocorrer não implica necessariamente o mesmo caráter de “conjunto sistemático” “constantemente demonstrável” das ciências naturais. Assim, os documentos não podem ser tratados como evidências de interpretações sobre um passado qualquer porque a própria interpretação determina uma seleção prévia das evidências pertinentes. Não pode haver documento historiográfico *a priori*, ou seja, para se historiar é preciso investigar determinados registros presentes acerca de uma realidade passada sobre uma determinada perspectiva e propor uma construção representativa sobre a realidade que foi mas não é mais, a não ser por seus registros persistentes originados no passado. Uma configuração diferente na forma de se perceber o passado, portanto, determinaria uma representação radicalmente diferente de uma realidade qualquer ainda que recorrêssemos aos mesmos objetos-documentos. Por isso a questão da formação étnico-nacional brasileira produzia tantos e intensos debates.

Como Capistrano de Abreu procedia ao enunciar os fundamentos e os processos de sua atividade crítica e metódica? A discussão elaborada por Capistrano acerca da armada que primeiro teria explorado o litoral brasileiro em seu *O Brasil no século XVI* é exemplar quanto a isso. Se num primeiro momento o historiador chegou a considerar que a armada pertencera a André Gonçalves, sugerindo datas e depois as corrigindo, isso não inviabilizou todo seu estudo. Faz parte dos fundamentos da crítica documental a progressiva purificação das informações contidas nos documentos através do recurso a operações múltiplas e sucessivas de contraste-confirmação de suposições e das informações registradas nos documentos. Todavia, até que o núcleo de verdade de tais informações pudesse ser afirmado, ocorreu o processo no qual o mais provável ou a “opinião de mais valor” subsistiu até que fosse negada pelas informações de algum outro documento.⁵⁸

⁵⁸ Além das obras citadas, poderíamos incluir entre os estudos editados em volumes singulares o *Rã-txa-hu-ni-ku-i: a língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu afluente do Murú*. Assim como *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* e *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, *Rã-txa-hu-ni-ku-i* foi uma das três únicas obras publicadas por Capistrano de Abreu em vida. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* é uma compilação de estudos publicada posteriormente, e *O Brasil no século XVI* foi escrito para o exame de admissão no Imperial Colégio Pedro Segundo. Apesar da importância dos estudos etno-linguísticos de Capistrano, não nos dedicaremos a *Rã-txa-hu-ni-ku-i* de forma privilegiada apenas em razão de seu caráter não estritamente historiográfico, AMED, Fernando, *As cartas de Capistrano de Abreu...*, op. cit., 2006, p.107-108; ABREU, J. Capistrano de. *Rã-txa-hu-ni-ku-i: a língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu afluente do Muru*. 2.ed. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941.

Pode ser que nossa interpretação não seja verdadeira; mas parece-nos que o pensamento do respeitável escritor se pode exprimir assim: é possível, é de presumir que André Gonçalves foi o comandante da primeira expedição; não se pode entretanto afirmar.

Não sabemos se existe ainda algum documento que um dia venha esclarecer a questão; mas no seu estado atual parece que o comando de André Gonçalves é mais que uma hipótese.

[. . .]

Vê-se bem claro: André Gonçalves fez o papel de prático; por isso, aplicando-se-lhe [*sic.*] o que dele diz Américo Vespúcio, não temos dúvida em aplicar a ideia sugerida pelo Senador Cândido Mendes.

Conclusão:

André Gonçalves foi o comandante da expedição que de 1501 a 1502 explorou o Brasil. Por conseguinte, não podia sê-lo D. Nuno Manuel, como querem D^o Avezac e Varnhagen. Por conseguinte, é entre 1503 e 1505 que se deve localizar a armada de D. Nuno Manuel.⁵⁹

Todavia, após interpor algumas objeções à sua própria argumentação, Capistrano alerta ao leitor que “isto são meras presunções”, para logo em seguida afirmar que “há, porém, um texto de Américo Vespúcio que só pode explicar-se satisfatoriamente com a hipótese de se aplicar a André Gonçalves”, sentenciando em sequência que “agora reúna-se tudo: o testemunho de Gaspar Correa, as confirmações subsidiárias de Caminha e do piloto que acompanhou Cabral, esses trechos de Vespúcio... Parece-nos que só a André Gonçalves se pode aplicar”. E isso porque “nenhum cronista fala da expedição de D. Nuno”.⁶⁰

As operações lógicas estabelecidas pelo pensamento de Capistrano são perfeitamente coerentes face os dados que encontra, confronta e processa cognitivamente. Sabemos que posteriormente o historiador mudou de opinião e convenceu-se de que o comandante da referida armada era D. Nuno Manuel, mas isso não implicou o descarte dos resultados até então obtidos pelo exercício da crítica documental, de forma a constituir patamar básico sobre o qual tal crítica fundamentar-se-ia progressivamente. Uma vez comprovado, mesmo que em termos de probabilidade, que a armada pertencia a D. Nuno e não a André Gonçalves, a possibilidade de pensarmos em seu equívoco apenas seria plausível caso algum outro documento fosse encontrado e oferecesse informação suficiente para a ocorrência da dúvida. No que toca o processo da crítica documental, poderíamos até pensar em proposições de verdade e produção de conhecimento conforme o modelo das ciências naturais, ou seja, neste caso seria legítimo ao menos pensar a possibilidade de eliminar falhas, erros, acumular sucessos, em suma, fazer evoluir o conhecimento sobre a história a partir de seus próprios fundamentos. Todavia, o sentido implicado aos processos históricos pelos historiadores não

⁵⁹ ABREU, J. Capistrano de, *O Brasil no século XVI*, op. cit., 1880, p.14-18, 22.

⁶⁰ ABREU, J. Capistrano de, *O Brasil no século XVI*, op. cit., 1880, p.18-19, 21, 41.

pode ser julgado pela maior ou menor correção dos dados registrados nos documentos pois as regras que regem a estruturação do sentido de uma história não correspondem àquelas que normatizam a determinação do conteúdo de verdade dos documentos.

Apesar da semelhança do recurso à apresentação narrativa tanto do conhecimento produzido pela crítica documental quanto pela narrativa historiográfica em si, o conhecimento produzido pela crítica dos documentos não é necessariamente igual ao conhecimento formalizado por meio das representações narrativas da historiografia. Nesta última, as injunções teóricas e epistemológicas constituem parte essencial do que é oferecido como verdade acerca de um passado. Se foi André Gonçalves ou D. Nuno Manuel o primeiro explorador da costa da futura colônia, pouco se alteraria da estrutura geral da narrativa da história do Brasil colonial, de forma que não relegamos ao esquecimento *O Brasil no século XVI* de Capistrano, mas antes, tornamos-lhe espécie de “pré-história” disciplinar, não mais essencial, mas nem por isso caracterizado como falso ou errado.

Por mais que no início de sua carreira Capistrano desdenhasse a “pobre filosofia” e afirmasse que as teorias serviam apenas para subsidiar a descoberta dos fatos, os quais seriam validados pelos “achados de crítica moderna”, o que percebemos é que as teorias ou filosofias possivelmente pensadas pelo autor serviam antes para condicionar a interpretação dos dados arranjados ao longo da estrutura narrativa, de maneira que fosse inclusive esperada a ocorrência de documentos que corroborassem com tal estrutura. Por exemplo, ao escrever que “não sabemos se existe ainda algum documento que um dia venha esclarecer a questão”, o que sustenta tal afirmação não é a mera crença na existência ordinária de documentos que comprovariam uma teoria ou hipótese, mas a crença na existência de uma estrutura fenomênica da história do Brasil cujos documentos estariam potencialmente depositados em algum arquivo. A consequência dessa forma de pensar por parte de Capistrano foi a progressiva implicação de caráter necessário a fenômenos e seus possíveis registros em relação a uma estrutura da história do Brasil que posteriormente foi substancializada a ponto de permitir a identificação dos colonos luso-brasileiros do período colonial aos brasileiros do Brasil independente, inclusive aos brasileiros da República.

Acredito que a reflexão sobre a metáfora das “lacunas” enunciada por Capistrano de Abreu pode colaborar para a compreensão da epistemologia que a sustenta. Capistrano recorrentemente caracterizou o processo de evolução da disciplina da historiografia como intrinsecamente calcado no progressivo aumento de controle sobre o maior *corpus* documental possível referente à história do Brasil. Para o historiador, à medida que novos documentos fossem descobertos, recolhidos, criticados e publicados, mais completa seria a

“História Pátria”, de maneira tal que suas “lacunas” seriam fechadas e o passado nacional se tornaria menos “obscuro”. O par dialógico “obscuro-esclarecer” constitui ainda metáfora complementar à das “lacunas”. A questão é que pensar em “lacunas” ou em “esclarecer” algo “obscurecido” implica a crença na pré-existência de algo a ser preenchido ou esclarecido.⁶¹

Outra recorrência dessa forma de se pensar a história pode ser encontrada numa das páginas iniciais de *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* na qual encontramos a definição do opúsculo como “Gravetos de História Pátria”, ou seja, tais “gravetos” são partes de algo maior. Para fechar a construção da metáfora, poderíamos complementar com a identificação da “História Pátria” ao todo representado pela “árvore” ou “arbusto” de onde surgem os “gravetos”. Por exemplo, a descoberta de múltiplos documentos pode fazer evoluir menos o conhecimento de um determinado fenômeno histórico do que o surgimento de apenas uma nova fonte, ou mesmo menos do que uma mudança de perspectiva orientadora ou teórica porque a eficiência dos documentos vai depender sempre da relação estabelecida entre as informações registradas, a possibilidade de sua tradução e os questionamentos formulados pelo historiador. De toda forma, sempre haverá mais realidade e potencial de cognição em apenas um documento real e existente do que em todo o conjunto virtual de documentos possíveis.⁶²

Se a construção de uma narrativa historiográfica é condicionada desde seu início pelas interrogações suscitadas ao historiador a partir de fatos de que possui notícia e que adquirem importância face à forma como o historiador os percebe e compreende a experiência histórica registrada nos objetos tomados por documentos, como determinar *a priori* que devam existir certos documentos que fariam evoluir o conhecimento da história e outros não? A etapa de determinação de quais objetos constituirão os documentos de uma investigação é intrinsecamente um estágio de construção de realidade e de deslocamento de um objeto de um primeiro lugar no mundo dotado de coordenadas espaço-temporais para outra ordem qualquer posterior. A única resposta possível para o caso aqui estudado é compreender que, apesar do que frequentemente escrevia, os parâmetros fundamentais pelos quais Capistrano pensava a história eram necessariamente aqueles relacionados às ideias de Nação e de nacionalidade historicamente determinadas, e não da história em toda sua potencialidade.⁶³

⁶¹ “Dentre a mocidade que estuda, será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante”, ABREU, J. Capistrano de, *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série., op. cit., 1931, p.199, 204-205.

⁶² ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, s.p..

⁶³ CERTEAU, Michel de, op. cit., 2006, p.81-82; “O mais curioso é que as lacunas da história se fecham espontaneamente a nossos olhos e que só as discernimos com esforço, tanto são vagas as nossas ideias sobre o que devemos, *a priori*, esperar encontrar na história, quando a abordamos desprovidos de um questionário

Por isso insistimos em explicar a assimilação perpetrada por Capistrano entre o caráter necessário do passado e uma hipotética necessidade da existência de documentos que atestariam a estrutura fenomênica que o autor acreditava existir não somente em relação à história colonial do Brasil, mas a toda sua história. É a ideia de uma substância transcendental de manifestação temporal diacrônica da existência da Nação e da nacionalidade que fazia surgir a possibilidade de ocorrência de “lacunas” e da experiência de um tipo de “achatamento” dessa mesma hipotética manifestação diacrônica do ser nacional que permitia identificar colonos luso-brasileiros a brasileiros do recorte temporal vivido por Capistrano de Abreu.

Com certeza existiram determinações institucionais e político-culturais, não somente teóricas ou epistemológicas sobre essa forma de pensar registrada pelo historiador. Entretanto, o ponto crucial é que em nenhum momento Capistrano enunciou explicitamente que o passado nacional era pensado estritamente em relação ao passado das colônias portuguesas na América. O caráter circunstancial e limitado das informações contidas nos documentos, assim como sua correlação dentro de uma estrutura fenomênica de fatos históricos é solapado, atravessado, pelas afirmações categóricas dos enunciados de prova emitidos por Capistrano. A própria operação de confronto entre documentos diversos sugeria a necessidade de uma estrutura de eventos, de forma que Capistrano recorrentemente afirmava o conhecimento que produzia com os instrumentos de sua crítica constantemente conjectural e hipotética, como necessário e verdadeiro. Em realidade, ele até explicitava tal condicionamento. O problema surge quando o trabalho de edição crítica de documentos e o discurso metódico aplicado por Abreu tornava compulsória a história definida pelo parâmetro nacional adotado. Um indício forte dessa determinação epistemológica é o interesse por sínteses históricas e pela *História geral do Brasil* de Varnhagen. Arno Wehling já havia notado a ocorrência dessa epistemologia que substancializa o ser nacional:

Assim, haveria uma correlação integral entre a realidade histórica ontologicamente preexistente e o produto da combinação entre as fontes. Suas eventuais limitações dever-se-iam às deficiências de informação: para épocas ou situações com escassa documentação, as conclusões poderiam ser apenas aproximativas.

[. . .]

As interpretações de Varnhagen fundamentavam-se quase sempre em “descobertas”, ou seja, em filões documentais ignorados ou esquecidos por

elaborado. Um século é um branco nas nossas fontes, e o leitor mal sente a lacuna. O historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas”, VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história*. Brasília: Editora UNB, 2008, p.26-27.

seus predecessores. O “preconceito do inédito”, extremamente forte na historiografia historista, supunha a intimidade com as fontes arquivísticas, entendida como indício seguro para a informação correta e o alcance da verdade histórica; subjacente a este preconceito encontrava-se o suposto idealista de uma realidade preexistente imutável, aguardando sua correta identificação pelo sujeito.

[. . .]

A afirmação da cientificidade da história num contexto intelectual de conhecimentos com fronteiras cada vez mais bem-definidas passava, assim, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de um *corpus* documental, a partir do qual seria construído o conhecimento histórico, uma vez que todas as demais opções – a filosofia da história, a ficção histórica, a retórica, a crônica e a erudição maurina – eram apenas aproximações imperfeitas deste nómeno fenomênico que a documentação revelava.⁶⁴

Em determinado ponto da argumentação elaborada por Capistrano acerca da primeira armada que teria navegado pelo litoral da futura colônia Brasil, mais especificamente acerca de D. Nuno Manuel, apesar de todo o rigor lógico de suas análises expostas até então, quando o autor cita um dado “explícito” sobre o fato que analisa, ele o faz a partir de um documento indireto datado de aproximadamente 80 anos após a ocorrência do evento estudado e cujo autor “deveria conhecer nas menores particularidades” a história do Brasil. Como pode ser “explícito” um registro de quase um século de distância temporal? A afirmação soa ainda mais incongruente quando percebemos que em *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* o autor escreveu que “porque foram exprimidas de 1513 a 1515, muitos anos depois do acontecimento a que se referem [a viagem de Pinzon à América datada de 1499-1500], quando já não devia estar fresca a lembrança que dele guardavam”, certos documentos não eram dignos de crédito. A resposta é que o primeiro documento eram os escritos de José de Anchieta, cujas cartas e obra Capistrano editou posteriormente. Logo após citar Anchieta, Capistrano escreveu toda uma página solicitando ao senador Cândido Mendes que auxiliasse na publicação de cartas e duas ânuas constantes na “coleção de Évora”. Sua simpatia pelos cronistas jesuítas é tamanha que Capistrano nunca deixou de explicitar sua desaprovação quanto às políticas do Marquês de Pombal. Para o historiador, Pombal era figura deplorável porque perseguira aqueles grandes “brasileiros”, “patriotas” cujos sermões e demais registros escritos Capistrano tomava como documentos fundamentais da “História Pátria”.⁶⁵

⁶⁴ WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.142, 153, 193.

⁶⁵ ABREU, J. Capistrano de, *O Brasil no século XVI*, op. cit., 1880, p.44-45, 47; _____, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p19.

De maneira análoga, uma das razões pelas quais o historiador creditava a André Gonçalves o mérito de ser o primeiro a explorar a costa das novas terras encontradas era o fato de que o evento da exploração da costa pela armada em questão ser “confirmada por um manuscrito antigo”. Todavia, mais uma vez essa confirmação é hipotética e apenas possível, não evidente. Além disso, ao alegar que assim se resolvia “um outro problema da história do Brasil”, Capistrano caracteriza como importante e aparentemente necessário um evento que só assume tal propriedade se os pressupostos da história narrada são compartilhados por seus interlocutores.

A questão surge quando esses fenômenos e eventos são definidos como um problema a ser resolvido imperativamente. Para que a questão de saber qual teria sido a primeira armada a realizar a exploração do referido litoral americano faça sentido, tal como Capistrano a formulara, seria necessário que o leitor também compreendesse a identidade entre o novo continente, a futura colônia e o Brasil Estado nacional, além de comungar uma noção intrinsecamente espacial ou mesmo geográfica da história. Sustentando tal concepção da história está o princípio da fundação de uma origem nacional e conseqüente processo de conformação das propriedades originais na forma do amadurecimento da Nação e da nacionalidade. Além disso, tal “descoberta” referia-se antes à região amazônica, que durante muito tempo permaneceu como palco de disputas internacionais e cuja parte portuguesa constituiu durante muito tempo o Estado do Grão-Pará e Maranhão, do que à região a que pouco depois chegaram os portugueses. Isso fazia com que o autor pudesse afirmar uma coordenada temporal mínima para o surgimento do Brasil: “é, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500”.⁶⁶

[Mas] Esta é a solução cronológica.

A solução sociológica é diferente; nada devemos aos Espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os Franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os Portugueses. Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se deve principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadadas.⁶⁷

⁶⁶ “Com o livro de Gaspar Correa conseguiu-se, felizmente, solver um outro problema da história do Brasil, que resistiria a todos os esforços da crítica: o conhecer-se quem fora o comandante da primeira armada exploradora de nossas costas. Foi André Gonçalves, o mesmo que levara à Europa a notícia do descobrimento”. ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.44-45.

⁶⁷ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.45-46.

E assim, propondo a verdade das informações dos documentos utilizados, os quais foram confrontados, arrançados, relacionados de forma conjectural, nunca evidente, mas apenas provada probabilisticamente, Capistrano opera uma espécie de prestidigitação intelectual a ponto de afirmar “demonstrada a primeira parte de nossa tese” e de pedir “ao leitor que admita como provado, o que, depois, parece-nos que ficará fora de dúvida”, mas que posteriormente o próprio autor afirmou o contrário, ou seja, de que a armada em questão era comandada por D. Nuno Manuel e não por André Gonçalves.⁶⁸

Em 1880 reuniu, em pequeno tomo de 80 páginas, quatro artigos em novembro do mesmo ano aparecidos na *Gazeta de Notícias*, cuja composição foi aproveitada. Era o seu primeiro volume de História do Brasil. Intitulava-se *O Brasil no Século XVI. Estudos. I – A Armada de D. Nuno Manuel*. Dedicou-o aos ‘colegas e amigos da Biblioteca Nacional’. Referem-se, suas quatro partes, à ‘Armada de André Gonçalves’, de 1501/1502; à ‘Armada de Gonçalo Coelho’, de 1502/1504; ‘A Armada de D. Nuno Manuel’, de 1505/1506 (*sic*), e à *Gazeta Alemã*, de 1506 (*sic*). Vê-se, por aí, que aceitou Capistrano a hipótese, depois por ele mesmo abandonada, de ter sido André Gonçalves o comandante da primeira expedição exploradora do litoral brasileiro. E admitiu datas que depois recusaria, para a vinda da frota de D. Nuno Manuel (o que aliás foi o primeiro a esclarecer), e para a *Gazeta* que a noticiou. Começou, portanto, incorrendo em enganos, que depois não teria dúvidas em corrigir, dando, assim, salutar exemplo aos que, depois dele, têm na História imparcial e verdadeira o seu campo.⁶⁹

Mais ao final de *O Brasil no século XVI*, Capistrano nos dá outra importante pista sobre sua concepção acerca da história colonial do Brasil: tal qual uma peça de teatro, atores encenaram um “drama que atravessou de século a século”, cujas “personagens” são “Brasis, Franceses, Portugueses”. Tratava-se do “drama tenebroso” do primeiro século da colonização. Para Capistrano, o período colonial é o sentido, o eixo fundamental que orienta a formação da história nacional.⁷⁰

⁶⁸ ABREU, J. Capistrano de, *O Brasil no século XVI*, op. cit., 1880, p.48-51.

⁶⁹ VIANNA, Hélio, op. cit., 1955, p.18-19.

⁷⁰ ABREU, J. Capistrano de, *O Brasil no século XVI*, op. cit., 1880, p.62; Acerca de como a estrutura narrativa dos discursos historiográficos se relaciona com a seleção crítica dos fatos que a tornará possível de ser construída, assim como sobre o status da narrativa historiográfica e as implicações epistemológicas dessa reflexão, Hayden White propôs que a narrativa historiográfica possuiria uma dimensão ficcional intrínseca a despeito de seu controle metódico e pretensões científicas. Segundo White, o discurso é formado por um campo conceitual que prefigura e media a nossa experiência da realidade. O historiador argumenta ainda que existe uma tipologia das prefigurações possíveis dos enredos das narrativas historiográficas segundo a qual um historiador poderia ordenar e dispor os elementos factuais dentro de uma determinada estrutura narrativa. Tal tipologia representa as formas mentais e de “enredamento” (*emplotment*) que estrutura as narrativas historiográficas possíveis, WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1975; _____, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001; em *O estilo na história*, Peter Gay analisa como a forma de narrar uma história cria determinações objetivas sobre os conteúdos narrados assim como permitem perceber as

Isso fica um pouco mais perceptível quando analisamos melhor *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Uma vez mais a estrutura do método professado por Capistrano fundamentava-se na aplicação de raciocínio lógico indutivo, análise contextual e filológica, ao mesmo tempo em que seus enunciados eram sustentados por probabilidades. Todavia, a forma como o autor relacionava os dados entre si e emitia conclusões subsequentes acerca de tais operações cognitivas permanecia essencialmente carente da certeza que o autor enunciava ao registrar suas conclusões, por exemplo, quando discute a primazia de Pinzon na América a partir do *Histoire du Brésil Français* de Gaffarel e considera potencialmente evidente não somente as conjecturas do autor como as suas próprias. Mais intrigante ainda é a afirmação categórica, imperativa, a seguir: “Vê-se, portanto, que a simples ambição de encontrar lugares ainda não percorridos basta para explicar a contiguidade e a coincidência dos descobrimentos”. Ou ainda acerca da viagem de Pinzon, quando Capistrano, discutindo a argumentação de Joaquim Caetano da Silva sobre tal questão, discorre que “para prová-lo, o ilustre brasileiro acumulou tantos documentos e tão ligados, que torna-se difícil expô-los”, e logo “basta dizer que Pinzon deu como último descobrimento seu a província de Paricura, nome tirado de índios que habitavam o cabo de Orange e suas imediações”, suposições afiançadas por “tradição viva de sua passagem por lá” afirmada “desde tempos imemoriais”. Para quem afirmava tantas suposições e probabilidades lastreadas em tradições “imemoriais”, enunciar que “uma suspeita não é prova” é no mínimo contraditório, mesmo que Capistrano afirme constantemente que sem documentos não seja possível sustentar ou combater opiniões.⁷¹

Para Capistrano, os documentos constituiriam a coordenada espaço-temporal mais imediatamente acessível ao historiador. Se determinados objetos podem ser constituídos enquanto documentos históricos, isso ocorre porque alguns elementos manifestos da própria condição intrínseca de existência desses objetos pode ser experimentada num primeiro momento. Antes de ser decodificado linguística ou simbolicamente, a apreensão de um objeto-documento ocorre devido à sua própria extensão material ou à tradição. É preciso saber reconhecer quais objetos podem constituir documentos. Perceber tais coisas do mundo como históricas implica aceitar uma disruptura na ordem do tempo original do objeto que permite configurar uma coisa atual, portanto presente, como objeto do passado. Mesmo a materialidade de páginas “amareladas pelo tempo”, sistemas de escrita diferentes, construções

concepções históricas e historiográficas dos próprios historiadores, GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷¹ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.5-8, 13, 25.

em ruínas ou vestimentas e hábitos constantemente atualizados nos movimentos de corpos são indícios de que a ordem presente do tempo não é suficiente para envolver toda a realidade de um objeto-documento. Desta forma, a percepção da disjunção entre a ordem do tempo histórico apreendido culturalmente, a ordem do próprio sujeito cognoscente e a ordem dos eventos porventura registrados e perceptíveis materialmente nas coisas existentes no mundo permite que um objeto seja configurado como documento histórico justamente em razão das perturbações da experiência temporal que esses objetos suscitam. A crença de que eles poderiam nos permitir uma relação de acesso direto ao passado pode ser compreendida como se os documentos funcionassem como *índices de realidades pretéritas*.

Para o Humboldt de Koselleck o historiador deveria “representar cada singularidade como parte de um todo, o que significa que ele deve também representar em cada uma dessas partes singulares a própria forma da história”. Pensar um documento como um *índice de realidade pretérita* implicaria pensar e compreendê-lo desta forma, como parte representativa da totalidade histórica justamente porque existiria um vínculo intrínseco, direto, entre a realidade pretérita da qual é oriundo e o próprio documento. Essa relação entre as realidades do passado e seus registros seria apreensível porque as normas, os códigos que lhes dão sentido são coordenados em relação à realidade de referência e persistem existindo materialmente nos suportes. Pensar o documento desta forma possibilita pensar na existência de parte suficiente da representação da totalidade histórica num documento qualquer. Somente lastreado nessa crença é possível pensar que um maior conjunto de documentos levaria à construção de uma historiografia mais verdadeira e completa, conforme acreditavam Capistrano e muitos de seus contemporâneos.⁷²

Desta forma, por exemplo, uma edificação bastante antiga, como um prédio tombado por alguma instituição de patrimônio ou mesmo os papéis envelhecidos amarelados em tom âmbar ao longo do tempo em que permaneceram guardados nas estantes dos arquivos poderiam funcionar como *índices das realidades pretéritas* das quais são oriundos. Nesse caso, poderíamos pensar que tal edificação ou papéis seriam o mais próximo possível que poderíamos chegar diretamente em relação à realidade de referência do passado. Apesar de não negarmos a ontologia do tempo, que postula a conexão intrínseca entre passado, presente e futuro sem a qual o tempo constituiria mero sistema de sucessão à semelhança da sucessão numérica, a realidade do passado manifesta-se acima de tudo como uma qualidade dos objetos oriundos de outros tempos e que persistem em sua duração temporal até um presente, e não

⁷² KOSELLECK, Reinhart, *Futuro Passado*, op. cit., 2006, p.52; WHITE, Hayden, *Metahistory*, op. cit., 1975, p.1-42.

como uma realidade efetiva que existiria para além das relações cognitivas e representações que criamos de realidades pretéritas quaisquer: as coisas que são passadas o são porque seu mundo de origem passou. Portanto, os objetos-documentos, por terem persistido desde um passado até o presente, sugeririam uma provável propriedade de estabelecer o tipo de relação potencialmente direta entre a mente de um sujeito cognoscente e a realidade passada da qual é oriundo. Obviamente essas relações não são absolutas, mas sim dependentes da relação entre os objetos-documentos e a mente do sujeito do conhecimento, de maneira que é preciso recorrer à aplicação de processos metódicos e de crítica aos registros dos documentos para que o acesso cognitivo às informações neles registradas seja seguramente verdadeiro.

Desta forma, acredito poder supor que Capistrano pensava que a relação intrínseca entre os documentos, seus registros sobre o passado, a realidade desse passado e sua respectiva representação historiográfica existia de forma virtual, potencial, não se dando conta das determinações culturais, teóricas e epistemológicas que determinavam os objetos e fenômenos configurados como documentos históricos, passado e história. Dentro de uma estrutura de passado considerada necessária a partir de sua relação fenomênica e discursiva, as lacunas propostas por Capistrano se tornavam logicamente possíveis. A descoberta de novos documentos implicaria a necessária e subsequente “descoberta” de outras partes da história e mesmo do passado, de maneira que conhecer a totalidade do passado poderia ser possível ao menos em princípio. Ao mesmo tempo, garantia-se também a possibilidade de compreender as próprias relações internas dos eventos históricos, pois os seus fenômenos universais deveriam imprimir indelevelmente suas marcas essenciais sobre os eventos particulares. Compreender a lógica de tais relações e ordens de fenômenos equivaleria a compreender o sentido intrínseco da história. O que também tornava possível a crença na formulação de generalizações normativas sobre a história usualmente denominadas leis ou filosofias da história. Assim, os documentos seriam as partes de uma totalidade necessária:

Não possuímos muitos documentos para determinar a importância do nosso primitivo comércio e descrever-lhe [sic.] o desenvolvimento. Parece, porém, que aqui se confirma ainda uma vez a lei da evolução do simples para o complexo. Para reconhecê-lo, basta examinar o que poderemos chamar manifestos de dois navios, – um de 1511, outro de 1532, na primeira data a nau *Bretoa*, na segunda *La Pélérine*.⁷³

Tornava-se então possível pensar uma evolução histórica a partir da chegada dos portugueses na América e suas vicissitudes, passando pelo processo de colonização até chegar

⁷³ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.57.

à formação do Estado nacional independente que Capistrano e seus compatriotas percebiam e experimentavam cotidianamente. A crença no acesso direto ao passado através de seus fragmentos – os documentos – conduzia à noção de uma totalidade apreensível cognitivamente em função da ocorrência de leis – independentemente de qual fosse o gosto da moda, se positivismo, determinismo geográfico ou historicismo justificado pelo empirismo. A relação das partes deveria configurar e possibilitar o vislumbre da totalidade correspondente.

A noção de “lei” está intrinsecamente vinculada à questão do controle. Na medida em que surge a possibilidade de se compreender as lógicas estruturantes de um dado fenômeno, tornando-se possível formular normas gerais que sistematizem seu funcionamento, surge ao menos a possibilidade de se prever e controlar fenômenos ou processos da mesma espécie. A relação de adequação entre a realidade estruturante desses fenômenos e as representações que deles oferecem os historiadores apenas poderia possibilitar previsões de desenvolvimentos naturais dos princípios e lógicas já existentes na condição de origem. Ao discutir os primeiros processos da colonização portuguesa em terras americanas, por exemplo, Capistrano não demorou a afirmar que “quem quer que conheça as leis naturais prevê desde logo” os rumos que tal processo tomou.⁷⁴

No que toca a hipótese da aplicação de leis à historiografia, esse controle teria uma natureza processual retrospectiva, de forma que quanto mais conhecimento se possuísse sobre o passado, mais o presente seria controlável e, por consequência, também o futuro. No caso em questão, o problema surgiu quando a produção do conhecimento historiográfico, condicionado pela ideia de que quanto maior o conjunto de documentos controlado pelo historiador, mais verdadeira e mais completa seria a historiografia resultante, agregou a tais noções uma caracterização imperativa *a priori* do que deveria ser um documento histórico possível e naturalizou a respectiva estrutura epistemológica sob o discurso do método e da crítica documental. Especialmente nas primeiras obras de Capistrano de Abreu, a ciência e suas leis eram subsumidas sob seu discurso do método e da crítica históricos, naturalizando os pressupostos definidores do que deveria ser a história e os documentos em potencial, assim como do que era importante, necessário ou não para o desenvolvimento da historiografia brasileira.

Estes primeiros habitantes – desertores e degradados – têm uma importância especial na história de nossa pátria que ainda não foi bem apontada. Para compreendê-la basta lembrar que, quando começaram as tentativas seguidas de colonização, estes homens já se tinham adaptado à

⁷⁴ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.60.

terra; que eram por conseguinte um modelo; que este modelo foi imitado, nem podia deixar de sê-lo; pois eles já tinham chegado ao ponto a que os outros deviam tender.

Como no comércio de 1501 a 1532 está quase todo o comércio brasileiro do século XVI, assim nestes povoadores acha-se em estado difuso quase toda a sociedade posterior.⁷⁵

2. O método como caminho e prescrição

Para compreendermos toda a dimensão do sentido implicado à história escrita por Capistrano, *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* só não é mais exemplar do que os *Capítulos de história colonial*. De estrutura mais complexa do que *O Brasil no século XVI*, existe uma primeira parte em *O descobrimento do Brasil* na qual o autor discute ao longo de 46 páginas a quem deveria ser creditada a primazia, ou melhor, as “pretensões” do “Descobrimento do Brasil” cujos contendores eram os franceses, os espanhóis e os portugueses. Essa primeira parte está em conexão com as conclusões acerca do “drama tenebroso” da história do Brasil estabelecidas em *O Brasil no século XVI*. Além disso, mesmo considerando ambos os opúsculos, a única narrativa de um evento desenvolvida pelo autor encontra-se em *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* e diz respeito à descrição da viagem de Cabral. Até então, os estudos em questão constituíam basicamente exercício de crítica documental e exposição de método com poucas proposições narrativas de história.⁷⁶

Sintomático é que a própria forma como o sumário foi organizado deixa entrever a concepção que Capistrano tinha do “Desenvolvimento do Brasil no século XVI”, nome de um dos capítulos da obra em questão, cujo subcapítulo é intitulado “Litoral”, ou seja, era importante verificar quem merecia as láureas da exploração do litoral do continente americano porque essa região representava a primeira etapa do desenvolvimento da sociedade

⁷⁵ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.58-59; Capistrano de Abreu concedia importância ou não a eventos similares de maneira radicalmente diferente de um caso a outro. Nos *Capítulos de história colonial*, por exemplo, após narrar as guerras contra os flamencos com consideráveis detalhes de confrontos e demais eventos, escreveu que “podemos deixar em silêncio vários feitos navais dos holandeses e numerosas incursões dos campanhistas ocorridos em seguida; outro sucesso reclama de preferência a atenção. A I de Dezembro de 640 Portugal declarou-se independente da Espanha, aclamou rei o duque de Bragança, tratou pactos de amizade com os adversários da monarquia espanhola”. A questão não está no fato do autor reduzir a narração de eventos que caracterizariamos como “factuais” em detrimento da inserção de um evento maior que articula a estrutura geral da referida obra, mas no fato de que os critérios pelos quais o historiador define o que é ou não importante a respeito da história que narra não ser devidamente justificado face às múltiplas operações de mesmo tipo que realiza, de forma que a mera afirmação de importância soa de maneira natural, necessária, embora assim não o seja, ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.89.

⁷⁶ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.37-38.

brasileira. “No século XVI, o Brasil está apenas no litoral, e numa distância para o interior de dez léguas, segundo o autor dos *Diálogos das grandezas*”.⁷⁷ Segundo o autor, após disputas com os “Espanhóis” e do confronto contra “Franceses”, “foram os Portugueses que venceram, e assim organizaram o povo a que pertencemos”.⁷⁸

Se a primeira etapa ocorrera no litoral, em cujas aldeias e povoados Capistrano de Abreu encontra valiosos “cronistas”, tal como Gabriel Soares de Sousa, logo em seguida surge uma etapa do “Desenvolvimento do Brasil no século XVI” que será desdobrada de maneira fundamental na sua obra máxima, ou seja, os *Capítulos de história colonial*. Este momento decisivo do processo de desenvolvimento histórico da nacionalidade era indicado por um nome geográfico: “O sertão”. Na obra em questão, “O sertão” ainda foi sucedido pelo “Povoamento e População”. Todavia, antes de iniciar tal parte, Capistrano ainda reproduziu integralmente um documento, a carta de Fernam Fróes, pois esta encerraria “curiosas notícias das primeiras explorações ao norte”.⁷⁹

A narrativa do autor prossegue então através da discussão de um “fenômeno considerável” que Capistrano havia caracterizado como importante e necessário de ser estudado já no artigo *Sobre o Visconde de Porto Seguro* de 1882, a saber, a história da ocupação do interior do país através das iniciativas “bandeirantes” e da conseqüente história da exploração das minas. Segundo o autor, “antes de transcorrido o século [XVI], tínhamos o fenômeno considerável dos Bandeirantes”, porém, tal “história dos bandeirantes, que jaz[eria] esparsa pelos livros e pelos arquivos”, tal como “a história das minas [que] jaz[eria] na escuridão” e a “história das estradas” também ainda não escrita, constituíam falhas graves daquela etapa da produção historiográfica brasileira.⁸⁰

Mais uma vez podemos observar a implicação do caráter necessário implicado pelo discurso de Capistrano de Abreu a certos eventos e fenômenos históricos tornados imperativos dentro de determinada concepção do passado e da história do Brasil sem, todavia, explicitar que tais eventos e fenômenos não possuem uma relação necessária e muito menos uma existência anterior a despeito da atividade cognitiva e representativa operada pelo historiador. Quando o autor escreve que “há a história dos bandeirantes, que jaz esparsa pelos

⁷⁷ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.199.

⁷⁸ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.63.

⁷⁹ Capistrano reproduziu ainda outro documento em *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, desta vez um roteiro que “é o primeiro, que me conste, de viagem a Minas Gerais”, constante na obra de Piso e Marcgraf. Tanta era a importância dada pelo autor à publicação de documentos que ele o fazia sempre que fosse possível ou pertinente, ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.67-70, 83-85.

⁸⁰ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.71; _____. *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.199, 205.

livros e pelos arquivos”, o resultado lógico e cognitivo dessa afirmação seria pensar que bastava reunir aquilo que jazia esparso pelos livros e arquivos para que a “história dos bandeirantes” se tornasse possível. O próprio caráter múltiplo e fragmentar daquilo que poderia constituir o conjunto das características essenciais dos bandeirantes fazia com que pudessem ser associados a diversos conjuntos semânticos, tais como aqueles referentes aos sertanistas, aos desbravadores em busca de cativos e minas, a povoadores, a um conjunto de relações parciais de cada uma dessas tentativas de caracterizações possíveis, ou ainda, se tudo isso poderia ser reduzido a uma única categoria cujas manifestações singulares seriam de grande interesse apesar das potenciais mudanças sucessivas de suas formas usuais. Além disso, podemos observar a recorrência da noção dos documentos como *índices de realidades pretéritas* tal como discutido previamente: a história dos bandeirantes estaria meramente depositada em livros e arquivos, bastando acessá-los para ter acesso à realidade.

A aplicação do método crítico à documentação pertinente tornava simultaneamente possível uma maior convicção acerca das informações contidas nos documentos como também depositavam uma segunda camada semântica teoricamente determinada sobre tais documentos. Os registros do testemunho de Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, tornava-se de grande validade não somente pela natureza de sua experiência testemunhada e pelas informações contidas, mas também pela atividade crítica metodicamente realizada por Varnhagen quando editara e publicara o *Roteiro descritivo do Brasil*, em 1851, cujas *Reflexões críticas* validaram tais escritos como um documento pertencente à “História Pátria”. “Gabriel Soares que, segundo parece, era irmão de João Coelho também passa como um dos grandes bandeirantes do século. Em uma das cópias manuscritas de seu Roteiro, ele diz que passou muitos dos dezessete anos que residiu no Brasil a percorrer o interior”.⁸¹

Conforme Capistrano, o *Roteiro* de Gabriel Soares, por meio “da edição do Sr. Varnhagen”, tornava-se mais uma das partes constituintes do grande e fundamental fenômeno da história brasileira: as bandeiras e o processo de ocupação do território do futuro Estado nacional brasileiro. E justamente por isso sua narrativa segue através da avaliação dos rios pelos quais teriam seguido os exploradores do interior do território. Quando Capistrano descreve os rios hipoteticamente utilizados pelos “sertanistas” e “bandeirantes” ao longo de suas jornadas de ocupação do interior do continente, o historiador nos elenca alguns dos quais julga essenciais e logo afirma que há outros, porém, “menos importantes historicamente”. O

⁸¹ CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). *História em revista*, Pelotas, v.6, p.37-58, dez., 2000; SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.74.

problema é que o autor sustenta as próprias afirmações com base em roteiros que ele mesmo reconhece insuficientes ou contraditórios. A solução encontrada foi, porém, bastante inesperada para aquele que foi considerado o mais crítico, metódico e erudito dos historiadores. Capistrano de Abreu formulou “um roteiro teórico”, hipotético portanto, dos caminhos percorridos pelos colonos quando adentravam o interior do país. Diante da falta de documentos, ou melhor, “roteiros” desse processo de ocupação territorial, “comparando-se os roteiros que ainda nos restam daquele tempo com os que há de tempos posteriores pode se fazer um roteiro teórico, que servirá para encadear e sistematizar os descobrimentos e os rumos dos bandeirantes”.⁸²

A projeção de uma realidade afiançada pela verdade produzida a partir da crítica documental metodicamente regulada, assim como pelas concepções teóricas que informavam o pensamento do autor, conjugada às suposições de caráter epistemológico acerca da relação entre as partes e o todo dos potenciais objetos do conhecimento e a assustadora semelhança entre a realidade presente do historiador e aquela de origem colonial permitiam que fosse logicamente aceitável afirmar a semelhança entre roteiros presentes e pretéritos, de modo que pensar a possibilidade de um “roteiro teórico” surgia com naturalidade a Capistrano. Além disso, fica perceptível o fundamento estritamente geográfico da concepção de história comungada por Capistrano de Abreu, para quem “todo o sertão interior e o vasto santuário do grande rio” poderiam resumir-se a “quase todo o Brasil”.⁸³

História para o autor era acima de tudo “História Pátria”, ou seja, a história da substância nacional, daquilo que transcendeu a duração estritamente definida das datas da independência ou da fundação do Estado nacional brasileiro. A diacronia dos eventos ocorridos dentro do recorte geográfico do território brasileiro contemporâneo a Capistrano definia o que eram as narrativas e os documentos históricos então pertinentes. Por isso era possível partilhar o sentido de uma experiência segundo a qual, desde que nascidos dentro do recorte geográfico do estado em questão, possibilitava compreender os cronistas colonos luso-brasileiros como compatriotas. Para exercer a mesma atitude de justiça com a qual Capistrano julgara Varnhagen em 1882, devemos evidenciar que tais noções não eram necessariamente claras ou unívocas para o autor. Todavia, apesar da ponderação em última instância, Capistrano não conseguira dissociar “o Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento” da noção do Brasil enquanto país:

⁸² ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.78-81.

⁸³ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.95.

Fora injusto negar que ocasionalmente ele [Varnhagen] teve razão: e sabido que, principalmente no século passado [XVIII] da atitude que assumiu Portugal com os seus mais poderosos vizinhos dependiam no Brasil consequências de não somenos valor. Mas não se dava isto em todo o país, e o Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento não constituíam o Brasil.⁸⁴

Ou ainda nos *Capítulos de história colonial*:

A conquista do Rio-Grande [do Norte] tinha logrado afastar os franceses e enganar os índios numa grande extensão de terreno; mas significava mais que isto, o encurtamento da distância ao Maranhão e Amazonas. Desde os primeiros tempos do governador Diogo Botelho surge com força a ideia de consumir a obra, e trata-se de chegar às regiões onde a mão da natureza assentara os limites do país.⁸⁵

Não possui pertinência face aos objetivos deste estudo, enquadrar o pensamento histórico de Capistrano sob uma caracterização antiquada ou ultrapassada, de forma que a epistemologia que o condicionara e o discurso historiográfico resultante fossem meros reflexos de um estado primitivo dos estudos históricos no momento vivido pelo autor. Ao contrário, interessa-nos, neste momento, mostrar como Capistrano construiu uma grande interpretação da história configurada segundo critérios nacionais justificados por um discurso científico e metódico que tomava os documentos como forma de acesso privilegiado à história e ao passado. Capistrano emitiu juízos perspicazes quanto a determinados tipos de julgamentos anacrônicos, por exemplo, quando argumentou que “quanto à grande extensão das capitânicas e à conseqüente distância entre em que ficavam uns dos outros os núcleos civilizados, não é justo colocar-se do ponto de vista hodierno para julgar providências e fatos do século XVI”. Sobre o território nacional, escreveu que “de fato no sertão era indeterminado o terreno que lhes cabia [aos donatários], ao contrário do litoral onde a extensão de suas capitânicas oscilava entre trinta e cem léguas”, mostrando que os primeiros colonizadores tinham apenas ideias vagas da dimensão territorial do continente.⁸⁶

Todavia, Capistrano retorna à sua concepção territorial e geográfica da história logo em seqüência ao discutir a instauração do governo geral de Thomé de Souza, afirmando que “é a esta instituição que se deve grande parte da extensão de nosso país à beira-mar, – pode mesmo dizer-se todo o norte a partir de Itamaracá”. Apesar da aparente naturalidade da afirmação, e da verdade do fenômeno de derivação da dimensão costeira do Estado brasileiro independente a partir da área costeira colonial, sabemos, por exemplo, como já referido, que

⁸⁴ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.205.

⁸⁵ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.61.

⁸⁶ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.87-88.

parte da região norte do que hoje é o Brasil constituía antes um Estado à parte, a saber, o Estado do Grão-Pará e Maranhão a partir de meados do século XVIII, do que mais uma mera região da colônia portuguesa na América ou do Estado brasileiro historicamente substancializado. A relação entre o que é herdado do passado de forma persistente num dado presente qualquer, e aquilo que num passado determinado prefiguraria um ente posterior não implica uma relação de identidade necessária entre ambas as partes, pois deles podem derivar fenômenos radicalmente distintos. Uma vez mais, não interessa julgar uma maior ou menor acuidade dos julgamentos emitidos pelo autor, mas antes, compreender a tensão sobre a qual o historiador se situava, pois oscilava entre a emissão de juízos mais ou menos bem julgados e a crença em processos de determinação da realidade histórica.⁸⁷

Isso provavelmente ocorrera em razão do interesse de Capistrano acerca dos “fundamentos do que se pode chamar a camada secundária de nossa população”, a “influência fecunda” que aos donatários “deve muito o povo brasileiro”, em suma, aquilo que o autor acreditava ser parte do processo de formação da nacionalidade. Capistrano afirmara que já no século XVI havia se originado “uma nova raça, a de mestiços ou mamelucos, que tanto influíram sobre a nossa história, principalmente em S. Paulo”. Ainda mais sintomática é a referência à condição de “paralelogramo de forças” com que define o estudo do cruzamento das “três raças” tal como sugerido por Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil*. “Considerando a história da humanidade ‘no meio de seu desenvolvimento superior’, Martius propõe como objetivo de um historiador brasileiro inserir a história do país nesse processo, uma vez que o país encontra-se em ‘desenvolvimento progressivo’, como o atestava a mescla de populações”. Segundo Capistrano, as partes a partir das quais “se formou o povo brasileiro” seriam os índios nativos, os negros africanos, mas acima de tudo dos “Europeus, fração numérica do todo”, mas que “venceram, pelo princípio superior que representavam, pela coesão, pela organização, por muitos outros motivos que fora longo enumerar”. Por fim, Capistrano nos ofereceu quatro páginas de síntese sobre o que deveria ter sido a evolução histórica da Nação: resumidamente, a formação da nacionalidade brasileira poderia ser definida como “a sociedade portuguesa mais o elemento tupi e o elemento africano, mais a ação mesológica”.⁸⁸

O mesmo argumento sobre o referido processo de “formação secundária de nossa população” reaparece nos *Capítulos de história colonial*, embora desta vez tenha ocorrido

⁸⁷ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.89.

⁸⁸ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.88-92, 97-100; WEHLING, Arno, op. cit., 1999, p.41.

uma modulação do sentido implicado ao processo histórico narrado por Capistrano. Se n' *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* a “formação secundária” refere-se à ideia de “nossa população”, ou seja, da população brasileira, nos *Capítulos* observamos que “o povoamento fez-se mais tarde, com gente nascida ou estabelecida em outros pontos do Brasil: representam uma formação secundária na história pátria”. Se num primeiro momento explicitava-se apenas a formação da população, posteriormente, a formação da população é redefinida explicitamente como a formação da nacionalidade pelo processo de povoamento. Não bastava existirem indivíduos, era preciso que existissem brasileiros.⁸⁹

Segundo acreditava Capistrano de Abreu, o processo de colonização lusa ocorrido no século XVI era a etapa básica de fundação não somente da história, mas também da nacionalidade brasileira. Por isso o recurso aos documentos dos “cronistas” desse século era tão importante para o autor, principalmente Anchieta, Nóbrega, Gabriel Soares e o diário de navegação de Pero Lopes, os quais além de oferecerem registros do passado em questão, ainda torvam possível a inserção dos próprios autores desses registros em personagens da “História Pátria”: Gabriel Soares era um bandeirante; Pero Lopes, um donatário; jesuítas, Anchieta e Nóbrega ajudaram a colonizar o interior através da atividade religiosa e educacional. Apesar da aparente obviedade dessa relação, nem todos os documentos possuíam autoria reconhecida ou mesmo constituição física unitária, de maneira que a identidade e a unidade tanto dos documentos como das personagens em questão foram muitas vezes construídas a partir das operações crítico-metódicas praticadas por Capistrano. O problema não está nesse tipo de operação cognitiva em si, mas na pressuposição da totalidade histórica do passado como fundamento essencial do ser nacional, isto é, daquilo que deveria compor a história da Nação e conseqüentemente as identidades dos indivíduos como seu efeito natural.

Mais um indício do sentido implicado à narrativa histórica em questão é que a grande obra singular de Capistrano de Abreu, os *Capítulos de história colonial*, principia pelo capítulo dedicado aos “Antecedentes indígenas” que ironicamente conta com dez de suas doze páginas dedicadas não aos povos nativos americanos como o título faria supor, mas antes, a descrições geográficas, topográficas e da flora e fauna dos ambientes estudados pelo autor. Apesar disso, Capistrano reconhece a função das diversas tribos indígenas nativas na “evolução social” brasileira, embora, segundo o autor, apenas “os Tupis e os Cariris foram incorporados em grande proporção à atual população do Brasil”. O meio importava não tanto

⁸⁹ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.39-40; ver especialmente o capítulo *A formação do povo* em: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*, op. cit., 1987, p.251-279.

como determinação direta sobre a essência dos seres, mas como origem das causas naturais e, portanto anteriores aos eventos, que limitavam a potência desses mesmos seres. O meio não funcionava como o determinismo imediato sobre a constituição efetiva dos seres ao longo do tempo, mas como variáveis condicionadoras dos trajetos de desenvolvimento desde suas origens. Era possível contornar os efeitos do meio ambiente através do engenho humano. E sobre isso a história deveria oferecer algum alento ou orientação.⁹⁰

Nos *Capítulos*, a ação do meio ambiente, “a ação mesológica”, recebe ainda mais destaque sobre seus hipotéticos efeitos definidos previamente em relação ao processo de formação da “população [que] crescia com a mestiçagem”, do que nos seus estudos de 1880 e 1883. No início do capítulo “O sertão” dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano afirmou que a invasão “flamenga” haveria constituído “mero episódio da ocupação da costa” cuja importância seria menor face ao “povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”.⁹¹ Todavia, apesar de o historiador afirmar o “povoamento do sertão” como momento crucial da formação do caráter nacional brasileiro, o discurso de Capistrano sobre a ocupação holandesa não pode ser compreendido como uma etapa menos importante dentro da representação historiográfica construída pelo autor. Vale ressaltar que o privilégio concedido pelo historiador à função das guerras contra os batavos em Pernambuco estava diretamente ligada a uma opção pela primazia dessa região, meio físico, cultura e “povo” no processo de formação histórica da Nação brasileira. Isso provavelmente deve estar relacionado às suas críticas de que a historiografia brasileira estaria por demais voltada sobre a Colônia de Sacramento e o estuário do Prata, a qual constituiria vetor concorrente, apesar de posterior e de menor magnitude em relação ao século XVII, de sua hipótese de eleição acerca da formação nacional. Ao longo das páginas sobre as guerras flamencas, Capistrano se refere aos indivíduos aglutinados em torno da resistência à ocupação holandesa em Pernambuco como “os nossos”, aqueles dotados do “espírito patriótico”.⁹²

Examinando superficialmente o povo, discriminaram-se logo três raças irreduzíveis, oriunda cada qual de continente diverso, cuja aproximação nada favorecia. Tão pouco próprios a despertar simpatia e benevolência, antolhavam-se os mestiços, mesclados em proporção instável quanto à receita da pele e dosagem do sangue, medidas naqueles tempos, quando o fenômeno estranho e novo, em toda a energia do estado nascente, tendia a observação ao requinte e superexcitava os sentidos, medidas e pesadas com

⁹⁰ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.11-12.

⁹¹ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.98.

⁹² ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.76-77, 85, 89, 94.

uma precisão de que não podemos mais formar ideia remota, nos afeitos ao fato consumado desde o berço, indiferentes às peles de qualquer aviação e às dinamizações do sangue em qualquer ordinal. [. . .] Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinóis e masombos; negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns de outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis, do que do invasor holandês; daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos.⁹³

Capistrano pensava o processo de formação da nacionalidade brasileira a partir de dois vetores, pois, se por um lado a mestiçagem e a ação do meio atuavam sobre a conformação do caráter nacional, ao mesmo tempo era ressaltada a relação de identidade por contraposição entre “os nossos” e os estrangeiros, fossem os holandeses neste caso, fossem os franceses e os espanhóis ao longo do século XVI, uma vez que, no que tange sua concepção do processo histórico de formação do caráter nacional, o elemento português constituiria o elemento europeu fundamental. De toda forma, isso não é muito divergente do que temos argumentado ou do que pode ser esperado da historiografia da época. A questão nesta etapa do estudo é argumentar sobre a implicação de sentido acerca da representação histórica elaborada por Capistrano de Abreu, mostrando como a prática da historiografia era pensada pelo autor acima de tudo enquanto “História Pátria” e mais especificamente enquanto história dos processos de formação dos elementos essenciais da nacionalidade brasileira.

O problema se torna mais explícito quando percebemos as disjunções presentes na estrutura discursiva operada pelo autor em relação tanto ao sentido implicado à narrativa quanto ao discurso metódico que subjaz. Apesar de todo esforço para manter o rigor crítico e metodológico encontrado em *O Brasil no século XVI* e em *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, com suas citações, referências e indicações iniciais da documentação utilizada, os *Capítulos de história colonial* não segue o mesmo padrão, de maneira que não há referência aos documentos utilizados pelo autor, a não ser de maneira indireta e no corpo do texto, ocorrendo inclusive afirmações vagas acerca da procedência das informações às quais se refere, por exemplo, “a vida nas missões resume-a assim um jesuíta contemporâneo”, “geme um contemporâneo”, “escreve um jesuíta”.⁹⁴ Ou ainda:

Destes incidentes ignoramos a história; a crônica apenas guarda os nomes de Pedro Lopes, Feliciano Coelho, Pero Coelho, talvez Ambrósio Fernandes

⁹³ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.70-71.

⁹⁴ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.50-51, 53.

Brandão, o autor possível dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Do lado dos franceses a tradição lembra Rifault, cujos feitos não podem aliás ser precisados a falta de documentos.

Agora um rápido lancear do país, aí pelos anos de 1618, quando escrevia o autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, e Fr. Vicente do Salvador preparava-se para redigir sua história.⁹⁵

No corpo do texto, após longa citação entre aspas, Capistrano escreve sem oferecer qualquer tipo de referência de sua origem que não tenha sido a enunciação indireta de seu nome: “Confiavam-se a índios os postos de maior perigo! Precisam de outra justificativa os esforços de Nóbrega”? Porém, se o leitor não conhece aqueles nomes e assim não é capaz de associá-los aos respectivos documentos, disso resultam duas implicações, uma das quais já foi previamente avaliada: 1º) os nomes dos autores dos documentos são inseridos na estrutura narrativa da história escrita por Capistrano em primeiro lugar como personagens da trama narrada, e não necessariamente como indício da função de autoria dos documentos, de forma que o texto contínuo desprovido de referências sugeriria o caráter natural da estrutura narrativa, por exemplo quando Nóbrega, Anchieta ou Cardim são referidos não por seus escritos, mas como personagens da história do Brasil; 2º) determinadas diferenças de normatividade discursiva e, portanto, de compreensão da realidade histórica de formulação desses discursos não são plenamente consideradas pelo autor, resultando numa primeira dimensão do processo de conformação discursiva dos sentidos possíveis segundo os quais determinados objetos eram tomados por documentos históricos. Isto significa que súditos luso-brasileiros vivendo sob configurações político-culturais específicas eram reconfigurados como cidadãos brasileiros em razão dos ajustes linguísticos atualizados pelas leituras de Capistrano.⁹⁶

É possível que o conjunto das atividades historiográficas realizadas pelo autor ao longo de sua vida fizesse com que sua grande obra dispensasse o recurso à atividade crítica e erudita rigorosamente desenvolvida em outras épocas e em outros escritos, todavia, isso apenas ressaltaria a necessidade do discurso previamente enunciado, evidenciando uma dimensão normativa da historiografia praticada por Capistrano de Abreu: os *Capítulos de história colonial* eram a síntese, a conclusão de uma prática e da construção de um discurso historiográfico ao qual supostamente não caberia revisão. Expansão, reformas pontuais ou aparo de arestas eram esperados ansiosamente, mas não uma revisão substancial da interpretação histórica oferecida por Capistrano de Abreu. O fundamento colonial e, portanto,

⁹⁵ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.59, 68.

⁹⁶ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.84.

histórico de formação da identidade nacional se consolidava sobre o modelo interpretativo e a estrutura narrativa apresentados pelo autor. Astucioso, Capistrano criava e oferecia aos seus contemporâneos se não uma *aquisição para sempre* tal qual Tucídides, ao menos um caminho seguro para a consolidação do ser brasileiro.

Com certeza ainda havia muito a se conhecer sobre a “História Pátria”, mas de acordo com Abreu, o desenvolvimento da historiografia deveria ocorrer através da produção de novas monografias, descoberta de novos documentos, não da revisão crítico-teórica do conjunto de sua própria obra. É neste momento lógico que os primeiros contornos do artifício de controle doravante denominado “Cavalo de Troia da Nação” começam a operar para a manutenção dos consequentes quadros de determinação. É preciso lembrar e trazer à atenção as críticas enunciadas por Paul Feyerabend em relação à história das ciências, mas que também podem ser estendidas a quaisquer disciplinas que se tomam por científicas devido à comunhão dos preceitos epistemológicos fundamentais da ciência moderna, como é o caso da historiografia praticada por Capistrano de Abreu.

Segundo Feyerabend, apesar de experimentarmos “a natureza dos ‘fatos’ científicos” como se fossem “independentes de opinião, crença e herança cultural”, “descrições observacionais, resultados experimentais, afirmações ‘factuais’ ou *contém* pressuposições teóricas ou os afirmam pela maneira com que eles foram usados”. O filósofo argumentou que teorias apenas se tornam “racionalmente” compreensíveis após suas partes inconsistentes serem usadas por um longo tempo, independentemente de suas falhas factuais, teóricas ou metodológicas que são “precondição inevitável de clareza e sucesso empírico” de uma teoria qualquer. Por isso o desenvolvimento de uma dada teoria ocorreria não somente através dos constrangimentos impostos pela realidade inalienável de fatos verdadeiros empiricamente registrados ou definidos.⁹⁷

O contraste entre teorias, para além de sua correção ou efetividade real, deveria progressivamente oferecer pontos de vista alternativos que permitissem o acúmulo de conhecimento verdadeiro sobre as coisas que as teorias tomam por objetos. Frequentemente e ironicamente, teorias cujos fundamentos epistemológicos são em grande medida frágeis e difíceis de se sustentar face os dados constituem justamente aquelas que permitem o avanço de uma disciplina científica. Feyerabend recorreu ao caso da formulação das teorias astronômicas de Galileo a partir da tradição prévia que incluía não somente Copernicus, Kepler e Newton, mas também o modelo cosmológico de Ptolomeu e elementos culturais

⁹⁷ FEYERABEND, Paul. *Against method*. New York: Verso, 2010, p.3, 11, 14.

medievos. Segundo o autor, problemas tradicionais da astronomia da época foram resolvidos e novas perspectivas de pesquisa surgiram apenas na medida em que Galileo se apoiou em teorias ópticas e do movimento explicitamente dominantes, consideradas verdadeiras em sua época, mas que em realidade não estavam em relação adequada com a verdade dos fenômenos astronômicos observados. Galileo desenvolveu um telescópio através de longo processo de tentativa e erro no qual a aplicação de um método era praticamente inexistente, mas que teria causado espanto até mesmo em físicos melhores do que ele, tal como Kepler. Assim Feyerabend prosseguiu argumentando que a construção de evidências ou “fatos” não necessariamente determinaram a evolução da astronomia, mas antes o recurso a teorias tradicionais e experiências de observação que não somente constituíam seus próprios objetos, recortando-lhes de uma realidade maior, como também faziam surgir as falhas das teorias então dominantes. Nem o método, nem teorias verdadeiras por princípio ou tampouco “descoberta” de “fatos” verdadeiros constituíram causas da evolução do conhecimento e da disciplina de Galileo. Somente assim teorias *ad hoc* puderam realizar a função de destruir as estruturas teóricas prévias que diminuía as possibilidades de se produzir melhor conhecimento sobre a realidade.⁹⁸

Não somente a descrição de cada fato singular é dependente de *alguma* teoria (a qual pode, é claro, ser muito diferente da teoria a ser testada), como também existem fatos que não podem ser descobertos exceto com a ajuda de alternativas à teoria a ser testada, e que se torna indisponível tão logo tais alternativas sejam excluídas. Isto sugere que a unidade metodológica à qual nós devemos nos referir ao discutir questões de teste e conteúdo empírico é constituída por *todo um conjunto de parcialmente sobrepostas, factualmente adequadas mas mutuamente inconsistentes teorias*.⁹⁹

O peso das estruturas culturais científicas, acadêmicas e disciplinares acabariam portanto, exercendo efeito de determinação sobre suas próprias condições de reprodução, administrando restritivamente as possibilidades de irrupção de novas opções teóricas a partir de seus próprios sistemas. Todavia, isso não implicaria a impossibilidade de revisão ou reforma desses constructos teóricos. Colapsos parciais surgidos não necessariamente do

⁹⁸ FEYERABEND, Paul. *Against method*, op. cit., 2010; _____. *Conquest of abundance: a tale of abstraction versus the richness of being*. Chicago: University of Chicago Press, 1999; _____. *Farewell to reason*. New York: Verso, 1987; _____. *Tyranny of science*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011

⁹⁹ Grifos do autor. “*Not only is the description of every single fact dependent on some theory (which may, of course, be very different from the theory to be tested), but there also exist facts which cannot be unearthed except with the help of alternatives to the theory to be tested, and which become unavailable as soon as such alternatives are excluded. This suggests that the methodological unit to which we must refer when discussing questions of test and empirical content is constituted by a whole set of partly overlapping, factually adequate, but mutually inconsistent theories*”, FEYERABEND, Paul. *Against method*, op. cit., 2010, p.20.

contraste com os indícios empíricos-factuais, mas da própria inter-relação entre as teorias e de experiências outras que não necessariamente se referem ao domínio de uma disciplina qualquer, tais como as crenças do sujeito cognoscente. Esse fenômeno também ocorre no caso da história disciplinar científica, embora a evolução do conhecimento histórico não implique necessariamente a negação de suas formas e conteúdos anteriores, sendo antes apropriadas pelas representações historiográficas posteriores como interface crítica ou fundamento factual. Além disso, a reflexividade do conhecimento histórico moderno permitiria que a própria experiência individual dos historiadores fosse articulada em sua produção intelectual. Pensada e experimentada como sujeito de si mesma, a história moderna conduziria o historiador a ocupar o papel de objeto tanto nas narrativas históricas da própria disciplina quanto nas narrativas dos fenômenos históricos coletivos transcendentais, em relação aos quais o ajustamento progressivo dessas “parcialmente sobrepostas, factualmente adequadas mas mutuamente inconsistentes teorias”, tal como acima referido por Feyerabend, propiciaria um melhor entendimento da verdade histórica como um todo.

No caso de Capistrano, o *corpus* documental que o autor coligiu, criticou, editou e instrumentalizou ao longo de seus textos serviu frequentemente como sustentáculo de seus constructos teóricos. A forma como Capistrano de Abreu representou as relações entre tais registros não constituía pura ocorrência ideológica, existindo de fato uma série de relações verdadeiras entre as realidades de referência e seus vestígios documentais. Justamente em razão do fenômeno epistemológico sugerido por Feyerabend é que a representação do sentido da história do Brasil não devia ser compreendido apenas em sua dimensão de determinação ideológica por parte de Capistrano. Ideologia e ciência operavam nas brechas do ajustamento de múltiplas tradições teóricas ocidentais referentes à história e à historiografia. O contraste entre tais construções teóricas e as parcelas de realidade pretéritas materializadas nos objetos-documentos possibilitava um ajuste progressivo, de forma que era esperado uma real evolução do conhecimento da “História Pátria”. O recurso a teorias sociológicas de determinação do homem pelo meio, mesológicas ou não, era frequentemente amparado em documentos que não possuíam relação direta com a estrutura principal deste sistema teórico, por exemplo. Mas isso não invalidava o prosseguimento da narrativa de Capistrano, uma vez que tais teorias constituíam muitas vezes apenas inflexões referenciais pontuais destinadas a sustentar relatos quase anedóticos. A verdadeira teoria da história de Capistrano de Abreu é a teoria do sentido e do fundamento coloniais do processo histórico de formação nacional que o autor acreditava poder perceber por meio dos documentos. Ainda mais importante para a efetivação do mecanismo do “Cavalo de Troia da Nação” é o fato de que as possíveis incoerências

cognitivas desse constructo intelectual não implicariam a destruição ou o esquecimento de todo seu edifício discursivo, pois os documentos previamente criticados deveriam funcionar como garantias mínimas de tais enunciados. Desta forma, o sentido implicado por Abreu à história poderia ser perpetuado para além de suas incorreções teóricas ou documentais. Como um cientista, Capistrano oferecia o conhecimento das causas do ser de um ente, de suas relações internas essenciais, enfim, de sua substância.

Em outros termos, Olinda e Holanda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina.

Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos.

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis. Nesta convicção os confirmaram os testemunhos do reconhecimento oficial, os encarecimentos dos historiadores, como Manuel Calado e Raphael de Jesus, cujas obras foram logo publicadas, Diogo Lopes de Santiago, inédito até nossos dias, os sobreviventes das lutas, os herdeiros das tradições ligeiramente alteradas com o tempo. Um documento de 1703 resume tais sentimentos nos seguintes termos:

“Entre todas as nações do orbe são os portugueses os que se têm empenhado nas empresas mais árduas e conseguido os maiores triunfos, tendo pelo mais heroico brasão a fidelidade e íntimo afeto com que não só veneram mas adoram aos seus Príncipes naturais: e sendo isto assim parece que em Pernambuco se souberam sinalar com maior vantagem, pois quando mais oprimidos, mais sujeitos e mais desamparados, sem favor e sem humana ajuda, desprezando aquele trato que a continuação de tantos anos pudera por familiar ter facilitado, e mais sabendo granjear os ânimos com liberal mão os holandeses, desprezando tudo com soberano impulso, intentaram e conseguiram a mais ilustre ação e digna de imortal fama, não só porque com invicto sofrimento suportaram o duro peso de toda a guerra, até se extinguir de todo a hostilidade, mas ostentando-se ainda mais generosos, nem um privilégio procuraram impetrar por serviço tão relevante, havendo despendido por consegui-lo todos os seus bens e ficando pobres; e assim sem mais prêmio que o interesse do glorioso nome de leais vassallos, fidelíssimos ao seu rei e amantíssimos de sua pátria, recuperada e isenta de alheio domínio lhe a restituíram como usurpada, sendo uma tão nobre parte da sua real coroa, a custa do caro preço de tantas vidas e de tanto sangue vertido, recuperando, o que é o mais, o culto ao sagrado que tão profanamente viram da heresia infestado tanto anos”.

Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses.¹⁰⁰

¹⁰⁰ ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.96-97.

O trecho de documento citado por Capistrano não nos permite concluir que aqueles indivíduos que até então foram caracterizados como “os nossos”, como parte do processo de mestiçagem que daria origem à nacionalidade em contraposição de elementos estrangeiros não portugueses – uma vez que o português já era conformado como uma das partes do ser nacional em desenvolvimento – fossem dotados de qualquer tipo de pensamento nacionalista ou mesmo protonacionalista brasileiro, tal como sugerido pelo autor ao longo de seu texto. As formas de experiência de identidade referidas na citação são antes relacionadas ao âmbito do império luso, à “coroa”, ao “príncipe” e ao “rei” do que a quaisquer experiências protonacionalistas brasileiras ou mesmo pernambucanas possíveis. É possível que o processo histórico em questão implicasse em alguma medida a formação ou o início da formação de uma identidade nacional historicamente estruturada, mas a questão é que isso não é possível de ser apreendido pela documentação movimentada por Capistrano de Abreu.

Muito provavelmente Capistrano não compreendia a alteridade radical entre o “nacionalismo” dos autores de seus documentos e aquele que ele próprio professava. Enquanto os primeiros registraram através de suas narrativas as dimensões práticas que tangiam ao governo do império português, Capistrano realizou trabalho adjacente, porém sobre outras bases epistemológicas, buscando uma substância nacional transcendente ao longo do tempo histórico cuja existência plenamente efetiva possui realidade apenas em suas próprias representações historiográficas, de forma que o trabalho de edição de documentos teria atuado no sentido de possibilitar a conformação do discurso e da epistemologia históricos em torno da historiografia de perspectiva orientadora nacional, naturalizando seus pressupostos sob o discurso crítico-metódico de avaliação documental registrado na própria materialidade dos volumes de tais documentos.

Os autores ibéricos da primeira modernidade estavam preocupados antes com a manutenção e a reprodução de seus reinos e impérios perante o discurso e as políticas estrangeiras que pareciam solapar as bases tradicionais com as quais pensavam e agiam, do que com o estabelecimento de novas experiências nacionalistas, mesmo se considerarmos o caso dos colonos ou *creollos* ibero-americanos. Do lado adversário e “estrangeiro”, estavam as práticas e os discursos políticos, econômicos e religiosos divergentes das tradições ibéricas. A ideia de que o que era real, verdadeiro e eficaz repousava não mais nos conhecimentos neoescolásticos e retóricos consagrados através da literatura dos primeiros séculos da modernidade ibérica contra-reformista, mas naquele conhecimento proposto pelas novas ciências dos séculos XVI e XVII lançou sobre os ibéricos um grande desafio acerca da sustentação da verdade sobre a realidade para além dos parâmetros tradicionais. Apesar disso,

a ciência ibérica desenvolveu-se bastante em inúmeras áreas, tais como a mineração, astronomia, ciências navais, botânica e zoologia. Não cabe discutir aqui os processos pelos quais a história das ciências ibéricas foi progressivamente esvaziada de sentido em detrimento das práticas científicas desenvolvidas a partir do desenvolvimento da mecânica newtoniana e posteriormente pela invenção das máquinas-a-vapor. A questão que interessa a este estudo tange à forma como a percepção da realidade foi alterada a partir de tais fenômenos históricos.¹⁰¹

No que toca à disciplina história, a própria forma de compreender a dimensão histórica da realidade sofreu alterações fundamentais, principalmente a partir de meados do século XVIII, quando as diversas narrativas e seus respectivos objetos históricos possíveis foram progressivamente subsumidos à concepção geral de uma meta-realidade histórica na qual e através da qual o mundo e as ações humanas ocorreriam e adquiririam sentido. “Pouco a pouco, esta história, com seu genuíno e complexo conteúdo de realidade efetiva, vai aumentando também suas próprias pretensões de verdade” de maneira tal que as realidades pretéritas foram identificadas amiúde ao seu conseqüente potencial de verdade. Determinar a verdade das informações registradas num objeto qualquer passível de ser caracterizado enquanto um documento histórico – através de estudos filológicos como fizera Lorenzo Valla ou mesmo Varnhagen e Capistrano, por exemplo – não implica que a correspondente realidade passada seja mais ou menos verdadeira simplesmente em função da verdade contida nos documentos. Isso porque a verdade da construção narrativa sobre uma realidade pretérita não se restringe à verdade documental. É justamente em razão do surgimento de uma nova forma de pensar o real e a sua verdade baseada nos moldes das ciências naturais sustentadas pela descoberta de relações necessárias, leis, desenvolvidas a partir dos séculos XVI e XVII, e do surgimento de uma nova forma de compreender a realidade histórica como uma totalidade necessária que transcende a facticidade do evento fortuito ou das múltiplas narrativas singulares, que a história transforma-se naquilo que Koselleck chamou de uma espécie de “instância última”. “A história [*Geschichte*] adquire então uma nova dimensão que escapa à narratividade dos relatos, ao mesmo tempo que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela”: a história *singular coletivo* torna-se, ao longo da modernidade, o conjunto total da realidade possível. Desde então, toda história singular deveria

¹⁰¹ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, op. cit., 2006, p.3, 7-13, 24.

simultaneamente estar inserida e ser uma possibilidade de efetivação da totalidade da realidade histórica.¹⁰²

Como temos argumentado neste estudo, a forma como Capistrano de Abreu, assim como provavelmente muitos de seus contemporâneos, pensava a relação entre uma realidade histórica universal na qual estava inserida a “História Pátria” como parte dessa totalidade pode ser apreendida da contrapartida epistêmica de uma historiografia necessariamente mais completa e verdadeira na medida em que mais documentos eram descobertos, criticados, estabelecidos e utilizados. A concepção de que o recurso ao hipotético conjunto total de documentos possíveis resultaria numa representação historiográfica mais completa e verdadeira só é possível se tais documentos forem pensados como partes necessárias da totalidade real da história enquanto “instância última”. Entretanto, no que tange as realidades históricas, o único caráter necessário é aquele a que temos feito referências prévias, a saber, que o passado tenha ocorrido de determinada forma, não podendo ocorrer outra vez ou de forma diferente ou não mais ocorrer. Qualquer extrapolação dessa dimensão necessária do passado é parcialmente arbitrária, dependendo simultaneamente dos sentidos implicados à narrativa historiográfica por parte do historiador que a produz e das limitações impostas pelo próprio conjunto de informações potencialmente assimiláveis contido num *corpus* documental qualquer.

Nesse sentido, de acordo com o historiador J. H. Elliott, uma Europa moderna constituída por monarquias compósitas não era regulada pela mesma noção de identidade Estado-nacional que se tornaria majoritária a partir do século XVIII, mas especialmente no XIX. Referindo-se às formulações jurídicas Juan de Solórzano no século XVII, Elliott argumenta sobre dois tipos de união político-institucional existentes à época. Uma delas seria o tipo de união “acessória” entre diferentes reinos que comungavam mesmos direitos e mesmas leis, mas cuja relação hierárquica previa um centro detentor do poder e da soberania gerais. Outra diria respeito à “forma de união conhecida como *aeque principaliter*”, segundo a qual os reinos preservariam diferentes “leis, *fueros* e privilégios”, “estes reinos”, escreveu Solórzano, ‘devem ser regidos e governados como se o rei que mantém todos eles unidos fosse rei de cada um deles unicamente’. Todavia, uma vez que o rei ou imperador estava frequente ou perenemente ausente da maior parte de seus territórios e reinos, seu poder devia ser exercido por vice-reis, governadores-gerais ou mesmo privadamente por oligarquias locais. “Não havia alternativa para a pesada dependência das elites provinciais, cujas

¹⁰² KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, op. cit., 2004, p.32-34; _____, *Futuro Passado*, op. cit., 2006, p.48-49.

lealdades podiam ser ganhas e mantidas somente por patronagem”, o que estaria em íntima relação com o fomento de práticas e discursos patrimonialistas por todo o território de uma monarquia compósita qualquer, especialmente se considerarmos domínios ultramarinos.¹⁰³

Em retorno por certo grau de negligência benigna, as elites locais desfrutavam uma medida de auto-governo que os deixava sem nenhuma necessidade urgente de desafiar o *status quo*. Em outras palavras, monarquias compósitas eram construídas sobre um pacto mútuo entre a Coroa e as classes dirigentes de suas diferentes províncias, o que deu até mesmo às mais arbitrarias e artificiais das uniões uma certa estabilidade e resiliência. Se o monarca podia então a partir daqui fomentar, especialmente entre a alta nobreza de seus diferentes reinos, uma noção de lealdade pessoal para com a dinastia, transcendendo ligações provinciais, as chances de estabilidade eram ainda mais melhoradas. [. . .] Monarquias compósitas baseadas em união dinástica ampla, *aeque principaliter*, poderia apenas esperar sobreviver se sistemas de patronagem fossem cuidadosamente mantidos em ordem de funcionamento, e se ambas as partes fossem mantidas próximas às normas afirmadas nos acordos originais da união.¹⁰⁴

Dois elementos conformadores das identidades políticas dentro dos sistemas de monarquias compósitas eram a religião e a identidade cultural comum de comunidades locais, ou seja, a *pátria*. Mas a partir dos violentos eventos decorrentes da Reforma Protestante, da Contra-Reforma e das guerras religiosas dos séculos XVI e XVII, o vetor religioso das identidades político-culturais das monarquias compósitas teria passado a pautar grande parte das tensões e dinâmicas constitutivas de suas próprias estruturas. “Pressões do centro para assegurar conformidade religiosa portanto, provavelmente produziram reações explosivas nas comunidades que, por uma razão ou outra, já sentiam suas identidades em risco”. Seguindo as prescrições de Justus Lipsius, soberanos acreditavam cada vez mais na necessidade de assegurar unidade religiosa dentro de seus domínios. A manutenção de identidades político-culturais era mais facilmente atingida pela aplicação do princípio da preservação das leis e costumes de cada parte da união monárquica, *aeque principaliter*. Mesmo quando Castela e Portugal uniram suas coroas em 1580, apesar dos conflitos com os holandeses no Nordeste da

¹⁰³ ELLIOTT, J. H.. *A Europe of Composite Monarchies*. In: *Spain, Europe and the wider world, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2009, p.7, 10.

¹⁰⁴ “*In return for a degree of benign neglect, local elites enjoyed a measure of self-government which left them without any urgent need to challenge the status quo. In other words, composite monarchies were built on a mutual compact between the Crown and the ruling class of their different provinces, which gave even the most arbitrary and artificial of unions a certain stability and resilience. If the monarch could then go on from here to foster, especially among the higher nobility of his different kingdoms, a sense of personal loyalty to the dynasty, transcending provincial boundaries, the chances of stability were still further improved [. . .] Composite monarchies based on loose dynastic union, aequae principaliter, could only hope to survive if systems of patronage were maintained in careful working order, and if both parties kept close to the ground rules laid down in the original agreement of union*”, ELLIOTT, J. H.. *A Europe of Composite Monarchies*, op. cit., 2009, p.11, 18.

Colônia portuguesa na América decorrentes da política exterior castelhana, as prerrogativas lusas sobre sua identidade reinol assim como o futuro de seu Império permaneceram consideravelmente preservados. Além disso, as leis e as taxações completavam os enquadramentos estruturais das monarquias compósitas dos primeiros séculos da Modernidade.¹⁰⁵

Respostas frequentemente adotadas para solucionar questões de divergência no interior das monarquias e impérios modernos incluíam a construção de unidades administrativas, linguísticas e político-culturais historicamente determinadas. Outra alternativa era constituída a partir do recurso à doutrina dos dois corpos do rei e às prescrições normativas retoricamente codificadas, tal como o caso estudado por João Adolfo Hansen a respeito dos escritos atribuídos a Gregório de Matos Guerra. Segundo Hansen, quando o equilíbrio da comunidade era afetado, o recurso à forma satírica do discurso podia ser mobilizado para tentar tornar manifestos os vícios praticados no seio do corpo social, indicando seus efeitos nocivos geradores de corrupção e degeneração de seus estados de normalidade. Preenhe de alegorias organicistas, tais doutrina e codificações discursivas ofereciam elementos para fundamentar os ataques morais destinados a tentar “curar” o corpo do reino. Longe de constituir elementos de identidades proto-nacionalistas ou mesmo nativistas, essas formulações previam a manutenção da coletividade através da supressão de seus vícios e falhas: discurso moral de crítica a possíveis desvios da normalidade sociocultural dominante. O colapso dos sistemas de monarquias compósitas ocorreu quando as guerras europeias de fins do século XVIII e decorrer do XIX, especialmente no que tange os territórios coloniais, criaram desequilíbrios políticos suficientemente insuperáveis para serem negociados, por exemplo, a disparidade entre centros produtores de riqueza e centros detentores de direitos políticos e de decisão sobre os rumos que o corpo social deveria seguir.¹⁰⁶

Se nós olharmos para o caráter geral da jovem Europa moderna, com seu profundo respeito pelas estruturas corporativas e seus direitos tradicionais, privilégios e costumes, a união entre províncias *aeque principaliter* parece encaixar bem nas necessidades dos tempos. A própria frouxidão da associação era certo sentido sua maior força. Isso permitido por um elevado grau de contínuo auto-governo local em um tempo quando os monarcas simplesmente não estavam em posição de trazer reinos e províncias longínquas sob severo controle real. Ao mesmo tempo isso garantiu para as

¹⁰⁵ ELLIOTT, J. H.. *A Europe of Composite Monarchies*, op. cit., 2009, p.13-17.

¹⁰⁶ KANTOROWICZ, Ernst H.. *The king's two bodies: a study in mediaeval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 1957; HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Ed. da UNICAMP, 2004.

elites provinciais contínuo usufruto de seus privilégios existentes combinados com benefícios potenciais a serem derivados da participação numa associação mais ampla. [. . .] As esperanças das elites provinciais por crescentes oportunidades econômicas e o constante fluxo de ofícios e honras eram todos muito constantemente desapontados, mas as seduções da corte e de culturas dominantes rivais podiam fazê-los desejar cúmplices na perpetuação da união da qual eles ainda esperavam melhores coisas. As pressões pela perpetuação, de fato, podem ter vindo tanto, ou mais, das elites provinciais do que do governo central.¹⁰⁷

Apesar de sabermos que a condição colonial não era estritamente equivalente à de reinos ou províncias de sistemas monárquicos compósitos, a maior parte de sua estrutura pode ser utilizada para melhor compreendermos a situação político-cultural dos súditos desses grandes sistemas. A luta contra os holandeses em Pernambuco foi caracterizada tanto por Varnhagen quanto por Capistrano e outros depois deles, como a origem embrionária do sentimento de nacionalidade no Brasil devido à necessidade de união face o subjugo estrangeiro. Todavia, tudo indica que tal união constituiu antes resposta efetiva a desafios particulares impostos às comunidades que ali estavam antes da invasão batava. A identidade dos colonos resistentes era dada dentro do enquadramento do sistema de reinos e colônias do Império Ultramarino Português, à época integrado à Coroa espanhola. Segundo Elliott, “uma razão para o sucesso da revolta portuguesa [contra a união das Coroas Ibéricas] era que, no Duque de Bragança, Portugal tinha um potencial legítimo rei à espera”, de forma que os súditos de Portugal possuíam elementos simbólicos capazes de enfeixar as estruturas conformadoras da identidade nacional lusa, por exemplo a religião católica, a língua portuguesa, as culturas pátrias em geral e um soberano capaz de ditar o futuro do reino. Por outro lado, a colonização da América deu-se desde o início sob a forma de empreendimentos privados, ou melhor, patrimoniais, de maneira que as propriedades fundiárias e os direitos régios concedidos eram regulados de acordo com a respectiva participação no empreendimento colonial. Tanto para o rei quanto para a aristocracia, as oligarquias coloniais ou mesmo os súditos em geral, as “responsabilidades únicas [da colonização] carregavam com

¹⁰⁷ “If we look at the general character of early modern Europe, with its profound respect for corporate structures and for traditional rights, privileges and customs, the union of provinces to each other aequae principaliter seems to fit well with the needs of the times. The very looseness of the association was in a sense its greatest strength. It allowed for a high degree of continuing local self-government at a time when monarchs were simply in no position to bring outlying kingdoms and provinces under tight royal control. At the same time it guaranteed to provincial elites continued enjoyment of their existing privileges combined with the potential benefits to be derived from participation in a wider association. [. . .] The hopes of provincial elites for increased economic opportunities, and a steady flow of offices and honours, were all too often disappointed, but the seductions of the court and of a dominant rival culture could make them willing accomplices in the perpetuation of a union from which they still hoped for better things. The pressures for perpetuation, indeed, might come as much, or more, from provincial elites as from the central government”, ELLIOTT, J. H.. *A Europe of Composite Monarchies*, op. cit., 2009, p.22.

elas privilégios únicos”. A terra, a coroa e a religião deveriam assegurar a união dos indivíduos sujeitos ao poder régio.¹⁰⁸

Apesar das distâncias, das diferenças dos meios naturais e das culturas autóctones ou vizinhas existentes nas diferentes partes do Império Ultramarino luso, a relação de identidade entre a instituição da realeza e seus súditos era estruturada fundamentalmente pelas normatizações jurídicas escolásticas. “Esquemáticamente, pode-se dizer que a ‘política católica’ defendida por ele [Giovanni Botero acerca do Estado português] é aquela que já havia sido fundamentada nas doutrinas jusnaturalistas dos juristas dominicanos e jesuítas da Segunda Escolástica do século XVI”. Formulações as quais previam uma ordem social hierárquica supostamente emanadas de fundamentos naturais, de forma que mesmo os gêneros do discurso eram regulados por prescrições de decoro performadas a partir de *personae* discursivas. Uma *persona* é uma instância representativa e/ou jurídica capaz de realizar ações e discursos, seja ela referente a um único indivíduo ou a coletividades. Um rei constituiria uma *persona* enquanto representação da totalidade do grupo social sobre o qual ocupa função maximamente hierárquica, enquanto um autor enunciaria seus discursos a partir de sua função social, de musas, Deus ou de seu próprio engenho, por exemplo. Uma *persona* não é idêntica ao sujeito empírico de um discurso qualquer. Enquanto modelo social particular do Antigo Regime, a sociedade colonial também era estruturada por rígidos códigos de conduta e hierarquia jurídicos e discursivos.¹⁰⁹

Como princípio regente da sociedade – que analogicamente é “corpo” de “membros”, “partes”, “ordens”, “estamentos” –, o rei é “cabeça” ou “razão suprema” do reino. Dirige-o racionalmente, como a cabeça dirige o corpo. Assim, se a ação da cabeça tem por fim a harmonia e a ordem racionais do corpo, a ação do rei tem por fim a harmonia e a ordem do corpo político. E, se a função de cada parte do corpo é servir de instrumento ao todo, do mesmo modo cada súdito individual ou cada ordem do reino devem integrar-se hierarquicamente, como obediência.¹¹⁰

Reis e príncipes deveriam, portanto, estar preparados para para melhor governar em nome das coletividades que representavam. O aprendizado da história *mestra da vida* deveria oferecer modelos, casos, eventos cuja singularidade deveriam orientar pedagogicamente a ação dos soberanos face ao futuro a partir de experiência pretéritas análogas. Isso implica reconhecer que a relação de similitude entre presente, passados e futuros possíveis resta

¹⁰⁸ ELLIOTT, J. H.. *A Europe of Composite Monarchies*, op. cit., 2009, p.13, 22.

¹⁰⁹ HANSEN, João Adolfo. *Razão de Estado*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p.140.

¹¹⁰ HANSEN, João Adolfo. *Razão de Estado*, op. cit., 2006, p.139.

exclusivamente na maneira como um dado presente modula suas experiências e expectativas. Obviamente os seres humanos não possuem o poder de articular a dimensão temporal da experiência humana conforme sua livre vontade, mas ao mesmo tempo, creio ser totalmente plausível afirmar que as articulações entre as diferentes subdimensões temporais ocorrem a todo instante no cruzamento espacial de todo potencial de historicidade de um dado presente. Todavia, o caráter articulador propiciado pelo cruzamento espacial das subdimensões do tempo não implica que as consequências de fenômenos, ações, eventos, discursos e processos sejam estruturados por ordens espaço-temporais idênticas. Esse sim seria um mundo de eterna atualidade no qual os limites e diferenças entre passado, presente e futuro pouco importariam. Se os manuais prescritivos conhecidos como *espelhos de príncipes* ofereciam orientações à deliberação dos soberanos, isso ocorria porque a uniformidade dos grupos sociais aos quais dirigia permanecia minimamente estável, regular, para que permanecessem pertinentes e efetivos. Tais prescrições constituíam “um elenco de esquemas exemplares propostos para que o Príncipe se encaminhe para as coisas úteis e se afaste das prejudiciais, ouvindo a voz da razão iluminada pela luz natural da Graça inata que o faz distinguir o bem do mal nas ocasiões de livre-arbitrio”.¹¹¹

Para discutir a magnitude e o caráter das prescrições constituintes do sistema teológico-político de compreender e agir sobre a realidade, usualmente oferecidas pelos *espelhos de príncipes* Hansen discute a obra *Da razão de Estado* de Giovanni Botero. Segundo João Hansen, o fluxo das ideias de Botero devem ter atingido a América portuguesa e a Península Ibérica durante o período de União das coroas, período no qual Espanha, Portugal e regiões do que hoje compõe o Estado Italiano constituíam à época um “bloco católico europeu”. Além disso, “os conceitos [de caráter “aristotélico-cristão”, segundo Hansen] de Botero estão presentes em vários autores espanhóis e luso-brasileiros do XVII, mesmo quando sua obra não é explicitamente citada”. O caráter difuso da propagação dessas teorias “aristotélico-cristãs” do sistema teológico-político defendido por Botero, entre outros, se deveria fundamentalmente ao ensino da jurisprudência ibérica moderna “então ensinados nos cursos de direito canônico das universidades de Coimbra e Salamanca”. Somente a partir do século XVIII o predomínio dessas prescrições teológico-políticas teria começado a cair em desuso.¹¹²

¹¹¹ HANSEN, João Adolfo. *Razão de Estado*, op. cit., 2006, p.141.

¹¹² HANSEN, João Adolfo. *Razão de Estado*, op. cit., 2006, p.140.

No primeiro capítulo, à moda aristotélica, Botero começa pela definição do tema, a “razão de Estado”: “Estado é um domínio firme sobre povos, e razão e Estado é o conhecimento de meios adequados a fundar, conservar e ampliar um domínio deste gênero”. Reconhecendo que, para se falar de modo absoluto, a noção de “razão de Estado” refere-se às três partes da sua definição – “fundar”, “conservar” e “aumentar” a dominação –, reconhece também que ela implica uma hierarquização das medidas do poder. Assim, a “razão de Estado” implica mais estreitamente a conservação que as outras funções de fundação e aumento do poder. A ideia principal de que a conservação é mais importante implica, por definição, também o conservadorismo da “política católica”. Das outras duas, a ampliação é mais importante que a fundação do poder. Logo, dispõe a exposição sobre “razão de Estado”, em ordem decrescente: conservação, ampliação e fundação do poder. A “razão de Estado” supõe o Príncipe, como “artesão”, e o Estado, como “matéria” do poder. Ambos precedem a fundação e a ampliação, por isso Botero reconhece que o meio de fundar e o de aumentar são a mesma coisa: “O começo e os lugares são da mesma natureza”. Outra distinção básica, que também aparece na doutrina do Direito português do Antigo Regime, é a que divide o poder em *absoluto* e *ordinário*. O que se faz por “razão de Estado” são coisas que não podem ser reduzidas à razão ordinária e comum e que, por isso, estão acima do direito comum. A “razão de Estado” é, no caso, uma entidade mais ampla, corporificada no tema do “bem comum”, no qual o interesse particular e o interesse geral teoricamente se fundem com harmonia. Nesse sentido, mesmo as medidas tomadas pelo Príncipe em nome da “razão de Estado” não visam um alvo diverso do interesse de particulares, mas a manutenção da harmonia deles entre si e com o interesse superior da comunidade.¹¹³

Se tal formulação teológico-política dos fundamentos jurídicos do Antigo Regime apresentavam as ações deliberadas do Príncipe como direcionadas, em princípio, à promoção dos pressupostos interesses da comunidade, em realidade o que se observa dos registros históricos é o processo progressivo de subsunção dos interesses gerais da coletividade sob a particularidade mascarada de interesses particulares do soberano, mas acima de tudo, das aristocracias e oligarquias que lhe garantiam na função hierárquica de exercer o poder em nome de todos como o primeiro entre seus pares. A “razão de Estado” teológico-política é o elemento teórico-conceitual que justificava toda uma forma específica de experimentar o mundo político consideravelmente estável dentro de enquadramentos de Antigo Regime. Logo, se existiam guerras, conspirações e derrubadas de dinastias isso ocorria antes dentro de um sistema “horizontal” de “dança dos tronos” europeus do que a alterações “verticais” na estrutura hierárquica das comunidades subjugadas e governadas por sujeitos oriundos de estamento nobre.

O caso da revolta de Amador Bueno é exemplar a esse respeito. Capistrano de Abreu não escreveu sobre o episódio da aclamação de Bueno como rei do Brasil por parte da

¹¹³ HANSEN, João Adolfo. *Razão de Estado*, op. cit., 2006, p.141.

comunidade luso-castelhana-brasileira da Capitania de São Vicente, especialmente os moradores da vila de São Paulo. Nos *Capítulos de história colonial*, o nome de Amador Bueno aparece citado apenas em referência aos eventos da “guerra dos emboabas”, não de sua aclamação em 1641. Na época, os colonos temiam perder as condições favoráveis à prática de apresamento, sujeição e comercialização de indígenas como mão-de-obra escrava, que experimentaram durante os anos de União das Coroas Ibéricas. Esse seria o motivo pelo qual os colonos da vila de São Paulo, apoiados principalmente pelo contingente de origem espanhola, teriam se revoltado contra a instauração da dinastia de Bragança. Porém, Bueno rejeitou o título de rei e jurou lealdade a D. João IV.

Certamente interesses práticos diretos de Amador Bueno motivaram sua escolha por manter a lealdade ao rei, mas ao mesmo tempo, não é possível negligenciar que a narrativa e os documentos do século XVII de fato indicam o tipo sociocultural configurado pelo sistema de monarquias compósitas ou impérios ultramarinos. Amador Bueno experimentava-se provavelmente antes como súdito do Império de Portugal do que como um dos primeiros exemplos de sentimento nativista tal como defendido por grande parte da crítica histórica e literária da primeira metade do século XX. Se Amador Bueno não era membro da aristocracia lusitana, representava entretanto uma ideia de origem fundacional do processo de formação daquilo que muitos compreendiam como uma “aristocracia bandeirante” paulista. Não é sem razão que uma das versões canônicas da história de Amador e dos bandeirantes tenha sido escrita pela pena de um dos mais famosos representantes dessa linhagem da elite paulista, a saber, Afonso de Escragnoille Taunay, aluno e discípulo intelectual de Capistrano de Abreu.¹¹⁴

“Assim, seria um erro exagerar a distinção entre ‘províncias’ europeias e as ‘colônias’ do Novo Mundo dentro de uma monarquia compósita da primeira modernidade”. Para o caso aqui estudado, poderíamos afirmar que o nacionalismo professado entre os séculos XVI-XVIII não era idêntico àquele dos séculos XIX e XX encontrado nos discursos de Capistrano, de maneira que os indivíduos ocupantes da função de autoria dos documentos em questão compreendiam-se antes como súditos de uma unidade política, social e cultural maior representada pelo império luso, do que como patriotas nacionalistas americanos.¹¹⁵

¹¹⁴ TAUNAY, Afonso de E.. *História geral das bandeiras paulistas: escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portuguezes*. São Paulo: Typ. Ideal, H. L. Canton, 1924-1950; _____. *Historia seiscentista da Villa de S. Paulo: escripta á vista de avultuada documentação inedita dos arquivos brasileiros e estrangeiros*. São Paulo: Typ. Ideal, 1928.

¹¹⁵ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write...*, op. cit., 2001; _____. op. cit., 2006, p.9; ELLIOTT, J. H.. *Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006; _____. *Spain, Europe and the wider world, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2009; PAGDEN, Anthony. *European encounters with the new world from Renaissance to romanticism*. New Haven: Yale University Press, 1993; _____. *Lords of all the worlds: ideologies of empire in Spain, Britain and France*

II. O Cavalo de Troia da Nação

Ao longo de sua vida, Capistrano esforçou-se bastante para realizar seu projeto historiográfico fundado não somente sobre a interpretação do sentido da história brasileira, mas também na coleta do maior conjunto possível de documentos históricos. Esse esforço repousou no princípio de que a máxima conjugação destes documentos diminuiria tanto a possibilidade de incorrer em erros quanto permitiria a máxima compreensão e aproximação das realidades do passado.

Uma vez processados criticamente, os documentos estariam prontos para compor uma narrativa capaz de desvelar o sentido de uma história. Ao longo das páginas escritas por Capistrano, esse sentido foi se delineando claramente. Suas narrativas diziam respeito ao processo de formação histórica do Estado, da Nação e da identidade brasileiros ao longo dos séculos de passado colonial. Nas colônias portuguesas na América, as identidades fundavam-se antes no pertencimento ao Império Ultramarino português do que sobre supostas identidades territoriais fundadas a partir da retroprojeção nacionalista característica da historiografia do século XIX e início do XX. Um modelo de mundo do Antigo Regime havia sido construído em solos tropicais. Capitânias hereditárias eram distribuídas à nobreza hierarquicamente inferior incapaz de ser incorporada às estruturas reinóis metropolitanas, constituindo na América um sistema análogo ao de sua origem europeia.¹¹⁶

Dentro de tais propriedades fundiárias, os poderes privados dos capitães proprietários aproximavam-se formalmente de suas prerrogativas europeias originais. Todavia, isso apenas ocorreu após as áreas costeiras do território luso afirmado pelo Tratado de Tordesilhas terem sido ameaçadas por outras coroas da Europa, especialmente corsários e piratas ingleses e franceses. Desde então, a colonização portuguesa na América teve sua natureza alterada, passando de um sistema de feitorias destinadas à exploração litorânea, para um modelo colonizador de fato. Porém, isso não implicou mudanças radicais no que tangia o direcionamento das atividades produtivas face ao mercado de exportação de gêneros tropicais. A força motora da colonização da América pelos portugueses foi desde e por princípio, um empreendimento essencialmente privado.

c.1500–c.1850. New Haven: Yale University Press, 1995; _____. *Spanish imperialism and the political imagination: Studies in European and Spanish-American social and political theory, 1513–1830*. New Haven: Yale University Press, 1990; _____. *The Uncertainties of Empire: Essays in Iberian and Ibero-American Intellectual History*. Brookfield: Variorum, 1994.

¹¹⁶ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; SCHWARTZ, Stuart. *The Formation of a Colonial Identity in Brazil*. In: CANNY, N.; PAGDEN, A. (Eds.). *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500–1800*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p.15-50.

Todavia, tais constructos narrativos dotados de sentido não se restringiram aos livros ou coletâneas de estudos históricos. No caso dos documentos editados por Capistrano de Abreu, suas narrativas também se referiam à transformação do passado colonial luso americano em um passado nacional, em história do Brasil. Através do referido artifício técnico-erudito-discursivo, suas narrativas adentraram os próprios volumes dos documentos que as fundamentavam. Isso ocorreu através da inserção de introduções, prefácios e notas de rodapé aos volumes dos documentos editados. Se considerarmos que originalmente os documentos editados por Abreu resumiam-se muitos deles a fragmentos dispersos por arquivos europeus, outros a conjuntos de páginas não muito bem identificados ou sem autoria reconhecida, a importância e a função dos apêndices textuais anexados aos documentos apresenta toda sua relevância.

Para responder a essas questões, teremos que dar alguns passos em direção ao abismo normativo que rege e separa a formulação dos discursos registrados nos referidos documentos. Observaremos que há uma distância considerável entre as condições históricas que possibilitaram o surgimento dos enunciados de ambas as margens desse desfiladeiro de historicidades distintas discursivamente registrados. A hipótese é que foi justamente por negar a radicalidade da alteridade da dimensão normativa dos discursos dos documentos que Capistrano se apropriou de seus conteúdos conformando-lhes em passado e história nacionais brasileiros. Todavia, essa negação não ocorreu devido à ignorância desses sistemas por parte de Abreu, uma vez que apesar de ser historiador autodidata, Capistrano estudara em renomados colégios de sua época, tais como o Colégio de Educandos, o Ateneu Cearense e o Seminário Episcopal do Ceará. Refiro-me à formação escolar do autor para indicar que a única educação formal que recebera foi composta ainda dentro dos quadros epistemológicos, teóricos, discursivos e até mesmo ontológicos estudados por Circe Maria Fernandes Bittencourt e Roberto Acízelo de Souza.¹¹⁷

Segundo a historiadora Circe Bittencourt, o ensino de história, mas não somente o ensino desta disciplina em especial, é sempre condicionado pelos resultados das tensões disputadas dentro do próprio corpo político detentor das prerrogativas de determinação dos currículos escolares, ou seja, daquilo que as crianças e jovens em idades escolares deveriam ou não aprender. “Tais confrontos tornam-se inevitáveis pelo poder que as disciplinas escolares exercem na legitimação de determinados conhecimentos que são difundidos para amplos setores da sociedade”. Circe questiona a tradicional compreensão do ensino escolar

¹¹⁷ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993; SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*, op. cit., 1999.

enquanto mera “redução ou simplificação do conhecimento erudito” transposto para os currículos escolares. Segundo a autora, o ensino escolar constituiria “um corpo dinâmico de conhecimentos elaborado por especialistas” que não seria simplesmente redutível à sistematização de conhecimentos objetivamente verdadeiros sintetizados em compêndios escolares. Para além dos conflitos existentes no âmbito governamental e que regulariam as políticas públicas educacionais de um país, e da complexidade da difusão de conhecimentos científico-eruditos para a dimensão escolar, ainda haveria os desafios cotidianos resultantes das “relações de saber pela prática social de seus agentes fundamentais: professores e alunos”. “Desta forma, as disciplinas escolares têm sido constantemente redefinidas de acordo com compromissos temporários que se estabelecem em um contexto educacional historicamente determinado e do qual participam diversos setores sociais”.¹¹⁸

O estudo de História para o nível secundário, antes de se tornar um corpo de conhecimento sistematizado, com objetivos específicos, possível de ser ensinado e transmitido nas escolas públicas, era um simples anexo ou complemento do latim, disciplina todo-poderosa dentro da concepção do currículo “humanístico” ou “literário”. Pela versão do ensino confessional, a História limitava-se a um conteúdo integrante do ensino religioso.

O ensino de História, no Brasil, passou a ser delineado logo após a elaboração da Constituição de 1824 pelos liberais brasileiros envolvidos nos debates educacionais. Parte dos intelectuais pretendia construir uma História laica, uma espécie de “ciência social” da nação que se criava sob a dominação de um Estado independente mas não desejava abolir os princípios educativos da Igreja Católica.¹¹⁹

“Humanidades clássicas” que frequentemente se limitou ao ensino do latim e dos principais preceitos da retórica clássica, especialmente aristotélica ou latina, conforme indicado por Roberto Acízelo. Segundo o autor, “a retórica integra uma *epistême* anterior à ideia moderna de especialização nítida dos discursos”, de acordo com a qual o discurso é o instrumento privilegiado para se conhecer o mundo, se comunicar e adquirir cultura, civilização. Tanto para Bittencourt quanto para Acízelo, o ensino humanístico constituía mecanismo institucional destinado a reproduzir as estruturas de uma sociedade qualquer. Tal ensino deveria oferecer uma *cultura geral* no sentido de um *corpus* de conhecimento que referente e pertinente “a todos, isto é, o que, sendo *comum*, é da ordem do *comunicável*. Daí deriva a centralidade assumida pelo instrumento de comunicação, a linguagem, que contrai

¹¹⁸ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.193-194.

¹¹⁹ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.194.

com a ideia de cultura geral uma relação de inter-implicação nos quadros da educação humanística”.¹²⁰

Bittencourt argumentou que a História enquanto gênero discursivo tornou-se autônoma, “encarregada da formação política do cidadão nacional”, quando progressivamente passou a não mais ser limitada como mera descrição “ilustrativa da moral religiosa universal permanente”. “Para os grupos defensores do currículo ‘científico’, liberais adeptos de uma modernização”, a disciplina história deveria ser ensinada independentemente de conteúdos e instituições religiosas, embora em realidade não se fizesse qualquer tipo de oposição verdadeira a tal forma de ensino. O objetivo principal de ambos os grupos era difundir os preceitos civilizacionais europeus e constituir uma identidade nacional particular para o Estado nacional recém instituído, fosse durante o período imperial, fosse durante a primeira República. “A História tinha como objetivo auxiliar a compor uma casta de privilegiados brasileiros, inculcando-lhe os padrões culturais do mundo ocidental cristão, fazendo com que se identificassem com o mundo exterior civilizado”.¹²¹

De acordo com a breve genealogia da retórica esboçada por Acízelo, o vértice da trajetória histórica da disciplina encontra-se no século XVIII, século ao longo do qual a retórica perdera definitivamente seus tradicionais privilégios enquanto conjunto disciplinar regulador das formas e conteúdos discursivos possíveis para a poética. Poética representada especialmente pela “entusiástica redescoberta da *Poética* de Aristóteles ocorrida em fins do século XV”. Assim, qualquer atividade criadora de discursos passou a ser regulada pela arte poética compreendida como “código da ‘criação’ literária”. Enquanto isso, a arte retórica foi praticamente reduzida à sua dimensão oratória, significando e codificando “o bem escrever”, se restringindo fundamentalmente “ao âmbito do ensino, sendo um domínio de professores, especialmente jesuítas”. Sobre o ensino ofertado pelos jesuítas tanto na América portuguesa colonial, quanto no Brasil Império, Acízelo afirma que definitivamente foram eles, embora não se possa negar os esforços realizados por outras ordens religiosas, que mantiveram durante tanto tempo a estrutura do currículo humanista ensinado nas escolas confessionais e privadas. O fundamento substancialmente católico da sociedade brasileira persistente desde o Brasil colonial colaborou de maneira decisiva para a difusão das “humanidades” no ensino escolar: “afinal, orientar-se pela retórica clássica não era, no século XVIII brasileiro, atitude perfeitamente afinada com os valores da época”? Uma vez mais e apesar de toda resistência,

¹²⁰ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*, op. cit., 1999, p.22-23.

¹²¹ BITTENCOURT, Circe Maria. *Os confrontos...*, op. cit., 1993, p.199.

as alternativas de reforma para o ensino escolar eram pensadas a partir dos modelos das ciências naturais.¹²²

A proposta de Caetano de Campos representava a posição de educadores que se opunham aos defensores das “humanidades clássicas”, segundo os quais Latim, Literatura e Retórica eram as únicas disciplinas verdadeiramente formadoras da inteligência. Os debates travados colocavam as disciplinas “literárias” em oposição às “científicas” que, até então, eram consideradas como um mero ensinamento técnico e prático, estando ausente de seus objetivos as exigências de uma formação do “espírito”, do “intelecto”. Em meio a tais debates que, vale destacar, emergiram em vários países do mundo ocidental, foram se constituindo, de forma mais explícita, as disciplinas escolares. As disciplinas escolares surgem, então, como um corpo formal de conhecimentos a serem transmitidos, distinguindo-se a disciplina literária da disciplina científica. A partir dessa oposição, a disciplina escolar começou a se emancipar da concepção de “uma ginástica intelectual” e passou a configurar-se como uma forma de conhecimento delimitada por objetivos e métodos pedagógicos cujos conteúdos se originavam das ciências de referência.¹²³

Portanto, essa “particularidade luso-brasileira de uma tradição pedagógica humanística” não deve ser compreendida como fundamento indisputável no que tange o ensino de história, geografia, filosofia assim como de línguas antigas e modernas, pois os parâmetros oferecidos pelas ciências naturais ou “de referência” se consolidavam rivalizando com a estrutura pedagógica humanística tradicional durante as décadas de transição entre o final do século XIX e princípio do XX. “O que se salvou da retórica nessa falência generalizada: o clamor por clareza, oriundo da mentalidade científica e concebido como antídoto dos ornamentos, é de procedência tão retórica quanto os próprios ornamentos, já que ambos são capitulados como virtudes do estilo”. Ao longo dos anos de 1879 a 1891, o ensino de retórica e poética no Brasil deu lugar progressivo ao de histórias da literatura e gramática portuguesa. O fundamento pedagógico e epistemológico historicista teria possibilitado “uma solução de compromisso” em relação ao sistema retórico-poético de origem humanista e aquele historicista-cientificista que lhe sucedera.¹²⁴

De forma que acredito que tenha sido a partir desse substrato lógico-linguístico e humanista que Capistrano lograra mediar tradições tão fundamentalmente distintas apesar de

¹²² SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*, op. cit., 1999, p.12-23.

¹²³ BITTENCOURT, Circe Maria. *Os confrontos...*, op. cit., 1993, p.198.

¹²⁴ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*, op. cit., 1999, p.10, 24, 30-32, 35-36; Sobre as intrincadas relações entre ciência, formas alternativas de conhecimento sobre a realidade e o recurso tanto à linguagem natural quanto à formal convencionadas respectivamente pelo conjunto poética-retórica e pela lógica, ver: HALLYN, Fernand. *The Poetic Structure of the World: Copernicus and Kepler*. Cambridge/London: MIT Press, 1997.

semelhantes em algumas de suas propriedades e potencialidades. A ciência da sociedade então nascente, assim como o historicismo típico das filosofias da história sugeriam ser formas adequadas de formalização das experiências características daquelas décadas de alterações profundas nas estruturas políticas, econômicas e socioculturais brasileiras. Ao se transformar de um Império escravocrata a uma República oligárquica, o país massivamente rural e analfabeto procurava se modernizar e educar, ao menos assim procediam os membros dos grupos de elite que permaneciam dotados de grande poder político-econômico apesar da progressiva centralização do poder Estatal. Operando as estruturas burocráticas do Estado e reproduzindo seus fundamentos ideológicos mínimos de manutenção da ordem através da educação de seus novos quadros sociais, as elites oligárquicas conseguiam se perpetuar no poder independentemente das alterações institucionais formais. Isso não significa que todos os indivíduos de tais elites sobreviveram às diversas crises políticas ou econômicas do período, mas antes que, se o fizeram, foi devido à constante adaptação às novas condições e à reprodução de novos quadros sociais.¹²⁵

Observe-se ainda que, na organização curricular que vigorou durante quase todo o século XIX – e, na verdade, as alterações ocorridas em 1899 e 1900, bem como aquelas processadas no século XX até a década de 30, não alterariam esse panorama –, as disciplinas humanísticas predominavam nas séries mais avançadas, e o título concedido aos alunos que se formavam era o de bacharel em *letras*.¹²⁶

No que toca especificamente o ensino de história, o modelo aplicado era aquele construído especialmente por militares, oficiais do Estado ou membros do clero interessados na manutenção da ordem social desde o Primeiro Império até o período republicano, isto é, uma história do Estado e seu processo de constituição político-territorial. Antes da proclamação da República brasileira o ensino de história era orientado pela perspectiva católica de uma história sagrada junto ao estudo de autores e obras clássicas dentro de um currículo fundamentalmente “humanista”. “Mantinha-se o latim e autores clássicos. A Antiguidade era ensinada não apenas nas aulas de História mas pela literatura e estudos de língua estrangeira moderna ou ‘mortas’”. A partir da publicação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen e seu processamento em uma forma didática sintética materializada nos compêndios escolares de Joaquim Manuel de Macedo, os fundamentos para

¹²⁵ CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem*, op. cit., 2006; URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*, op. cit., 1978.

¹²⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*, op. cit., 1999, p.30.

a manutenção da ordem social eram pragmaticamente aplicados aos alunos do Colégio Pedro II e difundidos como padrão para outras instituições escolares da época.¹²⁷

Os programas de estudos do Colégio Pedro II, de 1837 a 1907, nos indicam algumas mudanças que ocorreram com a História. A separação entre História e Geografia ocorreu apenas a partir de 1862 e foi pelo Regulamento de 1855 que se introduziu a História do Brasil como disciplina autônoma de História Geral. O ensino da História Geral, predominante quanto ao número de anos e tempo destinado ao seu estudo, era compreendido como a História profana da humanidade e teve de coexistir durante alguns anos com a História Sagrada. História Geral e História Sagrada conviveram no currículo escolar a partir da década de 50, na fase política da Conciliação, período que alguns historiadores consideram fértil para o avanço da educação, mas no qual se percebe com clareza o caráter conservador de que ele era revestido.¹²⁸

Foi nesse período entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século seguinte que o ensino de história secular passou a ser privilegiado ao invés de sua correlata sagrada. A história universal de caráter cristão cedia lugar à história universal do progresso da civilização, e as crônicas ou histórias de reis e grandes personagens eram substituídas enquanto forma dominante de historiografia por histórias de formação nacional nas quais o conceito difuso de “povo” começava lentamente a ser percebido como protagonista coletivo dos fenômenos da história. No famoso livro didático de História editado pela Garnier e destinado ao ensino primário, escrito pelo cónego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, antigo membro do IHGB e professor no Colégio Pedro II, assim como no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, o Estado monárquico representaria o melhor resultado possível oriundo das relações “entre o tempo sagrado e o do poder civil”. Também aqui os jesuítas representaram funções positivas no desenvolvimento da colonização portuguesa e na promoção da fé cristã. “Na composição de uma história nacional baseada na História sagrada, importava apenas o poder real e a administração que se exerceu no espaço territorial aparentemente criado de forma atemporal e predestinado pelo poder divino”.¹²⁹

A oralidade tradicional persistente no âmbito comunitário foi emulada no ambiente escolar segundo os modelos oratórios praticados por padres-professores de todo o país mesmo durante o período republicano, uma vez que as escolas confessionais privadas detinham

¹²⁷ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.208-210; MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições*, op. cit., 2000.

¹²⁸ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.195-196.

¹²⁹ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.210-212; ver também: NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado do Império: história e religião na obra do cónego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. Franca: UNESP, FCHS - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

grande prestígio entre as elites brasileiras. Uma das razões pelas quais as estruturas epistemológicas e ontológicas que se desdobravam de um substrato religioso-moral para outro cívico-moral através das referidas questões pedagógicas era que “as diferentes visões do passado também não apagaram uma questão que possuíam em comum: persistia, entre professores e educadores, o mito do Brasil como o ‘país do futuro’”.¹³⁰

Assim, a trajetória escatológica da cristandade teria sido paulatinamente laicizada sob a forma da história universal do desenvolvimento humano. A característica singular do momento aqui estudado é que a forma de organização político-institucional do Estado nacional imperava por todo o globo terrestre. Isso implicava definir características nacionais singulares espacialmente delimitadas em relação ao território do Estado e aplicadas sobre a natureza de seus cidadãos natos. Entretanto, as naturezas nacionais singulares não deveriam estar totalmente em descompasso com a trajetória histórica humana em geral, de maneira que as sociedades de origem europeia ocidental acreditavam na comunhão de uma mesma essência civilizacional apesar de suas histórias nacionais particulares. Presente e futuro explicavam-se pelo passado que lhes dava origens constantes dentro de uma estrutura na qual os condicionamentos sistêmicos da civilização geravam efeitos temporais que alteravam positiva e qualitativamente suas próprias características, constituindo aquilo que se convencionou denominar “progresso”. Por esta razão, a história do Brasil era pensada, escrita e ensinada a partir da perspectiva dos processos de formação nacional, através dos quais a Nação caminharia sempre ordenadamente rumo ao progresso, essa marcha inexorável.

A preocupação com a modernização, concebida como as mudanças introduzidas pela industrialização e urbanização, obrigou os historiadores a definir outra periodização para tais transformações temporais. Historiadores conservadores e mais tradicionais, assim como os liberais adeptos do cientificismo, concordavam sobre este ponto. [. . .] A disseminação da modernização era um fato histórico e cada país devia se submeter à realidade do “progresso civilizatório”. [. . .] O Brasil possuía um destino, um lugar e caminhava no tempo da modernização, junto aos demais povos europeus, confirmando-se a ideologia do “país do futuro”. [. . .] Concordavam igualmente sobre o papel do Estado e sua atuação política capaz de acelerar ou refrear as transformações históricas. As divergências surgiram quanto ao fato político fundamental desencadeador das mudanças.¹³¹

Independentemente do fundamento religioso ou civilizacional, se mais afeito às prescrições dos educadores saídos dos quadros da Igreja Católica nas escolas confessionais, ou se formados segundo doutrinas científicas, principalmente o positivismo difundido nas

¹³⁰ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.218-220.

¹³¹ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.205-207.

escolas públicas durante as primeiras décadas da República, “nas duas versões, entretanto estava traçado com nitidez, o objetivo maior do ensino de História: introduzir e identificar os jovens da elite brasileira com o mundo civilizado moderno e capitalista”. Acreditava-se que a “História Pátria” deveria tomar forma a partir do mesmo conjunto fenomênico estruturador do modelo civilizacional imperial-colonialista característico das expansões europeias modernas ainda dominante ao longo dos séculos XIX e XX. De maneira que isso também implicava o compartilhamento de uma estrutura histórico-temporal representada em uma organização cronológica através da qual o tempo da Nação e aquele da história universal se sintonizavam. Era justamente a crença em diferenças temporais substancialmente qualitativas que sugeria a crença numa escala evolutiva comum para a história da humanidade. Todavia, até o início do século XX ainda haviam consideráveis debates acerca dos elementos constituintes de uma cronologia geral brasileira. Esse processo era em larga medida o resultado dos estudos críticos sobre documentos potencialmente históricos tais como os realizados por Capistrano de Abreu. Construir uma cronologia histórica nacional colaborava na propagação da “noção de um tempo histórico onde o sujeito principal era o Estado Nacional”.¹³²

Creio ser possível pensar que teria sido por razões como esta que a guerra contra os holandeses e o fim da União Ibérica foram instituídos como marcos cronológicos do início da formação da nacionalidade por muitos historiadores e homens de letras brasileiros durante o período em questão neste estudo. Foi somente então que os Braganças, ou seja, a dinastia que de fato deu origem ao Brasil enquanto Estado nacional, foi instaurada no trono de Portugal. Era como se o período anterior fosse tomado como análogo à Idade Média europeia. A partir de 1640 haveria então a inserção efetiva da história brasileira no período moderno. A obra de Capistrano de Abreu está repleta de modelos cronológicos sobre os quais é possível perceber um trabalho contínuo de aperfeiçoamento. Além disso, a difusão do ensino de história teria se dado preferencialmente a partir dos principais centros urbanos nos quais era possível experimentar cotidianamente a realidade efetiva da modernização que a história trazia a cada nova aurora.

Os novos programas curriculares e respectivas produções didáticas emergiram, sobretudo, das regiões onde o processo de modernização ocorria de forma mais acelerada, com a expansão da economia cafeeira exigindo uma mão-de-obra livre, com a chegada de imigrantes e em áreas nas quais o processo de urbanização era mais intenso. São Paulo e Rio de Janeiro foram

¹³² BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.208-209; sobre a Escola Militar da Praia Vermelha e o ensino do positivismo entre seus alunos, ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

o “locus” das propostas mais inovadoras no campo educacional, incluindo-se inovações na produção da literatura escolar. [. . .] Este grupo de intelectuais [responsáveis pela produção de livros didáticos de história do período] esmerou-se na divulgação de um nacionalismo entendido como um amor ao bem comum, de conagração, de festejar as belezas e as riquezas de uma jovem nação que se abria para o mundo. Mas, contraditoriamente à admiração que expressavam pelo mundo civilizado de além-mar, temiam os avanços do imperialismo que podia tornar o Brasil alvo de ambições da expansão territorial européia. Aceitavam a dominação econômica e cultural, mas receavam qualquer perda territorial ou de áreas que concebiam como soberania nacional.¹³³

O pouco que possuímos dos registros escolares de Capistrano de Abreu são alguns de seus boletins escolares, como aqueles do Seminário Episcopal do Ceará referentes aos anos letivos de 1865 e 1866 reproduzidos pela historiadora Rebeca Gontijo. Na estrutura curricular constavam além dos quesitos “Comportamento”, segundo o qual Capistrano era um aluno que oscilava entre “Sofrível” e “Medíocre”, “Saúde” e “Catecismo”, disciplinas como Latim, Português, Aritmética, Francês e Música, de forma que tal estrutura condiz em grande medida às organizações curriculares humanistas que temos discutido ao longo deste estudo. Tudo leva a crer que sua educação se deu de fato conforme o modelo católico-humanista projetado pelas inúmeras ordens religiosas atuantes no Brasil, especialmente a partir da forte tradição jesuíta consolidada desde o período em que o país era uma colônia de Portugal. O que torna ainda mais importante o fato de que os membros da Companhia de Jesus foram frequentemente caracterizados por Capistrano como os principais difusores da civilização nos trópicos desde o período colonial, cujos escritos constituíam o núcleo fundamental dos documentos editados por Abreu.¹³⁴

Portanto, um dos procedimentos fundamentais para se “descobrir” a cronologia da “História Pátria” era o recurso ao trabalho de apuração documental criticamente controlado. O confronto entre diferentes fontes deveria servir para melhor compreender o desenvolvimento temporal dos eventos constituintes da história do Brasil. Os documentos eram pensados como se fossem peças de um quebra-cabeças colossal, de onde a necessidade de se melhor controlar e conhecer o conjunto total de suas peças assim como suas estruturas íntimas. A lista dos documentos editados por Capistrano de Abreu é extensa. Alguns desses foram publicados em reproduções dentro de seus livros. A *Narrativa de viagem e Roteiro de viagem a (o que é atualmente) Minas Gerais*, por exemplo, foi publicada no *Descobrimento do Brasil*, tese de concurso posteriormente publicada como livro pela Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, em

¹³³ BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos..., op. cit., 1993, p.213, 215.

¹³⁴ GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*, op. cit., 2013, p.160.

1883. Segundo consta, Capistrano se serviu tanto de uma “cópia autêntica” do original presente no IHGB, quanto da cópia presente na *Historia Naturalis Brasiliae* de Piso e Marcgraf, datada de Amsterdã, 1648.¹³⁵

Ao contrário de Pedro Afonso dos Santos, que considerou todo o conjunto de documentos publicados por ou com a colaboração de Capistrano, este estudo não se ocupará de maneira específica da ocorrência de transcrições documentais nas edições de obras historiográficas. Mesmo que tais transcrições não se reduzam a meras citações extensas ou que seus potenciais efeitos narrativos e cognitivos não sejam desprezíveis, interessa-nos antes os efeitos discursivos e epistemológicos tornados possíveis a partir da apropriação dos documentos publicados em volumes singulares dotados de estudos crítico-metodológicos. Ainda conforme Santos, as reproduções de fontes em obras historiográficas não constituía artifício despropositado. Esses documentos eram reproduzidos em razão da relativa vantagem desse tipo de procedimento de divulgação. Essas transcrições serviam tanto como comprovação da narrativa quanto como apêndice documental. “O que as caracteriza como iniciativas de divulgação de documentos é que outros autores poderiam citá-los a partir daquele texto”.¹³⁶

Em 1886 surgiu a coleção *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, empreendimento voltado para a publicação de documentos cuja origem esteve relacionada a Alfredo do Vale Cabral e Teixeira de Melo, mas que contou com a enorme contribuição de Capistrano de Abreu. Foi através dessa coleção que o historiador pode publicar os primeiros documentos. Nos *Materiais e Achegas* constam como publicações de sua responsabilidade as *Informações e fragmentos históricos do padre José de Anchieta* e os dois primeiros livros da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. As *Informações* de Anchieta foram originalmente impressas nas páginas do *Diário Oficial*, sendo ambas as edições datadas de 1886. A *História* de frei Vicente também contou com uma edição do *Diário Oficial*, tendo sido ambas publicadas em 1887.¹³⁷

Esta coleção [*Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*] foi o principal meio pelo qual Capistrano conseguiu dar vazão a seus projetos de edição de documentos nos anos 1880. Isto porque a publicação

¹³⁵ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil...*, op. cit., 1883, p.67-70; Para uma lista completa dos documentos publicados em diferentes formatos por Capistrano de Abreu, ver: SANTOS, Pedro Afonso C. dos. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo: USP, FFLCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009, p.174, 190-202.

¹³⁶ SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009, p.52, 77, 160, 175.

¹³⁷ SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009, p.83-88, 136, 193.

em volume das obras permitiu-lhe aduzir um aparato crítico ausente nos documentos editados em periódicos ou em textos seus. A estratégia de publicar pela Imprensa Nacional tinha duas etapas: primeiro os textos saíam nas páginas do *Diário Oficial*, depois em volume (cf. a lista de documentos em anexo). No periódico, saíam apenas com introdução, sem aparato crítico além de pontuais observações sobre o texto (partes de leitura duvidosa, por exemplo, ou lacunas) estas introduções, breves como as das demais publicações em periódicos, davam os créditos da publicação, a origem do texto e assinalavam a importância do escrito apresentado para os estudos históricos.¹³⁸

A necessidade de formular uma cronologia geral para a história do Brasil foi umas das soluções possíveis escolhida na transição dos séculos XIX e XX no intuito de afirmar as propriedades essenciais do ser histórico da Nação. Havia outras entretanto, as quais apesar de sua enorme importância não lograram criar os efeitos semelhantes àqueles da cronologia estruturante das narrativas e críticas de documentos realizados por Capistrano de Abreu. Acredito que essas séries cronológicas possuíam a propriedade de representar as relações intrínsecas, essenciais da história de formação nacional ausentes em outras séries destinadas a representar apenas os eventos formadores do Estado nacional que lhes fortalecia face a outras alternativas. A história da formação do Estado, apesar de fundamental, não se identificava à formação da Nação enquanto instituição étnico-cultural. Embora grupos de elite detentores de privilégios advindos da burocracia estatal acreditassem na concomitância de Estado e Nação, o que os *Capítulos de história colonial* demonstravam era que a nacionalidade estava em formação nos interiores do país de forma parcialmente independente dos enclaves do Estado brasileiro situados próximos aos grandes centros urbanos de então, quase todos em regiões litorâneas de origem colonial remota.¹³⁹

O IHGB publicou em 1917 a primeira versão completa dos escritos previamente publicados no *Jornal do Brasil*. Em 1945, Rodolfo Garcia, fiel discípulo de Capistrano de Abreu em seus empreendimentos eruditos, organizou a edição crítica considerada por muitos como definitiva das *Efemérides brasileiras* do Barão do Rio Branco. Publicação esta que estava incluída nos eventos comemorativos do centenário de nascimento de Rio Branco. O interesse pelos estudos históricos assim como parte da motivação para a escrita de sua obra advinham de seu caráter prático no que tangia às questões político-militares e territoriais do Estado brasileiro. Todo o trabalho diplomático realizado pelo Barão possuía como

¹³⁸ SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009, p.85.

¹³⁹ PARANHOS FILHO, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco. *Obras do Barão do Rio Branco VI. Efemérides brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012; Sobre o gênero efemérides, ver: BONALDO, Rodrigo Bragio. *Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

fundamentação de seus argumentos os resultados de suas horas de estudos de documentos originais encontrados por arquivos europeus.

Apesar de não haver continuidade efetiva entre o projeto de efemérides realizado pelo Barão do Rio Branco e a cronologia oferecida por Capistrano de Abreu em seus escritos em geral, este último sempre demonstrou admiração pelo trabalho do primeiro. Em carta ao “Mestre e amigo”, Capistrano escreveu que estava lendo os escritos do Barão, primeiro exemplo de “neste gênero de trabalho sério e fundado nas fontes”, muito superior aos seus correlatos de Abreu e Lima e Perdigão Malheiro, os quais não tinham “ideia clara de crítica histórica”. Sobre a possibilidade das *Efemérides* serem publicadas em edição de volume único, afirmava que “seria uma pena se não o fossem. Há tanta novidade nelas!”. O recurso à crítica, ao método, aos documentos primários referentes ao período estudado e a perspectiva orientadora nacional aproximavam-nos para além de possíveis diferenças nas concepções de seus estudos.¹⁴⁰

Segundo Pedro Afonso dos Santos, Capistrano “não excluiria esta narrativa mais tradicional” apesar de não haver nas *Efemérides* “um panorama histórico-sociológico”. Tanto foi o caso que é imensamente provável que suas leituras simultâneas da edição de 1917 das *Efemérides brasileiras* e dos documentos pertinentes à anotação da edição de 1918 da *História do Brasil* de frei Vicente de Salvador tenha levado à inserção de pequenas listas de efemérides nos prolegômenos adicionados ao início de cada capítulo da *História*. “O caso realmente notável de aporte à narrativa da *História* [de frei Vicente do Salvador], por seu anotador, são as efemérides que Capistrano inclui nos prolegômenos ao livro V. Fornece, com isto, um roteiro dos eventos de 1613, 1614 e 1615, seqüenciado por uma narrativa histórica”. Era justamente a atividade de representar as relações essenciais entre os eventos que passavam a compor a grande diferença qualitativa dos enunciados registrados e articulados por Capistrano em contraposição com àqueles emitidos pelo Barão. Capistrano fazia ver pelo exercício racional de construção de seu discurso historiográfico aquele Brasil que estava diante de seus olhos cotidianamente nas ruas, nos periódicos e nos documentos sobre os quais trabalhava avidamente.¹⁴¹

Segundo Santos, uma das preocupações principais tanto de Capistrano quanto dos editores proprietários das casas de impressão que publicavam seus livros e documentos tocava a questão de oferecer uma edição simultaneamente atraente, compreensiva e financeiramente

¹⁴⁰ Carta ao Barão do Rio Branco datada de 05 de agosto de 1891. ABREU, J. Capistrano de, *Correspondência*, op. cit., 1977, p.133.

¹⁴¹ SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009, p.171-174.

acessível ao reduzido público leitor brasileiro, justamente com o objetivo de ampliar tal público. Por isso “a materialidade do texto era um fator determinante nas relações estabelecidas pelo leitor com o livro e do livro no mercado editorial”, pois “uma aparência atrativa, poderia assim angariar um público leitor mais numeroso”.¹⁴²

Assim nos causa grande estranhamento quando percebemos que as principais edições da Sociedade Capistrano de Abreu, assim como os *Capítulos de história colonial*, principal obra do historiador, não possuíam o aparato crítico-textual pelo qual Capistrano tanto se notabilizara. Não existe um sistema de notas de rodapé nos *Capítulos de história colonial* tal qual aquele concebido e adicionado por Capistrano de Abreu à *História geral do Brasil* de Varnhagen. Ao optar por não colocar nenhuma nota de rodapé de referência bibliográfica e documental na edição de seus *Capítulos*, penso que Capistrano demonstrava uma certeza fundamental quanto à verdade das realidades históricas que afirmava em seu livro, de maneira que sua trajetória como historiador-pesquisador sugeria poder suprir em razão de sua autoridade intelectual qualquer déficit de legitimidade que por ventura pudesse surgir.¹⁴³

Aspecto relevante das publicações foi a ausência de prefácios e notas explicativas nas edições da Sociedade, principalmente nas edições organizadas pelos editores e não por Capistrano de Abreu, como a série *Ensaios e Estudos* e o livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Os prefácios e as apresentações são espaços privilegiados de interlocução dos autores/editores com os leitores. Nesses espaços textuais, podem ser realizadas inúmeras operações que buscam constranger o leitor sobre o texto dado a ler, desde sua qualidade literária e estética, bem como da exemplaridade do autor que a produziu, quanto às particularidades da edição, e especificamente no universo historiográfico, pode expor o conjunto de fontes e procedimentos metodológicos que garantam ao leitor a segurança de consumir um texto criterioso e de rigor científico. Segundo Gérard Noiriel, os prefácios e apresentações são trabalhos promocionais que “*procuram informar o leitor, valorizar o texto e justificar aquilo que está escrito*”.¹⁴⁴

Não devemos negar entretanto, que publicar documentos históricos no Brasil do final do século XIX e início do XX era uma tarefa bastante difícil de se realizar, não apenas porque o preço do papel era caro, existiam poucas casas impressoras, um reduzido público leitor e o próprio IHGB era incompetente para tal, segundo afirmara Capistrano, como também porque o maior volume de documentos possivelmente referentes à “História Pátria” estava depositado por inúmeros arquivos europeus, especialmente portugueses, espanhóis e holandeses. Além

¹⁴² SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009.

¹⁴³ SILVA, Ítala Byanca M. da, op. cit., 2011, p.71, 84.

¹⁴⁴ Grifos da autora. SILVA, Ítala Byanca M. da, op. cit., 2011, p.94-95.

disso, muitos desses manuscritos encontravam-se esparsos, em condição fragmentar, alguns mal conservados e suas cópias frequentemente pouco ajudavam.

Aspecto relevante foi a utilização das crônicas de padres da Companhia de Jesus e da tratadística de Pero Magalhães de Gândavo como fontes para o estabelecimento das expedições e sua cronologia. Nesse artigo [*Os Primeiros Descobridores de Minas*], observa-se todo um estudo de crítica documental, com o objetivo de cercar as afirmações da maior precisão possível. Esse fato é relevante, visto que a documentação sobre a Colônia no século XVI era praticamente inacessível aos pesquisadores brasileiros e as crônicas eram as principais fontes para suas narrativas, sendo a sua utilização cercada de armadilhas à pretendida exatidão do discurso histórico. Geralmente, as crônicas ou cartas chegavam aos historiadores nacionais por intermédio de cópias, e estas nem sempre eram de qualidade e correção confiáveis. O uso desses textos demandava um trabalho minucioso de comparar cópias produzidas por copistas distintos, ou existentes em bibliotecas variadas, até se chegar ao texto mais preciso e fidedigno aos originais, que na maioria dos casos já forma destruídos. Esse trabalho de depuração dos documentos, geralmente, se apresentava como uma parte fundamental da narrativa histórica, talvez por legitimar as afirmações ali situadas. Esse recurso foi corriqueiramente utilizado por Capistrano de Abreu e culminava, como no caso desse artigo, com a transcrição dos documentos.¹⁴⁵

Embora Capistrano de Abreu muito tenha viajado pelo interior do país, como bem demonstram muitas de suas correspondências trocadas com seus amigos, o historiador nunca saiu do Brasil. Singularidade esta importante pois, como temos afirmado, a maior parte dos documentos potencialmente pertinentes para a escrita da história do Brasil estavam situados pelos principais arquivos ou bibliófilos europeus. No intuito de adquirir cópias ou originais de documentos usualmente citados, sugeridos ou referenciados por Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano frequentemente pediu a seus amigos que moravam ou visitavam o Velho Mundo para que lhes fizessem o favor que adquirir cópias ou documentos que por ventura fossem encontrados nas bibliotecas, arquivos e alfarrabistas de além-mar. Diferentemente dos países surgidos dos antigos domínios coloniais castelhanos, os quais herdaram universidades locais criadas e em funcionamento já desde o século XVI, o Brasil não possuía universidades fundadas no período colonial ou casas de impressão oficialmente estabelecidas antes da vinda da Família Real em 1808. O Brasil colônia possuía apenas colégios de ordens religiosas, especialmente jesuíticos e fundados a partir de meados do século XVII.¹⁴⁶

¹⁴⁵ SILVA, Ítala Byanca M. da, op. cit., 2011, p.106-107.

¹⁴⁶ AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu...*, op. cit., 2006; _____. "Atravessar o oceano para verificar uma vírgula"..., op. cit., 2007; ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). *Impresso no Brasil:*

“Ajunte-se que os arquivos portugueses ainda não haviam sido explorados”. Assim, os historiadores do final do século XIX possuíam muita pouca informação a respeito dos possíveis documentos para se escrever a “História Pátria”, os quais se encontravam dispersos, fragmentados ou mesmo desconhecidos dos pesquisadores do passado brasileiro. Mas uma questão persistia: como determinar antecipadamente quais seriam os documentos necessários e existentes para se escrever a história do Brasil? O modelo oferecido por Varnhagen parecia ser a solução mais adequada disponível até então. Nas palavras de Capistrano, “não temos obra que lhe possa ser comparada”. Nos lembremos porém, que segundo Capistrano, o Visconde falhava justamente por não oferecer uma representação das relações intrínsecas da formação histórica do ser nacional: “falta de espírito plástico e simpático – eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro”. “A História do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente” porque, segundo Capistrano, Varnhagen não seria “capaz de ter uma intuição do conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes”.¹⁴⁷

A história não é a crônica. É fácil dizê-lo, pelo menos é mais fácil do que determinar com precisão onde começa uma e onde acaba outra, ou mostrar um livro que possua exclusivamente um destes caracteres. A obra de Varnhagen, por exemplo, tem incontestavelmente muito de crônica, mas abunda em páginas que revelam muita perspicácia, contém observações e vistas que escapariam a qualquer inteligência ordinária, possui, sem contestação, também o caráter de história. Há ali muito pensamento e muita ideia que esclarece de modo feliz fatos antes percebidos de modo imperfeito.¹⁴⁸

Portanto, Varnhagen possuiria o mérito de ter descoberto, coletado, estudado e publicado aquela “massa ciclópica de materiais” a partir da qual escrevera sua *História geral do Brasil*, ainda considerada insuperável por Capistrano de Abreu assim como por muitos de seus contemporâneos. Provavelmente seu maior mérito, na opinião de Abreu e demais críticos da época, tenha sido criar sólidos fundamentos simbólicos e ideológicos para o sentido histórico de desenvolvimento do Estado nacional brasileiro. “Varnhagen atende somente ao Brasil, e no correr de sua obra procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional”. Mas qual seria o “verdadeiro ponto de vista nacional”?¹⁴⁹

Capistrano nos informou que tal sentido não era idêntico à “concepção de Gândavo e Gabriel Soares, em que o Brasil é considerado simples apêndice de Portugal, e a história um

dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Ed. UNESP/MinC – FBN, 2010; HALLEWELL, Laurence, op. cit., 2005.

¹⁴⁷ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.138, 196, 200, 205.

¹⁴⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.203.

¹⁴⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.135, 139.

meio de chamar a emigração, e pedir a atenção do governo para o estado pouco defensável do país”. Portanto, não deveria existir Brasil antes da progressiva consolidação de suas costas a partir de meados do século XVI. “Não é a concepção dos cronistas eclesiásticos, que veem simplesmente uma província, onde a respectiva Congregação prestou serviços, que procuram realçar”. Ou seja, não poderia ser também a restrita história-crônica oferecida por seus informantes missionários do século XVII pois o Brasil-Nação ainda não havia manifestado suas origens a partir do aumento do volume da miscigenação nos sertões e da expulsão dos elementos europeus não portugueses do Nordeste. Além disso, tais cronistas deveriam se tornar documentos para que os historiadores de algum futuro pudessem representar historiograficamente aquele “todo solidário e coerente”, “imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes”. Era preciso oferecer “uma intuição do conjunto” da “História Pátria” que os cronistas ainda não podiam oferecer. “Não é a de Rocha Pitta, atormentado pelo prurido de fazer estilo, imitar Tito Lívio e achar no solo americano cenas que relembrem as que passaram na Europa”, porque apesar do desejo de ser sim herdeiro da civilização europeia era necessário afirmar as singularidades da formação nacional. “Não é a de Southey, atormentado ao contrário pela impaciência de fugir às sociedades do Velho Mundo, visitar países pouco conhecidos, saciar a sede de aspectos originais e perspectivas pitorescas”, porque provavelmente não seria adequado ter a história da nacional escrita por um historiador que além de estrangeiro britânico era poeta. E a história nacional deveria ser escrita segundo “o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”.¹⁵⁰

Porém, como poderia ser Varnhagen o melhor modelo historiográfico a ser seguido, segundo a crítica enunciada por Capistrano em seus referidos artigos de 1878 e 1882, se para o Visconde o advento do Brasil era fruto das ações e glória da Casa Real dos Braganças guiada pela Providência? Capistrano reconhecia que para Varnhagen, “sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da força ou do fuzil”. Por que então ela se imporia “ao nosso respeito”, exigindo “a nossa gratidão” e mostrando “um grande progresso na maneira de conceber a história pátria”? A resposta só pode estar no domínio do *corpus* documental disponível à época e no fato de que apenas Varnhagen oferecia uma história do Estado nacional brasileiro a partir da qual Capistrano poderia esboçar e implementar seu projeto historiográfico de determinação da formação histórica do ser nacional. Somente a perspectiva da Nação poderia enquadrar o passado registrado nos

¹⁵⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.138-139.

documentos como aquilo que comporia as características essenciais do que deveria ser a nacionalidade brasileira como um todo, propriedade substancial de todos aqueles indivíduos nascidos no recorte espacial delimitado pelo território do Estado e unidos no tempo por sua comunhão natural.¹⁵¹

Por isso, apesar de não ser ignorante quanto às particularidades das experiências históricas de identidades coletivas anteriores à sua, Capistrano afirmava o caráter fundamental do discurso histórico enunciado por Varnhagen. O Visconde teria oferecido a narrativa mais e melhor documentada até aquele momento. Mais importante, ofertava os caminhos cronológicos a serem seguidos pelos futuros historiadores. Para compreender e fundamentar a “História Pátria”, Capistrano não percebeu saída alternativa à reafirmação dos parâmetros mínimos alicerçados por Varnhagen, o que passava pela aceitação interdita e contraditória do pressuposto de que a Nação devia sua existência à criação do Estado Imperial pelos Braganças. Todavia, Capistrano não conseguia aceitar tal corolário, o que provavelmente colaborou para que ele dedicasse a maior parte de sua vida profissional ao projeto historiográfico de demonstração das verdadeiras características formativas da Nação.

A solução tomada por Abreu foi documentar o maximamente possível uma narrativa histórica alternativa segundo a qual a nacionalidade brasileira ainda estava em processo de formação, mesmo apesar de suas origens coloniais. Ao se afastar de um Brasil compreendido enquanto obra movida pela Casa Real portuguesa guiada pela Providência, Capistrano negava o enquadramento suposta e perenemente sincrônico, sistêmico pois natural, que uma ordem do tempo de Antigo Regime sugeria. Capistrano de Abreu não se satisfazia com o fato de que “no Instituto Histórico, todos os que se entregam às investigações, têm aptidões para estudar principalmente a história contemporânea, e são insensíveis à nossa história primitiva”. Para negar o poder e a autoridade de um Brasil patrimônio de uma dinastia foi que o historiador recorreu à substancialização da história nacional. As origens do ser nacional tiveram que retroceder assim ao período colonial, especialmente à época quando os colonos ainda viviam em considerável independência em relação ao poder metropolitano. A proclamação da República provavelmente dever ter sido experimentada e compreendida pelo historiador como a afirmação de suas teorias históricas.¹⁵²

Por isso creio que Capistrano de Abreu tenha se esforçado tanto para criar uma representação cronológica para a história do Brasil. Através de uma ordem cronológica ele poderia demonstrar o desenvolvimento da Nação segundo a lógica da cadeia de causalidade

¹⁵¹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.138-139.

¹⁵² ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.201.

representada pelo ordenamento dos documentos. Assim se a história dos bandeirantes jazia “esparsa pelos livros e pelos arquivos”, bastaria recolhê-la, ordená-la e representar suas relações intrínsecas, seu “espírito”, com o auxílio das ciências sociais.¹⁵³

Desde 1850 começou um período novo, a que se poderá chamar centralizador, imperialista ou industrial. É o período que atravessamos, em que o vapor nos põe em comunicação pronta com a Europa e com as províncias; em que o tráfico terminou e a escravidão agoniza; em que a imprensa, já representada pelo jornal, procura debalde implantar o livro; em que o jornalismo e o parlamentarismo são um derivado das concepções meditadas e das resoluções viris; em que ao lado de instituições que nada fazem, há indivíduos que trabalham; em que de par com o fornecimento da matéria prima se tenta implantar a indústria que elabora; em que há muita coisa que ainda durará longo tempo e que só o historiador do futuro poderá dizer. Esses seis períodos, parece nos, apresentam entre si, ao lado de feições congêneres, caracteres que os separam pronunciadamente.¹⁵⁴

Ora, curiosamente, as condições historiográficas nas quais Capistrano estava inserido eram bastante próximas àquelas nas quais muitos dos eruditos dos primeiros séculos da Modernidade praticavam suas atividades relativas à história. O historiador Peter Miller nos lembra que houve época em que “o mundo do conhecimento era menor e suas perspectivas eram maiores, antiquários espreitavam a paisagem coletando, descrevendo, comparando, ordenando e reordenando tudo que podia ser conhecido da história do mundo”. Segundo Miller, a maior parte dos antiquários praticavam filologia, estudos bíblicos e até mesmo astronomia e numismática, no intuito de melhor conhecer o passado. Uma de suas questões principais era como conectar as informações históricas bíblicas com as histórias de outros povos antigos, “fazendo o sagrado histórico, o que o tornava vulnerável a toda sorte de ceticismo que assediava o estudo do passado humano”. Para Peter Miller, “as pesquisas antiquárias proviam os meios de forjar uma narrativa comum que podia integrar mundos clássicos e extra-clássicos, ou não europeus com todas as óbvias implicações”, mas que implicavam a projeção de uma cronologia “como a fundação para uma história universal”.¹⁵⁵

Uma das principais formas de ordenar tamanha diversidade de coordenadas espaço-temporais era o estabelecimento de séries cronológicas através das quais era possível

¹⁵³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.138-139, 205.

¹⁵⁴ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, 1931, p.208.

¹⁵⁵ “Peiresc stressed that he was interested in Greek coins ‘but above all those which are found written in characters resembling the Samaritan, of whatever sort of metal.’ In the event that any were found, sketches were immediately to be made ‘so that these could serve as instruction, at least for those who are doing research’”, MILLER, Peter. *An Antiquary between Philology and History: Peiresc and the Samaritans*. In: KELLEY, Donald R. (Ed.). *History and the disciplines: the reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997, p.163-165, 168, 171.

sintetizar tais coordenadas em uma trajetória histórica coletiva, uma vez que “o tempo era o mesmo” para todos os povos. Mas se o tempo era o mesmo para todos, como era possível explicar a coexistência simultânea de sociedades primitivas e modernas? Como explicar as similaridades dos nativos americanos com certos povos do Velho Mundo? A escrita maia era da mesma natureza que os hieróglifos egípcios? As construções agudamente elevadas erigidas por aztecas e maias eram símiles das pirâmides egípcias? Se primitivos, eram os múltiplos povos autóctones até então desconhecidos às principais civilizações do Velho Mundo mas encontrados no decurso das expansões ultramarinas, versões originais ou degeneradas de um conceito ideal de humanidade? Questões como estas causavam inquietações aos eruditos, filósofos, teólogos, antiquários, astrônomos e demais homens letrados dos primeiros séculos da modernidade. Muitos deles optaram por viajar e experimentar eles mesmos os mundos fantásticos porém reais dos quais recebiam notícias e sobre os quais também eles posteriormente escreveriam seus relatos.¹⁵⁶

Para que esse tempo comum a todos pudesse ordenar igualmente a todas as diferenças encontradas em decorrência da expansão geográfica do mundo conhecido e da recuperação da Antiguidade clássica, foi criado o artifício intelectual de se pensar uma escala temporal a partir da qual diferenças culturais simultâneas poderiam ser interpretadas como diferenças temporais sucessivas. Fenômenos de ordem espacial eram ressignificados a partir de sua ordem temporal. Com ordem espacial não quero afirmar uma dimensão atemporal ou eternamente presente, mas antes o predomínio das descontinuidades espaciais ou geográficas da realidade culturalmente codificada nas experiências modernas de apropriação e comunicação de identidades-alteridades culturais. Ressignificadas enquanto experiências de ordem fundamentalmente temporal, as diferenças espaciais coetâneas eram pensadas como diferenças espaciais não mais apenas coetâneas. Neste nó dimensional residia a possibilidade de examinar comparativamente quaisquer diferenças histórico-culturais por ventura encontradas pelos exploradores, viajantes e conquistadores europeus como se fossem modelos históricos do passado preservados materialmente no presente para seu usufruto intelectual e econômico.¹⁵⁷

“O método comparativo antiquário” funcionava basicamente a partir do recurso a análises filológicas comparativas e à aplicação de raciocínios lógicos indutivos na intenção de

¹⁵⁶ MILLER, Peter. *An Antiquary between Philology and History...*, op. cit., 1997, p.165-166; Sobre a importância das viagens adêmico-científicas e seus consequentes relatos na Modernidade, ver: HAZARD, Paul, op. cit..

¹⁵⁷ Penso especialmente o modelo oferecido pelo instigante estudo de Sahlins sobre processos de atualização históricos de estruturas culturais em ilhas do Pacífico: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

generalizar teorias a partir das singularidades dos documentos. Em princípio, isto significava que era possível antecipar a totalidade dos eventos e seus possíveis respectivos registros a partir de suas conexões com outros registros de eventos, uma vez que as realidades históricas que os configuravam deveriam ser as mesmas ou estar em alguma relação. Era como se o quebra-cabeças do passado insinuasse suas arestas e seus encaixes mas ao mesmo tempo oferecesse peças frequentemente parecidas, muitas vezes apenas formalmente análogas e difíceis de serem distinguidas. Era preciso imaginar o quadro total a partir do qual a conexão das peças adquiriria sentido, oferecendo uma imagem capaz de orientar a escolha comparativa de quais peças verdadeiramente pertenciam àquela configuração. Os antiquários, historiadores, historiógrafos e demais eruditos preocupados com o conhecimento do passado humano procediam dessa forma especialmente para determinar as relações entre as narrativas bíblicas e as antiguidades registradas em uma miríade de objetos potencialmente utilizáveis nessa atividade intelectual de reconstrução pretérita. Esse era o mesmo tipo de método aplicado por Capistrano de Abreu. Por esta razão Capistrano acreditava ser possível antecipar uma agenda de pesquisa, possíveis documentos assim como sugerir uma cronologia através da qual a “História Pátria” deveria ter ocorrido e continuar acontecendo.¹⁵⁸

É possível perceber essa tentativa de antecipar o quadro histórico geral sobre o qual a inter-relação das informações obtidas a partir da coleta e processamento sistemático de objetos-documentos potenciais nos próprios escritos de Nicolas-Claude Fabri de Peiresc e Joseph Justus Scaliger, os dois principais eruditos estudados por Miller. Peiresc afirmava mesmo seu “desejo de ter tanto quanto poderia ser recuperado” do passado, “mas principalmente os cinco livros de Moisés”. Já Scaliger esperava que tais práticas “fornecessem um fluxo constante de material cru para suas observações filológicas” a partir das quais seria possível formular narrativas históricas de processos de desenvolvimento cultural cujas origens estavam na remotividade do pretérito, embora ainda causando efeitos no mundo presente.¹⁵⁹

Estes memorandos que Peiresc retinha oferecia um lampejo de sua prática intelectual. Eles mostravam como ele lograra aplicar conhecimento livresco à experiência e assim criar uma mais profunda e segura fundação para o conhecimento. A viagem acadêmica que ele organizou e a coleção que ele acumulou refletiam a seriedade com a qual ele perseguia, no mundo, questões levantadas em textos antigos e modernos. No contexto de sua busca

¹⁵⁸ MILLER, Peter. *An Antiquary between Philology and History...*, op. cit., 1997, p.168-171.

¹⁵⁹ MILLER, Peter. *An Antiquary between Philology and History...*, op. cit., 1997, p.170-172; Sobre Joseph Scaliger, seu contexto e suas práticas, ver a obra fundamental: GRAFTON, Anthony. *Joseph Scaliger: a study in the history of classical scholarship*. New York; Oxford: Clarendon Press; Oxford University Press, 1983-1993.

por melhores textos e mais documentação de vários tipos, novas questões estavam sendo feitas sobre os povos do Levante. O alvo de Peiresc, assim como os de Scaliger e Selden, e seriam também os de Montfaucon e Creuzer, era prover uma narrativa documentável das origens da “civilização” europeia.¹⁶⁰

O recurso técnico à filologia e a inserção desta disciplina no conjunto dos estudos das antiguidades implicava tomar textos manuscritos ou impressos como um tipo específico de vestígio do passado, mas não necessariamente diferente dos outros tipos de vestígios espalhados mundo afora. Também os traços do estilo e as peças dos tipos marcavam a passagem do tempo à medida em que o papel tornava-se ocre. Igualmente marcados pelo fluxo do tempo, manuscritos, inscrições em pedra, medalhas ou moedas informavam suas origens em outro mundo através de suas próprias materialidades. Mas diferentemente das ruínas de uma edificação qualquer, o passado registrado em um texto apenas se atualiza plenamente através da decodificação linguística de seus signos. É preciso ir além das marcas de passado depositadas sobre a realidade puramente material dos objetos. No que dizia respeito à filologia, o método comparativo constituía procedimento fundamental. Era preciso estabelecer as relações históricas entre os sistemas linguísticos para poder discernir o que havia de verdadeiro nos registros documentais. Concomitantemente, surgiam os delineamentos básicos de uma cronologia geral na qual múltiplas histórias começavam a ser ordenadas de acordo com regras gerais, cujas provas poderiam vir inclusive dos movimentos regulares, exatos dos astros. De toda forma, operar a linguagem ainda era a melhor maneira de proceder para se perceber o passado como história. Por isso creio ser importante examinarmos o processo de edição dos *Tratados da terra e gente do Brasil* do jesuíta Fernão Cardim p[or parte de Capistrano de Abreu.

¹⁶⁰ “These memoranda that Peiresc retained offer a glimpse of his intellectual practice. They show how he sought to apply book learning to experience and thereby create a deeper and more secure foundation for knowledge. The scholarly travel that he organized and the collection that he amassed reflect the seriousness with which he pursued, in the world, questions raised in ancient and modern texts. In the context of this quest for better texts and more documentation of a wider sort, new questions were being asked about the peoples of the Levant. Peiresc’s goal, as it was that of Scaliger and Selden, and would be of Montfaucon and Creuzer, was to provide a documentable account of the origins of European ‘civilization’”, MILLER, Peter. *An Antiquary between Philology and History...*, op. cit., 1997, p.173.

1. Os labirínticos *Tratados de Fernão Cardim*

O conjunto discursivo intitulado *Tratados da terra e gente do Brasil* fora originalmente publicado como possuindo autoria desconhecida e sob o título *A Treatise of Brasil, written by a Portugal which had long lived there*, compondo o sétimo livro do compêndio de relatos primeiramente editado por Richard Hakluyt e posteriormente por Samuel Purchas. Apesar da referida edição dos manuscritos de Cardim ter sido acusada de oferecer uma versão incompleta de seus conteúdos, faltando páginas, contendo erros de tradução e vocabulário, “é geralmente dito em defesa de Purchas que se ele não tivesse publicado estes autores, eles permaneceriam não publicados”. Pode ser que sim. Mas também pode ser que não. Sabemos apenas que em 1881, como resultado dos trabalhos desenvolvidos para a publicação do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* da Biblioteca Nacional, Capistrano editou versão impressa e em português de *Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil e de seus Costumes, Adoração e Ceremonias*.¹⁶¹

Como já mencionado, Purchas transpôs partes da narrativa [de Anthony Knyvett] para uma gazeta, o que representa um quarto da extensão do diário (há também um “portulano” para o uso de grupos que estivessem aportando, cobrindo a costa mais a leste da América do Sul de Recife no nordeste do Brasil descendo até Buenos Aires, o que é apenas em torno de um oitavo da extensão do diário). Durante os séculos dezesseis e dezessete, múltiplos

¹⁶¹ O ensaio crítico “Publicado na 1ª edição de 1881, como introdução” à versão impressa em língua portuguesa de *Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil* foi posteriormente republicado como parte da primeira série dos *Ensaio e estudos* em 1931, ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.177-191; CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Edição fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 3 v. (Coleção Brasil 500 anos); HITCHCOCK, Richard. Samuel Purchas as Editor: A Case Study: Anthony Knyvett’s Journal. *The Modern Language Review*, v.99, n.2, p.301-312, Abr./2004, p.312; CARDIM, Fernão. *Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil e de seus Costumes, Adoração e Ceremonias*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881; _____. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939; Apesar da análise deste capítulo ter sido concentrada especialmente nas edições *Hakluytus posthumus, or, Purchas his Pilgrimes* e *Purchas his pilgrimage* da obra de Samuel Purchas, houve oportunidade de checar uma terceira edição que todavia não acresce diferenças substanciais no que tange o estudo aqui apresentado: PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus, or, Purchas his Pilgrimes: contayning a history of the world in sea voyages and lande travells by Englishmen and others, by Samuel Purchas*. Glasgow: J. MacLehose and Sons, 1905-07; _____. *Purchas his pilgrim Microcosmus, or the historie of man. Relating the wonders of his generation, vanities in his degeneration, necessity of his regeneration. Meditated on the words of David. Psal. 39.5. Verily, every man at his best state is altogether vanitie. Selah. By Samuel Purchas, parson of S. Martins neere Ludgate, London*. London: Printed by William Stansby, Bernard Alsop, and Thomas Fawcet for Tho, 1627; _____. *Purchas his pilgrimage. Or Relations of the World and the religions observed in all ages and places discovered, from the Creation unto this present In foure parts. This first containeth a theologicall and geographical historie of Asia, Africa, and America, with the ilands adiacent. ... Declaring the ancient religions before the Floud ... With briefe descriptions of the countries, nations, states, discoueries; private and publike customes, and the most remarkable rarities of nature, or humane industrie, in the same. The second edition, much enlarged with additions through the whole worke; by Samuel Purchas, minister at Estwood in Essex*. London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614.

livros desse tipo de gazeta foram publicados em Portugal, alguns deles para promover emigração de membros da classe *rentista* para suas colônias. É provável que Purchas tenha tomado a ideia de apresentar uma parte do diário de Anthony desta forma de uma dessas gazetas portuguesas, parte da qual foi publicada pela primeira vez nos *Pilgrimes* sob o título de “A treatise of Brazil written by a Portuguese which had long lived there”. Ela primeiro veio à luz pelas mãos de Hakluyt (*Pilgrimage*, p.907). O padre jesuíta Fernão Cardim estava retornando para Portugal em 1601 quando o navio no qual ele estava viajando fora atacado pelo pirata inglês Francis Cook. Cardim foi tomado como prisioneiro e conduzido à Inglaterra mas mais tarde, quando o navio inglês atingiu a Baía de Biscaia, teria sido posto num pequeno bote no qual ele e outros prisioneiros puderam chegar à costa. Ele foi roubado do manuscrito dos dois livros que escrevera, *Do clima e terra do Brasil* e *Do princípio e origem dos Índios do Brasil*, que Francis Cook foi hábil em vender a Hakluyt, de quem por sua vez foi comprado ou herdado por Purchas.¹⁶²

Todavia, em 1847, Varnhagen publicou em memória ao cônego Januário da Cunha Barbosa um conjunto de duas epístolas endereçadas à Companhia de Jesus em Portugal, datadas de 1585 e 1590. Nestas cartas, Fernão Cardim esboçava a situação de diversas regiões da Colônia, como Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Cardim também mandou notícias sobre as situações dos colégios que a Companhia mantinha do outro lado do Atlântico. Apesar da edição de *A Treatise of Brasil* por Purchas conter um maior conjunto discursivo preservado, foi a publicação das *Narrativas* pela versão de Varnhagen que recuperou o nome de Cardim como personagem e documento referente à história do Brasil. Feito importante do Visconde pois, segundo Capistrano, “a publicação da *Narrativa Epistolar*, de Fernão Cardim, deu-nos a conhecer, não só uma fisionomia simpática, distinta e amável”, como também “indicações e notícias que tornam mais adequadas a concepção da sociedade coeva”. Ou, nas palavras de Varnhagen em seu *Prólogo do Editor*, “o leitor se comprazerá de certo com as narrações animadas de Fernão Cardim, e terá por elas uma ideia clara que preciosidade já era o Brasil, quando Filipe 2º o

¹⁶² Grifos do autor. “As already mentioned, Purchas transposed parts of the narrative to a gazetteer which represents one quarter of the length of the journal (there is also a ‘rutter’ for the use of landing parties covering the eastern coast of South America from Recife in north-east Brazil down to Buenos Aires, which is just over an eight of the journal’s length). During the sixteenth and seventeenth centuries several books of the gazetteer type were published in Portugal, some of them to promote emigration to its colonies by members of the rentier class. It is probable that Purchas got the idea of presenting a part of Anthony’s journal in this way from one of these Portuguese gazetteers part of which was published for the first time in the *Pilgrimes* under the title of ‘A treatise of Brazil written by a Portuguese which had long lived there’. It had first come into Hakluyt’s hands (*Pilgrimage*, p.907). The Jesuit father Pe. Fernão Cardim was returning to Portugal in 1601 when the ship in which he was travelling was attacked by the English pirate Francis Cook. Cardim was taken prisoner and carried towards England but was later, when the English ship reached the Bay of Biscay, put into a small boat in which he and the other prisoners were able to reach land. He was robbed of the manuscript of the two books he had written, *Do clima e terra do Brasil* and *Do princípio e origem dos Índios do Brasil*, which Francis Cook was able to sell to Hakluyt, from whom it was bought or inherited by Purchas”, HITCHCOCK, Richard, op. cit., 2004, p.310.

encastou na sua Coroa”. Mas diferentemente de Capistrano de Abreu, o Visconde acreditava que expor suas opiniões sobre o documento num texto introdutório poderia antes atrapalhar a leitura do que favorecê-la: “não trataremos de fazer a apologia do escrito que oferecemos ao público, pois seria ela suspeita sendo do Editor”.¹⁶³

Assim como os originais editados por Varnhagen, os outros manuscritos atribuídos a Cardim também se encontravam nos arquivos portugueses de Évora. A primeira cópia parcial de tais escritos teria sido trazida ao público brasileiro pelo antigo senador Cândido Mendes e seu filho Fernando Mendes. *Do Clima e Terra do Brasil* foi posteriormente publicado por Capistrano de Abreu em 1885. Até então apenas havia disponível a versão em língua inglesa editada por Samuel Purchas. O grande problema era que até 1847, data da edição de Varnhagen, apenas a *Narrativa epistolar* possuía autoria atribuída ao padre Cardim. Seus outros tratados eram atribuídos apenas como “escritos por um Portugal”, conforme podemos ler no compêndio de Samuel Purchas, o qual ainda deu versão impressa do documento *Articles touching the dutie of the Kings Majestie our Lord, and to the common good of all the estate of Brasill. Written (as is thought) by the Author of the former Treatise*.¹⁶⁴ Mas conforme informava Rodolfo Garcia em sua *Introdução* ao volume completo dos escritos do jesuíta Fernão em 1939:

Em *Purchas his Pilgrimes*, volume IV ps. 1320 a 1325, insere-se ainda outro tratado, sob a epígrafe — *Articles touching the dutie of the Kings Maiestie our Lord and to common good of all the estate of Brazil*, provavelmente escrito por Fernão Cardim, em que se ocupa de providências de ordem política, “que o autor julgava conveniente para comedir os excessos dos colonos contra os índios”, a serem postas em prática no Brasil. Desse não há tradução portuguesa. Nem consta que exista o original, ou cópia.¹⁶⁵

A dúvida que surge quanto à afirmação de Garcia está relacionada ao questionamento dos motivos pelos quais ele próprio ou Capistrano não publicaram uma tradução portuguesa de tal documento, uma vez que nos *Pilgrimes* de Purchas ele surge em sequência aos reconhecidos escritos de Cardim e os autores afirmavam com recorrência a necessidade de

¹⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo do Editor*. In: CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea / escripta em duas cartas ao P. Provincial em Portugal pelo P. Fernão Cardim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847, s/p; ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.197; ver também: FERNANDES, Eunícia Barros. Fernão Cardim: a epistolografia jesuítica e a construção do outro. *Tempo*, v.14, n.2, p.176-198, 2009.

¹⁶⁴ GARCIA, Rodolfo. *Introdução*. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.8-9, 27; PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.503.

¹⁶⁵ GARCIA, Rodolfo. *Introdução*, op. cit., 1939, p.27.

oferecer ao público o maior volume possível de documentos referentes à história do Brasil. Mesmo que seus originais não tenham sido encontrados, o déficit documental atestado pelos historiadores deveria constituir motivo suficiente para que tal manuscrito atribuído a Cardim fosse enfim traduzido e publicado. Acredito que a acusação feita no quarto artigo do documento *Articles touching the dutie of the Kings Majestie our Lord* nos oferece algumas indicações sobre as razões pelas quais esses escritos não atraíram os interesses de Capistrano de Abreu ou mesmo de Rodolfo Garcia décadas depois. O relato dos “excessos dos colonos contra os índios” anunciado por Rodolfo aparecia já em nota lateral da página de Purchas: “Desperdício dos Índios por Portugal!”.¹⁶⁶

O texto apócrifo de Fernão Cardim publicado por Purchas é constituído por dez artigos, isto é, dez argumentos descritivos que apontavam as condições nas quais estavam inseridos os colonos lusos na América. A intenção inicial do autor é fazer saber ao rei os problemas enfrentados pelos portugueses empenhados na ocupação e colonização dos territórios americanos. O primeiro problema elencado pelo doravante denominado pseudo-Cardim dizia respeito à falta de “Justiça Real” nos assentamentos coloniais portugueses. O poder de fazer justiça estava absolutamente centrado nas mãos dos proprietários fundiários. A prerrogativa de aplicação da justiça era hierárquica e privada, possuindo seu pólo forte nos capitães-donatários e diminuindo através de seus respectivos sesmeiros até atingir diferentes grupos étnico-sociais subjugados na base da hierarquia social.

E como no início não havia Justiça Real, ao menos nas Capitânicas, e Terras dos Senhores, como tudo que era deles, mas apenas Capitães e Juizes, atribuídos por seus Senhores, havia pouca consideração com a Justiça, assim como naqueles que governavam, os quais tinham autoridade para matar, enforcar, etc. e como eles não tinham Ciência, nem por ventura Consciência, dominavam antes por respeitos humanos, amizades, ódios e ganhos próprios, então por razão direta, como nas questões as quais não eram Justiça mas Fofocas, (como o discurso é) ganhavam plena vida à medida em que eram ouvidos, não tendo nenhum corpo para os contradizer, e embora os Reis posteriormente tomaram e reservaram a Justiça para si próprios, enviando Governadores, e Juizes gerais, e apesar de virem muitos homens de mais qualidade para continuar o povoamento do País, não obstante uma grande parte desta primeira liberdade e licença permaneceram intactas, com o que muitos males foram e são cometidos sem qualquer punição. Pois muitos deles já têm tanto poder com suas riquezas (ganhas Deus sabe-se lá como).¹⁶⁷

¹⁶⁶ GARCIA, Rodolfo. *Introdução*, op. cit., 1939, p.27; PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.506.

¹⁶⁷ “The first reason that for this is offered, is, that the people whereof at the first this Countrey was inhabited, commonly were banished for facts committed in Portugall. And as at the beginning there was no Justice Royall in it, at the least in the Captainships, and Lands of the Lords, as all of them were, but onely Captaines and Judges, placed by the Lords of them, there was little regard of Justice, as well in them which ruled, the which had authoritie for to kill, hang, &c. and as they had no Science, nor per adventure Conscience, ruled rather by

Pseudo-Cardim afirmava ainda que os membros da Companhia não eram chamados para ajudar nos processos de arbitragem e justiça a não de forma acessória, pouco ou quase nada interferindo nas decisões dos senhores de terras. Apenas nos momentos de guerra era que os padres eram chamados em busca de conselhos e orientação. Como forma de pagamento pela colaboração dos missionários, os colonos ofereciam parte de seus lucros obtidos por meio da referida guerra: índios infiéis e insubmissos escravizados por guerra justa. Esta era a principal forma de justiça conhecida pelos senhores, sendo advogada em nome do “bem comum” e dos perigos oferecidos pelos ataques do gentio. Porém, segundo o autor, na maioria das vezes o que ocorriam eram graves abusos por parte dos “Portugals”, ou seja, os colonos luso-brasileiros. Por isso ele afirmava que “Sua Majestade tinha uma grande obrigação para com os Índios do Brasil, para ajudá-los com todos os remédios espirituais e corporais” que fossem possíveis. Pseudo-Cardim relatava ainda que as tribos costeiras estavam “quase todas consumidas por doenças, guerras e tiranias dos Portugals” e que aquelas que por ventura tinham escapado das investidas dos colonos fugindo para o interior acabavam por se tornar alvos de investidas de exércitos de colonos. Ele se referia às bandeiras tão caras a Capistrano de Abreu.¹⁶⁸

Apesar das licenças exigidas pelo poder real como condição necessária para que os colonos pudessem arregimentar os índios como mão-de-obra em suas terras ou fazer guerra justa aos nativos livres, na prática tais regras eram constantemente desconsideradas pelos organizadores das expedições de aprisionamento. “Estas vexações e tiranias, são as causas pelas quais os Índios perdem a paciência, a qual eles têm sempre excedido, e matado alguns Portugals”. “Com esta Licença desse jeito eles partem e nunca mantêm a ordem emitida, como é manifesto e maneira de todos, confessam abertamente sem contradição” seu não cumprimento. Como era evidente que nenhum nativo seguiria os colonos por livre e espontânea deliberação, sendo retirados de sua comunidade e terras ancestrais, pseudo-Cardim alegava que os colonos “enganavam e usavam a força, pois eles não tinham outros

humane respects, friendships, hatreds, and proper gains, then by direct reason, as in the subjects, the which as there was no Justice but of Gossips, (as the speech is) did live at large as they listed, having no bodie to contradict them, and though the Kings afterward did take and reserve the Justice to themselves sending Governours, and generall Judges, and though there come many men of more qualitie to continue the inhabiting of the Countrey, notwithstanding a great part of that first libertie and licence remained still, with the which many evils were and are committed without punishment. For many of them have alreadie so much power with their riches (gained God knoweth how) that I know not whether those that now doe rule dare meddle with them, bee it that they feare their power and might, or because fere omnes diligunt munera; and the Justices that went, and will not be interested but beare the Rod upright, let them prepare themselves to suffer troubles in this Countrey”, PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.504-505.

¹⁶⁸ PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.506.

meios para os mover de seus Países”. O pedido de exame das referidas licenças era frequentemente negado até mesmo aos juízes vindos de além-mar, segundo o autor. Não bastando, quando as tribos das regiões litorâneas ou próximas à costa forma expulsas ou exterminadas, os senhores de terra começaram a buscar os braços para suas lavouras até “200 léguas” interior adentro, dizendo-se sempre representantes de Deus e do Rei.¹⁶⁹

Bem considerado tudo acima dito, parecia necessário que sua Majestade devesse proibir estas aventuras, enviando uma ordem, de que ninguém deveria ir [aprisionar nativos] sem expresso mandato de sua Majestade, sobre graves penas, as quais com efeito devem ser executadas, assim como nenhum Governador deveria dar nenhuma licença por parte deles, vendo como eles que carregam as ditas licenças nunca as carregam, tampouco carregarão as ordens dadas a eles, como previamente dito. Pois todos os homens sabem e dizem, que se portadas, nunca nenhum índio sairá do Interior, como até agora nenhum de lá saiu que não fosse enganado, e isto sendo tão público, e diário, e não a culpa de um ou dois homens em particular, mas um uso comum de todo o País que se passa diante dos olhos dos Juizes, nunca até esta hora o Governador proibiu-lhes, antes negligenciando tal situação ao não punir ninguém que lhe é trazido ou ao não indenizar os pobres Índios.¹⁷⁰

Pseudo-Cardim continuava relatando tal situação de coisas no território colonial. Segundo o documento, quando os índios escravizados morriam, seus pertences e descendentes eram tratados como propriedades herdadas pelos colonos luso-brasileiros. Isso ocorria apesar não haver nenhum contrato ou termo de posse dos colonos sobre os nativos, seus respectivos pertences e descendentes, isto é, não havia nenhuma estrutura jurídica oficial que assegurasse a relação entre estes e os colonos que os tratavam como apenas mais um item de grande valor nos seus inventários de posses. Os nativos morriam legalmente livres mas subjugados de fato. Entretanto, quando havia algum tipo de desentendimento quanto a quem caberia tal herança, frequentemente eram organizados julgamentos “como se eles [os índios] fossem escravos plenamente legais”. Muitos nativos eram assassinados, roubados e escravizados ilegalmente, mas apenas quando um índio cometia um crime é que a aplicação de qualquer forma de “justiça” era efetivada. “Contra os Índios eram sempre de uma rigorosa justiça [. . .] nunca

¹⁶⁹ PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.507-509.

¹⁷⁰ “All the above said well considered, it seemed necessary that his Majestie should forbid these adventurings, sending a commandement, that none might goe thither without expresse warrant of his Majestie, under great penalties, the which with effect might be executed, and that neither the Governours might give any licence for them, seeing how they which carrie the said Licenses never kept, nor will keep the order given them, as aforesaid. For all men know and say, that if it be kept, never will any Indian come from the Maine, as untill now none came but deceived, and this being so publicke, and daily, and not the fault of one or two particular men, but a common use of all the Countrey that it passeth before the eies of the Justices, never untill this houre did the Governours forbid them, rather past by it not punishing any of them that so brought them, nor redressing the poore Indians”, PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.511-512.

havia até este momento nenhuma demonstração de punição, e isso deve ser temido, ver tal situação ser desejada na terra”. Contra os abusos dos colonos, esperava-se que a justiça viesse dos céus. Mas como bem lembrava pseudo-Cardim, mesmo os missionários religiosos que ficavam por algum tempo no Brasil começavam a emular as ações ímpias e injustas dos colonos, pois “suas vidas eram deploráveis, até que finalmente eles se importavam apenas em encher eles mesmos de dinheiro, carnes e bebidas, em seguir os prazeres da carne, com grande espanto dos seculares”.¹⁷¹

Ora, considerando o teor das críticas registradas no documento *Articles touching the dutie of the Kings Majestie our Lord* atribuído por Samuel Purchas a Fernão Cardim, poderia muito bem ser o caso de que o manuscrito constituísse peça de propaganda protestante contra o reino de Portugal então unido a Castela, suas colônias e relações íntimas com Igreja Católica. Todavia, conforme juízos emitidos pelo próprio Capistrano, não apenas seria dever do historiador apresentar todo e quaisquer documentos pertinentes à escrita da história de um dado objeto do conhecimento, independentemente de seu conteúdo, como também deveria caber ao bom historiador realizar a crítica pertinente de tal documento. Além disso, dada a regularidade dos conteúdos presentes nos outros documentos, não há nada nos manuscritos coletados por Purchas que leve a crer em manipulação ideológica de sua parte que não seja fruto apenas das escolhas que realizou. Obviamente, o fato do documento original ser desconhecido pode ter determinado a não publicação do mesmo por Capistrano de Abreu, já que o autor dava grande valor à imediaticidade do passado representada nos objetos-documentos originais. Todavia, o historiador não se furtou a dar valor aos *Tratados* de Cardim mesmo quando estes eram apenas manuscritos desconhecidos e sem autoria publicados numa coletânea de antiguidades de um erudito inglês do século XVII.

Capistrano publicava apenas silêncio quanto aos *Articles touching the dutie of the Kings Majestie our Lord* de pseudo-Cardim. Garcia ao menos fez referência aos papéis. Independentemente da realidade contida e sobre o documento em questão, acredito que a negação de Capistrano de Abreu tenha ocorrido antes por razão do caráter extremamente negativo com o qual ambos colonos e padres jesuítas são representados nos *Articles*, do que por uma questão estritamente técnico-historiográfica. Caso aceitasse tais implicações, teria de aceitar também a natureza fundamentalmente degenerada e violenta dos componentes básicos da nacionalidade – colonos-bandeirantes e jesuítas – à exceção dos índios em progressiva extinção. Em cartas datadas de 1887 e 1888, alguns anos após a publicação dos dois volumes

¹⁷¹ PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.515-517.

dos *Tratados* de Cardim em 1881 e 1885 como resultado dos trabalhos para a Exposição e o *Catálogo* da Biblioteca Nacional em 1881, Capistrano informava ao Barão do Rio Branco seu persistente desejo de melhor compreender aquele manuscrito fugidio. Apenas em suas correspondências pessoais com o Barão do Rio Branco é que podemos perceber melhor suas preocupações em relação aos escritos de Cardim.

A propósito de bandeira, chamarei a atenção de V. Ex.^a para uma carta de Anchieta, da qual se deduz (deduzi eu pelo menos), que o costume de bandeira é índio. Esta carta está na *Revista do Instituto* e refere-se a um ataque a Piratininga em 1650. Outra circunstância interessante e de que espero mandar a prova, é que a bandeira que os paulistas levavam não eram de Portugal. Se bem me lembro, li isto em uma carta dos jesuítas espanhóis, relativa aos fatos contra os quais foram reclamar Montoya e Dias Taño. Pertence à *Coleção Angelis*. As bandeiras, ao menos em certa data, realizavam-se na estação do pinhão: talvez daí viesse depois o nome monção, que se encontra nos princípios do século XVIII; no fim do século e no Maranhão, bandeirante significava conhecedor da língua-geral. O modo por que se organizavam as bandeiras no século XVI (meados), pode-se estudar no IV vol. de Purchas, não só na parte relativa às aventuras de Knivet, que o Instituto publicou incompleta, como no apêndice ao *Treatise of Brazil*, que atribuo a Fernão Cardim.¹⁷²

Com este discurso Capistrano tentava argumentar que as atrocidades descritas nos *Articles* pelo autor que ele reconhecia ser Fernão Cardim deviam-se antes à apropriação de maus hábitos nativos por parte dos colonos-bandeirantes do que a uma invenção originariamente lusa. Todavia, as informações que sustentam tal afirmação foram datadas como advindas de quase meio século depois dos eventos e costumes registrados por pseudo-Cardim. É bastante possível que o costume das bandeiras fosse uma forma híbrida de guerra de aprisionamento do gentio oriunda tanto de tradição nativa quanto do fundo cultural tradicional das cruzadas católicas imensamente enraizadas nos hábitos dos colonos ibéricos na América. Não é nada evidente que a interpretação anacrônica de Capistrano fosse a mais pertinente, pois o próprio historiador afirmava suas dúvidas quanto a tais eventos, posto que deduzidos conforme escreveu o próprio autor. Além disso, questionava a origem portuguesa de tais empreendimentos terrivelmente descritos por pseudo-Cardim, afirmando uma hipotética natureza espanhola na motivação dessas bandeiras. De toda maneira, Capistrano de Abreu deixava claro que o modelo das bandeiras que guiava sua cognição era antes aquele descrito “no apêndice ao *Treatise of Brazil*, que atribuo a Fernão Cardim”, o qual oferecia os

¹⁷² Carta ao Barão do Rio Branco datada do Rio de Janeiro, 13 de maio de 1888. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, p.123.

desafios previamente enunciados, do que aquele de origem atribuída aos próprios índios encontrado na referida carta de Anchieta. Em outra epístola, ele prosseguia:

Ainda tenho outro obséquio a pedir-lhe. Não há escritor do século XVI que mais aprecie do que Fernão Cardim. Quero dar, ainda este ano se for possível, uma edição completa de todos os seus escritos. Falta-me, porém, um, que é um parecer ou carta que ele escreveu a 1 de janeiro de 1618, e que se acha originalmente na Academia de História de Madrid. Como não tenho meio de correspondência para Madrid, peço-lhe o obséquio.

A propósito de Cardim, tenho ainda novo favor a pedir. Quando ele foi aprisionado para a Inglaterra, em 1601 ou 1603 (não posso verificar agora, mas está no prólogo dos *Índios do Brasil*), encontrou-se com um jesuíta, que prestou-lhe auxílios. Depois, daí a um ano ou dois, fugiu com umas princesas, que depois entraram para um convento em Lisboa. Não será possível saber o nome destas princesas? Já dei a V. Ex.^a aqui mesmo as indicações, mas mandá-las-ei noutro vapor. Este ponto me interessa, porque desejo completar a biografia do amável escritor.¹⁷³

Considerando esta carta de 1887, portanto dois anos após a publicação dos supostos trabalhos completos de Cardim, Capistrano permanecia intrigado com a natureza e as razões pelas quais pseudo-Cardim haveria de ter escrito seus *Articles touching the dutie of the Kings Majestie our Lord, and to the common good of all the estate of Brasill*. E aqui encontro mais uma ressonância da lógica estruturante do “Cavalo de Troia da Nação”: Cardim provavelmente escrevera tal documento endereçando-o a Felipe II de Espanha, então soberano máximo de todos os reinos da Península Ibérica, uma vez que seus papéis estavam arquivados na Academia de História de Madrid. Vivendo durante as décadas de União Ibérica, a lealdade e a identidade de Cardim era dada antes enquanto súdito da Coroa castelhana do que como um proto-nacionalismo português. Pseudo-Cardim chegara mesmo a afirmar sobre o Brasil que “para defender o País, cuja segurança, preservação e aumento importavam tanto, como é notório para todo o bem do Peru”. Ou ainda que “parecia necessário que no Brasil houvesse uma Corte Real, onde muitas causas poderiam ser determinadas, como é no Peru, Nova Espanha e em todas as Províncias de sua Majestade”. Os conteúdos dos outros documentos eram majoritariamente descritivos e com poucos juízos morais e de valor, diferentemente dos *Articles*. As epístolas da *Narrativa* teriam sido endereçadas aos irmãos da Companhia de Jesus em Portugal enquanto o destino dos *Tratados* é difícil de ser precisado. Seu interesse em identificar as princesas que ajudaram Fernão Cardim a fugir pode estar relacionado a esta

¹⁷³ Carta ao Barão do Rio Branco datada em 8 de agosto de 1887. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, p.115.

questão da classificação nacional do jesuíta por parte de Capistrano. De toda forma, o historiador não desistia de procurar melhor conhecer o jesuíta e sua obra.¹⁷⁴

Sobre Cardim sei que foi aprisionado em fim de setembro de 1601 (Franco, *Imag. da Virt em Évora*, I, 725); que o corsário que o aprisionou foi Francis Cooke, de Darmouth, provavelmente (Purchas, *Pilgrimages*, IV, p.1289); que fugiu em 1602 para Calais, levando *quinque illustrissimas puellas, quarum duae erant e Reginae família*. (Franco, *Sinopse*, p.179). Quem ajudou a fuga foi o Padre Michael Roger, e sobre este deve haver alguma informação em uma *História dos Jesuítas na Inglaterra*, publicada há poucos anos, tendo por autor Folville, se me não engano. Se lhe for possível, peça-lhe, pois, que procure este nome. [. . .] Penso que o parecer de Cardim é antes de 608 – *b* era muito usado por *v*, do mesmo modo que *r* por *l*: temos pois a data V18. Acresce que neste ano Cardim ainda era ou acabava de ser provincial, ao passo que em 1618 era reitor do Colégio da Bahia. É mais provável que o consultassem no primeiro caráter que no último.¹⁷⁵

Além dos argumentos aqui arregimentados, acredito também numa provável dificuldade por parte de Capistrano quanto à compreensão da grafia daquela primeira formulação do inglês moderno ainda pleno de arcaísmos. Segundo Abreu, seu primeiro contato com os *Tratados* teria ocorrido a partir da “curiosa e raríssima coleção de Purchas”, onde o lera “pela primeira vez” reconhecendo “o seu interesse e seu valor”. Desde então a ideia de uma tradução do texto para o português já cintilava nos projetos historiográficos de Capistrano. “Duas circunstâncias felizes facilitaram a realização deste plano. A primeira foi encontrar cópia tirada do original, que assim dava não só a essência como a forma do escrito e nos livrava da tradução, isto é, da traição”. Além disso, seu enorme interesse pela publicação de fac-símiles demonstra que o contato total com a materialidade visualmente experimentável dos originais possuía grande valor epistêmico na fundamentação de sua atividade crítico-metódica.¹⁷⁶

Curiosamente, o documento usado por Capistrano para cotejar os textos dos *Tratados* encontrados era considerado repleto de erros. A *Narrativa epistolar* publicada por Varnhagen era até 1881, o único documento publicamente afirmado como de autoria do frei jesuíta. Nas palavras de Varnhagen, a partir da publicação da *Narrativa* de Cardim em 1847, o jesuíta deveria começar “a ser contado no número dos escritores portugueses” merecedores de atenção. Capistrano de Abreu parecia concordar com a opinião de Varnhagen, de forma que

¹⁷⁴ PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus*, op. cit., 1905-07, p.504.

¹⁷⁵ Carta ao Barão do Rio Branco datada do Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1887. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, p.116-117.

¹⁷⁶ ABREU, J. Capistrano de. [Texto de introdução]. In: CARDIM, Fernão. *Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil e de seus Costumes, Adoração e Ceremonias*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881, p.V.

afirmou logo nas primeiras páginas de seu estudo crítico apresentado como texto introdutório à sua edição de 1881: “Este tratado dos índios do Brasil suscita algumas questões que fora conveniente discutir. Passaremos, porém, por todas elas para nos ocuparmos unicamente de uma: quem é o seu autor”? A partir de então, Fernão Cardim se tornava também o autor dos *Tratados* coletados e publicados por Samuel Purchas além de um personagem fundamental da “História Pátria”.¹⁷⁷ No *Catálogo* do mesmo ano encontramos a seguinte descrição dos manuscritos em questão:

12. - A Treatise of Brasil written by a Portugall wich had long lived there. V. *Purchas his Pilgrimes*, IV, 1289-1320. (B. N.)

Este trabalho, segundo Purchas, foi escrito por um Jesuíta que vivera no Brasil durante trinta anos. Vindo no Brasil em 1601, um Frances Cooke, natural de Dartmouth, o tomou à força do dono, “*much against his will*”, vendendo-o depois por 20 xelins a Master Hacket, que o mandou traduzir. Esta tradução cotejada com o original é que nos dá Purchas.

No original, além do Tratado, vinham no fim algumas receitas médicas subscritas pelo “Ir. Manoel Tristão Enfermeiro do Colégio de Baya”, que Purchas julga ser o autor. Entretanto esta sugestão não parece muito plausível. O lugar de irmão era exercido ou por gente moça, que apenas entrava na Companhia, ou por pessoas de pouca inteligência e que por este motivo não se tinham podido ordenar. O fato do escritor ter estado no Brasil durante 30 anos inutiliza a primeira hipótese; os conhecimentos manifestados no livro inutilizam a segunda.

O livro foi escrito depois de 1584, pois que já se refere á conquista da Paraíba: isto permite concluir que o autor chegou ao Brasil em 1554 pelo menos. Será Anchieta que chegou em 1553? Nada se opõe a tal conclusão, tanto mais quanto em outros trabalhos que andam esparsos, e alguns dos quais ainda se conservam inéditos, existem os elementos reunidos neste.¹⁷⁸

Segundo Rodolfo Garcia, apesar de todos os incontáveis equívocos cometidos pelo Visconde, o “Dr. Capistrano de Abreu” teria logrado atestar a autoria dos referidos escritos. Garcia afirmava que após o estudo crítico comparativo entre o volume editado por Varnhagen e os documentos publicados em decorrência da Exposição e do *Catálogo* de 1881 seria evidente atribuir a autoria de ambos os manuscritos ao jesuíta Cardim.

A cópia de que se utilizou Varnhagen em 1847, e que serviu para as reproduções subsequentes, era assaz incorrecta, como se verificou da colação feita com o apógrafo eborense [sic.] no exemplar que, por diligência do Dr. Capistrano de Abreu, possui o brilhante historiador Dr. Paulo Prado. Aquela cópia continha, de fato, além de numerosos erros, muitas outras omissões, que em diversos passos alteraram ou deixaram suspenso e incompreensível o

¹⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo do Editor*, op. cit., 1847, s/p; ABREU, J. Capistrano de. [Texto de introdução], op. cit., 1881, p.VI.

¹⁷⁸ CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Edição fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 3 v. (Coleção Brasil 500 anos), p.5.

sentido da narração. Uma tábua de erros seria aqui descabida, mas não nos furtaremos ao desejo de apontar alguns dos mais sensíveis. [. . .] Publicando, em 1881, o tratado *Do Principio e Origem dos índios do Brasil*, o Dr. Capistrano produziu prova cabal de pertencer ele a Cardim, não somente pela circunstância dos tratados de Purchas terem sido tirados em 1601 por um inglês a um jesuíta em viagem para o Brasil, como também porque, em colação com a *Narrativa epistolar*, bem se evidencia que todos saíram da mesma pena. [. . .] Com a versão de Purchas foi comparado o tratado, e em vários pontos aparecem correcções.¹⁷⁹

Porém, para Capistrano “além de numerosos erros” e “muitas outras omissões”, havia o problema de uma suposta incapacidade de interpretação dos documentos por parte de Varnhagen. Uma vez mais estava em questão a possibilidade e a prerrogativa de quem poderia enunciar discursos verdadeiros sobre o passado e a história do Brasil. Capistrano não acreditava que Varnhagen pudesse ter agido motivado por má-fé, mas sim que o Visconde era consideravelmente inábil para conhecer e representar apropriadamente a “História Pátria”. A severa falta de Varnhagen dizia respeito ao fato dele não ter conseguido se “apegar” ao substancial.

Varnhagen era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes conluo de modo diferente dele; outras noto que ele deixa o substancial para apegar-se ao acessório.

A culpa é do Instituto. Ele pretendia escrever não uma história, mas uma geografia do Brasil. Começou a mandar cópia de documentos para a nova associação, e acharam tal apreço que começaram a dizer-lhe que só ele seria capaz da obra e ele deixou-se levar, mas nunca se lavou inteiramente do pecado original seu espírito formado em outras disciplinas. Creio que, se algum dia soube a língua paterna, esqueceu-a depressa quase por completo. Se a soubesse, e aproveitasse o livro de Guths-Muths, poderia ter antecipado a Wappaeus a muitos respeitos.¹⁸⁰

O método comparativo adotado por Capistrano possuía origens remotas, embora sua necessidade continuasse premente. A única forma de se averiguar as informações contidas em tais documentos era através de sua comparação filológica e de conteúdo em relação a outros documentos análogos. Em seu estudo sobre a edição do diário de Anthony Knyvett contido no compêndio de Samuel Purchas, o qual também foi recorrentemente utilizado por Capistrano de Abreu, Richard Hitchcock não deixa de mencionar as muitas falhas presentes nos textos publicados pelo reverendo britânico. Apesar de Hitchcock afirmar que “muitos desses erros

¹⁷⁹ GARCIA, Rodolfo. *Introdução*, op. cit., 1939, p.23-27.

¹⁸⁰ Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo datada do Rio de Janeiro, 9 de março de 1918. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, p.84.

poderiam ser citados”, ele também sustenta que “a datação dos eventos no diário [de Anthony e nos textos de Cardim] não é confiável e precisa ser checada contra outros documentos quando disponíveis e, quando não, considerados à luz de probabilidade”. Por mais que possamos julgar o mérito e a qualidade dos resultados enunciados por Varnhagen e Capistrano, foi justamente em função deste tipo de procedimento exemplar que ambos os historiadores realizaram seus estudos críticos no intuito de determinar autores, datas e eventos históricos registrados nos documentos disponíveis à época. Acerca do trabalho crítico efetuado por Varnhagen a respeito da *Narrativa epistolar*, o Visconde afirmou que “nesta parte o próprio contemporâneo Gabriel Soares de Sousa, que escreveu muito mais extensamente pode suprir bem as informações que Fernão Cardim dá todas como testemunha de vista, ao descrever com tanta arte os encantos virgens de que seus olhos se regalavam”.¹⁸¹

Se o Visconde havia manipulado uma “massa ciclópica” de documentos, o que afirmar então de Capistrano de Abreu? Capistrano praticamente editou ou publicou quase todos os documentos que ele próprio utilizava não somente para dar continuidade aos seus estudos crítico-filológicos comparativos através dos quais era possível estabelecer um *corpus* e uma cronologia fundamentais para a “História Pátria”, como também para anotar a *História geral do Brasil* e compor seus próprios estudos históricos. Os escritos de frei Vicente do Salvador, Claude D’Abbeville, Pero de Magalhães Gândavo, Pero Lopes de Sousa, as *Cartas* de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, assim como as denúncias e confissões registradas por Heitor Furtado de Mendonça e mesmo o *Roteiro* de Gabriel Soares de Sousa constam entre tais documentos mobilizados por Abreu. Diante da falta de documentos disponíveis no país, aparecia como necessário relacionar todos os vestígios possíveis de forma que uma estrutura fenomênica mínima da história do Brasil pudesse ser pensada. Concomitantemente ao estabelecimento crítico da verdade contida nos documentos em questão era criada uma cronologia e um contorno geográfico para a Nação. Em “dois artigos publicados n’‘A Notícia’ de 20-21 de Maio de 1903 e 15-16 de Dezembro de 1904, cedidos por Constâncio Alves à Sociedade, sendo que o último sob título *Notícias Atrazadas*”, Capistrano afirmava, “restam poucos documentos [preservados], e estes não foram ainda sujeitos a um estudo intensivo; mesmo a cronologia ainda está por fixar. A questão cronológica constitui o objeto das seguintes linhas”.¹⁸²

¹⁸¹ HITCHCOCK, Richard, op. cit., 2004, p.310-311.

¹⁸² ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938, p.32-39.

A carta escrita da Bahia a 11 de abril de 1554 pertence realmente ao ano seguinte de 1555. Poode-se explicar esta diferença entre a cronologia comum e a do bispo supondo que este não contava o ano civil a partir de primeiro de janeiro; preferia o ano da encarnação, tanto tempo usado na cristandade, que começava a 25 de março, segundo o sistema florentino no 25 de março que precedia o Natal, segundo o sistema pisano no 25 de março que lhe sucedia. O bispo seguia o sistema florentino, isto é, atrasava um ano. Contudo esta explicação encontra uma dificuldade: a carta de 12 de julho de 1552 foi efectivamente escrita neste ano, e não em 1553, como se poderia supor. [. . .] Estas datas, que constam de documentos oficiais, estão em contradição com os assertos de D. Duarte da Costa. Segundo este, só depois de demitido Francisco de Vaccas, foi dispensado de deão Fr. Gomes Ribeiro. A divergência não tem importância para o caso e explica-se mais facilmente. A dispensa de Francisco Vaccas podia ter encontrado embaraço da parte de Antônio Cardoso de Barros; não sucedia o mesmo a respeito de Gomes Ribeiro, apenas encomendado no cargo pelo bispo; por isso aquele ato, embora em primeiro lugar resolvido, só ficou consumado depois deste. [. . .] A cronologia seguida nesta nota é a que parece mais segura, fundada em documentos estranhos aos dois contendores; por isso, a certos respeito difere das afirmações de ambos. Por ela vê-se que antes de romper com D. Duarte, já o bispo andara a braços com sua gente, dando espetáculos bem pouco edificantes.¹⁸³

Desta forma, a crítica histórica e de documentos era apenas muito dificilmente dissociada do estabelecimento de uma cronologia geral e de uma bibliografia disciplinar específica. Por isso Capistrano editava, anotava e publicava não somente documentos, mas também aceitou o desafio de editar uma versão crítica anotada da *História geral do Brasil*. De acordo com esta mesma lógica era que o historiador clamava por novos estudos monográficos já desde seus referidos artigos de 1778 e 1882. Nas palavras de Pedro Afonso dos Santos, “a bibliografia deveria fazer parte do domínio do historiador, sem a qual não poderia guiar-se pelas fontes”, constituindo parte fundamental dos procedimentos metódicos de crítica e edição textuais tanto através da “análise e descrição da obra editada e seu autor” quanto “fornecendo seu histórico de edições, a localização dos manuscritos e/ou exemplares existentes, além da indicação de textos contemporâneos e monografias que auxiliem ou complementem a obra editada”. Catálogos e estudos bibliográficos deveriam contribuir para o desenvolvimento da historiografia enquanto disciplina científica, constituindo “o caráter coletivo e cumulativo da ciência” histórica. A partir do momento em que a história se tornou uma disciplina pretensamente científica, os antigos métodos e técnicas erudito-antiquárias serviram como elemento de contato entre tal versão científica da historiografia e seu antecedente direto, ou

¹⁸³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série, op. cit., 1938, p.40-45.

seja, os discursos históricos retoricamente codificados característicos de muitas sociedades do Antigo Regime.¹⁸⁴

Ao mesmo tempo em que os documentos eram criticados e estabelecidos metodicamente, os nomes que ocupavam as funções de autoria dos respectivos escritos tornavam-se indicativos de personagens históricos. No estudo crítico publicado da edição de 1881 dos *Tratados*, Capistrano de Abreu afirmava a necessidade de apresentar junto ao nome do respectivo autor uma versão reduzida de sua biografia, a qual ele adiciona à única nota de rodapé do estudo. “Damos aqui um resumo biográfico de Fernão Cardim em que está condensado tudo quanto se sabe a seu respeito”. Nos *Capítulos de história colonial* Capistrano dá excelente exemplo de como compreendia e instrumentalizava tais autores-personagens. Ao narrar a vinda dos primeiros jesuítas ao Brasil, afirma ainda suas importâncias na criação e no fomento do Estado e da Nação. Nas suas palavras, os jesuítas teriam criado tal “sentimento coletivo” de “unidade da colônia”, “uma obra sem exemplo na história”.¹⁸⁵

Em companhia do capitão-mor vieram seis jesuítas, os primeiros mandados a este continente, sobre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar. Completaram harmonicamente a administração, pois tanto como Thomé de Sousa ou Pero Borges, o padre Manoel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colônia, e no ardor de seus trinta e dois anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na história.¹⁸⁶

Todavia, quando examinamos os procedimentos realizados e as consequentes conclusões oferecidas por Capistrano em relação a Cardim, seus escritos e função na “História Pátria”, percebemos que não somente o método adotado por Capistrano como também suas conclusões não possuíam o caráter seguro que o historiador aspirava ou que exigia criticamente de outros autores. Abreu procedeu basicamente através de uma série de colagens entre o documento encontrado nos *Pilgrimes de Purchas* e a *Narrativa epistolar*

¹⁸⁴ SANTOS, Pedro Afonso C. dos, op. cit., 2009, p.110-111, 126-129; GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

¹⁸⁵ “(1) Damos aqui um resumo biográfico de Fernão Cardim em que está condensado tudo quanto se sabe a seu respeito. Nasceu em Vianna em 1540. Entrou para a Companhia em 1555. Era ministro do colégio de Évora quando em 1582 foi designado para acompanhar o visitador Christovão de Gouvêa mandado ao Brasil. Aqui, demorou-se até 1599, exercendo entre outros o lugar de reitor do Rio de Janeiro. Eleito procurador da Companhia foi a Roma em 1600. Voltava em 1601 em companhia do visitador Madureira, quando foi aprisionado por piratas ingleses e transportado para a Inglaterra. Em 1603 tornou ao Brasil feito provincial. Acabado o provincialato, foi nomeado reitor do colégio da Bahia, cargo que ocupou por muitos anos, e que ainda ocupava quando a cidade foi invadida pelos holandeses. Faleceu em Abrantes, aos 27 de Janeiro de 1623”, ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.XIII.

¹⁸⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos...*, 1907, p.47.

editada por Varnhagen. Seu princípio teórico-crítico fundamental era proceder por constatação de semelhanças. Capistrano faz breve referência sobre a utilização dos manuscritos de Évora, porém, quando o próprio texto do documento é avaliado, percebemos que praticamente todas as suas notas são oriundas do compêndio de Samuel Purchas. Portanto, Capistrano oferecia resultados postulados como certos a partir de um estudo filológico comparativo entre documentos que o autor reconhecia não serem dignos de confiança por parte do crítico.

Estas dúvidas quanto à afirmação de Purchas sobre quem era o autor do livro — afirmação aliás feita em termos pouco positivos, — cresceram à medida que conhecemos melhor o opúsculo traduzido por ele. A cada instante encontrávamos frases e locuções familiares; a cada passo nos parecia que já tínhamos lido coisa que se assemelhava ao que estávamos lendo. O autor de quem nos lembrávamos lendo Purchas era Fernão Cardim. E então veio-nos ao espírito uma interrogação: quem sabe se em vez de Manuel Tristão não será Fernão Cardim o autor deste opúsculo? Para chegar a uma solução as provas intrínsecas eram sem dúvida valiosas porém não bastavam: era preciso recorrer antes às provas extrínsecas.¹⁸⁷

Provas intrínsecas e extrínsecas significavam a avaliação do manuscrito a partir do estudo de seu conteúdo específico e em comparação com elementos externos à configuração linguística registrada no próprio documento. Como afirmado acima, tais provas extrínsecas equivaleram a pouco mais do que ao recurso à *Narrativa epistolar* e aos demais documentos com os quais Capistrano trabalhara durante os preparativos para a Exposição de 1881 da Biblioteca Nacional. Além disso, afirmava a identidade dos textos em função de “conformidade de idéias como também de forma”, as quais todavia, apenas sutilmente poderiam ser aproximadas. O volume e as formas textuais não ofereciam o “fundamento sólido à hipótese” do historiador que Capistrano tão ardorosamente afirmava, mas antes, uma especulação sobre uma coincidência sugerida por documentos que o próprio autor acreditava não serem de todo corretos. Se Capistrano de Abreu duvidava da atribuição de autoria dos referidos manuscritos realizada por Samuel Purchas, o qual reconhecia Manuel Tristão, “enfermeiro do colégio dos Jesuítas, na Bahia”, como autor dos mesmos, por que o historiador acreditava tão piamente nos dados oferecidos por Varnhagen, uma vez que ele afirmava hipotéticos equívocos constantes por parte do Visconde?

Pela página 34 deste opúsculo se vê que ele foi escrito em 1584. Ora, neste tempo estava Fernão Cardim no Brasil, onde, como se vê na *Narrativa*

¹⁸⁷ ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.VI-VII.

epistolar (p. 6) ele chegou a 9 de Março de 1583, em companhia do Padre Christovão de Gouvêa e de Manoel Telles Barreto, que vinha por governador geral. Estas duas coincidências davam um fundamento sólido à hipótese; mas para torna-la certa devia se recorrer às provas intrínsecas, — à comparação dos estilos, ao cotejo das opiniões, etc. No caso presente estas provas tem valor — porque se o opúsculo aqui publicado é de 1584, a primeira parte da *Narrativa epistolar* é de 16 de Outubro de 1585. Escrevendo em dois períodos tão próximos um do outro é natural que, se o opúsculo sobre os índios é da mesma pena que a *Narrativa epistolar*, não só haja conformidade de idéias como também de forma.¹⁸⁸

Capistrano afirmava ser “incontestável a identidade fundamental entre” a *Narrativa* e os *Tratados* apesar dos poucos indícios que oferecia. Ao avaliar as diferenças entre os dois documentos, Abreu afirmava que tais discordâncias seriam decorrentes antes do direcionamento intencional dos discursos do que por verdadeira não identidade entre ambos, portanto, o carácter “incontestável” afirmado pelo autor não sugeria ser assim tão indisputável quanto enunciado pelo autor. A explicação esboçada por Capistrano sobre as razões pelas quais os *Tratados* seriam mais concisos, apesar de possuir uma extensão praticamente idêntica àquela do texto da *Narrativa epistolar*, não são elucidativas porque ele submete seu juízo ao critério de identificação dos objetivos de ambos os textos. Por princípio, considerar a *Narrativa* sobre o critério do conteúdo referente aos índios não fazia justiça ao próprio direcionamento intencional reconhecido por Capistrano.

Parece-nos incontestável a identidade fundamental entre os extratos que demos de *Narrativa epistolar* de Fernão Cardim, publicada em 1847 e o tratado dos índios que agora publicamos. Há simplesmente duas diferenças; a *Narrativa* foi dirigida a um amigo e nela o autor deixou seu estilo correr mais livremente, desenvolvendo certos pontos de preferência, referindo-se a objectos conhecidos pelo seu leitor; no opúsculo sobre os índios ele é mais conciso. Além disso a *Narrativa* tratava dos índios apenas como acidente da viagem, como adorno da paisagem; no *Tratado*, os índios são o objeto principal, e assim os esclarecimentos são mais condensados e encadeados uns aos outros.¹⁸⁹

Mas conforme Capistrano, tais procedimentos eram mais do que suficientes para provar seus argumentos, de forma que a inserção de seu estudo crítico na introdução da edição do documento em questão deveria antes melhorar a performance cognitiva dos leitores do que exercer algum efeito negativo sobre tais processos. Em suas palavras: “uma demonstração mais longa é dispensável. A melhor demonstração só o leitor a pode fazer, comparando a encantadora *Narrativa* com este opúsculo, que por nossa parte não achamos menos

¹⁸⁸ ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.VII-VIII.

¹⁸⁹ ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.X-XI.

encantador e aprazível. Passaremos, pois, a dar conta do nosso trabalho de editor”. Apesar de afirmar que o julgamento final sobre a realidade e a verdade dos documentos constituía prerrogativa inalienável por parte dos leitores, Capistrano de Abreu ludibriava a atenção do leitor ao não reconhecer o estudo crítico introdutoriamente apresentado como parte efetiva e fundamental de seu próprio trabalho de editor, como se suas conclusões fossem de fato tão sólidas e indisputáveis como afirmava constantemente. Seu trabalho de editor começou nos corredores e estantes da Biblioteca Nacional enquanto selecionava e correlacionava os documentos que decidia pertinentes ao estabelecimento da “História Pátria”.¹⁹⁰

Ao final do estudo introdutório, Capistrano agradeceu ao “Dr. Baptista Caetano” por suas contribuições aos estudos “das línguas brasílicas” sem os quais ele acreditava ser impossível compreender os documentos e a história do Brasil em sua plenitude. Para Capistrano, Caetano teria sido “quem primeiro, nos deu uma gramática e um dicionário da língua abanheénga feito pelos processos modernos. A linguística comparativa dará um passo agigantado em nosso continente se ele puder, como pretende, publicar o seu *Panlexicon*, em que trabalha vai para trinta anos”. Baptista Caetano representava para Capistrano o modelo daqueles “homens de ciência, e não a poetas e literatos, os quais se entregam a inventivas com o maior desembaraço possível”, sem contudo poder afirmar suas conclusões seguramente afiançadas em documentação criticamente avaliadas através de procedimentos metódicos garantidores da verdade e da realidade de seus discursos. Homem de ciência, o historiador deveria todavia, recorrer aos estudos da linguagem para seguramente acessar o passado. Em Capistrano, as tradições retórico-literárias se harmonizavam com a ciência através do discurso. Se até o século XVIII a poesia ainda podia ser pensada como uma das formulações possíveis para a apresentação de formas, leis, conexões e verdades sobre as realidades pretéritas possíveis, a partir de então o discurso histórico-científico tornou-se a forma privilegiada de se emitir enunciados verdadeiros sobre aquilo que o passado haveria sido. Desta forma, a história científicizada arrogava para si o direito de determinar as essências, as substâncias, enfim, a natureza dos seres pretéritos, através do recurso fundamental dos procedimentos crítico-metódicos da moderna ciência da história.¹⁹¹

¹⁹⁰ ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.XII-XIII.

¹⁹¹ ABREU, J. Capistrano de. [Texto introdutório sem título], op. cit., 1881, p.XIV, 64; LIMA, Luiz Costa, op. cit., 2007, p.111-117; GRAFTON, Anthony, *Defenders of the Text*, op. cit., 1994, p.133, 136-137, 139-144.

2. Os Bretonautas e o canto da sereia¹⁹²

Ao longo deste estudo, nos referimos diversas vezes aos artigos publicados por Capistrano de Abreu nos anos de 1878 e 1882, respectivamente o *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* no *Jornal do Comércio* e *Sobre o Visconde de Porto Seguro* na *Gazeta de Notícias*. Esses artigos constituem provavelmente dois de seus principais escritos teóricos e crítico-metodológicos. Neles, Capistrano delimita problemas historiográficos, avalia a situação dos estudos históricos no contexto de sua época, define quais seriam os historiadores dignos de mérito, justificando suas opiniões, assim como propõe uma agenda de pesquisas que poderíamos compreender tanto como um projeto historiográfico quanto histórico para aquele Brasil.¹⁹³

Na opinião de Capistrano Varnhagen representava o melhor modelo de historiador então disponível no último quartel do século XIX, isso mesmo apesar da crítica direcionada ao Visconde sobre o fato dele não ter recorrido às ciências sociais para articular as relações essenciais entre os eventos as quais dariam organicidade à “História Pátria”. Varnhagen era o maior pois houvera recuperado, coletado, editado e utilizado um volume de documentos primários até então desconhecido para a nascente historiografia brasileira. Varnhagen foi requisitado em missão oficial para vasculhar arquivos europeus em busca de mapas e demais documentos referentes ao passado e à história do Brasil, o que lhe rendeu a oportunidade de adentrar a carreira diplomática. Assim, ele aproveitou as condições oferecidas pelo seu ofício para dar continuidade à busca por documentos.

Ligado ao representante do Brasil em Portugal, Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond, este desejava a sua presença na legação. O fato teria muito eco em sua vida, pois na diplomacia fez a carreira profissional. Seu protetor, legado em Lisboa, queria, desde 1839, aproveitá-lo para “coligir documentos e diplomas para a história do Brasil.”¹⁹⁴

¹⁹² Os *argonautas* eram os heróis que pilotavam o navio *Argos* e que partiram em busca do Velocino de Ouro. Entre os nautas encontramos além de Argos, o construtor do barco, personagens como Laertes, pai de Odisseu, Peleu, pai de Aquiles, Nestor, Perseu, Teseu, Hércules e Belerofonte. Portanto, recorro às narrativas míticas dos argonautas e das sereias que seduziam os marinheiros com seus cantos como metáfora explicativa do argumento desenvolvido ao longo deste capítulo. Nautas de uma mesma época e de um mesmo Estado, com seus empreendimentos político-intelectuais similares apesar de distintos, denomino doravante *bretonautas* aos editores e copiadores dos manuscritos referentes à Nau Bretoa que serão estudados a seguir; APOLLONIUS RHODIUS. *The Argonautica*. Transl. R. C. Seaton. London: William Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1912.

¹⁹³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série., op. cit., 1931, p.126, 194.

¹⁹⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG/IPEA, 2000, p.79; O próprio conselheiro Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond exerceu função ativa na coleta de documentos por arquivos da Europa assim como realizou viagens pelo interior do Brasil com a intenção de registrar descrições dessas regiões, especialmente a província de Mato Grosso no ano de 1797, mas

Curiosamente, um dos historiadores que deu prosseguimento às atividades de Varnhagen nos arquivos europeus foi justamente um futuro desafeto seu e também um dos poucos historiadores caracterizados por Capistrano como aptos a escrever uma história comparável ao do Visconde, a saber, João Francisco Lisboa, apelidado “o Timon maranhense”. Esse projeto de coleta de documentos pelos arquivos europeus não constituía contudo, iniciativa isolada por parte do conselheiro Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond ou mesmo de Varnhagen. Na data de 7 de junho de 1839, os membros do IHGB decidiram pedir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros permissão para mandar missão oficial aos muitos arquivos da Europa nos quais fosse possível encontrar documentação pertinente à história do Brasil, especialmente os dos Estados ibéricos e holandeses.¹⁹⁵

O atendimento foi quase imediato, pois em 1840 embarcava para a Europa, encarregado oficialmente dessa missão, José Maria do Amaral. No Velho Mundo, já se dedicava à mesma tarefa Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro Visconde de Porto Seguro, e, também Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond. A eles se seguiria outro pesquisador, Joaquim Caetano da Silva, de grande atividade em Lisboa e na cidade holandesa de Haia, nos anos de 1850 a 1853.

Em 1854, coube a vez, como já vimos, a Gonçalves Dias, que aproveitou a oportunidade para tratar da impressão de alguns dos seus livros na Alemanha.¹⁹⁶

“Em Portugal dedicou-se, profissionalmente, à cópia de documentos, seguindo instruções de Varnhagen e Gonçalves Dias, que o haviam antecedido na tarefa”, mas indícios sugerem que Dias tinha deixado seu trabalho de busca e cópia de documentos em tão má situação que João Francisco Lisboa haveria se dado conta de determinados documentos haviam sido copiados mais de uma vez além de já existirem versões nos arquivos brasileiros. Foi justamente durante a década de 1850 que Lisboa estabeleceu um bom relacionamento com Varnhagen, de quem recebera orientação fundamental sobre assuntos históricos, de maneira

cuja descrição foi publicada apenas posteriormente em 1857, ver: LOSADA, Janáina Zito. *A Paixão, a natureza e as ideias da História: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX*. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de O. Burmester. Curitiba: UFPR, 2007, p.163-165, 176, 217.

¹⁹⁵ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.205; CARVALHO, José Murilo de. *Lisboa e Timon: o drama dos liberais do império*. In: LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.5-29; NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon Maranhense*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1986, p.46-51.

¹⁹⁶ “Ao mesmo tempo, uma vez que Gonçalves Dias ficaria praticamente desocupado, decidiu o governo imperial designá-lo para fazer parte da ‘seção de etnografia e narrativa da viagem da Comissão Científica’, objeto da Lei n.º 884, de 1.º de outubro de 1857. A Comissão Científica tinha por objetivo desenvolver suas atividades na região Nordeste do Brasil, especialmente no Ceará, e viria, no futuro, a ser conhecida como a ‘Expedição das Borboletas’...”, NISKIER, Arnaldo, op. cit., 1986, p.47.

que teria sido Varnhagen, por exemplo, quem havia lhe informado sobre os manuscritos referentes aos eventos dos irmão Beckman no Maranhão. Além disso, o Visconde também teria o aconselhado a respeito da riqueza dos Arquivos Ultramarinos, os quais deram origem à “riquíssima coleção denominada *Conselho Ultramarino*, inteiramente catalogada e colocada à disposição de todos os pesquisadores da nossa história” no fundo especial do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁹⁷

Por que então o jornalista e historiador maranhense João Francisco Lisboa tornou-se tamanho desafeto de Varnhagen ocasionando mesmo a retirada de todas as referências ao seu nome da segunda edição da *História geral do Brasil*? Na primeira edição da *História geral* notas referentes a Lisboa que foram posteriormente eliminadas das edições subsequentes. Tudo indica que o oblívio dedicado ao autor maranhense por parte do Visconde tenha sido motivado pela polêmica na qual os historiadores se envolveram a respeito da escravidão e da história dos diversos grupos indígenas ao longo do período colonial. Para Lisboa, os colonos portugueses e assim como alguns missionários jesuítas eram responsáveis por grandes abusos em relação ao aprisionamento dos nativos, afirmando enfaticamente a responsabilidade dos colonos pela deturpação das normas que regiam o aprisionamento e cativeiro dos índios. “Indianismo caboclo” segundo Varnhagen, que não fazia juz às dificuldades enfrentadas pelos portugueses durante o processo de colonização nos trópicos. Varnhagen argumentava que o nativo era um elemento contrário ao espírito de civilização ao qual o Brasil deveria aderir e fazer progredir. Se o índio esteve presente, sendo fundamentalmente importante na formação da nacionalidade brasileira, nem por isso ele deveria ser louvado em detrimento de sua hipotética natural pureza. Por isso não encontramos mais na segunda edição da *História geral* as notas dedicadas a João Francisco Lisboa e a relação amistosa entre ambos se esvaíra. As cartas referentes a essa polêmica foram posteriormente publicadas por Varnhagen com o título de *Os índios bravos e o senhor Lisboa, Timon 3º*.¹⁹⁸

¹⁹⁷ IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., 2000, p.97-98; NISKIER, Arnaldo, op. cit., 1986, p.52-59.

¹⁹⁸ Sobre tal polêmica, ver também: OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 2000; ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.211-212; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil: isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. 1.ed. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854-1857; _____. *Historia geral do Brazil: antes da sua separação e independencia de Portugal*. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa E. & H. Laemmert, 1877; _____. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º; apostila e nota G aos nº 11 e 12 do 'Jornal do Timon', contendo 26 cartas inéditas do Jornalista e um extrato do folheto 'Diatribes contra o Timonice' etc.* Lima: Imprensa Liberal, 1867.

Publicado em folhetins entre 1852 e 1858, o *Jornal de Timon* versava de uma forma geral sobre a política e a história recentes da província do Maranhão, sendo que os folhetins de número 5 a 12 recebem inclusive o nome de *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. Em suas páginas, Lisboa analisa por exemplo o processo eleitoral no Maranhão na década de 1840, embora repetidamente não precise qual o ano exato a ser narrado, colocando reticências após o algarismo da dezena referente ao ano específico dentro da década citada. Teria sido esta uma atitude deliberada para evitar um posicionamento subjetivo na narrativa e manter a imparcialidade tão cara aos historiadores da época, ou antes, para evitar o surgimento de desafetos entre seus possíveis contemporâneos?¹⁹⁹

Os textos que acirraram as animosidades entre Lisboa e Varnhagen também foram publicado no *Jornal de Timon* sob os títulos de *Índios e africanos – legislação sobre catequese, escravidão, liberdade – guerras de extermínio – resultados do princípio da escravidão* e *Nota C: Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen*, textos nos quais João Francisco Lisboa desenvolveu sua argumentação sobre os abusos cometidos por alguns colonos e membros da Companhia de Jesus, afirmando consequentemente a conivência do Visconde. Daqui em diante denominaremos apenas a esse conjunto textual apenas *A escravidão e Varnhagen* conforme versão compilada e atualizada desse conjunto de textos com os quais trabalhamos.²⁰⁰

Todavia, as opiniões de Varnhagen não se deviam à mera defesa intransigente do recurso à violência. Acima de tudo, ele compreendia a dificuldade do relacionamento entre colonos europeus e nativos americanos, assumindo uma perspectiva que sugeria ser natural a um diplomata do Império de Pedro II. Varnhagen era adepto por princípio do ideal civilizador propagado pelas instituições imperial e religiosa, sua *História geral do Brasil* constituía fundamentalmente uma história da colonização portuguesa na América guiada e protegida pelo fenômeno hipotético da Providência. Portanto, não pertencia ao horizonte da experiência histórica do autor defender os nativos a despeito do sentido positivo e igualmente histórico que a civilização representava, “se considerarmos os Relatórios dos Presidentes Provinciais, citados pelo próprio Varnhagen na polêmica contra João Francisco Lisboa, veremos que o historiador realmente não estava sozinho nos pareceres que emitia a respeito dos indígenas”.

¹⁹⁹ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.1, 177.

²⁰⁰ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1984, p.231-276; _____. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*. São Luiz do Maranhão: [s.n.], 1864-1865; OLIVEIRA, Laura Nogueira, op. cit., 2000, p.160.

Era necessário educar os povos que viviam fora do espectro da civilização, mas caso isso fosse inviável, a força era justificada.²⁰¹

Para o Timon do Maranhão, não era possível “aceitar esses pretendidos meios de civilização, que aliás sempre reputamos tão iníquos como funestos” e os quais o autor julgava “conveniente, no interesse da história pátria, aproveitar a oportunidade para fazer o seu exame e refutação”. Nas páginas que se seguem, o historiador afirma proceder “com método”, transcrevendo “em substância o que a este respeito [as opiniões de Varnhagen sobre os abusos dos colonos lusos] se encontra na *História Geral*”. E assim João Francisco Lisboa prossegue citando trechos da *História geral do Brasil* criticando cada argumento do Visconde em sequência, de forma que paulatinamente os condicionamentos do discurso de Varnhagen vão ficando mais evidentes. Ao afirmar por exemplo, que “se os colonos escravos africanos concorriam para o aumento da riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes por seus hábitos poucos decorosos, e sua falta de pudor”, Varnhagen não o fazia em razão de uma hipotética falha ético-moral, mas antes como forma de reafirmar o sentido implicado à história do Brasil a partir da perspectiva orientadora do Império nascido da ação colonizadora portuguesa na América. Ele afirmava mesmo, e Lisboa o cita, que esse era “um assunto melindroso sobre que mais vale discorrer menos”.²⁰²

Exatamente por isso a opinião de Varnhagen causa espanto e indignação, pois ao longo do seu discurso reproduzido por Lisboa há uma constante subsunção dos diferentes grupos étnicos e seus respectivos interesses sob a categoria universal, ou melhor, geral do Estado nacional inserido no desenvolvimento da estrutura maior da civilização. Nas palavras do Visconde de Porto Seguro:

Longe de condenarmos o emprego da força para civilizar os índios, é forçoso convir que não havia outro algum meio para isso. Nós mesmos, hoje em dia, havemos de recorrer a ele, quer em benefício do país que necessita de braços, quer para desafrontar a dignidade humana, envergonhada de tanta degradação, quer finalmente a benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando reduzidos à condição dos africanos escravos na nossa sociedade, lograriam uma vida mais tranquila e segura, à que lhes proporciona a medonha e perigosa liberdade dos seus bosques. Esqueçamos pois que são índios, e lembremo-nos só que são homens, e o que mais é, nossos irmãos em Adão. Piedade e misericórdia para com eles, que se estão exterminando, e devorando mutuamente. Faça-mo-lhes todo o bem possível, e a seu próprio pesar, que não sabem o que fazem. Sejam quanto antes submetidos e

²⁰¹ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.233-234; OLIVEIRA, Laura Nogueira, op. cit., 2000, p.172.

²⁰² Conforme referenciado por Lisboa, essas citações de Varnhagen foram retiradas das páginas 178, 79, 80, 85, 322 da *História geral do Brasil*, VARNHAGEN *apud* LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.234-236.

avassalados. Mas depois não os soltemos outra vez, com que voltam aos bosques mais rancorosos e ferozes do que nunca; nem consintamos que se aldeiem no coração dos mesmos bosques, apartados e remotos de toda a civilização. Ao contrário sejam postos no mais íntimo contato com ela, e distribuídos como clientes pelas casas dos cidadãos honestos das grandes povoações.²⁰³

Para garantir não somente o compromisso ético-moral de seu discurso historiográfico como também seu fundamento verdadeiro de realidade, João Francisco Lisboa contruiu uma argumentação lógica, listando sequencialmente as proposições argumentativas de Varnhagen ao longo de uma exposição metódica lastreada sob a análise comparativa entre citações da *História geral do Brasil* e documentos utilizados por ambos os autores. “Mas tomai tento”, alertava Lisboa, “destas premissas uma vez admitidas, ireis, pela generalização e dedução lógica das ideias, às consequências mais estranhas e imprevistas”. Em *A escravidão e Varnhagen*, João Francisco Lisboa oferece uma lição de método e crítica historiográficos digna de excelência.²⁰⁴ Segundo o Timon do Maranhão, Varnhagen sustentava:

Que os colonizadores, nas suas primitivas relações com os indígenas, foram constantemente justos, benévolos e até caritativos. Que os indígenas, selvagens, aleivosos e brutais, foram sempre os agressores, e primeiros motores das guerras. Que só depois de amestrados pela experiência é que os europeus recorreram à força, cujos abusos de resto têm sido exagerados, e foram em grande parte devidos às contradições das leis da metrópole, das quais resultava a anarquia. Que a força, a guerra, a coação, o medo, o temor, a escravidão, em uma palavra, são admiráveis instrumentos de conversão e civilização, entretanto que os meios lentos e ineficazes da catequese, ou eram traças e alvitres interesseiros, ou meros abortos de monômanos pseudofilantropos. Que os meios fortes e violentos sempre foram os mais bem aceitos da sabedoria antiga e moderna. Que só por essa preferência se explica razoavelmente a admissão da escravidão na Grécia e em Roma, a humilhação dos párias na Ásia, e o feudalismo na Idade Média. Que nem de outra forma se podem explicar as penas de galés e prisão, admitidas no nosso código criminal, e a escravidão africana, que ainda conservamos. Que a escravidão africana, como foi entre nós organizada, é ímpia, cruel, atroz em si mesma, e imortal, corruptora, embrutecedora, anticivilizadora em suma nos seus resultados. Que a mesma humanidade para com os índios, nossos irmãos, nos está aconselhando a que recorramos de novo aos meios fortes franca e nobremente, sem tergiversações, para acudir-lhes, e salvá-los, enquanto eles de todo se não destroem uns aos outros. Que finalmente os seus quilombos devem ser assaltados e rendidos, e eles arrancados do centro dos bosques para as nossas cidades, distribuídos no serviço doméstico, posto

²⁰³ Conforme referenciado por Lisboa, essa citação de Varnhagen foram retiradas das páginas 21 e 22 da *História geral do Brasil*, VARNHAGEN apud LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.237-238.

²⁰⁴ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.240.

a bordo dos navios, ou aldeados, quando menos, juntos às grandes povoações.²⁰⁵

Por fim, João Francisco Lisboa concluía que a lógica da argumentação de Varnhagen esta repleta de “contradições”, “erros” e “iniquidades consagradas, justificadas, e aconselhadas” naquelas “poucas páginas” que havia retirado da *História geral do Brasil*. Segundo o autor, a maior contradição estava no fato do Visconde louvar a colonização portuguesa que deu origem ao Estado imperial do Brasil apesar de todos os efeitos nocivos que esse processo causara a grande parte dos indivíduos que de alguma forma deveriam compor a nacionalidade brasileira. Lisboa compreendia que os índios nem sempre agiam ponderada ou mesmo pacificamente, mas o historiador arguia que “se os selvagens tinham a força numérica, os invasores possuíam a da inteligência e a das artes, e julgando-se de uma origem e natureza superior, rebaixavam os seus contrários à condição dos brutos. Do conceito pois da ideia não era muito que passassem a atos positivos”, de maneira que os pretensamente civilizados colonos lusos e europeus em geral, não agiam conforme segundo suas próprias prescrições ético-morais.²⁰⁶

Além disso, os argumentos de Lisboa eram sustentados não somente por uma argumentação lógica bastante precisa, como também pelo recurso a documentos coletados e copiados no período de sua residência em Portugal. O Regimento de Tomé de Sousa e cartas do padre jesuíta Manuel da Nóbrega foram especialmente articuladas como provas de que os abusos e violências decorrentes dos confrontos entre colonos e nativos começavam quase sempre por responsabilidade dos europeus.²⁰⁷

O nosso assombro cresce quando à apologia desta civilização propagada pelo alfanje e pelo azorrague, e à da escravidão dos índios, mais ou menos disfarçada, vemos juntar-se a proposta de uma nobreza hereditária, a da canonização de certos beatos, e da educação nacional enfim confiada a certas ordens regulares, lastimando-se sobre este ponto de vista, a falta dos jesuítas! Poder-se-ia mesmo rezear, não sem alguma aparência de razão, a existência de um sistema retrógrado todo inteiro, tanto estas diversas instituições, até certo ponto solidárias, se encadeiam e se auxiliam umas às outras.²⁰⁸

Conforme José Eisenberg, foram justamente os jesuítas quem construíram o edifício legal destinado a sustentar a escravidão dos indígenas no território colonial português. Todavia, se a justificação da escravidão natural do indígena não constituiu ponto pacífico

²⁰⁵ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.239-240.

²⁰⁶ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.240, 242.

²⁰⁷ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.243-244.

²⁰⁸ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.240.

entre colonos e jesuítas, ela não o foi mesmo entre os próprios membros da Companhia de Jesus. Os colonos luso-americanos alegavam que os indígenas se submetiam com grande frequência e por vontade própria ao cativo, pois tal condição representava ótima oportunidade para a fácil aquisição de bens e víveres. Se essa argumentação não passava na maior parte das vezes de uma “desculpa para escravizar os índios”, “não devemos esquecer que, para os índios, a submissão voluntária às vezes representava uma maneira conveniente de se protegerem contra os ataques dos colonos e também de evitarem a integração forçada nas aldeias, onde teriam de viver segundo os modos e moral cristãos”. Aqueles que não se submetiam por vontade própria ou por necessidade efetiva, sendo que a muitos nativos era permitida até mesmo a venda de seus familiares como forma de garantir sua própria sobrevivência, a guerra justa sugeria ser uma justificativa complementar ideal para os desígnios coloniais. A maneira que os missionários jesuítas encontraram para justificar a escravidão natural dos índios foi encontrada na estrutura aristotélica da filosofia de São Tomás de Aquino.²⁰⁹

Mas como afirmado previamente, nem todos os colonos ou jesuítas eram de acordo com a escravização dos indígenas. Nóbrega, que foi citado por João Francisco Lisboa como documento fundamental para comprovar a arbitrariedade e a violência cometida pelos colonos era um dos missionários que não estava de acordo nem com os abusos tampouco com certas formas de submissão dos nativos. Seu grande contendor foi o também jesuíta Quirício Caxa que à época, 1567, possuía somente 29 anos embora já fosse secretário da escola jesuíta da Bahia. Ambos exploraram “as principais ambiguidades da interpretação tomista das noções de liberdade e *dominium*”, sendo que Nóbrega argumentou “que a escravidão dos índios é injusta porque eles são sempre capturados ilegalmente”, enquanto Caxa recorreu à ambiguidades da doutrina da segunda escolástica “para sustentar uma opinião que estava a tornar-se difundida entre os irmãos jesuítas que trabalhavam nos colégios da colônia: se os índios das problemáticas aldeias queriam vender a sua liberdade aos colonos, que o fizessem”.²¹⁰

²⁰⁹ Ver nota (3): “Na sua síntese do pensamento de Aristóteles com a doutrina cristã, S. Tomás de Aquino conserva o princípio aristotélico da desigualdade natural dos homens, rejeitando, ao mesmo tempo, a ideia de que alguns homens são escravos por natureza (*natura servi*). Segundo Aquino, a escravidão não era possível antes do pecado original. No estado de inocência cada ser humano andava à procura do seu próprio bem e, portanto, não se submeteria aos desígnios de outrem. A escravidão, segundo S. Tomás, só se justifica como cativo de prisioneiros adquiridos numa guerra justa, assim como prescreve o direito das nações (*ius gentium*). Ademais, para ser justa uma guerra deve ser declarada por uma autoridade justa, baseada numa justa causa”, EISENBERG, José. A escravidão voluntária dos índios do Brasil e o pensamento político moderno. *Análise Social*, v.39, n.170, p.7-35, Abr./2004, p.9-13; EISENBERG, José. António Vieira and the Justification of Indian Slavery. *Luso-Brazilian Review*, Special Issue: António Vieira and the Luso-Brazilian Baroque, v.40, n.1, p.89-95, Jun.-Sept./2003.

²¹⁰ EISENBERG, José, op. cit., 2004, p.13.

Curiosamente, coube a Caxa, o professor de Casos de Consciência que passou os seus dias treinando pupilos na arte do casuísmo jesuíta, comportar-se como o professor de Direito, começando o seu raciocínio pelas leis para depois examinar as intrincadas *nuanças* das palavras em questão. Nóbrega, o professor de Direito Canônico, faz o caminho inverso, dos fatos para as leis, para mostrar que o seu adversário havia construído um argumento falso através da sua exegese jurídica. Mais importante do que isto, no entanto, é o fato de que Nóbrega representava os interesses de uma primeira geração de missionários jesuítas no Brasil, extremamente preocupada com o futuro do projeto de conversão dos indígenas e em preservar a sua liberdade para que a sua conversão fosse livre, enquanto o jovem Caxa já tinha as suas prioridades voltadas para a crescente rede de escolas jesuítas na costa brasileira, onde a defesa jesuíta das populações nativas e os seus constantes confrontos com os colonos eram um obstáculo às preocupações da nova geração com manter boas relações com os colonos portugueses e recrutar novos noviços para as escolas.²¹¹

Ora, mas já em 1566 após a expulsão dos franceses da área costeira colonial uma primeira junta havia sido convocada pelo governador-geral Mem de Sá “para discutir a produção de legislação para a escravidão indígena”, promulgando “o primeiro conjunto sistemático de legislação sobre os índios do Brasil em 30 de Julho daquele ano” que regularia “pela primeira vez no Brasil” a “escravização voluntária dos nativos”.²¹² João Francisco Lisboa dava notícia do desenvolvimento dessa questão logo após mobilizar os documentos que sustentavam sua argumentação contra Varnhagen, afirmando:

Pouco depois, nas cartas dos donatários, a escravidão é formalmente consagrada. Por uma audácia de interpretação sem igual [provavelmente o recurso às ambiguidades da legislação de origem escolástica às quais se refere José Eisenberg a respeito da escravidão natural dos indígenas], por uma inversão inaudita das ideias e dos termos, pela obliteração enfim de todas as noções que a história nos fornece sobre a origem desta funesta instituição em todos os tempos e em todos os países – dir-se-á que eram já os primeiros clarões da civilização nascente.²¹³

Timon era enfático e claro a respeito de todas as violências cometidas contra os povos indígenas americanos: “ninguém as negou jamais; toda a divergência esteve sempre e unicamente na maneira de as apreciar”. O caráter definitivamente ultrajante dos horrores cometidos por europeus em geral contra os povos nativos, mas especialmente por portugueses e espanhóis denunciavam seu caráter fundamentalmente sistêmico, não se tratando de eventos fortuitos, ocasionais, como defendia Varnhagen, mas antes, de fenômenos estruturais,

²¹¹ EISENBERG, José, op. cit., 2004, p.19.

²¹² EISENBERG, José, op. cit., 2004, p.12.

²¹³ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.242.

recorrentes, sustentáculos mesmo de todos os empreendimentos coloniais. Para efetivar sua comparação, João Francisco Lisboa recorreu às informações registradas sobre a nau Bretoa.²¹⁴

Sem irmos à colonização espanhola, cujos horrores espantam a imaginação, e excedem toda a expressão e encarecimento, logo nas explorações que se fizeram pelas costas do Brasil no primeiro decênio do descobrimento começaram a prear índios; e a nau *Bretoa*, apesar de lhe proibirem expressamente as suas instruções, tomou e levou cativos para o reino algumas dezenas deles.²¹⁵

Aqui chegamos então à importância fundamental da crítica historiográfica enunciada por Capistrano de Abreu a respeito tanto de Francisco Adolfo de Varnhagen quanto de João Francisco Lisboa: demonstrar que sua predileção pelo primeiro esteve essencialmente sustentada não apenas pela alegada primazia e excelência do uso de documentos originais por parte do Visconde, o que também fizera Lisboa, mas acima de tudo pela forma como a história narrada por Varnhagen permitia assegurar a realização futura da nacionalidade que a historiografia praticada por Timon não o fazia necessariamente. Em termos de métodos, ambos os historiadores eram exímios praticantes. Tanto um quanto outro escreviam a partir da perspectiva da história do Estado nacional brasileiro. Tanto Varnhagen quanto Lisboa escreveram sobre o passado colonial assim como sobre o presente. Por isso acredito que o canto das sereias que tanto seduziu Capistrano de Abreu em relação a Varnhagen, acometendo-lhe um desejo de profundo mergulhar por arquivos, bibliotecas, enfim, na imensidão do estudo dos fenômenos históricos em geral tenha sido a necessidade de melhor compreender o processo de formação da nacionalidade brasileira. Identidade nacional que ainda estava em formação naquele exato momento, levando como de torrente todos seus súditos e/ou cidadãos não sem deixar no seu rastro os efeitos nocivos de sua ressaca. No interior do país as estruturas de origem colonial persistiam resilientemente, projetando para o futuro a tão aguardada modernização do país que ia amiúde se manifestando pelos grandes centros urbanos.

O Brasil da segunda metade do século XIX até às primeiras décadas do XX persistia um país majoritariamente rural, não industrializado e muito pouco alfabetizado. Salvo exceções como São Paulo, os núcleos mais fortes do povoamento urbano nacional estavam distribuídos ao longo de área costeira. Durante o período republicano, o Distrito Federal, antigo Município Neutro do Rio de Janeiro ainda conservava a maior parte de suas estruturas

²¹⁴ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.242, 245.

²¹⁵ LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*, op. cit., 1984, p.242.

imperiais, embora algumas de suas partes estivessem destinadas ao desaparecimento próximo. Pereira Passos foi prefeito do Rio de Janeiro ao dos anos 1902 e 1906, e, a partir de 1903, deu início a um projeto de reurbanização da capital federal. O modelo adotado por Passos foi inspirado naquele aplicado às reformas urbanísticas na Paris da segunda metade do século XIX. A *Belle Époque* chegava em território nacional. No Rio de Janeiro, cortiços desapareciam dando lugar a avenidas largas e prédios de arquitetura *Art Nouveau*. Em São Paulo, a elite cafeeira também moldava a cidade emulando modelos europeus de sociabilidade e arquitetura.²¹⁶

Era se com a República estivesse colocando o Brasil nos trilhos da civilização e do desenvolvimento. Compreendida a partir do conceito de história moderno caracterizado pela ideia de progresso e de estágios evolutivos das sociedades humanas, a República sugeria ser então o último nível alcançado, e, portanto, qualitativamente melhor em condição mesma de situação possível limite. Embora seja difícil afirmar a existência de modelos de recepção homogêneos, podemos ao menos assegurar que boa parte dos ideólogos da República, filósofos da história, historiadores ou mesmo leitores em geral, acreditavam na efetiva possibilidade de atingir as promessas redentoras republicanas como parte de um processo histórico coletivo. A equivalência material sugerida pela emulação de formas análogas às suas contemporâneas europeias através de construções, vestimentas e hábitos performados nos centros urbanos de maior concentração de capitais cultural, político e econômico, davam realidade efetiva para as filosofias da história e histórias nacionais sustentadas pela noção de história universal cujo progresso deveria abarcar a todos.

Os recenseamentos dos anos 1890 e 1900 dão excelentes indícios sobre as dificuldades de comunicação pelo país. Tudo indica que era difícil atingir áreas do interior do Brasil mesmo para o Estado. Mas também é provável que os representantes dos poderes locais ocupantes de postos políticos importantes nas esferas mais elevadas da hierarquia do poder estatal estivessem de fato pouco interessados na realização da coleta de informações sobre seus municípios em proveito do centro do poder federal. As áreas urbanas funcionavam “como extensão do domínio do grande proprietário rural”. Obviamente a deficiência estrutural e tecnológica sustentada por políticas econômicas voltadas basicamente para a produção e exportação de produtos primários não colaborou com a expansão do sistema de comunicações

²¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.35-94; COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.232-269; ver também: O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

nacional para regiões do interior não diretamente integradas a tal sistema de produção. Distância espacial e distância política eram amalgamadas pelas filosofias da história e teorias científicas do desenvolvimento histórico humano sob a forma da distância temporal.²¹⁷

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX – desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno e incipiente industrialização – não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais. [...] O sistema colonial no Brasil contribuiu para o desenvolvimento de uma economia essencialmente agrária, na qual os núcleos urbanos tiveram escasso significado, com exceção dos portos onde se concentrou a maioria das funções urbanas.

Quando, em 1808, a Corte portuguesa transferiu-se para o Brasil, localizando no Rio de Janeiro a sede do governo, a população brasileira era ainda essencialmente rural. Os núcleos urbanos mais importantes localizavam-se, na sua maioria, ao longo da costa, coincidindo com os principais portos por onde eram exportados açúcar, fumo e algodão, principais riquezas do país. As zonas de mineração, embora decadentes, também apresentavam relativo grau de concentração urbana, mas as cidades dessa região não atingiam a importância dos principais portos. Nas demais áreas a importância dos núcleos urbanos era limitada, prevalecendo a grande propriedade.²¹⁸

Os brasileiros do final do século XIX e início do XX de fato estariam experimentando o tempo de forma acelerada. Isto se deveria às consequências sensíveis dos avanços tecnológicos, reformas urbanas, apropriação de hábitos, cultura e produtos estrangeiros, os quais eram compreendidos como índices de desenvolvimento civilizacional. O contraste entre a permanência do interior fundamentalmente rural ainda operando sobre estruturas e lógicas coloniais, em relação aos artifícios das sociedades comerciais e urbanas sugeria aos brasileiros que viveram a transição do século XIX para o XX uma espécie de experiência de aceleração do tempo. Se por um lado as cidades litorâneas pareciam se direcionar para o futuro até então apenas vislumbrado nas nações europeias e nos Estados Unidos, por outro, a Colônia permanecia viva no interior do Brasil.²¹⁹

²¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890 = précis du recensement du 31 décembre 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898; REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900 : = précis du recensement du 31 décembre 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905.

²¹⁸ COSTA, Emilia Viotti da, op. cit., 1999, p.233-234.

²¹⁹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.. *Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da proclamação da República à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-44.

Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuaram a atuar durante a primeira metade do século XIX. Por isso os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais.²²⁰

Capistrano de Abreu reconhecia no texto do *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen*, que o Visconde não somente havia realizado grande trabalho investigando, coligindo e copiando muitos e importantes documentos para referentes à história do Brasil, como parte importante de seu método consistia na verificação dos referentes reais e atuais das informações registradas nos documentos coloniais. Assim como nos relatos de historiadores antigos, o caráter direto da experiência do autor e/ou dos testemunhos diretos a que recorre o historiador para construí uma representação historiográfica surge como uma tão importante quanto antiga forma de garantir a veracidade das realidades narradas.

Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. [. . .] O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso). [. . .] Dessa relação entre a visão e a persuasão, o texto hindu faz um princípio jurídico: deve-se crer naquele que viu. Já a narrativa de viagem faz dessa mesma relação um princípio de escrita e um argumento de persuasão voltado para o destinatário: o “eu vi” é como um operador de crença. [. . .] O invisível (para vocês) eu torno “visível” através do meu discurso.²²¹

Nas palavras de Capistrano, o que motivava Varnhagen a realizar tão grande e importante trabalho “era a aplicação que de seus conhecimentos podia fazer à Pátria, o dia que projetava sobre as coisas nacionais”. Na obra de Varnhagen “a idéia de nação funciona como um conceito organizador e como um recurso narrativo em si”. Por isso o Visconde insistia em publicar documentos mesmo empregando plenamente seus próprios recursos para arcar com as despesas editoriais, partindo por peregrinações Brasil adentro para verificar a veracidade dos documentos. “De passagem por Porto Seguro, reconhece[u] as localidades que viu Cabral na sua viagem afortunada”.²²²

Essa obra e a que de colaboração escreveu sobre a *Chorographia Caboverdiana* mostram-no indeciso, flutuando entre as ciências positivas e a

²²⁰ COSTA, Emilia Viotti da, op. cit., 1999, p.241.

²²¹ HARTOG, Francois. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 2014, p.251, 273, 276, 278.

²²² ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.128, 133; CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire...*, op. cit., 2002, p.576.

história. À história pertencem todas as outras suas; a contar do *Diário da Navegação* de Martim Affonso, preto rendido a São Paulo, na pessoa do povoador e primeiro donatário da capitania. Depois, embarca para o Brasil, e durante o tempo que aqui demora, comunica ao Instituto o fogo que o abrasava. Percorre a Província do seu nascimento, mas não é só o sentimentalismo que lhe guia os passos na peregrinação: é a sina do futuro historiador que investiga os cartórios, compulsa as bibliotecas dos mosteiros, examina os padrões das outras eras, colhe glossários e tradições, e nas localidades comenta e verifica os dizeres de Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus. [. . .] Exgotada a primeira da *História*, com uma rapidez de que entre nós há poucos exemplos, não se dá pressa em reimprimí-la; enfeixa novos dados, visita as províncias; explora todos os lugares históricos, sobe o rio da Prata, tendo à mão o roteiro de Pero Lopes; imprime ou reimprime manuscritos raros ou curiosos.²²³

Segundo Hartog, o olho do viajante, por meio do que ele denomina *autópsia*, autoriza o narrador a descrever aquilo que *testemunhou*, ou que *ouviu* de um terceiro que *viu*. O narrador, assim, garante a narrativa: “Com efeito, trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”. Apesar de aplicar o princípio da *autópsia* de forma diferente da realizada por Varnhagen, João Francisco Lisboa também garantiu muitas das informações contidas nos seus escritos, especialmente em *Partidos e eleições no Maranhão*, publicado no seu *Jornal de Timon*. Parte fundamental de seus procedimentos metódicos residia justamente na experimentação direta da realidade histórica a qual testemunhava diretamente. Já Varnhagen conectava passado colonial a presente imperial através da identificação simbólica, física, geográfica e territorial do Estado brasileiro de sua época. Além disso, ambos os historiadores garantiam a verdade de suas representações historiográficas através do domínio metodicamente controlado de uma seleta gama de documentos originais dos períodos que estudavam.²²⁴

O Timon maranhense explicava que “o leitor compreenderá que estes cruéis momentos pareciam voar, e que os circunstantes, à exceção de um de quem colhi estas informações, atordoados por sua própria conta, tinham bem pouco vagar e lucidez para notar todas estas coisas”. Mas João Francisco Lisboa não foi apenas testemunha constante dos eventos políticos de sua época, participou efetivamente da vida de alguns desses mesmos eventos, emitindo conseqüentemente, juízos dos fatos que narrara. Eventos que já nasciam conformados como históricos na opinião do historiador: “a maior parte das circunstâncias que Timon refere são rigorosamente históricas”. Ao ridicularizar o tipo de elite provincial

²²³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.129-131.

²²⁴ HARTOG, François, op. cit., 1999, p.263, 273; sobre a geografia na época do Império e o exercício de sua função política, ver: CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./jun, 2005.

simbolizado pelo apreço excessivo por “comendas”, “galões” e da ostentação de suas “elevadas posições”, Lisboa nos informa sobre a avidez do desejo que as elites locais sentiam pela acumulação de distinção social.²²⁵

Timon tem presenciado algumas destas cenas, e visto mesmo certos homens, não de todo faltos de mérito e gravidade, que, esquecendo-se um pouco do que devem a si mesmos, atiram-se uns por cima dos outros, sem lhes embaraçar a figura que fazem, até que consigam lugar onde sejam mais visíveis, e onde, sem perda de um momento, possam logo expor às luzes do novo astro as suas comendas, os seus galões e o brilho das elevadas posições que ocupam no grande mundo provincial.²²⁶

De forma análoga, Varnhagen também cultivava o hábito de se colocar dentro de seus discursos historiográficos. O Visconde não se fazia presente apenas nos textos introdutórios aos documentos que editou, no capítulo dedicado ao seu próprio pai na *História geral do Brasil* ou nas polêmicas em que se envolvia, como a referida disputa contra João Francisco Lisboa. O historiador deixava as marcas verbais e pronominais de sua inserção historiográfica.²²⁷ Como nos afirma Temístocles Cezar:

[. . .] apesar de seu esforço retórico, Varnhagen perde-se completamente. A distinção entre sujeito e objeto da pesquisa, fundamento teórico da emergente ciência histórica, era uma premissa que Varnhagen tinha muita dificuldade em respeitar. Ele a elidia com mais freqüência que supunha e que nós, à primeira vista, possamos supor. A presença do autor no interior de suas composições é algo que impressiona. “Narraremos, explica no primeiro capítulo da *Historia geral do Brazil*, os sucessos segundo nol-os hajam apresentados, em vista dos documentos, a reflexão e o estudo; e alguma que outra vez, sem abusar, tomaremos a nosso cargo fazer aquellas ponderações a que formos levados por intimas convicções; pois triste do historiador que as não tem relativamente ao seu paiz, ou que tendo-as, não ousa apresental-as.” Mesmo no seu trabalho mais ponderado, mais próximo do que a ciência da história do século XIX era capaz, ele não consegue se ocultar no texto. Nem ao menos procura dissimular sua presença.²²⁸

Em relação aos uso de documentos oficiais e/ou originais de seus contextos de produção, tanto Lisboa quanto Varnhagen também operaram paralelamente. Se por um lado Varnhagen percorreu inúmeros arquivos europeus em busca de documentos relativos à história do Brasil, descobrindo, coletando, criticando e editando manuscritos e obras de grande importância, por exemplo Gabriel Soares de Sousa, frei Vicente do Salvador,

²²⁵ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*, op. cit., 1995, p.17, 39-44, 57, 97, 111, 119.

²²⁶ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*, op. cit., 1995, p.60.

²²⁷ CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito..., op. cit., 2000.

²²⁸ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 159-207, jul.-dez., 2007, p.161-162; _____. *L'écriture de l'histoire...*, op. cit., 2002.

Gândavo, frei Gaspar de Madre Deus, Fernão Cardim, o *Orbe Seráfico* de Frei Antônio de Santa Maria Jaboação e o *Diário* de Pero Lopes de Sousa; por outro, Lisboa reconhecia plenamente a função dos documentos no processo de produção historiográfica da sua época, afirmando constantemente a imperiosa necessidade da citação exaustiva das fontes. Se Timon pensava que um gigantesco volume de citações e referências podia sugerir um amontoado de “frioleiras e trivialidades”, os procedimentos crítico-metódicos e eruditos da historiografia moderna disciplinar eram fundamentalmente necessários pois “a verdade histórica não exige menos”. Por isso ele conservava “fielmente não só as idéias, senão o estilo e a frase” dos documentos de que se servia.²²⁹

Então porque Capistrano insistia em considerar Francisco Adolfo de Varnhagen um melhor historiador do que João Francisco Lisboa? Neste confronto dos enunciados acerca de como deveria ser escrita a “História Pátria”, entre uma história geral do Brasil e outra de caráter mais regional, embora Lisboa também concebesse suas histórias como *do* Brasil, podemos observar através dos escritos dos referidos historiadores que a partir da segunda metade do século XIX até aproximadamente as primeiras do século XX, a história do Brasil era considerada de forma privilegiada enquanto uma história geral do Brasil, cujo sentido era a formação do Estado e da Nação brasileiros. Se um Estado de cidadania reduzida e excludente surgira primeiro, após o advento da República e do fim do sistema sócio-econômico escravocrata tornou-se imperativo o advento de uma narrativa temporal de longa duração que de alguma forma explicasse a inevitabilidade da transformação do novo modelo de cidadão, do Estado e da Nação em um todo orgânico cujo horizonte de futuro reservava nada menos do que glórias e boa fortuna.

O rótulo crítico que Capistrano de Abreu imprimiu sobre a obra de Lisboa foi de se tratar de uma “história das municipalidades”, implicando provavelmente que não apenas seus diferentes textos do *Jornal de Timon, Partidos e Eleições no Maranhão* mas também seus *Apontamentos para a História do Maranhão* não representavam mais do que uma teoria particular sobre uma descrição de um fenômeno específico. Além disso ficava implícito que uma historiografia de eventos locais deveria estar relacionada a uma etapa simultaneamente

²²⁹ “Varnhagen descobriu e/ou editou diversos documentos básicos para a história do Brasil, como, por exemplo e apenas sobre material do século XVI, um inédito de frei Luís de Sousa, permitindo esclarecer a expedição de Cristóvão Jacques; o *Diário de navegação*, de Pero Lopes de Sousa; documentos sobre os problemas diplomáticos entre Francisco I e D. João III; o livro de Nau Bretoa, de 1511; a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim; e o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, cuja autoria definiu e cujo texto estabeleceu em definitivo na edição de 1851.”, WEHLING, Arno, op. cit., 1999, p.140; LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*, op. cit., 1995, p.84-85; ver também CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito..., op. cit., 2000, p. 37-58.

posterior e superior de aperfeiçoamento da estrutura geral da história do Brasil. Por isso Capistrano insistia na necessidade de novos documentos e da produção de monografias.²³⁰

Como tenho dito, é muito limitada minha crença no municipalismo. Sua influência em nosso passado acho muito restrita; creio que João Francisco Lisboa, o primeiro a salientá-la, deixou-se seduzir por um paradoxo: sua influência no futuro será tão benéfica como V. o acredita, meu velho amigo? Duvido muito, à vista do que se passa nos Estados Unidos, cuja educação política de modo algum se pode comparar à nossa indigência. Pode ser que estudo mais atento me convença do contrário. Exatamente agora vou estudar um período por sua essência municipal; a Guerra dos Mascates.²³¹

Em sua correspondência pessoal, Capistrano manifesta uma evidente insatisfação em relação à João Francisco Lisboa, atingindo mesmo a grafia do maranhense, sempre comparada à caligrafia exemplar de Gonçalves Dias. Capistrano de Abreu responsabilizava o mau serviço dos copistas contratados por Lisboa ou realizado pelo próprio maranhense, afirmando ainda que havia “emendas de letra semelhante à dele” que tornavam ininteligível o texto dos manuscritos da crônica de Betendorf. Timon escrevia com “sua letrinha fácil de identificar” em contraposição à “caligrafia luminosa de Gonçalves Dias”, letrinha que ainda teria metido “medo a Melo Moraes” e inviabilizado a impressão de alguns manuscritos importantes.²³²

No âmbito público constituído pelos seus textos publicados em jornais e periódicos, a opinião de Capistrano de Abreu sobre Lisboa surge moderadamente como seria de se esperar, embora não evitasse polêmica pública como observamos previamente em sua discussão com Sílvio Romero. Para Capistrano “só dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa pátria melhor do que” Varnhagen o tinha feito, um deles seria Joaquim Caetano da Silva, “com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil”. O outro seria João Francisco Lisboa, “com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, *com seu pessimismo previdente*, com a intuição que fervilhava de suas páginas”. Porém, como concluiu Capistrano logo em sequência, “seriam dois belos livros, se fossem escritos. Não o foram: voltemos ao do Visconde de Porto Seguro”. E assim, os trabalhos históricos de Lisboa eram desqualificados todos de uma só vez.²³³

²³⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.205

²³¹ Carta a Domingos Jaguaribe datada de Santa Rita, 17 de janeiro de 1899. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, I, p.33.

²³² Carta a Guilherme Studart datada de junho de 1902; Carta a João Lúcio de Azevedo datada de 15 de dezembro de 1920. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, I-II, p.155, 188.

²³³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.201.

Ainda no século XVII, há uma parte que Varnhagen estudou com cuidado e em que se lhe não deve pouco: é a história do Estado do Maranhão. Aí ele fez algumas descobertas importantes – *A descrição* de Heriarte, por exemplo – e teve além disso um espinho que nunca deixou de pungir-lo, – o grande João Francisco Lisboa. No século XVIII, Varnhagen trabalhou muito; mas aqui a tarefa é muito mais difícil. [. . .] Há alguns anos, quando não havia rebentado a luta entre os dois, Lisboa escrevia que a história do Brasil, depois do livro de Varnhagen, não seria novamente escrita tão cedo. As palavras de Timon se vão verificando: o trabalho é muito grande, as facilidades não são pequenas, e, além disso, os homens que poderiam tomá-lo a si, vão desaparecendo. [. . .] É por isso que pensamos, como Lisboa, que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas. [. . .] Há a história das sesmarias, em que ninguém se atreveu ainda a tocar. Há a história das municipalidades, que Lisboa foi o primeiro a entrever. Há a história dos bandeirantes, que jaz esparsa pelos livros e pelos arquivos. Há a história dos Jesuítas, em que apenas pouco mais se conhece do que o período narrado por Simão de Vasconcellos, isto é, quase nada. Há a história das minas.²³⁴

Recorrendo ao nome do próprio Lisboa, Capistrano de Abreu reafirma a historiografia de Varnhagen, propondo uma agenda de pesquisas cujo sentido seguia em direção ao sertão, ao interior ainda por demais colonial. Passado colonial que, ao não cessar, persistia desafiando a entropia hipoteticamente necessária, efeito do progresso civilizacional. Por isso Capistrano e Varnhagen acreditavam poder verificar caminhos históricos de povoamento enquanto percorriam o Brasil de suas próprias épocas províncias adentro. Ambos os historiadores acreditavam na possibilidade de corrigir os documentos históricos pesquisando suas relações com o presente. O *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa* serviu não apenas como fonte de informação sobre o Brasil do século XVI como também daquele de 1867 no qual vivia Varnhagen. Através do método de refazer os mesmos caminhos que havia percorrido Sousa, o Visconde realizava o trabalho de crítica documental. A fusão de horizontes históricos possuía como pontos de conexão a existência material dos manuscritos do *Diário* e a aparente estabilidade do meio físico-espacial geograficamente codificado. Neste caso, a colossal resiliência do meio físico, capaz de suportar séculos sem alterações aparentes e preservando sua verossimilhança com o passado registrado no *Diário* sugeria garantir a veracidade dos relatos nele contidos.²³⁵ Varnhagen escreveu no seu *Prólogo* à edição de 1867:

²³⁴ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.198-200, 204-205.

²³⁵ “A 1.^a edição do *Diário de Pero Lopes de Sousa* foi feita em 1839, havendo principalmente em vista o códice original (de letra de Pero Góes, com vários pretendidos retoques inadmissíveis do próprio punho de Martim Affonso de Souza) que existia em Lisboa na Livraria real da Ajuda. Esta edição tem sido suficientemente dada a conhecer pelos biógrafos, começando por Brunet (na palavra de Souza) e por Mr. Rich na sua *Bibliotheca Americana*. [//] Na atual edição foram suprimidas varias notas julgadas inúteis, e em vez delas se reproduzem vários documentos, incluindo uma doação a Ruy Pinto e uma reclamação em latim de St Blancard contra Pero Lopes, dada pela primeira vez a conhecer pelo Editor, em cujo poder existe original autenticado pelo tabelião

E em algumas notas, modifiquei as minhas primeiras ideias na apreciação, principalmente no que diz respeito à parte da viagem pelas águas do Rio da Prata e Uruguay. Depois que também naveguei por este último rio, e que, como Pero Lopez, passei à vista das ilhas de *S. Gabriel*, de *Martim Garcia* e *Dos Hermanas*, e que a final vi as bocas do Paraná, penetrando pela do Guazú, e que me convenci que Pero Lopes, deixando esta à esquerda, subiu pelo Uruguay e penetrou pelo Rio Negro acima, e retrocedendo logo para seguir a subir pelo Uruguay, e graças a novos estudos, que fiz depois da 3ª edição do Diário publicado na Revista do Instituto, não hesito hoje em reconhecer que Pero Lopes passou além do rio Guauguay. Só me fica o sentimento de não ter podido (como fiz até a foz do Guazu) acompanhá-lo pelo Uruguay acima com o seu roteiro na mão, a ver se ia dar com o tal *esteiro dos Carandins (Querandins)*.²³⁶

Capistrano acreditava que a “descoberta do *Roteiro* de Pero Lopes e a do *Livro da Nao Bretoa* esclareceram muitos pontos obscuros” da história do Brasil. Ao lado dos manuscritos de Gabriel Soares de Sousa, os de Pero Lopes garantiriam a função destacada de Varnhagen na evolução da historiografia brasileira. “Quanto ao primeiro século da nossa história”, o Visconde havia sido insuperável. Se não “renovou a fisionomia da época”, ao menos teria descoberto “bastantes elementos para quem possa e queira fazer obra definitiva”. Como a situação dos estudos sobre a colônia portuguesa na América ao longo do século XVI encontrava-se em aberto, seu caminho passava necessariamente pela produção e pelas realizações intelectuais de Varnhagen. No artigo de 1882, *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, após sugerir algumas ponderações críticas sobre Varnhagen, Capistrano prosseguiu descrevendo uma cronologia mínima, um processo simplificado do sentido histórico da interiorização da civilização rumo à conformação do Estado nacional brasileiro. O corolário de sua representação consistia na afirmação do caráter atual, ainda em desenvolvimento do fenômeno descrito: “no século XVIII, subitamente, como que o Brasil é povoado de um golpe. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso, Piauí, *por toda parte vê-se a vida, o movimento*”. Ora, de fato Capistrano de Abreu viajou por muitos desses lugares como podemos ver pelo conjunto de suas correspondências, pois frequentemente elas eram datadas de distintas localidades do país.²³⁷

Jeham Pyrot em 11 de Março de 1538”, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Typ. De D. L. dos Santos, 1867, p.3.

²³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo*, op. cit., 1867, p.3-4.

²³⁷ Grifo meu. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.196-197.

Outra coisa em que também não me parece que a razão esteja do seu lado: diz que a gente da Bahia foi ao Ceará pelo Cotinguiba. Onde encontrou esta afirmação? Do Cotinguiba ao rio S. Francisco a passagem não me parece fácil, mesmo hoje, quanto mais naquele tempo. Quanto ao aproveitamento do riacho da Brígida e do rio do Peixe estamos em harmonia perfeita de opiniões. Neste mesmo capítulo diz que a gente de Pernambuco foi por Penedo e Porto Calvo. Não creio: pelo Porto Calvo e por Penedo talvez ainda hoje não haja caminho para o Ceará, quanto mais naquele tempo. [. . .] Já conheço a estrada de Aracati ao Crato e daí pelo rio São Francisco à Bahia. Conheço também a estrada do Crato para Oeiras. Sei vagamente da estrada de Sobral; mas o resto ignoro. Pode dar-me alguns esclarecimentos? Meu trabalho deve abarcar todo o Brasil: já conheço as estradas de Maranhão, Piauí, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso. Como vê, ainda me falta muito: portanto tudo quanto souber a este respeito é favor comunicar-me.²³⁸

Experimentar a realidade atual de seu próprio mundo em comparação com as representações registradas nos documentos constituía um procedimento crítico-metódico fundamental para ambos os historiadores. Apesar de Varnhagen ter feito uso da experiência direta do meio físico-geográfico para operar uma homologia representativa crítica em relação às informações do roteiro da nau Bretoa, Capistrano acreditava que “o ‘*Diário*’ de Pero Lopes desviou o jovem erudito da geografia para a história do Brasil”. Talvez porque percorrendo o espaço fosse possível experimentar mais agudamente o tempo.²³⁹

Na edição do *Diário* para “*Série Eduardo Prado*” publicada em 1927, Capistrano de Abreu afirmava que “mesmo conservado em três cópias, o ‘*Diário*’” aparecia “profundamente deteriorado”, cheio de “erros de datas, saltos de dias, páginas desaparecidas”. Desta maneira, o manuscrito editado por Varnhagen seria “antes uma truncada relação do itinerário e viagem de Pero Lopes”, de classificação penosamente oscilante entre “relação, narrativa ou crônica, baseada muito embora num diário de bordo que não chegou até nós”. Para Capistrano o problema era que “a manipulação vem de longe”, o que diminuía a segurança da veracidade do texto do documento: “para a história o ‘*Diário*’ fornece menos do que fora de esperar”. Porém, apesar disso, reconhecia que “o consciencioso editor” Varnhagen a tudo interrogava e confirmava “para alcançar a realidade e conseguir maior clareza”. Durante suas viagens o Visconde investigava a “direção dos ventos, marcha dos navios, indicações das imperfeitas agulhas, sondagens, acidentes do fundo do mar revelados por elas, configuração e colorido das costas e costões”. Para além de quaisquer problemas técnicos da edição, Capistrano reconhecia a validade da investigação sobre a veracidade do documento

²³⁸ Carta ao Major João Brígido datada de 20 de janeiro de 1883. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, I, p.53.

²³⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Prefácio*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927, s/p..

através da comparação com a realidade atual do próprio historiador que realiza a investigação crítica. Acreditava por exemplo, que “as antigas cartas náuticas” podiam “prestar bons serviços”, existindo “várias reproduções entre as quais ocupam lugar primacial — os atlas de Rio-Branco”.²⁴⁰

Durante sua efêmera presidência da Academia de Letras, Afrânio Peixoto cogitou de imprimir ou reimprimir obras representativas da história e da cultura brasileiras. O “*Diário*” de Pero Lopes não podia ser omitido e para apresentá-lo ao público impunha-se o nome de Eugênio de Castro, capitão de corveta, autor de dois livros de valor real, que tinha feito uma viagem à roda do mundo e conhecia de visu [sic.] o litoral brasileiro. [. . .] Novas dificuldades sobrevieram, porém. O vento soprou de um quadrante contrário à direção da Academia e varreu-a. Só a história e o tratado de Gândavo, que Rodolfo Garcia preparou e imprimiu a tempo, escaparam ao pampeiro. O “*Diário*” de Pero Lopes parecia destinado ao limbo, se não fora a “*Série Eduardo Prado*” que o acolheu. Nesta ficou melhor, Martim Affonso e Pero Lopes são nomes principalmente paulistas como os de Eduardo Prado e Paulo Prado. Considerações de espaço e tempo foram desatendidas e a obra veio à luz em plena madureza.²⁴¹

Ao contrário de João Francisco Lisboa, Capistrano não acreditava na qualidade das informações sobre os indígenas que os registros de Pero Lopes ofereciam. “Como observador etnográfico Pero Lopes revela capacidade somenos”, concluindo que a breves “linhas reduz-se tudo quanto o ‘*Diário*’ contém sobre a indiada da Bahia e Rio de Janeiro”. Capistrano reconhecia enfim de que lado da polêmica sobre a escravidão e os indígenas ele próprio estava.²⁴²

A polêmica com João Lisboa, em que tinha talvez razão [Varnhagen], porém em que teve a habilidade de por todo o odioso de seu lado, converteu em inimigos seus os numerosos admiradores do grande maranhense. Homem de estudo e meditação, desconhecia ou desdenhava muitas das tiranias que se impõem com o nome de conveniências. Sensível ao vitupério como ao louvor, se respirava com delícias a atmosfera em que este lhe era queimado, retribuía aquele com expressões nada menos que moderadas.²⁴³

Era necessário agir moderadamente, se proteger contra vitupérios e louvores, saber dizer a verdade racional das coisas para evitar “por todo o odioso de seu lado”. Era preciso ser astucioso e narrar uma história que unisse ordenadamente passado e presente, litoral e sertão,

²⁴⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Prefácio*, 1927, s/p..

²⁴¹ ABREU, J. Capistrano de. *Prefácio*, 1927, s/p..

²⁴² ABREU, J. Capistrano de. *Prefácio*, 1927, s/p..

²⁴³ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série, op. cit., 1931, p.135-136.

interior e grandes centros urbanos, súditos e cidadãos, senhores e escravos em um todo orgânico em direção ao futuro de uma projetada nacionalidade.

Epílogo

Não é de se estranhar que Capistrano de Abreu tenha sido um intelectual autodidata. Provavelmente o horizonte prometido pela leitura de obras de filósofos, sociólogos, historiadores, geógrafos, etnógrafos, linguistas e naturalistas oferecia muito mais sentido de orientação para a experiência vivida pelo autor do que os fundamentos ainda demasiadamente tradicionais do ensino de matriz religiosa que imperou no Brasil até fins do século XIX. Ao mesmo tempo, o acúmulo de erudição bibliográfica e documental permitia a Capistrano entrever as falhas, as “lacunas” da meta-narrativa da “História Pátria” que o autor havia esboçado pela primeira vez ainda quando jovem no Ceará. Calculando retrospectivamente quais seriam possíveis etapas para consecução da teleologia da formação nacional, Abreu aparava as arestas da construção com as informações coletadas dos documentos devidamente validados por aquilo que afirmava ser o trabalho conjunto entre crítica e método históricos. Todavia, muitas vezes Capistrano não podia afirmar como verdadeiros certos enunciados presentes tanto em seus textos prescritivos quanto nos descritivos, como de fato fizera ao longo de toda a sua obra. Se Capistrano não escreveu uma grande história capaz de superar a *História geral do Brasil* de Varnhagen, ao menos ele logrou a perpetuação de sua concepção de história de maneira exímia. Não seria de se esperar nada menos do campeão da história de Afrânio Peixoto.

Tinha a desvantagem de escrever para viver, numa improvisação desenfreada, nem sempre literariamente proba, porque, tenho esta impressão, muitas vezes amontoava frases e páginas sem saber o que dizia, ou antes, sabendo que não dizia nada.

Acabo de chegar de S. Paulo e encontro duas cartas, cinco folhas do Vieira, e outros livros; tratarei deles em outra, hoje vamos a negócios. Afrânio Peixoto quer a sua biblioteca seja aberta com um livro meu, contendo documentos escolhidos e comentados sobre o século XVI. Disse-lhe que conviria dividir a obra em duas partes, sendo a segunda extratos de viagem, informações, etc. Concorda e quer também outro sobre os sertões.²⁴⁴

Portanto, tal projeto historiográfico implicava publicar “documentos escolhidos e comentados” do período colonial, sendo que a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador foi o primeiro título a ser publicado. Capistrano trabalhava com uma possível edição erudita e completa dos manuscritos do frei Salvador desde a época em que trabalhou na Biblioteca

²⁴⁴ Cartas a João Lúcio de Azevedo datadas do Rio de Janeiro, dias 2 de maio e 25/26 de junho de 1918. ABREU, J. Capistrano de, *Correspondência*, op. cit., 1977, II, p.98, 100.

Nacional e na organização da *Exposição de História do Brasil* de 1881. Da *Exposição* resultaram não apenas seu *Catálogo* correspondente, como também o início de projetos editoriais orientados para a publicação de edições crítico-eruditas de certos manuscritos. Alguns desses documentos dos séculos XVI e XVII foram publicados sob responsabilidade de Capistrano de Abreu. Outros foram editados para coleções organizadas por amigos ou admiradores seus, como a *Série Eduardo Prado* e os volumes compartilhados com Rodolfo Garcia. Ao mesmo tempo, Capistrano de Abreu trabalhava com a edição dos *Tratados* de Fernão Cardim e com a anotação da *História geral* do Visconde de Porto Seguro. Se não escreveu um nova história geral, assentou todos os seus rodapés, fechou buracos e rachaduras, impediu que a casa de areia viesse abaixo oferecendo os tijolos apropriados segundo seu projeto particular para a edificação. Mas, enfim, como saber e garantir a validade deste projeto determinado e a qualidade dos materiais da construção? Como e onde acimentar as devidas partes? Eram sólidos os alicerces?

No intuito de lograr convencer que o seu projeto historiográfico era o melhor por ser mais verdadeiro, ou seja, maximamente adequado à realidade histórica de referência, Capistrano de Abreu enunciou e registrou suas prescrições normativas ao longo de todos os seus escritos, desde as inúmeras notas de rodapé que adicionou nos volumes que editava até suas obras-primas de historiografia. Apesar de ser considerado o grande inovador da historiografia brasileira ao consolidar como prática disciplinar os princípios do método histórico moderno, segundo podemos apreender da argumentação crítica de Ricardo Benzaquen em *Ronda Noturna*, ironicamente Capistrano de Abreu não deixou registrado nenhum estudo singular sobre método e crítica históricos publicados em vida. O que temos de seus escritos normativos teóricos e metodológicos constitui antes um conjunto esparso de artigos publicados em jornais, notas de rodapé, introduções críticas, prefácios ou no próprio corpo de seus textos estritamente historiográficos, do que estudos singulares, sistemáticos, específicos de teoria, metodologia ou filosofia da história.²⁴⁵

Na obra de Capistrano, concomitantemente ao potencial fiduciário oferecido por seus enunciados sobre a verdade histórica garantidos pela crítica e o método, era comunicado ao leitor o sentido essencial da história do Brasil, como podemos observar nos *Capítulos de história colonial*, seu trabalho principal. Sustentado por teorias científicas e documentos de viajantes que testemunharam os fatos da história a serem narrados pelo autor, Capistrano sugeria ter convicção de que sua compreensão do processo histórico de formação da Nação

²⁴⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.28-54, 1988.

era verdadeira. Se não mais, porque a experiência que tinham de seu próprio país vislumbrava intensamente as representações registradas nos documentos e livros de história. Tudo indica que os caminhos nunca levariam a Roma, mas antes ao cerne do Império do Brasil, ou seja, a manutenção programaticamente política das estruturas coloniais. N’*O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, Capistrano afirmava:

Frei Vicente do Salvador conta a história de um bispo de Tucuman que esteve algum tempo no Brasil.

Este bispo via que mandando buscar qualquer gênero ao mercado, voltava o criado sem obtê-lo; se porém mandava buscal-o a casas particulares, remetiam-no sem nada cobrar.

Verdadeiramente, disse o bispo, que nesta terra andam as cousas trocadas, porque ela toda não é república, sendo-o cada casa.

Isto, em outros termos, é o que a história tem a dizer sobre o século XVI.

Organismo de pouca massa, de estrutura rudimentar, em que cada órgão representava mais de uma função, em que não havia um órgão especial para cada função: faltava-lhe o consensus profundo, a interdependência fundamental a ação incorporada o que a tornara uma república, na frase do bispo, um estado na frase moderna.

No século XIX, temos uma população mais numerosa, maior divisão de trabalho, melhor exercício dos órgãos, funções mais especializadas, uma ação incorporada mais forte e mais extensa.

O progresso é incontestável.

Não menos incontestável é que o que há feito não passa de uma parcela do muito que ainda resta fazer.²⁴⁶

Capistrano procurava garantir a realização progressiva de seus projetos de Nação através de sua conformação histórica. A sugestão do “consensus profundo” formador do tecido social nacional estava relacionada à superação dos resquícios coloniais que concentravam as prerrogativas público-jurídicas nacionais – ou aquilo que mais poderia se aproximar de uma dimensão pública no Brasil de então – nas mãos de proprietários de terras herdeiros de direitos desde as origens do sistema colonial. O poder privado legado e mantido por estruturas estatais de poder, fossem elas representadas pelos reis portugueses do período colonial ou pelo presidente da República do Brasil, e operado através dos sistemas de capitâneas hereditárias, sesmarias, Constituições, escravidão, Leis de Terras e até mesmo o Encilhamento, parecia corporificar o “atraso histórico” brasileiro ao possibilitar que estruturas ainda por demais coloniais persistissem no presente republicano.

Se o progresso era incontestável, o caminho era longo e a tarefa árdua, pois grupos sociais desejosos de conservar a ordem estabelecida faziam sempre tudo o que lhes era possível no intuito de evitar alterações do regime estabelecido. Caberia àqueles homens

²⁴⁶ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil*, op. cit., 1883, p.101.

ilustrados do Brasil da virada do século XIX para o XX iluminar os caminhos da Nação oferecendo-lhes uma trajetória temporal de compreensão para suas então atuais condições históricas com vistas a um futuro mais próspero. A solução não estaria no presente, mas no passado. Creio que a opção pelo combate em nome do futuro do Brasil a partir da imediaticidade da fronteira entre passado e presente constituiu opção segura e igualmente conservadora-reformista por parte dos homens letrados do país da virada do século plena de reordenamentos sócio-institucionais, culturais e econômicos. Atacar os enclaves do poder privado tradicional, isto é, os detentores do poder político e econômico daquela atualidade, revelando seus fantasmas do passado colonial era operar um desdobramento do fundamento político do discurso do autor em uma outra dimensão diferente daquela de origem. Para agir sobre o presente, combatia-se das trincheiras da história. Artilharia crítica metodicamente mirada sobre os alvos do “atraso” nacional.

Artificialmente, Capistrano construiu um Cavalo de Troia teórico-conceitual para a Nação capaz de possibilitar que a coletividade nacional pudesse enfim se identificar consensualmente através de uma história compreendida como comum. Um único fluxo de tempo para um único povo. Porém, se por um lado isso permitia a identificação dos elementos individuais às características gerais emanadas da essência nacional; por outro, eliminava a possibilidade de auto-afirmação de minorias sociais e étnicas que deveriam necessariamente ser subsumidas sob a categoria geral da nacionalidade; ao mesmo tempo em que abria a possibilidade de intervenção real ao difundir um discurso pretensamente científico, seguro, verdadeiro, porém bastante persuasivo, sobre as causas históricas dos problemas de seu tempo. A origem destas causas históricas estava no passado colonial e seus efeitos para o presente, de forma que tornava-se possível criticar abertamente os responsáveis pelo “atraso” do país, protegido e legitimado pela aura sagrada da pretensa objetividade do discurso histórico científico.

Aqui o Cavalo de Troia da Nação lograva vitória até mesmo sobre as elites tradicionais, lhes convencendo de que a marcha impetuosa da história e da civilização universais haveria de, um dia, por fim aos resquícios de um passado que persistia em existir. Mas enquanto as oligarquias conservadoras sempre puderam lutar com todas as suas forças para continuar existindo, escravos, ex-escravos, índios, trabalhadores e demais cidadãos marginalizados eram persistentemente excluídos da arena política pela reaplicação do discurso e da ideologia do progresso. A eles as elites reservavam as salas de espera da história universal. Isto era o que estava em jogo todas as vezes na história do Brasil em que um grande volume populacional tradicionalmente pauperizado e/ou marginalizado procurava de algum

modo romper com as estruturas políticas, sociais e econômicas seculares que lhes reduziam praticamente a coeficientes de mão-de-obra ou dados demográficos. Civilização e progresso significam sempre uma ordem sócio-cultural modelar cujas melhorias progressivas se difundem igualmente sempre de alguns para os muitos outros, de uma forma que infelizmente talvez nunca beneficie a todos.

Mas o que pensar quando a experiência de observar o passado colonial até então conhecido fundamentalmente por meio de relatos de viajantes dos séculos XVI, XVII e mesmo XVIII parecia ressurgir diante dos olhos ávidos por leitura de Capistrano de Abreu? Como entender o fato de um relato contemporâneo sobre o interior do país ser tão semelhante àqueles do período colonial? Pior: como justificar os arbítrios cometidos por um Estado que ao menos em princípio deveria promover o bem-estar da coletividade, ou seja, do corpo social, mas que em verdade agia em benefício das tradicionais oligarquias herdeiras da aristocracia imperial e das famílias proprietárias de origem colonial? Acredito que a partir do momento em que Capistrano percebeu a coexistência simultânea dos hipotéticos referentes reais de seus modelos teóricos sobre o passado colonial persistentes nos confins do território nacional, com a sua própria pátria sincronizada com os últimos desenvolvimentos da civilização, ocorreu uma progressiva e definitiva modulação dos fundamentos de seu discurso e epistemologia históricos. Não mais Taine, Buckle ou meros raciocínios lógicos indutivos próprios de uma ciência incapaz de resolver por si só os problemas humanos. Desde então, tal qual um humanista que também era alquimista, Capistrano passou a se dedicar à busca dos segredos da essência nacional.

Situado no limite presente entre passado e futuro, Capistrano de Abreu observava simultaneamente as diversas dimensões do tempo histórico em confronto tanto nas regiões interioranas quanto nas cidades que, como o Rio de Janeiro e São Paulo, eram atropeladas pelos avanços do processo civilizador. Tal qual Janus bifronte, o antigo deus romano das transições, das mudanças mas também dos começos e dos conflitos, Capistrano observava os sucessos e as mazelas do passado e dos possíveis futuros, podendo fazer pouco mais do que insistir ardorosamente na difusão de seu discurso intelectual fundamentado no potencial ético da verdade e da história.

Experiência próxima a essa foi vivida por europeus que chegavam ao Novo Mundo nos séculos XVI e XVII. Conforme argumentado no segundo capítulo, sociedades indígenas complexas como as representadas por Incas, Maias e Astecas eram percebidas como análogas ao conjunto das representações que os europeus contemporâneos possuíam de seu próprio passado. Após os eventos característicos de fenômenos como o Renascimento, a conquista e

colonização inicial da América, a invenção da imprensa de tipos móveis e o surgimento de novas ciências e filosofias, tanto o tempo quanto o espaço se dilatavam progressivamente para além da experiência tradicional das sociedades majoritariamente rurais do antigo regime europeu. A aurora da Modernidade ofuscava a percepção e a cognição tradicionais daqueles sujeitos. No seu horizonte, a novidade e a familiaridade teciam relações simultaneamente verdadeiras e ilusórias. Era preciso assegurar os fundamentos da realidade de então que se esfacelava perante notícias de além-mar trazidas por viajantes religiosos e seculares. O efeito disruptor dos fenômenos de fundação da Modernidade afetaram a percepção espacial e temporal europeia tradicional, a qual estava constantemente sendo colocada em questão devido às disputas internas ao próprio sistema monárquico europeu e à Igreja Católica. De forma que não foi possível assimilar as consequências do contato com populações e culturas radicalmente diferentes sem traduzí-las inicialmente a partir de um repertório cultural comum e familiar aos próprios conquistadores e colonizadores. Mas se Astecas eram configurados como símiles greco-romanos e a escrita Maia era pensada como uma forma de hieróglifo análoga aos encontrados no Egito; tupis e demais povos cujas culturas não produziram grandes edificações eram conformados como resquícios degenerados de um passado ainda mais distante. A saída era estudar suas línguas no intuito de revelar os segredos de povos tão antigos.

No compêndio de relatos de viagem de Samuel Purchas abundavam narrativas de mundos fantásticos e descrições de culturas alienígenas. Durante o século XVII, muitas das principais coroas europeias já haviam se lançado às explorações marítimas. França, Holanda e Inglaterra rivalizavam com os impérios transatlânticos de Espanha e Portugal. Foi justamente por ação de corsários da coroa britânica que o jesuíta Fernão Cardim foi preso e seus manuscritos foram parar nas mãos do erudito Samuel Purchas, um capelão protestante. Foi nas edições de Purchas que Capistrano de Abreu leu documentos importantes para a consecução de seus projetos historiográficos, tais como Fernão Cardim e Anthony Knivett. Apesar do inglês caracterizar tais sujeitos como portugueses, ou seja, súditos da coroa de Portugal, Capistrano lhes reconfigurava como compatriotas brasileiros.

Nesse momento lógico de sua atividade, Capistrano conseguia reconfigurar o passado das colônias portuguesas na América e representar o conjunto total deste passado como “História Pátria”, uma vez que, para o autor, história deveria ser escrita segundo uma perspectiva verdadeira que é sempre a da Nação e sua trajetória de formação. Aproximando idealmente colonos-súditos do sistema imperial luso transatlântico a cidadãos do independente Estado do Brasil, Capistrano de Abreu pensava poder demonstrar a persistência

da substância nacional. Se no interior do Brasil as estruturas coloniais persistiam com força, isso era devido ao fato de que processos históricos não poderiam a princípio ser acelerados para além da própria ordem interna de seu tempo histórico.

Assim representavam o termo da evolução a que os Portugueses e Africanos tendiam, e cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicadas, era um passo que os aproximava dos caboclos. É certo que precisava dar-se *tempo ao tempo* para que o resultado fosse obtido; mas houve duas circunstâncias que concorreram para tornar mais rápida a ação mesológica e mais eficaz o contingente caboclo: 1. O isolamento das capitânicas entre si, o segregamento quase completo do reino; 2. Os empecilhos que a metrópole opôs ao desenvolvimento espontâneo. [. . .] Não me estenderei sobre os meios com que a Metrópole tentou esforçar a germinação sociológica espontânea e o crescimento de órgãos que poderiam elevar a estrutura social.²⁴⁷

Ao mesmo tempo, apesar de toda solidez de suas crenças históricas, chama à atenção a frequência com que Capistrano utiliza palavras que denotam contingência ou incerteza, tais como “possibilidade”, “probabilidade”. O historiador frequentemente esboça especulações teóricas e historiográficas sobre a identidade de realidades pretéritas feitas a partir de comparações entre documentos de um tempo mais antigo em relação a outros de tempos posteriores. Além disso, se percorremos suas correspondências, percebemos que Capistrano viajou bastante pelo interior do país coletando observações pessoais de localidades descritas nos documentos que estudava. No base de seus procedimentos metódicos não apresentados por escrito em suas obras estava essa espécie de *autópsia*, de experimentação sensorial direta da realidade histórica através da dimensão espacial do meio que o autor acreditava poder condicionar os indivíduos. Para conectar dados extraídos por meio de crítica filológica e contextual dos manuscritos que analisava, Capistrano estabelecia um método indutivo de raciocínio, partindo dos elementos particulares das realidades passadas materialmente referenciadas em parte nos próprios documentos e nos entornos físico-geográficos. O problema era que o historiador tomava generalizações teóricas das histórias de maneira apriorística, resultando na conformação prévia das realidades registradas nos documentos como partes igualmente compostas de uma hipotética substância nacional transcendente, por mais que Capistrano advogasse a primazia da crítica, do método e das teorias científicas sobre o desenvolvimento histórico da humanidade.²⁴⁸

²⁴⁷ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série, op. cit., 1938, p.170-171.

²⁴⁸ Para a noção de *autópsia*, ver especialmente: HARTOG, François, *O espelho de Heródoto*, op. cit., 2014; Sobre as formas modernas de pensamento e sua estrutura articulada sobre um sistema ideal de partes conformando totalidades, ver especialmente: CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2008; _____. *Symbol Myth, and Culture: essays and lectures of Ernst Cassirer*,

Em suma, suas afirmações não possuíam a certeza sugerida por suas prescrições crítico-teóricas e metodológicas publicadas em artigos como o *Necrológio* a Varnhagen e *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. No *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, por exemplo, o autor afirmava sobre as informações oferecidas por Gaspar de Madre Deus: “Argumentamos na suposição do testamento, aduzido por frei Gaspar, ser verdadeiro: selo-ha [sic.], porém, realmente? Todas as probabilidades são que não o é”, porque “a assistência de testemunhas prova de mais”. Ou então, escrevia ainda que a “obra de Piso e Marcgraf, onde se acha perdido, poucas pessoas irão procurar este roteiro. Por isso publico-o. É o primeiro, que me conste, de viagem a Minas Gerais, e presta-se a uma comparação muito curiosa com a que um século depois nos dá Antonil na *Cultura e opulência do Brasil*”. Na falta de documentos mais apropriados, Capistrano não evitava a comparação entre realidades de ordens temporais distintas, desde que as coordenadas espaciais pudessem garantir a estabilidade do real. Se preciso fosse, recorria até à imaginação, criando roteiros possíveis para os deslocamentos de conquistadores, colonos, nativos e bandeirantes. “Quantas privações passaram e como foi difícil sustentar e conter esta multidão pode-se bem imaginar”.²⁴⁹

O objetivo deste estudo não foi indicar possíveis erros ou falhas da prática e do discurso historiográficos construídos por Capistrano de Abreu. Trata-se antes, de evidenciar que apesar da elaboração de um complexo e intrincado discurso sobre o método e a crítica historiográficos, assim como sobre a verdade e o sentido da histórica do Brasil, os escritos de Capistrano estão plenos de equívocos que o próprio autor censurava. A condição presente implicada pela materialidade dos próprios documentos referentes em relação a suas realidades “originais” deve ser vinculada à questão do caráter sempre atual dos próprios métodos e perspectivas histórico-temporais. Isso porque deveríamos sempre supor uma diferença radical entre presente e passado imediato que, através do estudo escalonado de experiências anteriores sucessivas até uma dada atualidade pudesse garantir a verdade. O cálculo racional sobre como proceder para conhecer historicamente um objeto determinado implicava procedimentos intelectuais ordenados por estruturas temporais tão complexas quanto os próprios eventos históricos a serem investigados. Talvez por isso mesmo Capistrano não pudesse nos oferecer muito além do que os rudimentos de prescrições crítico-metódicas e teóricas subsumidos sob seu trabalho estritamente historiográfico e erudito. Na escala da

1935-1945. New Haven: Yale University Press, 1979; GRAFTON, A.; SIRAISSI, N. (Eds.), *Natural particulars*, op. cit., 1999.

²⁴⁹ ABREU, J. Capistrano de, *O descobrimento do Brasil*, op. cit., 1883, p.13-24, 34-36, 49-66.

teoria do conhecimento esboçada na *Metafísica* aristotélica a sensação conduziria à memória, que por sua vez, criaria as condições para experiência que, sistematizadas, possibilitariam a apreensão de regularidades potencialmente formuláveis como leis da ciência. Neste sistema, o historiador Capistrano estacou na dimensão da experiência embora tenha sonhado longamente em habitar o patamar superior da ciência, como acreditavam muitos outros letrados, historiadores, filósofos e cientistas de sua época.²⁵⁰

Por que então seus enunciados sobre verdade, método e crítica históricos convenceram com sucesso tantas pessoas sobre suas próprias prerrogativas? Acredito ter demonstrado que a eficácia dos procedimentos de Capistrano residia no mecanismo criado pelo historiador através do qual era possível preconfigurar o passado colonial luso-americano como história do Brasil e garantir a verdade das conseqüentes representações desse passado, de forma que uma identidade nacional orgânica pudesse enfim conectar e identificar os cidadãos brasileiros que conviviam sob a mesma configuração de Estado nacional que o próprio historiador. Antes de constituir artifício estritamente consciente por parte do autor, apesar de comprovadamente intencional, pois visava convencer os leitores sobre suas próprias ideias e interpretações da “História Pátria”, acredito que tal estrutura epistemológica era fundamentada pelas próprias experiências de Capistrano no cerne da realidade histórica em que vivia.

A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção. [. . .] Tanto fizeram os Brasis, se tomarmos em consideração dois fatos: o primeiro, que eles eram mais atrasados que os Bárbaros; o segundo, que a civilização posterior à Renascença e contemporânea da Reforma, era incontestavelmente superior à civilização romana, e, por conseguinte, oferecia maior resistência à ação externa. [. . .] O elemento aborígine é, se permitem a expressão, o veículo em que se dissolveu o elemento português. E o africano também. [. . .] Direi então: a civilização portuguesa adiantada como era, tinha de sofrer um retrocesso fatal sendo transferida para o Brasil, porque toda a civilização é função de aparelhos e órgãos muito complexos. Desde que de envolta com as funções não viessem os órgãos correlativos, as funções baixariam de atividade, o que implica a atrofia, mais ou menos completa, dos órgãos correspondents.²⁵¹

No mundo moderno o processo temporal configurado como “histórico torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo”, adquirindo “assim um monopólio

²⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart, *Los estratos del tiempo*, op. cit., 2001, p.55-57; especialmente o *Livro A* da *Metafísica*: ARISTOTLE. *Works of Aristotle*. Trans. and Edit. by W.D. Ross. Vol. VIII. Oxford: Clarendon Press, 1928.

²⁵¹ ABREU, J. Capistrano de, *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série, op. cit., 1938, p.155-168.

de universalidade e significação”. Isto implicava anexar o espaço à própria dimensão temporal da realidade. A geografia conceitava-se necessariamente à história porque não existe nenhum evento humano que não ocorra delimitado dentro de coordenadas espaço-temporais determinadas. Cronologia e cartografia eram utilizadas como formas representacionais sistemáticas capazes de ordenar o caos reinante no âmago do tempo e do espaço onde as duas próprias dimensões se confundem. Nas palavras de Capistrano, “assim caminho do Prata o trabalho reduziu-se a mera consolidação, ao estreitamento de malhas; para o Amazonas a expansão colonizadora moveu-se acelerada. Por isso, preferindo a ordem cronológica para a expansão amazônica, seguiremos a ordem geográfica no outro extremo”. A quebra dos quadros tradicionais de referências históricas, geográficas e religiosas ocasionada pelos adventos modernos exigia formas novas de representação das mesmas sob risco de se perder os fundamentos gerais de coesão social. Com a industrialização e o fim das sociedades de Antigo Regime, o distanciamento tradicional entre passado, presente e o futuro foi sumariamente alterado, de forma que à medida em que o futuro se aproximava, mais distantes ficavam os sujeitos distantes de seu próprio passado, perdidos nas penumbras de presentes sombrios.²⁵²

Estabelecendo portanto uma ordem para a história do Brasil, Capistrano definia aquilo que foram, eram e seriam os indivíduos nascidos em solo pátrio. A dimensão do espaço sugeria fundamentar a própria dimensão temporal das realidades históricas. Na construção intelectual realizada por Abreu a respeito da história, aquilo que diferentes sujeitos separados ao longo dos séculos mantinham em comum era justamente o fato de poderem ser subsumidos coletivamente sob a categoria geral da nacionalidade, a despeito de todas as inadequações decorrentes. Ao historiador caberia se equipar com as teorias apropriadas para perceber e compreender o ser nacional durando ao longo do tempo. Aparando arestas e buscando sustentar suas hipóteses historiográficas a partir da existência material persistente do passado no seu presente, ou seja, os documentos, Capistrano sugeria a verdade de suas pressuposições cognitivas. Porém, as relações possíveis de se estabelecer entre os dados prospectados dos documentos não permitiam que o autor atestasse toda e qualquer representação da história nacional. Ficavam abertas lacunas do ser nacional, muitas delas apenas entrevistas por uma projeção da totalidade virtual da “História Pátria” decorrente de seu método de raciocínio

²⁵² ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos...*, op. cit., 1907, p.55; ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.96; GRAFTON, Anthony, *Defenders of the Text*, op. cit., 1994, p.130, 137-139, 179-186; GRAFTON, Anthony; RICE, Eugene. *The foundations of early modern Europe, 1460-1559*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1994; GRAFTON, Anthony; ROSENBERG, Daniel. *Cartographies of Time: A History of the Timeline*. Princeton: Princeton Architectural Press. Kindle Edition.

indutivo incessantemente aplicado. E assim Capistrano logrou seguramente delimitar os caminhos que o pensamento possível sobre a história do Brasil posterior ao autor deveria percorrer: “Do fim do século XVII, de todo o período que antecedeu aos Mascates, que, em nossos anos, é tão conhecido, agora, como o interior da África, há cem anos; acabará com o exclusivismo da colônia do Sacramento, a que em suma se tem quase circunscrito a história pátria”.²⁵³

* * *

Sem dúvida, o termo e o fato [Transmigração] se impuseram, chegando até nós. Hoje, nos permitem compreender como os Saquaremas se constituíam também em interpretadores do tempo em que viviam e constituíam, exercendo, por isso mesmo, o papel de controladores deste tempo. E isto não apenas traduzia a direção que exerciam; dela, numa direção se constituía. [. . .] Assim, e de uma parte, a Transmigração fazia com que fossem tomados como ‘anormais’ ou ‘atípicos’, caracterizadores de uma ‘desordem’ ou de uma ‘crise’, todos aqueles acontecimentos que insistiam em contrariar um curso entendido como ‘natural’, porque dado pela marcha do tempo e porque fazia com que o passado se apresentasse no presente. Por isso mesmo, tais eventos devem ser esquecidos ou estigmatizados. Historiador do Tempo Saquarema, Francisco Adolfo de Varnhagen estigmatizava o movimento pernambucano de 1817 – ‘assunto para nosso ânimo tão pouco simpático que, se fora do quadro que nos propusemos traçar’ –, ao mesmo tempo que fazia uma breve referência ao episódio do monte Redentor. É essa mesma lógica organizadora e perversa que conduz grande parte da historiografia a um compromisso com o Tempo Saquarema, traduzido na qualificação do momento da ‘Ação’ como um momento de crise – a crise do período regencial, diz-se com freqüência – e no esquecimento de um conjunto de eventos, como o movimento de ‘Ronco da abelha’, uma espécie de desdobramento do movimento praieiro no interior das províncias do ‘Norte’, nos anos de 1851 e 1852 – um compromisso que interdita a possibilidade de compreender o campo de forças no qual se constituíram aquelas qualificações e esquecimentos como um mecanismo de dominação. De outra parte, uma lógica que deixava ‘de fora’ aqueles que construíram esse tempo, como condição essencial para que a sociedade buscasse numa ‘ordem natural’ a resposta à questão que formulara sobre a sua instituição e trajetória. Assim, quanto mais os Saquaremas transformavam suas intenções em ações, tanto mais deveriam ser entendidas como naturais as diferenças entre as províncias e entre aqueles que as habitavam, reconhecendo-se como legítimas não só a escravidão mas também as diferenças e hierarquias entre os homens livres. Ora, a admissão e aceitação dessas diferenças impunha uma continuidade, a anulação de quaisquer diferenças no tempo por meio da construção de uma trajetória apresentada como histórica e na qual o passado aparecia como o principal agente forjador do presente, quando, na verdade, a História só pode ser o inventário explicativo das diferenças sociais.²⁵⁴

²⁵³ Carta a João Lúcio de Azevedo datada do Rio de Janeiro, 12 de abril de 1879. ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência*, op. cit., 1977, II, p.51.

²⁵⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., 1987, p.286-287.

Brasil esse que parecia estar conjungando seu próprio ser num eterno gerúndio, pelo que podemos observar pelas palavras de Capistrano de Abreu:

A volta dos liberais ao poder em 78 foi precedida ou acompanhada de mortes de homens eminentes: Alencar, Zacharias, Nabuco, Caxias, Rio Branco, Osório, o que trouxe um abaixamento considerável do nível moral e intelectual em todo o país. As honras e dignidades caíam no maior descrédito; o edifício do prestígio oficial fendia-se de alto a baixo; uma atmosfera de chalaça deletéria envolvia tudo. Só o imperador não dava por isso, embebido em seus estudos de sanscrito, persa, árabe, hebraico, tupi, etc. O dia do vintém (1.º de janeiro de 80) não lhe serviu de aviso; o assassinato de Apulchro de Castro (25 de outubro de 83), não o chamou à realidade; a chamada questão militar (87) deixou que crescesse à vontade, para depois ser solvida com arranhões na dignidade governamental. Qualquer destes dois sucessos importava a queda da monarquia. [. . .] A 15 de novembro de 89 organizou-se um governo provisório pelo exército e pela armada, em nome da nação. Até o fim do ano pouco deu que falar e, em geral, mostrou-se à altura dos acontecimentos; com o novo ano parece que, invadindo-o o receio de que poucos dias teria de vida, febrilmente pulularam leis, regulamentos, reformas, gratificações, concessões, privilégios que maravilhosamente afinaram com a epidemia bolsista conhecida pelo nome de Encilhamento. Ao passo que Pedro I, a pessoas que requereram terras, despachou que aguardassem as leis da Constituinte que deviam regular as concessões, o Governo Provisório foi logo regulando e dando tudo. E, como ainda restava que dar e regular depois de reunida a Constituinte, obteve continuar com o poder legislativo conjurando o espectro horrendo da Convenção. Como que, antes de tudo, a grande preocupação se cifrava em deixar os fatos consumados para quem sobreviesse. [. . .] O que importa é constituir desde já o Estado. [. . .] E assim, e quase sem esforço, se conseguiu a obra prima, que já anda em alguns milhares de contos e muitos mais milhares de mortes. [. . .] Proceder à remodelação completa de todas as forças e distribuição exclusiva de todos os espólios.²⁵⁵

A percepção da historicidade contrastante entre espaço interior e regiões litorâneas tornou-se mais aguda com a atualização em escala geométrica da evolução tecnológica nacional, experimentada primeiramente no litoral. Assim, se por um lado a disruptura da experiência histórica desvelaria as permanências do período colonial, por outro, serviria de Cavalo de Troia para a manutenção da distância cultural, simbólica e política entre ambas as partes do país ao creditar ao processo histórico e civilizador do ocidente as prerrogativas de civilizar o interior do Brasil. As camadas mais fragilizadas da sociedade eram responsabilizadas por estarem natural e historicamente determinadas às próprias desventuras. Desta forma, as elites regionais originárias das estruturas coloniais persistentes podiam recorrer à história e à Nação para fazer valer seus interesses e futuros próprios como se

²⁵⁵ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série, op. cit., 1938, p.140-144.

fossem os mesmos da população não proprietária e detentora de cargos políticos. O poder privado das oligarquias conservadoras herdeiras da falida aristocracia imperial deixava pouco espaço para que as disputas nacionais fossem orientadas segundo a perspectiva das massas.

Se os sentidos históricos possíveis de serem articulados por Capistrano de Abreu a partir da experiência do confronto entre o conjunto sertão-passado-colonial persistente no presente, e as benesses frequentemente violentas ofertadas pelo Estado em nome do progresso poderiam levar o historiador a uma crise de ceticismo quanto aos futuros da Nação, o que observamos nos escritos de Capistrano é antes a crença numa síntese progressivamente mais positiva como efeito do processo de formação nacional. Produzir historiografia era cooperar com o fenômeno de consolidação, manutenção e evolução do corpo social fundado sobre a miscigenação de diferentes grupos étnicos durante longo período de tempo. Perceber as persistências do passado no presente já encaminhado ao futuro era o mais próximo que o historiador poderia chegar de observar esse organismo coletivo chamado história vivo em toda sua dimensão. Capistrano de Abreu atuou nas tensões características das relações entre ciência e erudição históricas, entre presente, passado e futuro, as quais lhe permitiram apreender toda a complexidade das temporalidades ordenadoras das séries de eventos que experimentava cotidianamente ou por sua atividade racional enquanto historiador. Astucioso, Capistrano mirou o futuro com seu projeto historiográfico.

Mas talvez a fundação imperial do Estado nacional tenha produzido efeitos suficientemente duradouros capazes de perpetuar e aumentar a fundação, seu princípio original. Talvez por isso tenhamos sempre sentido uma necessidade intrínseca de comungar a essência e a trajetória dessa origem imperial, grandiloquente. Talvez por isso não exitamos em recorrer incessantemente ao passado colonial para tentar compreender nosso próprio abandono da Nação ainda e sempre em formação, em nome de projetos civilizacionais universais. Talvez por isso a ação irascível do poder privado no Brasil teve que ser criticada e controlada se possível, por discursos pretensamente verdadeiros e bem fundamentados no que é comum, público e publicado. Na inexistência ou na impotência de um âmbito público nacional, comum, a crítica à condição de crise perene do Estado brasileiro foi frequentemente enunciada como discurso historiográfico, referente ao passado sempre atual do eterno país do futuro. Pois bem, crítica e crise são o Brasil.

Fontes

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1977. 3 v.

_____. *Ensaaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

_____. *Ensaaios e estudos: (crítica e história)*. 2. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1932.

_____. *Ensaaios e estudos: (crítica e história)*. 3. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

_____. *Ensaaios e estudos: (crítica e história)*. 4. série. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Civilização Brasileira/INL, 1976.

_____. *O Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1880.

_____. *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

_____. *Rã-txa-hu-ni-ku-i: a língua dos Caxinauás do Rio Ibuacu afluente do Muru*. 2.ed. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Volume IX. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro, IBGE, v. 56, 1996. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2013.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: [Tecnoprint], 1968.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890 = précis du recensement du 31 décembre 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

CARDIM, Fernão. *Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil e de seus Costumes, Adoração e Ceremonias*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.

_____. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc., desde o anno*

de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea / escripta em duas cartas ao P. Provincial em Portugal pelo P. Fernão Cardim. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

_____. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Edição fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 3 v. (Coleção Brasil 500 anos).

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. Reprodução fac-símile. Paris: Librairie Ancienne Édouard Champion, 1922.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *História da Província Santa Cruz; Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.

GARCIA, Rodolfo. *Discurso de posse do Sr. Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.

_____. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1973.

_____. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969.

LISBOA, João Francisco. *Crônica política do Império*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1984.

_____. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*. São Luiz do Maranhão: [s.n.], 1864-1865.

MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.

_____. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.

_____. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus, or, Purchas his Pilgrimes: contayning a history of the world in sea voyages and lande travells by Englishmen and others, by Samuel Purchas*. Glasgow: J. MacLehose and Sons, 1905-07.

_____. *Purchas his pilgrim Microcosmus, or the historie of man. Relating the wonders of his generation, vanities in his degeneration, necessity of his regeneration. Meditated on the words of David. Psal. 39.5. Verily, every man at his best state is altogether vanitie. Selah. By Samuel Purchas, parson of S. Martins neere Ludgate, London*. London: Printed by William Stansby, Bernard Alsop, and Thomas Fawcet for Tho, 1627.

_____. *Purchas his pilgrimage. Or Relations of the World and the religions observed in all ages and places discovered, from the Creation unto this present In foure parts. This first containeth a theologicall and geographical historie of Asia, Africa, and America, with the ilands adiacent. ... Declaring the ancient religions before the Floud ... With briefe descriptions of the countries, nations, states, discoueries; private and publike customes, and the most remarkable rarities of nature, or humane industrie, in the same. The second edition, much enlarged with additions through the whole worke; by Samuel Purchas, minister at Estwood in Essex*. London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900 : = précis du recensement du 31 décembre 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905.

SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931].

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUSA, Pero Lopes de. *Diario da navegação de armada que foi á terra do Brasil – em 1530 – sob a capitania-mor de Martin Alfonso de Souza*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

_____. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867.

_____. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil ou analyse critique du rapport de M. d'Avezac sur la récente Histoire générale du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858.

_____. *Historia geral do Brazil: isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos*

documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. 1.ed. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. 2 v.

_____. *Historia geral do Brazil: antes da sua separação e independencia de Portugal*. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa E. & H. Laemmert, 1877. 2 v.

_____. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 3.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, [1927-1936]. 4 v.

_____. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º; apostila e nota G aos nº 11 e 12 do 'Jornal do Timon', contendo 26 cartas inéditas do Jornalista e um extrato do folheto 'Diatrobe contra o Timonice' etc*. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

Bibliografia

ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP/MinC – FBN, 2010.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funarte, 1998.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Afrânio Peixoto – Biografia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>. Acessado em: 14/04/2013.

_____. *Rodolfo Garcia – Biografia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>. Acessado em: 14/04/2013.

_____. *Rodolfo Garcia – Discurso de posse*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acessado em: 14/04/2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Anpocs: Paz e terra, 2002.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. “Atravessar o oceano para verificar uma vírgula”: *Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba. São Paulo: USP, FFLCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c.1630)*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof.^a Andréa Daher. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-graduação em história social, 2004.

ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth, and reference in historical representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

_____. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a “História da Colonização Portuguesa do Brasil. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro, 2006. Texto disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf>. Acessado em 18/05/2010 às 15:10.

_____. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós-graduação em História, 2009.

APOLLONIUS RHODIUS. *The Argonautica*. Transl. R. C. Seaton. London: William Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1912.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.28-54, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes. *A aula como desafio à experiência da história*. In: GONÇALVES, M.; MONTEIRO, A. M.; REZNIK, L.; ROCHA, H. (Orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p.66-77.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.12, n.1, p. 79-94, 2006.

ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARISTOTLE. *Works of Aristotle*. Trans. and Edit. by W.D. Ross. Vol. VIII. Oxford: Clarendon Press, 1928.

BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remeterem á sociedade central do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.1, p.109-110, 1839 [1908].

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v.13, n.25/26, p.193-221, Set./1992, Ago./1993.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

BREVE NOTICIA SOBRE A CREAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-8, 1839 [1908].

CANNY, N.; PAGDEN, A. (Eds.). *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of The History of Science in the Iberian World*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. *Symbol Myth, and Culture: essays and lectures of Ernst Cassirer, 1935-1945*. New Haven: Yale University Press, 1979.

- CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CATROGA, Fernando. *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./jun, 2005.
- _____. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002.
- _____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). *História em revista*, Pelotas, v.6, p.37-58, dez., 2000.
- _____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 159-207, jul.-dez., 2007.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed.UnB, 1999.
- COLISH, Marcia L.. Cicero's De Officiis and Machiavelli's Prince. *The Sixteenth Century Journal*, v.9, n.4, Central Renaissance Conference, p.80-93, Dec.-Mar., 1978.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CURTIUS, Ernst Robert. *European literature and the Latin Middle Ages*. Trans. by Willard R. Trask. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- _____. *Literatura europeia e idade média latina*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.
- D'AVEZAC, Armand. Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil, examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil. *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, Chez Arthus-Bertrand, p. 89-356, Ago.-Set. 1857.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Histórica: lecciones sobre la enciclopedia y metodología de la Historia*. Barcelona: Alfa, 1983.

- EISENBERG, José. A escravidão voluntária dos índios do Brasil e o pensamento político moderno. *Análise Social*, v.39, n.170, p.7-35, Abr./2004.
- _____. Antônio Vieira and the Justification of Indian Slavery. *Luso-Brazilian Review*, Special Issue: Antônio Vieira and the Luso-Brazilian Baroque, v.40, n.1, p.89-95, Jun.-Sept./2003.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- ELLIOTT, J. H.. A Europe of Composite Monarchies. *Past & Present*, n.137, p.48-71, Nov./1992.
- _____. *Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- _____. *Spain, Europe and the wider world, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2009.
- ENGELS, O.; GÜNTHER, H.; KOSELLECK, R.; MEIER, C.. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FERNANDES, Eunícia Barros. Fernão Cardim: a epistolografia jesuítica e a construção do outro. *Tempo*, v.14, n.2, p.176-198, 2009.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L.. *Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FEYERABEND, Paul. *Against method*. New York: Verso, 2010.
- _____. *Conquest of abundance: a tale of abstraction versus the richness of being*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- _____. *Farewell to reason*. New York: Verso, 1987.
- _____. *Tyranny of science*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega Editora, 1997.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- FROEYMAN, Anton. Frank Ankersmit and Eelco Runia: the presence and the otherness of the past. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, v.16, n.3, p.393–415, Sep./2012. DOI: 10.1080/13642529.2012.695065.

- GADAMER, Hans-Georg. *Truth and method*. New York: Continuum, 2004.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.
- GETTIER, Edmund L.. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, Oxford, v.23, n.6, p.121-123, Jun. 1963.
- GIL, Fernando. Modos da verdade. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 23, p.15-39, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010.
- _____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.
- _____. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v.14, n.26, p.41-76, dez., 2007.
- _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927). Memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. *Bring out Your Dead: The Past as Revelation*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- _____. *Cardano’s cosmos: the worlds and works of a Renaissance astrologer*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. *Correctores corruptores? Notes on the Social History of Editing*. In: MOST, Glenn W. (Ed.). *Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte. Editing Texts*. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001, p.54-76.
- _____. *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- _____. *Forgers and critics: creativity and duplicity in western scholarship*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. *Fragmenta historicorum Graecorum: fragments of some lost enterprises*. In: MOST, Glenn W. (Ed.). *Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte. Collecting Fragments*. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001, p.124-143.

_____. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007.

GRAFTON, A.; MOST, G.; SETTIS, S. (Eds.). *The classical tradition*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

GRAFTON, Anthony; RICE, Eugene. *The foundations of early modern Europe, 1460-1559*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1994

GRAFTON, Anthony; ROSENBERG, Daniel. *Cartographies of Time: A History of the Timeline*. Princeton: Princeton Architectural Press. Kindle Edition.

GRAFTON, A.; SIRAISSI, N. (Eds.). *Natural particulars nature and the disciplines in Renaissance Europe*. Cambridge: MIT Press, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.156, v.1, n.388, p.459-613, jul./set., 1995.

_____. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.48, p.145-170, 2004. Texto disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a07v24n48.pdf>. Acessado em 29/09/2010.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.147-170, jan., 2005. Texto disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf. Acessado em 29/09/2010.

_____. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.155, v.1, n.384, p.479-498, jul./set., 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.389-410, Out. 2000.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Ed. da UNICAMP, 2004.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

HALLYN, Fernand. *The Poetic Structure of the World: Copernicus and Kepler*. Cambridge/London: MIT Press, 1997.

HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Gallimard/Éditions de EHESS, 2005.

_____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. Ufm, 2014.

_____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2003.

_____. O Tempo desorientado, Tempo e História: “Como escrever a história da França?”. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, n.7, p.7-28, jul., 1997.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB, 2003.

HAZARD, Paul. *The Crisis of the European Mind: 1680-1715*. New York: New York Review Books Classics. Kindle Edition.

HELTERS, James P.. The Explorer or the Pilgrim? Modern Critical Opinion and the Editorial Methods of Richard Hakluyt and Samuel Purchas. *Studies in Philology*, v.94, n.2, p.160-186, Mar.-Jun./1997.

HERCULANO, Alexandre. *Solemnia verba: cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

HOMERO. *Iliada*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. *Odisseia*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. *Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Texto disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581_ARQUIVO_HugoHruby.pdf. Acessado em 06/12/2010.

- _____. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, p.50-66, Mar. 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/7/7>. Acessado em 06/12/2010.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG/IPEA, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n.57, p.27-38, Fev. 2005.
- KANTOROWICZ, Ernst H.. *The king's two bodies: a study in mediaeval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 1957.
- KELLEY, Donald R. (Ed.). *History and the disciplines: the reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997.
- KELLEY, D.; POPKIN, R. (Eds.). *The Shapes of knowledge from the Renaissance to enlightenment*. Dordrecht; Boston: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. *Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge: The MIT Press, 1988
- _____. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.
- _____. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004.
- _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.
- _____. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press 1962.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- _____. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. *Trilogia do Controle: O controle do imaginário: Sociedade e discurso ficcional: O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LIVINGSTONE, David N. Race, space and moral climatology: notes toward a genealogy. *Journal of Historical Geography*, v.28, n.2, p.159–180, 2002.

- LOSADA, Janaína Zito. *A Paixão, a natureza e as ideias da História: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX*. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de O. Burmester. Curitiba: UFPR, 2007.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipe von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.381-403, Jan. 1844.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987-1990.
- _____. *Dinâmica da contra-revolução na Europa, 1870-1956: uma estrutura analítica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. *Essays in Ancient and Modern Historiography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- _____. The place of Herodotus in the history of historiography. *History: the quarterly journal of the Historical Association*, London, v.43, p.1-13, 1958.
- _____. Time in Ancient Historiography. *History and Theory*, Middletown, v.6, p.1-23, 1966. Texto disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2504249>. Acessado em 25/09/2008.
- NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado do Império: história e religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. Franca: UNESP, FCHS - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.
- NICOLAZZI, Fernando. Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.11, p.40-51, mai. 2010.
- NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon Maranhense*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1986.
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2000.

OLIVEIRA, Maria da Glória. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, p.86-99, Mar. 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/9/9>. Acessado em 01/10/2010.

_____. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

OLSCHKI, Leonardo. *Machiavelli the scientist*. Berkeley: The Gillick Press, 1945.

PAGDEN, Anthony. *European encounters with the new world from Renaissance to romanticism*. New Haven: Yale University Press, 1993.

_____. *Lords of all the worlds: ideologies of empire in Spain, Britain and France c.1500 – c.1850*. New Haven: Yale University Press, 1995.

_____. *Spanish imperialism and the political imagination: Studies in European and Spanish-American social and political theory, 1513-1830*. New Haven: Yale University Press, 1990.

_____. *The Enlightenment. And Why It Still Matters*. New York: Random House, 2013.

_____. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1986.

_____. (Ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *The Uncertainties of Empire: Essays in Iberian and Ibero-American Intellectual History*. Brookfield: Variorum, 1994.

PARANHOS FILHO, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco. *Obras do Barão do Rio Branco VI. Efemérides brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PENNINGTON, L. E.. *The Purchas handbook: studies of the life, times and writings of Samuel Purchas 1577-1626, with bibliographies of his books and of works about him*. London: The Hakluyt Society, 1997.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2002.

- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- PETTEGREE, Andrew. *The book in the Renaissance*. New Haven: Yale University Press, 2010.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- PIRES, Francisco Murari. A Retórica Do Método (Tucídides I.22 E II.35). *Revista de História (USP)*, n.138, p.9-16, 1998.
- _____. Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita. *História da Historiografia*, v.13, p.24-44, Dez./2013.
- _____. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 1999.
- _____. Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p.95-128.
- PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.3, p.149-157, 1841 [1860].
- PRADO, Antônio Arnoni. Sílvio Romero (a Crítica e o Método). *Literatura e Sociedade (USP)*, n.11, p.96-110, 2009.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Revista de Sociologia*, USP, São Paulo, 7(1-2), p.67-82, out. 1995.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REVAULT D'ALLONNES, Myriam. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 3 v.
- _____. *Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.221, p.120-138, Out. 1953.

_____. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978-1988.

_____. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

_____. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira (1816-1878). *Revista de História de América*, Mexico, n.88, p.93-122, jul.-dez. 1979.

RUNIA, Eelco. Burying the dead, creating the past. *History and Theory*, n.46, p.313-325, Oct./2007.

_____. Crossing the wires in the pleasure machine: Lenin and the emergence of historical discontinuity. *History and Theory*, n.49, p.47-63, Dec./2010.

_____. Forum: On Presence. Spots of time. *History and Theory*, n.45, p.305-316, Oct./2006.

_____. Into cleanness leaping: The vertiginous urge to commit history. *History and Theory*, n.49, p.1-20, Feb./2010.

_____. Inventing the new from the old – from White’s “tropics” to Vico’s “topics”. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, v.14, n.2, p.229-241, Jun./2010.

_____. Presence. *History and Theory*, n.45, p.1-29, Feb./2006.

_____. “Forget about it”: “Parallel processing” in the Srebrenica Report. *History and Theory*, n.43, p.295-320, Oct./2004.

RÜSEN, Jörn. *História viva. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.

_____. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado. Teoria da história: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora UnB, 2007.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Pedro Afonso C. dos. As notas de rodapé de Capistrano de Abreu: as edições da coleção Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil (1886-1887). *Revista de História*, São Paulo, n.163, p.15-52, jul./dez. 2010.

_____. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo: USP, FFLCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.

_____. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *História*, Franca, n.1, v.29, p.418-441, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Ítala Byanca M. da. Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, n.3, p.83-105, set., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/55/35>. Acessado em 04/01/2011.

_____. Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o “Caminho do Mar”. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: 2006. Texto disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf> . Acessado em 18/05/2010.

_____. *Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

SILVA, Jussara Rodrigues da. *Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Julio César Bentivoglio. Vitória: UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2013.

SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOUZA, Roberto Acizelo de. *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre azul, 2007.

_____. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: FFCLUSP, 1963.

STARN, Randolph. Historians and “Crisis”. *Past & Present*, Oxford, n.52, p.3-22, Aug. 1971.

STRAYER, Joseph Reese. *On the Medieval Origins of the Modern State*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SÜSSEKIND, Flora & DIAS, Tânia (Orgs.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita: Do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004.

TAUNAY, Afonso de E.. *História geral das bandeiras paulistas: escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portuguezes*. São Paulo: Typ. Ideal, H. L. Canton, 1924-1950.

_____. *Historia seiscentista da Villa de S. Paulo: escripta á vista de avultuada documentação inédita dos arquivos brasileiros e estrangeiros*. São Paulo: Typ. Ideal, 1928.

TURRI, John. Is knowledge justified true belief?. *Synthese*, v.184, n.3, p.247-259, 2012.

TURIN, Rodrigo. Entre “Antigos” e “Selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História (USP)*, edição especial, p.131-146, 2010.

_____. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

_____. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VALINHAS, Mannuella Luz de Oliveira. Retoricidade e Práticas Letradas. *Revista Rhêtorikê*, Covilhã, n.1, p.1-15, Out. 2008. Texto disponível em: <http://www.rhetorike.ubi.pt/01/pdf/manuela-valinhas-retoricidade-praticas-letradas.pdf>.

Acessado em 19/04/2013.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 2008.

- VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- WALDER, Dennis (Org.). *Literature in the Modern World: Critical Essays and Documents*. New York, Oxford University Press/The Open University, 1990.
- WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Niterói: Ed. UFF, 1994.
- _____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WELLBERY, David E.. *Retoricidade: Sobre o retorno modernista da retórica*. In: Neoretórica e desconstrução. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.11-47.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1975.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.